Historia do Café no Brasil



AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME TERCEIRO

NO BRASIL IMPERIAL

1822 — 1872

(TOMO I)



Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1939




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

LE CAFÉ

Il est une liqueur, au poète plus chére,
Qui manquait à Virgile, et qu'adorait Voltaire.
C'est toi, divin café, dont l'aimable liqueur,
Sans altérer la tête, épanouit le coeur.
Aussi, quand mon palais est émoussé par l'âge,
Avec plaisir encore je goûte ton breuvage
Que j'aime à préparer ton nectar précieux!
Nul n'usurpe chez moi ce soin délicieux.
Sur le réchaud brûlant moi seul, tournant ta graine,
A l'or de ta couleur fais succéder l'ébène;
Moi seul, contre la noix qu'arment ses dents de fer,
Je fais, en le broyant, crier ton fruit amer;
Charmé de ton parfum, c'est moi seul qui dans l'onde
Infuse á mon foyer ta poussière féconde;
Qui, tour à tour calmant, excitant tes bouillons,
Suis d'un oeil attentif tes légers tourbillons.
Enfin, de ta liqueur lentement reposée,
Dans le vase fumant la lie est déposée,
Ma coupe, ton nectar, le miel américain,
Que du suc des roseaux exprima l'Africain,
Tout est prêt: du Japon l'émail reçoit tes ondes,
Et seul tu réunis les tributs des deux mondes.
Viens donc, divin nectar, viens donc, inspire-moi!
Je ne veux qu'un désert, mon Antigone, et toi.
A peine j'ai senti ta vapeur odorante,
Soudain de ton climat la chaleur pénétrante
Reveille tous mes sens; sans trouble, sans chaos,
Mes pensers plus nombreux accourent à grands flóts.
Mon idée était triste, aride, dépouillée,
Elle rit, elle sort richement habillée,
Et je crois, du génie éprouvant le réveil,
Boire dans chaque goutte un rayon du soleil.

JACQUES DELLILE, 1738

*
* *

O CAFÉ

(A Soares de Mattos)

Ha um licor, caro ao poeta, e que, entanto, faltava
A Virgilio, e Voltaire de véras adorava
Tu, divino Café, amavel infusão,
Que, sem turvar a mente, expande o coração.
Meu paladar, com a idade embotado, se sente;
Mas mesmo assim te bebo apetitosamente.
Ó nectar, que prazer sinto em te preparar
Eu mesmo: A ninguem cedo esse mistér no lar.
Só eu, no torrador os teus grãos revirando,
Vou o ouro da tua côr na do ébano trocando.
Teu fructo amargo chiar faço na ferrea mó
Dentada, e, á agua, deito o teu fecundo pó,
Encantado com teu aroma. Sigo, atento,
Ora acalmando-o, ora excitando-o o movimento
Das bolhas... Repousado, emfim, o teu licor,
No vaso fumegante a bôrra vou depôr.
Minha chicara! o teu nectar americano,
Mel que da cana, um dia, extrahiu o Africano,
Está pronto. Recebe o esmalte japonês
As tuas ondas, e tu reunes de uma vês
Os tributos dos dois mundos. Oh! vem, portanto,
Vem, nectar divinal, animar-me este canto!
Quero o deserto só, minha Antigona e a ti.
Apenas teu vapor odorante senti,
Logo do clima teu calor penetrante
Meus sentidos desperta, e, numa ordem brilhante
Os pensamentos meus, d'antes áridos, nús,
Trajados a primor, brotam sorrindo e a flux...
E, ao despertar da Musa, eu creio haurir-te em cada
Gota um raio do sol, que a faz mais inspirada.

ARDUINO BOLIVAR

PRIMEIRA PARTE

A propagação da cultura cafeeira de 1822 a 1872 á luz dos Relatorios dos presidentes das Provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Bahia, etc., ás respectivas Assembléias Provinciaes e dos Relatorios dos Ministerios do Imperio e da Agricultura, da Fazenda e de Estrangeiros ao Parlamento Nacional.

CAPITULO I

As mensagens dos primeiros presidentes fluminenses e o café — Governo de Rodrigues Torres, Visconde de Itaborahy e Paulino de Souza, Visconde do Uruguay — A questão das guias dos cafés paulistas e mineiros — Enorme progresso da lavoura cafeeira — Administração de Souza França

No *Correio Official,* de 8 de março de 1836, imprimiu-se a mensagem á Assembléa Provincial, da lavra do illustre parlamentar e ministro de Estado da Regencia, Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaborahy, primeiro presidente da provincia fluminense (de 14 de outubro de 1834 a 30 de abril de 1836), com interrupções comtudo, como de 22 de abril a 4 de novembro de 1835, em que o substituiu, por impedimento parlamentar, Paulino José Soares de Souza.

Pouco cogita de café, o que é singular aliás, dada a importancia, cada vez maior, da lavoura da rubiacea, então a se expandir do modo mais notavel.

Falando de um districto que naquelle momento era invadido pelos cafezaes exprimia-se:

"A fertilidade e riqueza do termo de Cantagallo e o progressivo crescimento que alli vae adquirindo a cultura do café, são, além d'outros motivos para procurarmos facilitar os transportes e communicações hoje tão difficeis com aquella parte da Provincia."

Dois caminhos partiam de Cantagallo a Nictheroy; ia outro a Minas Geraes e um quarto demandava o rumo de São Paulo.

Deixando a presidencia, para prosseguir no scenario da grande politica imperial a notavel carreira que o conduziria, em 1844, ao Senado, em 1853, ao Conselho de Estado, em 1868 á Presidencia do Conselho de Ministros, passou Itaborahy o governo da terra natal a outro fluminense illustre, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguay.

Mais de quatro annos seria Paulino presidente da Provincia do Rio, até 22 de agosto de 1840.

Mas, tambem, com soluções de continuidade assaz longas, por vezes, sempre que voltou a tomar assento no Parlamento, sendo então substituido por diversos vice-presidentes taes como: José Ignacio Vaz Vieira (1837) Manuel José de Oliveira (38) João Caldas Vianna, etc.

Abrindo a sessão da Assembléa Provincial a 1.º de março de 1839 lembrava-lhe Paulino a grande conveniencia do levantamento de uma carta geral da Provincia pormenorizada quanto possivel, assim como a maior solicitude pelos serviços estatisticos, sobretudo os censitarios.

Tratando das rendas provinciaes cuidava longamente da questão irritante dos impostos cobrados sobre o café não fluminense sahido pelos portos da Provincia do Rio.

Em excellente estudo inserto no tomo primeiro de *O Café*, sob o titulo *O café na legislação fluminense, historico da legislação e dos factos occorridos sobre a exportação do café* estudou o Dr. João B. do Nascimento Silva, com o maior cuidado, e conhecimento de causa, este caso que tantos aborrecimentos provocou ás administrações provinciaes fluminenses, mineiras e paulistas. E longos annos consumiu antes de solução razoavel.

Ouçamol-o: A lei n. 2 de 26 de março de 1835 rezava em seu artigo primeiro que a Villa Real da Praia Grande era a capital da Provincia e no artigo 2.º, para a vida constitucional da Provincia, determinava que na mesma Villa, em 1.º de outubro de 1836 e na mesma data nos annos seguintes, tivesse logar a reunião da Assembléa Legislativa, cujos membros diga-se de passagem, venceriam 6$400 por dia de sessão.

A Lei n. 6 de 28 de março de 1835, declarou que a Villa Real da Praia Grnade, passaria a categoria de cidade com a denominação de *Nictheroy*.

Cuidando dos interesses financeiros da Provincia, a Lei n. 24 de 14 de abril de 1835, autorizou o presidente da Provincia a organizar um *systema adequado de barreiras,* para a fiscalização e arrecadação dos impostos sobre os generos de sua producção, e a Lei, n. 33 de 6 de março de 1836, com o mesmo fim, ampliando o serviço, mandou criar em todos os pontos da "Costa", collectorias arrecadadoras, com um collector, "um" escrivão e "um" tezoureiro, cada um dellas, para a cobrança do "dizimo", applicado ás despezas da Provincia. Tambem foram então criados os "registos", para as cobranças por via de mar ou de terra.

Esses registos verificavam as guias nas fronteiras, afim de não continuarem a passar café fluminense, como de outras procedencias, o que causava enormes prejuizos ao fisco provincial. O regulamento de 26 de maio de 1836, criou os registos para verificação do café de S. Paulo, em Paraty, Mambucaba, Bracuhy e Ariró, e para os que viessem de Minas, em Pedra, Banco d'Areia, Mantiqueira, Rio Preto, Parahybuna, Mar de Espanha e Porto de Francisco Leite. Sendo desviados o café de S. Paulo mais tarde para as serras que limitam o municipio de Angra dos Reis, pois a exportação então tendia toda para o mar, foi criado em "Gratahú" um registro, sendo supprimido o de Bracuhy por onde deixaram de passar as tropas conduzindo café.

Mais tarde, foi adoptada a cobrança do dizimo do café e de outros generos, na Côrte, sendo ella effectuada, mediante autorização do Governo Geral, por funccionarios seus, na "Mesa de Diversas Rendas Nacionaes."

A receita provincial era assim constituida:

Contribuição de policia
Decima urbana
Legados e Heranças
Direitos de Portagem
Direitos de Aguardente
Direitos de reis em libras de carne
Passagens de rios
Novos e Velhos Direitos
Proprios Provinciaes
Meia siza de escravos
Subsidio Litterario
Dizimos
Cotas de dizimos do assucar
Dita de dizimos do café
Terças partes de Officios
Direitos de Chancelaria
Impostos nas casas de leilão e modas
Emolumentos e Passaportes
Ditos de visitas da saúde.

O café exportado e sujeito ao "dizimo", não soffria verificação de qualidade, não descontava a tára dos envoltorios e o peso era calculado pela media de dois ou tres sacos.

O regulamento para a execução do decreto n. 5, de 6 de

maio de 1836, para os effeitos commerciaes, estabeleceram o typo do café, em tres qualidades:

1.ª sorte — grãos chumbados com algumas pintas ou quebras.

2.ª sorte — grãos muito desiguaes ou esbranquiçados.

3.ª sorte — o restolho.

Por esse regulamento, o tributo do café era de 4 % *ad valorem* ($509 $409, $365, $411, etc. por arroba) gozando, porém, o café, de serra acima ,do abatimento de 1%. A prova da procedencia do genero, para o effeito do abatimento, era dada mediante attestado dos Juizes de Direito e Municipaes ou das pessoas mais qualificadas do Districto de origem.

Em 7 de março de 1838, foi criada a Mesa Provincial no Consulado da Côrte, para a fiscalisação e arrecadação do "dizimo" applicado ás despesas da Provincia pela Lei n. 36, de 31 de outubro de 1835.

A criação da Mesa Provincial, com funccionarios da Provincia, e não mais do Governo Geral, teve origem num facto gravissimo que determinou até a suspensão de obras publicas em andamento, pelo desvio de renda do dizimo de café fluminense, coberto com guias de origem de outras provincias.

O Rio de Janeiro, cuja divida em 1837 era de 85:441$234, teve-a elevada para 132:305$086 em 1838, por falta de receita do café.

O processo das guias apresentadas no Consulado da Côrte, por quaesquer pessoas, sem caracteristicos perfeitos, e sem maior verificações, deu logar a grande extravio em 1837, por parte de empregados inescrupulosos. A Provincia que produzira cerca de 3.400.000 arrobas, teve mais de 573.000 cobertas com guias de S. Paulo, Minas, Espirito Santo e Santa Catharina.

O Governo provincial em face de tão grave facto, nomeou uma commissão de "tres cidadãos de reconhecidas luzes e integridade" para apural-o e dar parecer sobre o que convinha fazer, afim de garantir a renda publica.

Essa commissão que teve presente todos os livros, tanto Geraes como Provinciaes, documentos e todas as guias que, haviam isentado generos de quota da Provincia, confirmou o extravio de 1.052.495 arrobas e estimou em 207:521$692 o prejuizo da Fazenda. A principal differença era segundo o relatorio de 1 de março de 1838, do Presidente da Provincia, de 245.095 arrobas de café, que se despacharam com guias

mandadas admittir por "aviso" do Ministro da Fazenda, de 16 de julho de 1836. O Governo Geral tomou severas medidas contra os empregados da Mesa do Consulado.

O Presidente da Provincia, comquanto tomasse a providencia de criar a Mesa Provincial com empregados da Provincia e mandasse regular por um systema novo a fiscalização das guias, o processo para arrecadação e verificação do dizimo, não se mostrou de accordo com o parecer quando declarava que "a maxima parte das guias são em sua origem, despachos falsos emittidos pelos Cobradores, Fiscaes de Dizimo da Provincia de São Paulo."

Não julgou exacta a proposição porque, na Mesa do Consulado Geral nenhuma guia era ou devia ser despachada, sem que a segunda via lhe houvesse sido remettida pelos Exactores da Provincia de S. Paulo, e que essa segunda via, depois de conferida com a primeira, que isentava o café, era remettida a Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro.

Depois de longas considerações sobre o parecer, o presidente para demonstrar que o extravio de renda não se originara da emissão de guias falsas, salientou o facto de se ter apurado a sahida de 1.052.261 arrobas de café, sem que para essa quantidade tivessem sido expedidas guias. Assim, textualmente escreve o seguinte, a paginas 26 do relatorio.

"A Lei diz aos Empregados — Vós não isentareis da quota da Provincia senão aquelles generos, que vierem cobertos com guias de origem, que tenham estes ou aquelles requisitos. Deixam todavia de pagar essa quota de 1.052.261 arrobas e não apresentarão as guias. Pode isso ser imputado ás guias, e ao systema que consagra?

"Não obstante são essas 1.052.261 arrobas computadas na demonstração dos prejuizos que têm causado as guias, computando-se assim o prejuizo causado por guias que não existem."

Entretanto, linhas adeante accrescenta: "Verdade é que, se não existissem guias não se daria esse extravio, ao menos pela maneira por que se apresenta. Mas tambem se não houvesse exactores e Rendas Publicas, não se dariam fraudes."

Termina por julgar o extravio devido a alguns empregados prevaricadores e á falta de escripturação fiscal das guias na Mesa Geral e affirma que o pessoal da Mesa Provincial, porém, deve inspirar mais confiança, e a escripturação mandada adoptar obstará qualquer fraude.

Em o anno financeiro 1834 a 1835 houve um extravio de 937.139 arrobas, devido a cobertura de café fluminense com

guias de S. Paulo, que então cobrava impostos maiores, mas avaliava o genero por intermedio de agentes nas barreiras, com grandes differenças. O café bom, por exemplo, no registro do Banco d'Areia, em S. Paulo, em setembro de 1838, foi avaliado a 1$800, 1$680, 1$500 e 1$440 por arroba, quando a quota da Provincia do Rio era de 3$600 e 3$500 por igual quantidade e qualidade.

E' bem remota, pois, a origem das guias perturbadoras da fiscalização, o que por vezes se demonstrou ao tempo em que se cobriam com guias de Minas, o café fluminense destinado á exportação maritima.

Em 1839 fazia Paulino de Souza notar que a situação fiscal melhorara muito. O numero das guias impugnaveis decrescera notavelmente com a criação da Mesa Provincial.

Havia porém ainda os scepticos irreductiveis a convencer. Dizia o Presidente a 1 de março de 1839 á Assembléa Provincial que a provincia fora lesadissima pelas suas vizinhas.

Em 1837-1838 as guias fraudadas haviam coberto ..... 1.052.495 arrobas e o desfalque das rendas fluminenses attingira 207:521$692. Havia comtudo, exagerado pessimismo por parte de diversos reparadores.

"Em verdade, senhores, que me parece muito pouco justificavel a opinião daquelles, que entendem que exportando a provincia do Rio de aJneiro tres milhões e quatrocentas, ou tres milhões e seiscentas mil arrobas, não podem as provincias de S. Paulo, Minas, Espirito Santo, e Santa Catharina por no grande mercado do Rio de Janeiro as quinhentas e setenta e tres mil de sua producção, sem que ahi intervenha fraude.

Os florescentes municipios do Bananal e Areias, os de Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, S. Luiz, Pindamonhangaba, todos da provincia de S. Paulo, as ferteis margens do Parahyba, Parahybuna, Rio Preto, do lado de Minas, tambem produzem café que é conduzido para o nosso littoral ao grande mercado do Rio de Janeiro, o que sem duvida alguma póde chegar a quinhentas e tantas mil arrobas em um anno."

Para demonstrar a melhoria de condições bastava lembrar os dados da arrecadação.

De 1.º de abril a 1.º de junho de 1838 arrecadara a mesa 69:409$856; pois bem, nos seis mezes immediatos em vez do dobro quase o quadruplo 243:568$414.

No seu relatorio do anno immediato Paulino de Souza, a 1.º de março de 1840, ainda assignalava a fraude nas guias de cafés de paulistas e mineiros. Estes avaliavam o seu café a

15.000 reis a arroba e aquelles a 18$000, cobrando 3 por cento de taxa. Os cafés fluminenses, pagavam quatro por cento sobre 3$600 e 4$000 por arroba. Explicava Paulino em 1839:

"Quando ha fraude, Srs. ha interesse. Esse interesse é que é mister destruir.

Não nasce elle porém da differença das quotas. A de São Paulo pois é maior que a nossa. Nasce da differença da avaliação dos generos para o pagamento dessas mesmas quotas."

O café bom por exemplo, foi avaliado em setembro proximo passado no registo do Banco d'Areia da provincia de S. Paulo para o pagamento do imposto dessa provincia a 1$800, 1$680, 1$500 e 1$440 por arroba. Nesse mesmo mez pagava-se a quota desta provincia do Rio de Janeiro na sua mesa estabelecida no consulado da côrte, pela avaliação de 3$600 e 3$500 por arroba. E' essa differença que póde acarear a fraude.

Mas a fiscalização dera resultados como se podia verificar do confronto de uma tabella apresentada.

De café paulista haviam atravessado a fronteira fluminense nos ultimos nove mezes do anno de 1839, pelas estações fiscaes de Ariró, Ribeirão da Serra, Vargem Grande, Banco d'Areia, Rio do Braço, Serra da Carioca e Taboão 422.126 arrobas sendo que Banco d'Areia contribuira com 157.733, Taboão com 114.198, e Rio do Braço com 91.619. As demais barreiras eram muito menos importantes. Assim por Vargem Grande haviam passado 24.463, pelo Ribeirão da Serra 16.071, Ariró 9.536 e Carioca 8.926.

Os cafés de diversas procedencias, pertencentes ao exercicio de 1838-1839 e concentrados por via maritima na Guanabara, na mesa do consulado haviam sido 623.647 arrobas, sendo de Ubatuba, Santos, S. Sebastião 139.743, 115.971, e 73.774. Como a exportação de Paraty (75.348) era de cafés paulistas sommava a exportação de S. Paulo 404.836 arrobas. Angra remettera 122.409, Mangaratiba 50.866 de cafés do planalto fluminense. Haviam vindo tambem 26.479 arrobas do Espirito Santo, 17.102 da Bahia e 1.752 de Santa Catharina.

Pelos registros mineiros haviam passado, nos mesmos nove ultimos mezes de 1839; por Parahybuna 33.434 arrobas. por Barra d'Anta 8.630, por Mar de Hespanha 10.422, Porto Novo 3.710 e Presidio 2.164, apenas 58.360 arrobas portanto.

Escrevia Paulino J. Soares de Souza:

"No relatorio de 1.º de março de 1840 se diz que "o in-

centivo da fraude, que se pode praticar com as guias, continua a existir, e a avidez do lucro é de certamente aproveitar o primeiro ensejo para repetir as suas especulações immoraes."

A mesa Provincial estabelecida na Côrte, em substituição do Consulado das Rendas, foi a primeira que arrecadou, por empregados fluminenses o dizimo do café, pois, que até então, março de 1838 fôra esse tributo cobrado por empregados do Governo Geral.

Em 1838, fôra installada, na Côrte, a Recebedoria da Provincia de Minas Geraes, e como pela Lei expedida o café pagasse então uma taxa de 3 % sobre 1$500, por arroba de café, e a Provincia do Rio cobrasse $144 de imposto, maiores temores de fraude tivera o Governo, porque o café fluminense seria, como fôra, em grandes quantidades, coberto, com guias de procedencia mineira.

A Provincia do Rio nenhuma providencia directa pôde então tomar com a de Minas, visto como o respectivo Presidente desse ultimo Estado, não poderia modificar a Lei, que mandava cobrar o imposto sem avaliação da qualidade do café. Isto redundava, em virem cafés baixos para o mercado, como se fossem fluminenses. Ahi estavam sujeitos a avaliação pelo typo, e os do Rio de Janeiro, eram cobertos, sendo de boa qualidade, com guias mineiras que tanto cobravam quarenta e cinco reis por arroba do pessimo, como do optimo café.

A questão das guias tomou tal vulto e alarmou o Governo sempre attento á exportação, do seu principal producto, que em 1851, houve uma negociação com o da provincia de Minas, para que esta supprimisse as do café de procedencia mineira.

Tendo o Presidente de Minas declarado que estava prompto a entrar em um accordo com o da provincia do Rio de Janeiro, se este concordasse com o parecer dos delegados mineiros, foi novamente o caso submettido a estudo dos delegados fluminenses e afinal lavrado o accordo, talvez o primeiro sobre café, entre provincias, no dia 17 de julho de 1851.

As bases principaes do dito "accordo", eram as seguintes:

I — Pela mesa do consulado provincial do Rio de Janeiro se arrecadaria o dizimo do café, não só fluminense como de Minas, á razão de 4 % sobre o preço das pautas semanaes;

II — A renda do dizimo seria dividida em 100 partes, das quaes pertenceriam a Minas 9,03 e ao Rio de Janeiro 90,97.

As clausulas III *usquae* VI tratavam da organização de balancetes, á vista dos quaes o Governo de Minas poderia fazer a execução do convennio por tres annos. A clausula VII, mandava acceitar as guias que a Provincia de Minas expedira até 31 de agosto, para serem restituidas como dinheiro a mesma Provincia.

Feito esse accordo o Governo iniciou negociações para fazer identico com S. Paulo, com o intuito de evitar a exportação do café de Rezende, coberto com guias paulistas.

Aliás a lei 158 de 10 de maio de 1839 acabara com a taxa especial de tres por cento para os cafés de serra acima estabelecendo a de quatro por cento em geral.

No seu relatorio de 1839 frisou Paulino de Souza quanto era da maior importancia a questão de um bom systema de estradas. Convinha attrahir o mais possivel, e do modo mais commodo, a exportação cafeeira do norte de S. Paulo e Sul de Minas para os portos fluminenses.

Assim tambem tornar mais accessiveis as estradas que dos Portos da Estrella e do Porto das Caixas demandavam o territorio mineiro.

A zona de Cantagallo por exemplo ia em extraordinario progresso. Já della desciam 200 mil arrobas de café, cujo frete em costa de animaes era de 800 reis por unidade.

Em 1838, por alli haviam transitado 23.160 bestas de carga, mas pela Estrada de Estrella muito maior fôra o transito nada menos de 120.938 animaes, pela de Areias e Gratahú, no littoral de Angra dos Reis 1.200 e mais do dobro na de Bananal a Jurumirim.

Em abril de 1840 deixava Paulino de Souza, novamente eleito deputado aliás, a presidencia fluminense. Chamado ao conselho de ministros do gabinete de 18 de maio, ultimo da Regencia, seria novamente secretario de Estado em 1841 no 2.º gabinete de D. Pedro II, de reacção ao dos Andradas ou da Maioridade, em 1848 no ministerio do Marquez de Olinda e afinal, em 1852, no do Visconde de Itaborahy, presidente do Conselho. Já então (desde 1849) era Senador do Imperio pela provincia natal. Em 1853 entraria para o Conselho de Estado e no anno seguinte Dom Pedro II lhe daria a grandeza do Imperio inherente ao titulo de Visconde de Uruguay.

Seu successor na presidencia fluminense foi o Conselheiro Dr. Manuel José de Souza França. Antigo deputado á Constituinte (1823), á primeira legislatura (1826-1829) fôra ministro da justiça do penultimo e ephemero gabinete de Dom Pedro I, de 19 de março de 1831, em vesperas da Abdicação.

No seu relatorio annual á Assembléa a 1.º de março de 1841 tratou Souza França, longamente, da irritantissima questão das guias e do prejuizo que o facto trazia ás rendas provinciaes.

A exportação cafeeira fluminense se calculava, para 1841, em 5.350.000 arrobas, colheita jamais attingida, a não ser em 1839, em que chegara a 5.616.000.

Tratando da agricultura provincial dizia Souza França:

"E' já tempo, senhores, de chamar a vossa attenção sobre a fonte principal da nossa riqueza, e opulencia politica provincial, que tambem é em todo o Brasil. Falo da Agricultura. A nossa lavoura de café prospera como já o declarei; mas a da canna de assucar parece declinar progressivamente para o seu occaso! ambas necessitam que os cuidados do Legislador Provincial venha quanto antes em seu soccorro para que tenham o incremento politico desejavel que por um meio unico me parece se pode obter; falo da creação de um *Banco de Soccorro* privativo da mesma agricultura nesta provincia."

Muito critica a situação dos lavradores devorados por terriveis agiotas.

"Sabeis que o plantador do Café espera quatro annos pela primeira colheita do seu fructo; e que supposto mesmo tenha terras proprias, como alguns tem, de que não pague renda, falta-lhe cabedal proprio muitas vezes para os avanços indispensaveis ao amanho das mesmas terras e para a compra do grão necessario ao sustento de sua familia durante o espaço desse tempo.

A menor usura com que póde haver emprestado o dinheiro para taes supprimentos custa-lhe um empenho de 60 por cento de juro pelo menos sobre o capital emprestado. Ao fim desse quatrienio de espera da producção natural das primeiras novidades contando-se a usura mesmo a 2 por cento ao mez abaixo de cujo premio poucos encontram emprestadores nas povoações do Interior, importará assim o emprestimo de 100$000 reis por exemplo, em cada um dos ditos quatro annos; ou 400$000 reis de premio sobre o capital emprestado, que é justamente o computo de 60 por cento de empenho addicional ao mesmo capital consumido que assim deixo calculado.

Accrescentae agora a isso a renda annual da terra, se não propria, e a carestia dos generos ou seja pelo maior preço dos escravos; ou pelo que exigem os trabalhadores livres; e concluireis commigo, que o estado actual da nossa Agricultura não nos promette futuro mais risonho; donde se não

formos previdentes, e dermos providencias politicas a tal respeito terão de ver os nossos vindouros a miseria cubrir por toda a parte os nossos campos em roda de colossaes fortunas havidas e estabelecidas com os ganhos de uma excessiva usura de dinheiro, que mendigou o trabalho de seus industriosos para elle se tornar productor."

O que se dava com os fazendeiros de café tambem occorria aos lavradores de canna.

"Olhae para a ruina dos nossos engenhos de fogo morto; e para a necessidade do momento daquelles mesmos correntes e moentes, que põe os seus proprietarios á mercê dos capitalistas. Concluireis commigo não ser possivel termos uma Agricultura florescente emquanto não tiverem os nossos lavradores o apoio de um Banco, que acceitando a hypotheca de suas fazendas e a consignação das vendas de seus effeitos annuaes lhes empreste a modico juro as quantias que exige o avanço do seu trabalho, livrando-os da dureza de credores imperiosos que mais tarde ou mais cedo lhes porão as fazendas e o credito em almoeda com ruina consequente de seus desgraçados filhos."

A tão premente situação só mesmo poderia minorar o apparelhamento de um instituto de credito, abroquelador da lavoura contra os assaltos da desenfreada agiotagem.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO II

Governos de Honorio Hermeto Carneiro Leão, Marquez do Paraná, do Dr. João Caldas Vianna e de Aureliano Coutinho, Visconde de Sepetiba (1843-1847) — Producção cafeeira cada vez maior — A criminalidade nos districtos ruraes — Proseguimento do rush para o plantio do café

A 1.º de dezembro de 1841 passava o Conselheiro Dr. Manuel José de Souza França o governo da provincia fluminense a um dos mais celebres estadistas brasileiros: Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquez do Paraná.

Prestigio immenso cercava este homem notavel cuja carreira politica cada vez mais se salientava.

Ministro da Justiça do terceiro gabinete regencial, o de 13 de setembro de 1832, pertencera á deputação mineira á Camara temporaria do Imperio, durante tres legislaturas, ininterruptamente, de 1830 a 1841. Prestigiava-o a actuação vehemente de parlamentar e conductor de partidos.

Deixando o governo fluminense, voltaria Souza França ao parlamento como deputado diversas vezes em 1842, 1845 e 1848.

Curta seria a presidencia de Honorio Hermeto.

Deixando o futuro Marquez do Paraná o governo fluminense foi nomeado presidente da principal provincia do Imperio o Dr. João Caldas Vianna, advogado, homem de grandes recursos, natural de Campos. Empossou-se a 2 de março de 1843.

Prosseguiria Honorio a sua carreira extraordinaria, de accordo com os meritos excepcionaes, passando em 1842 a assentar-se no Senado do Imperio e, ao mesmo tempo, no Conselho de Estado.

No anno seguinte teria a pasta de extrangeiros no gabinete de 2 de janeiro e, dez annos mais tarde, seria o presidente do Conselho do famoso gabinete de 6 de setembro de 1853,

posto em que a morte o colheria a 3 de setembro de 1856, substituido-o então o inclyto Caxias.

Nos documentos de sua administração ha uma tabella da producção cafeeira fluminense que transcrevemos.

1836 — 1837 —	2.321.710	arrobas
1837 — 1838 —	1.797.732	"
1838 — 1839 —	2.948.378	"
1839 — 1840 —	4.547.312	"
1840 — 1841 —	3.908.787	"
1841 — 1842 —	4.519.451	"
1842 — 1843 —	4.804.813	"

A 1.º de março de 1844 apresentava Caldas Vianna o seu relatorio á Assembléa Provincial.

Referindo-se á chamada Estrada do Couto, via de penetração sobremodo importante, como escoadouro dos cafés mineiros, dizia o novo presidente que os dois empreiteiros haviam agido com soffreguidão senão mesmo com precipitação.

"Esta estrada, empresa do Coronel Custodio Ferreira Leite, (o futuro Barão de Ayuruoca) e seu irmão Francisco Leite Ribeiro, foi começada sem plano e sem a precederem os reconhecimentos, e exames do terreno por onde conviria dirigil-a, como é indispensavel em obras desta natureza, para poder haver certeza da possibilidade da sua execução de que tem resultado arruinarem-se os trabalhos em alguns lugares della, a ponto de serem inutilizados, e de ser necessario dar-lhe nova direcção com grave prejuizo dos empresarios."

Dividia-se em tres secções. A primeira comprehendia a varzea entre Magé e a Raiz da Serra, no rio Bananal. Nella haviam os empreiteiros seguido a estrada antiga, muito estreita, excedendo poucas vezes a largura de 20 palmos (4m,40) em muitos lugares mais baixa que os terrenos vizinhos motivo pelo qual, por falta de escoamento, havia inundações do leito. Construiram pontes com pouca altura, e sem aterros sufficientes nas cabeceiras, de modo que haviam ficado submersas com pequenas enchentes.

O novo administrador das obras, Tenente Coronel Guilherme Pinto de Magalhães, pretendia aproveitar apenas pouco mais de legua do tal traçado. Na segunda secção, que comprehendia a Serra, haviam os dois irmãos feito grandes paredões, que por falta dos competentes esgotos e boeiros tinham sido em parte derrubados, e em parte abalados, por occasião de grandes enchentes.

Muitas destas obras, deviam ser desprezadas. Na Serra porém, junto ao rio, haviam executado quinhentas braças de cavas, e duzentas de aterros, com bom declive, e bem construidos; mas dahi por diante tinham adoptado rampas mui fortes, sendo em geral de 1:8, 1:9, e nos lugares menos ingremes de 1:10. O novo administrador já abrira uma picada para a nova direcção com declive muito suave.

Na terceira secção entre o alto da Serra e a ponte da Sapucaia abrira-se picada aperfeiçoada para dar livre transito. A Barreira da Sapucaia já rendia para mais de 6 contos annuaes e por ella transitavam diariamente, na Serra, 200 a 250 animaes, o que demonstrava o seu notavel movimento de café.

Em muitos logares era a estrada tão estreita que apenas dava passagem a um animal carregado; em alguns pontos se fizeram estivas de madeira roliça. Era verdade que os irmãos empreiteiros não davam a estrada por concluida, porém o seu declive ficaria sempre o mesmo, como denotavam as muralhas já acabadas; paredões feitos com bastante cuidado. Como não os acompanhavam boeiros, nem esgotos as aguas haviam derrubado lanços consideraveis, e outros se achavam abalados; em alguns lugares encontravam-se paredões de 20 a 30 palmos de altura que o Coronel Magalhães pensava abandonar. Queria desprezar todo o percurso até ao rancho do Henrique, e já abria uma picada que devia dar declive suave. Do rancho do Henrique até ao alto da Serra, era a estrada muito melhor, apresentava trabalhos espantosos, como fossem um paredão de 800 braças (1760 ms.) de comprido e cuja altura excedia algumas vezes a 80 palmos (17 m.60). Os unicos defeitos deste trecho eram ao chegar ao cume, ter o declive muito rapido e serem os esgotos todos por cima da estrada e em numero insufficiente.

Na terceira secção, do alto da Serra á ponte da Sapucaia havia tão sómente uma picada aperfeiçoada para dar livre transito; fazia grande volta que a alongava consideravelmente; o Tenente Coronel Guilherme pretendia mudal-a completamente.

Do que acabava de expor-se via-se claramente que a estrada fôra principiada sem que se procedesse a reconhecimento prévio detalhado do terreno, sem que se examinassem todas as conveniencias observaveis em obras desta natureza. Procedera-se a esmo, sem plano determinado.

Fazendeiros ambos, e importantes, em Mar de Hespanha, na ancia de exportarem as suas safras, e as dos parentes e

amigos, haviam os dois irmãos deixado levar-se a uma obra ruinosa.

Pouco mais de um anno durou o periodo presidencial do Dr. João Caldos Vianna cuja carreira na politica geral não teve grande destaque. Voltou provavelmente ás suas terras de Campos onde o filho e homonymo, Visconde de Pirapetinga (1837-1893) seria grande proprietario e influencia social.

A 12 de abril de 1844 era empossado do governo da Provincia outro fluminense, o illustre magistrado e homem publico Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba (1800-1853) um dos maiores vultos da politica imperial como é sobejo lembrar.

Já então senador do Imperio (1842) fôra por vezes ministro de estado da regencia trina, em 1833, 1834 e em 1840, no gabinete da Maioridade e em 1841 no de 23 de março, depois de ter sido presidente de S. Paulo, em 1831, e deputado pelo Rio de Janeiro e Minas Geraes e novamente do Rio de Janeiro em 1830, 1838 e 1842.

Presidiria a provincia fluminense durante quasi quatro annos, mas com continuas soluções de continuidade, nada menos de seis! em que foi substituido, durante mezes a fio, pelos vice-presidente da Provincia como o Visconde da Praia Grande, Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro e o futuro Visconde do Rio Branco.

Nem se comprehende como o Governo Imperial permittia taes interinidades e reassumpções de governo, nefastissimas para a continuidade da administração publica!

Mas esta era de regra geral do tempo, sobretudo com as provincias mais proximas da Côrte, cujos presidentes, a cada passo, abandonavam o poder para tomarem assento no Parlamento Nacional.

Em sua fala á assembléa provincial a quem apresentava relatorio referente ao anno de 1846 observava Aureliano Coutinho:

"Em 1845 houvera grande diminuição na colheita do café. Lavradores que colhiam 10 e 12 mil arrobas haviam apenas conseguido 5 e 6. Continuava o intenso *rush* em pról do plantio de cafezaes. Os preços porém haviam baixado muito.

Corria que as lavouras de S. Paulo e Minas tinham crescido muitissimo.

Queixava-se o presidente de fraude no caso das guias do café mineiro, questão que cada vez mais se tornava irritante.

Convinha quanto antes estancar esta fonte de abusos que reduzia a receita fluminense tão consideravelmente.

A proposito da falta de garantias de vida e propriedade existentes nos districtos ruraes fluminenses escrevia o futuro Visconde de Sepetiba em seu relatorio de 1847 algumas considerações curiosas.

O presidente seu antecessor, de 1841, traçara uns tantos conceitos muito amargos a tal respeito.

"... a impunidade, a abundancia de delictos quer publicos quer particulares, que á sombra della se commettem, a parcialidade dos juizes, que ou não perseguem os delinquentes, ou o fazem dirigidos mais pelo espirito e formulas da vingança, do que pelas da justiça, são males que mais ou menos se ressentem em todos os Termos."

Achava Aureliano Coutinho pessimistas demais estes conceitos. Não via no territorio fluminense, nem mesmo em suas mais populosas cidades, como Nictheroy e Campos os delictos e attentados horrorosos frequentes aos centros mais civilizados da Europa.

Em todo o caso era mister confessar que occorriam na Provincia crimes e delictos assaz abundantes, por falta de efficaz policiamento sobretudo nos districtos ruraes.

Explicava-o: A um sub-delegado, por exemplo, na respectiva Freguezia ás vezes, e quase sempre ,muitas legoas distante da Cidade ou Villa, faltavam dinheiro, gente, armada, e casa de prisão.

Se queria capturar um criminoso, destruir um quilombo, ou fazer qualquer outra diligencia, importante, a bem da tranquilidade e segurança dos habitantes da Freguezia, era mister ou recorrer aos vizinhos para que se fintassem e ajudassem nessas diligencias, ao que difficilmente se prestavam (além de perder com isso certa força moral, que devia ter), ou requisitar a força da Guarda Nacional, a qual, se se reunia, era tão morosamente, com tão pouco segredo, que inutil se tornava a diligencia.

"Feita a captura de qualquer criminoso, ou indiciado de crime, novas difficuldades encontra, quer na sua retenção no lugar, e formação do processo quer na remessa para a Cadeia da Cidade, ou Villa respectiva; e daqui vem que quase geralmente taes autoridades policiaes, por muito boas intenções, que tenham de cumprir seus deveres, desanimam e fogem a compromettimentos muitas vezes inuteis, e quiçá fataes a ellas mesmas."

"A tranquillidade publica nesta Provincia não tem soffrido

alteração; a indole naturalmente pacifica de seus habitantes os leva a occuparem-se exclusivamente dos seus misteres industriaes.

Todavia não tem sido ella totalmente isenta do mal, que se deplora em algumas outras do Imperio, isto é, um ou outro assassinato, ou tentativas delle tem tido lugar, devido a rixas particulares, ou de familia, em lugares mais distantes da acção da força publica. A julgar porém pelo que se passava em annos mais remotos, devemos felicitar-nos de que os costumes publicos se vão adoçando mais, e os crimes diminuindo nesta Provincia, onde a ignorancia, e a miseria vão sendo substituidas pela civilização e industria.

Ainda ha quatro annos dizia um dos meus antecessores no seu relatorio de 1.º de março de 1842 o seguinte:

Hoje, senhores, eu não vejo na verdade essa abundancia de delictos. Em uma Provincia tão populosa como a do Rio de Janeiro, onde muitas povoações vivem, por assim dizer, entregues a sí, por que a policia local não tem meios para prevenir, não apparecem esses crimes horrorosos e frequentes, que flagellam os habitantes de muitas cidades populosas da Europa civilizada, onde a acção da policia é prompta, quer para prevenir, quer para castigar. Na capital desta Provincia, na cidade de Campos, e em geral em quase todas as villas populosas é rarissimo apparecerem assassinatos ou roubos com circunstancias aggravantes, isto honra o caracter e a indole do Povo Fluminense.

Esperemos que a acção do tempo, o derramamento da instrucção primaria por entre as classes da sociedade, a educação civil, moral, e religiosa; a civilização em fim, e a industria, com os meios, com que cumpre habilitar a policia, façam desapparecer, quanto humanamente possivel, esses crimes e delictos, de que ainda se ressente a Provincia."

CAPITULO III

Os governos ephemeros dos Viscondes de Valdetaro e Barbacena (1848) — O longo periodo de Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1848-1853) — Soluções de continuidade nas presidencias — Exercicio da presidencia por Darrigue de Faro, Visconde do Rio Bonito — Os relatorios deste vice-presidente — Excellente copia de informes — Progresso da cafeicultura na Provincia do Rio de Janeiro

Deixando Aureliano Coutinho a presidencia teve a Provincia do Rio de Janeiro dois governos absolutamente ephemeros: o do Dr. Manuel de Jesus Valdetaro mais tarde em (1886) Visconde de Valdetaro magistrado de grande prestigio accrescido algum tempo posteriormente pela correição em S. Paulo, como arbitro das questões entre fazendeiros e colonos extrangeiros e desembargador da Relação da Côrte (presidente fluminense de 4 de abril a 7 de junho de 1848) e o de Felisberto Caldeira Brant Pontes, Visconde de Barbacena (1802-1906) antigo diplomata cujo periodo decorreu de 7 de junho a 12 de outubro de 1848.

Nesta ultima data empossou-se da presidencia onde deveria permanecer quase cinco annos (até 22 de setembro de 1853) o illustre magistrado e professor de Direito, Conselheiro Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1818-1886) que acabava de presidir o Espirito Santo (de 7 de novembro de 1846 a 3 de agosto de 1848). Fôra aliás eleito deputado por esta provincia á 7.ª legislatura.

Durante o longo periodo presidencial do Conselheiro Pedreira, aliás de rara duração, no tempo do Imperio, onde os delegados do Governo-Geral tão pouco tempo permaneciam á testa de seus cargos, afastou-se o illustre politico, e amigo pessoal de D. Pedro II, da sua administração, diversas vezes, fazendo como o seu antecessor, passar o poder aos vice-presidentes. Sobretudo ao Commendador João Pereira Darrigue

de Faro (1803-1856) Visconde com Grandeza do Rio Bonito (1854) e um dos maiores lavradores do café da provincia.

A 5 de maio de 1851 delegava-lhe Coutto Ferraz o governo entregando-lhe o relatorio sobre sua administração. Nelle relatava que nos dois annos immediatos haviam as safras cafeeiras sido:

Em 1848-1849 de 8.834.714 arrobas
Em 1849-1850 de 5.736.868 arrobas

houvera pois um decrescimo de 33 por cento.

Interessantes as segunites considerações e noticias levadas ao conhecimento da Assembléa. Era um caso curioso da imposição da evidencia a pertinazes cafeicultores agora desilludidos da improficuidade de seus esforços."

"Desde que os colonos se desenganaram de que o café não produzia no clima frio de Nova Friburgo, abondonaram esta plantação, applicando-se, com muito proveito, á cultura do milho, das batatas, do feijão, da mamona e do arroz (nos pontos em que dava esta planta).

Desde que se generalisara por toda a colonia, tambem, a criação do gado vaccum e cerdum, e das aves domesticas, começara a desenvolver-se a satisfação entre os colonos e a fartura tornava-se para elles uma condição permanente."

Para este estado concorrera grandemente a prosperidade e augmento do termo de Cantagallo com a sua extraordinaria producção de café. Numerosas tropas dalli procedentes, transportando este genero para o Porto das Caixas, passavam constantemente por Nova Friburgo, onde costumavam parar, dando assim ao milho, produzido na colonia, avultado consumo, e servindo ao mesmo tempo em seu regresso, para o transporte, por modicos fretes, dos artigos de importação, que por tal causa chegavam á villa por preço mais baixo e mais ao alcance dos habitantes do lugar.

Era o milho o mais importante artigo da producção colonial; logo depois as batatas e o toucinho, que os colonos transportavam no dorso dos muares para o porto de Sant'Anna ou para o das Caixas, o primeiro a dez leguas e o segundo a dezeseis da villa.

Colonos houvera que haviam ido estabelecer-se nas vertentes do rio Macahé, onde cultivavam o café; muitos estavam ricos, e quase todos possuiam alguma fortuna. Melhor porém a sorte dos que haviam fundado lavouras no termo de Cantagallo, entre os quaes alguns que já possuiam de 50 a ......

200:000$000. Tal differença proveniente da natureza diversa do solo, e da cultura em que se empregavam!

Dahi a prosperidade notavel dos Monnerat, dos Lemgruber, dos Lutterbach por exemplo.

A primeiro de agosto de 1851 dirigia-se Darrigue de Faro á Assembléa Provincial tratando da interminavel questão das guias, longamente.

Acabara como vimos de ser solucionado pelo accordo de 17 de julho daquelle anno e já sabemos em que termos.

A exportação do café fluminense no periodo de 1850 a 1851 attingira 7.388.538 arrobas.

No anno seguinte 1852 Coutto Ferraz, que estivera ausente no parlamento, como representante do Espirito Santo, retomava o poder das mãos de Darrigue de Faro, que, a tres de maio, lhe apresentava o relatorio da sua administração.

O que nelle para nós ha de interessante vem a ser as considerações sobre a agricultura da Provincia.

A lavoura do café, principal genero da exportação fluminense progressivamente crescia, com bastante proveito para os lavradores. E o preparo do grão, se aperfeiçoava, visivelmente, em muitos pontos da Provincia.

Já a presidencia soubera dos melhoramentos introduzidos em alguns municipios de serra acima.

Tivera porém o delegado imperial, agora, a occasião de ir a Cantagallo onde percorrera parte de seu territorio podendo então observar o desenvolvimento da cultura e preparo do importantissimo producto.

Explicava-o brevemente Visconde do Rio Bonito:

"Quer na maneira de proceder se á plantação e a seu tratamento, quer no fabrico, póde-se afoutamente dizer que muitos de nossos fazendeiros já não seguem a antiga rotina de ser todo, ou quasi todo, o serviço agricola praticado por braços, ou grosseiro machinismo. Machinas das melhores que se conhecem, terreiros feitos com muita arte e cuidado, estufas mui bem preparadas, mais conveniente direcção, e divisão do serviço braçal, tudo revela um adiantamente tal, que excedeu a minha espectativa."

Fazendas havia merecendo o titulo de modelares; queria confirmar pelo depoimento proprio o que por alto dissera no relatorio antecedente. Entre ellas as do commendador Antonio Clemente Pinto, brevemente Barão de Nova Friburgo ...... (1795-1869), o opulento capitalista. Alli a par de grandes edificios de solida construcção, delineados com gosto e ordem, notavam-se, em larga escala o que se acabava de expender.

Exemplificava o Commendador Faro:

"Os despolpadores por elle empregados são mais bem acabados do que em geral costumam ser; os engenhos de socar são todos tocados por agua e por meio de pilões aperfeiçoados, tanto por sua forma oval, como pela maneira porque são movidas as mãos; os ventiladores são dos melhores, e além de separadores, onde se opera a divisão do café, segundo os diversos tamanhos dos fructos, tem cada fazenda brunidores, de ferro que servem de lustral-os, tornando-os mais limpos e mais lisos pela fricção que soffrem passando por um cylindro dentado.

Esta ultima operação, conhecida apenas em mui poucas fazendas, pois em geral os nossos fazendeiros, para brunir o café, quando o querem melhorar, lançam ainda mão do uso de pilões, serve tambem para destruir todo o germen da vegetação, e por conseguinte para impedir a absorção da humidade, e assim concorre para conservar por mais tempo o aroma e a côr dos fructos, que doutra sorte quase toda se perde durante as viagens maritimas.

Tão vantajoso é semelhante processo, que, informou-me o fazendeiro a que me refiro, no mercado o café brunido alcança, em regra, mais duzentos reis por arroba, sobre o que, embora secco e tratado com o mesmo desvelo, deixou todavia de passar por tal operação.

E é occasião de declarar que levado da conveniencia de tornar este meio mais conhecido, e de pol-o ao alcance dos fazendeiros de outros lugares, não só o tenho indicado a alguns, como a pedido destes mandei vir um modelo desse instrumento por onde possam mandal-o fazer com facilidade."

Observara tambem o presidente, em exercicio, melhoramentos nas estufas, que aliás ensaiadas em diversas outras fazendas, haviam provado mal. No emtanto tinham produzido muito bons resultados nas do commendador Clemente Pinto. Era isto atribuido pelo engenheiro Van-Erven pelo facto de haver, nestas, ventilação forçada pelo fogo, que dava entrada e renovava o ar por meio de chapas metallicas aquecidas convenientemente.

Encontrara igualmente novidade nos terreiros, que, como todos sabiam deviam merecer um dos primeiros cuidados aos fazendeiros de café.

"A sua superficie é coberta de argamassa, formada de cal de pedra, areia e pó de tijolo, a qual é lançada sobre o terreno depois de nivelado e calçado com pedras iguaes, cujos intersticios são cheios de cal e areia.

Assim preparados ganham no fim de alguns dias solida consistencia, e não só evitam os inconvenientes dos que se fazem por qualquer dos outros modos conhecidos, mas tambem não exigem metade do dispendio necessario, para ladrilhal-os ou lageal-os de cantaria, como os que possuem agluns abastados fazendeiros de Pirahy, Barra Mansa etc."

Estes, e outros melhoramentos, haviam sido, em parte, imitados por diversos fazendeiros do municipio de Cantagallo, onde a introducção de machinas aperfeiçoadas ia-se extendendo á confecção de outros productos. Queria o Commendador Faro mencionar, entre todos, o excellente moinho, mandado vir de Nova York e existente na fazenda do cidadão Raphael José da Fonseca Lontra, moinhos excentricos de Rugow, que preparavam, segundo fôra informado, vinte alqueires de milho por hora, moendo o mesmo milho com o sabugo até agora considerado inutil. Vinha pois a servir, com grande proveito, para a alimentação dos animaes e principalmente de gado cerdum.

Sua utilidade ia ainda mais longe, pois applicavam-se em pilar o arroz com perfeição, em despolpar o café, em moer a mamona e outras sementes oleoginosas e reduzindo a pó a pedra para a extracção de metaes, e o tijolo para argamassa. Prestavam-se a todo e qualquer motor, e apesar de serem de ferro, podiam graças ao tamanho ser facilmente transportados para o interior."

Tanto se impressionara o vice-presidente fluminense, com a utilidade deste moinho Rugow, que mandara comprar doze nos Estados Unidos ao preço baratissimo de 80 dollares ou 160$000 por machina! Dando demonstração cabal de que grau era o seu escrupulo, em materia de applicação dos dinheiros publicos, ressalvava Darrigue de Faro, num tom que certamente faria sorrir alguns dos seus successores e gestores da fortuna publica.

"Tomei esta responsabilidade pela certeza que tenho de que nem prejuizo della resultará á fazenda provincial, visto como serão distribuidos logo que chegarem pelos fazendeiros que indemnizarem o seu valor; e pelos pedidos que já me fizeram alguns a quem communiquei esta encommenda, calculo que muito poucos delles terão de ficar sem destino."

Não era a falta de meios pecuniarios que privava a maior parte dos agricultores fluminenses de introduzirem machinas e instrumentos uteis; e sim principalmente o não terem delles conhecimento, e muitas vezes a difficuldade de os obterem,

e o receio de despesas em experiencias, sem certeza dos resultados.

"Creio pois, que o governo presta á lavoura importante serviço sempre que prudentemente usa do expediente de que lancei mão, e que espero seja approvado pela assembléa provincial onde teem assento muitos fazendeiros que reconhecerão por sem duvida esta necessidade."

Entre os melhoramentos adoptados em outros municipios em que se cultivava o café, não deviam passar desapercebidos os que havia feito em sua fazenda, na freguezia do Paty, o commendador Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, futuro Barão de São Luiz, em 1851. Alli montara excellente machina a vapor e introduzira notaveis aperfeiçoamentos.

Em relatorio de 3 de maio de 1852 ao Vice-Presidente Darrigue de Faro, numa das diversas soluções de continuidade de seu periodo presidencial publicou o Visconde do Bom Retiro interessantes tabellas sobre particularidades do café.

Assim por exemplo o quadro dos preços medios por arroba de 1836 a 1851.

1836 a 1837	— 3.460
1837 a 1838	— 3.124
1838 a 1839	— 3.466
1839 a 1840	— 3.623
1840 a 1841	— 3.588
1841 a 1842	— 3.381
1842 a 1843	— 3.084
1843 a 1844	— 2.824
1844 a 1845	— 2.912
1845 a 1846	— 3.064
1846 a 1847	— 2.718
1847 a 1848	— 2.599
1848 a 1849	— 2.492
1849 a 1850	— 3.884
1850 a 1851	— 3.097

Tambem muito instructivo o quadro das safras não fluminenses, descriminadas pelas quatro provincias e que haviam sido exportadas pelo porto do Rio de Janeiro.

	S.Paulo	*Minas Geraes*	*Espirito Santo*	*Bahia*
1839 — 1840	842.917	189.497	25.800	25.176
1840 — 1841	806.542	234.193	54.220	19.171
1841 — 1842	699.962	301.231	33.814	26.850
1842 — 1843	764.418	264.211	25.113	12.584
1843 — 1844	965.527	348.391	35.701	24.258
1844 — 1845	947.751	348.407	55.089	18.201
1845 — 1846	949.533	370.597	32.033	12.787
1846 — 1847	1.091.094	487.544	110.998	24.851
1847 — 1848	1.196.180	746.901	115.390	7.918
1848 — 1849	1.107.033	664.808	94.149	9.709
1849 — 1850	1.286.089	96.498	118.872	40.336
1850 — 1851	1.355.643	518.122	90.875	12.490

Assim em 1839 a producção do Norte Paulista, escoada pelos portos fluminenses era pouco mais de um quarto da safra fluminense e subira, gradativamente, a ponto de doze annos mais tarde equivaler a um accresimo de cincoenta por cento do que fôra.

A mineira, que, em 1839, tão pequena ainda era, onze annos mais tarde, quintuplicara, ao passo que a pequena safra espirito santente quadruplicara. A producção bahiana remettida ao Rio de Janeiro é que pouco avultava apresentando violentas oscillações para a baixa para depois subir muito em 1850.

A exportação do Municipio da Côrte mostrava-se insignificante como se vê da tabella seguinte.

1839 —	1840 —	1.922
1840 —	1841 —	2.847
1841 —	1842 —	4.216
1842 —	1843 —	3.303
1843 —	1844 —	1.963
1844 —	1845 —	3.229
1845 —	1846 —	3.260
1846 —	1847 —	2.773
1847 —	1848 —	1.148
1848 —	1849 —	3.300
1849 —	1850 —	2.168
1850 —	1851 —	6.270

E' que provavel senão certamente, o resto da producção encontrava consumo no mercado local, na grande cidade contigua ás lavouras da Capital do Imperio.

Ainda era Darrigue de Faro quem, a primeiro de agosto de 1852 se dirigia á Assembléa Provincial em relatorio em que nada ha de particular sobre a cultura cafeeira.

A 3 de maio de 1853 deixava Coutto Ferraz, definitivamente, a presidencia da Provincia do Rio de Janeiro. Passou o poder, pela quarta vez, ao Vice-Presidente Darrigue de Faro que a 22 de setembro seguinte o transmittiria ao novo presidente Conselheiro Luiz Antonio Barbosa.

Extenso e minucioso o relatorio do futuro Barão e Visconde do Bom Retiro. Longamente tratou do progresso fabril notado na Provincia, do desenvolvimento da colonização européa e do trabalho livre ainda muito restrictos comtudo.

O novo presidente L. A. Barbosa tambem teria largo periodo quase um quatriennio, pois, só a 4 de agosto de 1857, seria substituido pelo Conselheiho Antonio Nicolau Tolentino.

Era um antigo magistrado mineiro e acabara de ser ministro da Justiça, no gabinete de 11 de maio de 1852, presidido por J. J. Rodrigues Torres (Visconde de Itaborahy). Representara Minas Geraes na quinta legislatura (1843-1844) e na oitava (1850-1852) e fôra eleito para a nona, cujo periodo de sessões seria de 1853 a 1856.

Administrou o Presidente Barbosa com grandes lapsos, como já fizeram seus antecessores. Assim, ainda em 1853, passou o governo ao 1.º vice-presidente, mais tarde conde de Baependy. No anno seguinte tomando assento na Camara era a provincia pela quinta vez administrada pelo Visconde do Rio Bonito, durante quatro mezes.

A 23 de setembro de 1853 apresentava este novo relatorio da sua gestão.

Fazia notar a eloquencia das cifras demonstradoras do accrescimo das safras da Provincia.

Haviam sido:

De 1836 a 1837	—	2.253.090	orrobas
De 1837 a 1838	—	1.501.057	”
De 1838 a 1839	—	2.862.425	”

Deste exercicio em deante iam-se avantajando sempre, notavelmente, com a entrada das lavouras novas.

De 1839 a 1840	—	4.529.312	arrobas
De 1840 a 1841	—	3.991.340	”
De 1841 a 1842	—	4.519.451	”
De 1842 a 1843	—	4.804.813	”
De 1843 a 1844	—	4.898.808	”
De 1844 a 1845	—	4.713.994	”
De 1845 a 1846	—	5.369.811	”
De 1846 a 1847	—	5.948.429	”

A partir deste millesimo ainda muito mais altas cifras pontuavam a exportação fluminense.

De 1847 a 1848	—	7.253.193	arrobas
De 1848 a 1849	—	6.505.712	”
De 1849 a 1850	—	8.031.011	”
De 1850 a 1851	—	7.836.337	”
De 1851 a 1852	—	7.535.844	”

Reflectira-se como era de esperar esta marcha ascencional da producção sobre as receitas provinciaes assim discriminadas:

1840 — 1841	—	673:677$379
1841 — 1842	—	864:601$197
1842 — 1843	—	933:752$515
1843 — 1844	—	946:587$569
1844 — 1845	—	902:814$279
1845 — 1846	—	1.098:373$000
1846 — 1847	—	1.151:506$698

1847 — 1848 —	1.183:157$500	
1848 — 1849 —	1.168:313$343	
1849 — 1850 —	1.173:036$981	
1850 — 1851 —	1.700:498$492	
1851 — 1852 —	1.724:971$442	

Dos cafés exportados pela Guanabara o contingente fluminense vinha a ser notavelmente superior ao de outras procedencias, assim avaliadas englobando toda a producção mineira, a do Norte de S. Paulo, grande parte da espirito-santense e alguma da bahiana.

1840 — 1841 —	2.034.423
1841 — 1842 —	1.066.076
1842 — 1843 —	1.069.631
1843 — 1844 —	1.375.852
1844 — 1845 —	1.372.676
1845 — 1846 —	1.368.650
1846 — 1847 —	1.717.269
1847 — 1848 —	2.074.535
1848 — 1849 —	2.329.002
1849 — 1850 —	2.413.732
1850 — 1851 —	2.230.452
1851 — 1852 —	2.125.154

Reassumiu Barbosa o poder a 14 de setembro de 1854 e, adoecendo, passou-o ao Conde de Baependy. No anno seguinte, 1855, volvendo á camara, delegou o governo ao Vice-Presidente, Dr. José Ricardo de Sá Rego, durante o periodo parlamentar e depois ao Conde de Baependy, por mais de meio anno. Em 1856 a mesma cousa! administrando a Provincia o quinto vice-presidente Antonio Nicolau Tolentino e depois o Dr. João Manuel Pereira da Silva em 1857. Administração fragmentaria por excellencia esta do senador mineiro!

Dos relatorios de seu governo é digno de nota o de 2 de maio de 1854 sobre a repressão do trafico; questão de maxima importancia como é escusado lembral-o, dada a carencia de braços cada vez mais imperiosamente reclamados pela lavoura do café.

"Nenhum desembarque de africanos illicitamente importados tem-se verificado, depois que V. Ex. passou-me a administração. As medidas empregadas pelo governo, e a vigilancia dos cruzeiros, e autoridades da terra, parecem ter completamente convencido os especuladores de que fôra temeri-

dade tental-o. Por outro lado cada vez mais se fortifica a opinião de que nada comprometterá tanto o futuro do paiz, e os verdadeiros interesses dos fazendeiros, do que a restauração do trafico.

Entretanto a crescente deficiencia de braços, e o alto preço dos escravos são tentações a que talvez nem todos possam sempre resistir; por essa razão tem-se adoptado medidas repressivas, systematicamente combinadas; e por mais que nellas confie, não entendo podermo-nos tranquillizar emquanto não fôr lei do estado o projecto, que pende do corpo legislativo, comettendo a juizo especial o julgamento dos culpados do trafico, ainda que as apprehensões se façam nos districtos do interior."

Esta exigencia de braços, que cada vez mais se tornava imperiosa, ante o positivo lucro avultado das safras de café, iria provocar, dentro em breve, o despovoamento das lavouras do Norte em proveito das do Sul, promovendo intensa grita dos lavradores da canna.

Mas a corrente era de incoercivel resistencia, mau grado a alta dos preços dos escravos, elevada, ainda, pelos impostos de sahida, lançados pelos legislativos septentrionaes.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO IV

Governo do Conselheiro Antonio Nicolau Tolentino, vice-presidente em exercicio — Seu relatorio sobremodo informativo de 1856 — A questão das guias com a Provincia de São Paulo — Inquerito mandado proceder sobre as condições do trabalho agricola — Valiosos dados

A 2 de maio de 1856 assumia o governo fluminense o Conselheiro Antonio Nicolau Tolentino, quinto vice-presidente da Provincia, numa das diversas interinidades do presidente effectivo, Conselheiro Luiz Antonio Barbosa.

O seu relatorio apresentado á Assembléa a 1.º de agosto seguinte é dos mais interessantes e abundantes de dados de toda a especie em suas publicações annexas.

A proposito do contrabando de africanos, que ainda se fazia, tal o desespero de braços para a lavoura, expendia umas tantas opiniões que se filiam á serie destes sinceros conceitos appelidados mentiras convencionaes.

Com a mais viva effusão de jubilo annunciava que desde a ultima reunião da assembléa "não fôra conspurcado nenhum ponto do littoral da provincia pelo odioso e immoral contrabando de africanos."

Logo depois, vehemente, referia-se o presidente visando a coação britannica anti-escravista.

"A permanencia que este facto vae tomando de dia a dia, é o mais energico protesto que o paiz apresenta aos olhos do mundo á indebita interferencia extranha nos nossos negocios internos."

Curioso sophisma! O contrabando de africanos era a consequencia de uma repulsa da dignidade nacional offendida!

Assim de nada valera, ou de quase nada, a actuação decisiva, e violenta mesmo, de Eusebio de Queiroz! Procedera a victoria de uma manifestação da repulsa do sentimento publico!

O governo achara então o assenso unanime do paiz inteiro

para, auxilial-o nesse empenho de honra e timbre nacional, desde que podera ser tomado como o livre e espontaneo cumprimento de um dever, e depois que a coerção extranha desistira do intento de humilhar o imperio americano.

Uma anthologia latina aberta no *risum teneatis* traria o commentario mudo a estes periodos altisonantes.

"Todas as tentativas tem sido até hoje mallogradas; no entretanto não basta isso para escarmentar o audacioso traficante, que acomette o impossivel, se no impossivel entrevê o engodo que o tenta e fascina, accrescentou o Conselheiro offerecendo nova vulnerabilidade aos reparadores conscienciosos. E concluia.

"Cumpre que a autoridade e o povo, sempre vigilantes não se deixem illudir pelo desapparecimento fallaz destes infatigaveis aventureiros, que só espreitam a occasião azada para agravar os males do paiz perpetuando nelle um elemento retardatario de nossos costumes e de nossa civiilzação.

A autoridade não está desapercebida, e na hora de conflicto ella e o povo farão o seu dever."

Apesar do accordo de 1851, continuava o caso das guias de cafés fluminenses a preoccupar muito a attenção do governo da Provincia.

Dizia o Conselheiro Tolentino: Como sabeis esta questão, de subida magnitude para os nossos recursos, tendo sido resolvida por um accordo com a provincia de Minas Geraes, de que resultara o convenio de 17 de julho de 1851, ficou ainda pendente de solução pelo que respeita á provincia de S. Paulo.

O governo paulista convidando logo depois daquelle convenio a presidencia fluminense a entrar em ajuste sobre este interessante assumpto, não conseguira ainda chegar a uma decisão.

O convenio com a presidencia de Minas Geraes, havendo sido feito pelo prazo de tres annos, já se achava terminado desde 1854; continuava porém ainda a observar-se sob as mesmas bases, embora não renovado, conforme autorização legislativa especial.

A presidencia de S. Paulo deixara sem resposta, havia dois annos, o ultimo officio fluminense o de 27 de outubro de 1854!

O presidente paulista accusando a remessa da lei de 29 de setembro de 1854, inquirira se o governo fluminense estava habilitado a entrar em ajuste acceitando as bases estabelecidas no artigo 9.º do orçamento paulista.

"Rezava este: O governo fica autorizado a celebrar com a presidencia do Rio de Janeiro um convenio em que se regule o pagamento dos direitos de sahida devidos a esta provincia, pela exportação do café de sua producção, que demandar o mercado da praça do Rio de Janeiro, não devendo o referido convenio ser feito por mais de dois annos, e nem com menos de vinte por cento em favor desta provincia da totalidade da arrecadação, que se fizer na mesa provincial do consulado do Rio de Janeiro."

"Não obstante o sobredito convenio, o governo dará as providencias para que se continue a escripturação da sahida de todo o café da provincia afim de que se conheça a sua producção. O convenio abrangerá os direitos de café exportado pelo Ariró já recebidos no dito consulado, e não restituidos ao cofre desta provincia, mas estes direitos serão contractados na razão de 14 a 20 %."

Respondendo, declarara a presidencia fluminense que, habilitada a entrar no ajuste em questão, não julgava a provincia de S. Paulo com direito a uma quota de 20 % de total arrecadado, em face dos dados fornecidos pela exportação dos annos de 1846 a 1849.

Quanto á questão da exportação do café pelo Ariró, pedia explicações a respeito, visto nada constar sobre a reclamação que semelhante lei intentava. E o caso ficara em suspenso até então.

A pretensão dos 20 % sobre a totalidade da arrecadação da Mesa Provincial do Rio de Janeiro era, ao ver do Conselheiro Tolentino, exigencia que subia de ponto, em exageração. Pelos dados officiaes via-se que o termo medio da exportação do café, pela Mesa Provincial Fluminense, e por conta de S. Paulo, correspondia a 1.263.000 arrobas por anno, equivalente a Rs. 4.782:569$194; devendo por consequencia caber-lhe uma quota de imposto, se o convenio existisse, na importancia de Rs. 191:302$767.

Exigindo, porém, aquella provincia receber 20 % da totalidade da arrecadação, pretendia que a exportação deste genero de sua peculiar producção, feita pela dita mesa, fosse igual a 1.954.023 arrobas por anno, o que corresponderia a um valor de Rs. 7.399:083$952; devendo portanto caber-lhe do imposto uma quota de Rs. 295:963$358.

Nenhuma boa razão assistia á provincia de S. Paulo para pretender tal convenio, injustificado pelos dados estatisticos constantes, colligidos na estação exportadora do porto do Rio de Janeiro.

"No entretanto, declarava o Presidente Tolentino, tenho a crença de que um accordo equitativo, fundado em bases menos arbitrarias e que poderiam ser estabelecidas pela estatistica da exportação deste producto, que se pudesse organizar sobre documentos publicos da provincia de S. Paulo, e pelos que existem nesta, bonificaria immensamente os interesses de ambas, não só pelo lado da arrecadação, como pela repressão da fraude que semelhante facto importaria, conciliando-se assim interesses que jamais devem estar em antagonismo, visto como partes integrantes da sociedade brasileira, as provincias não podem deixar de convergir todas para o mesmo fim de harmonizar, servir e augmentar esses interesses em vantagem da prosperidade geral, de que são participes."

Fôra o administrador da mesa provincial incumbido de visitar as diversas repartições exactoras da provincia e inspeccional-as severamente.

E desempenhara tal commissão, com muito zelo e intelligencia.

A' vista de seu relatorio, apresentado pelo inspector da thesouraria ia a Presidencia tomar algumas medidas administrativas afim de moralizar a fiscalização e melhoral-a.

Entre ellas a remoção, para as povoações do mesmo nome, dos registros de Mambucaba e Paraty. Convinha o Conselheiro Tolentino em que o systema de guias cobrindo o café, provindo das provincias limitrophes, era por sua natureza susceptivel de fraudes, difficilmente dominaveis. Apresentava-se além disso vexatoria em sua verificação fiscal nos pontos em que devia ser feito, conforme a exigencia legal. Esta mandava fazer a conferencia das guias com o genero por ellas acompanhado, pesando-se ou medindo-se-o, sempre que pela simples inspecção occular houvesse suspeita de differença.

O resultado pratico de semelhante exigencia, para obliterar os seus inconvenientes, era que nos registos calculavam-se pelo numero de animaes carregados as quantidades expressas nas guias como as realmente transportadas; excesso preenchido no acto da exportação pela mesa provincial com café fluminense, passivel de imposto, e, no emtanto isento da taxação, visto os portadores das guias com elle completarem a differença proveniente do modo pelo qual era feita a conferencia.

Além deste facto, prejudicador do computo da exportação do café de producção fluminense tinha a Presidencia ainda informações muito exactas de que era guiado, como sendo de

São Paulo, café do Rio de Janeiro; nem isto constituia facto novo, embora não assumisse agora as proporções de outróra.

Ao finalizar a exposição reportava-se o Presidente Tolentino a uma solução decorrente de possivel desmembramento do territorio paulista, em favor do fluminense, solução, no seu dizer sympathica a certa parte da população interessada: a do municipio de Bananal.

Tal solução, realizavel outróra, torna-se-ia absolutamente fora de cogitação das partes contractantes pelo facto de ferir o espirito regionalista.

Concluia o Presidente:

"A annexação de Bananal ao territorio desta provincia, onde está encravado, é uma providencia que conciliaria interesses muito attendiveis, e uma reclamação justificada dos habitantes daquelle municipio, que a tem solicitado com instancia. As divisas naturaes, o commodo dos municipios as necessidades do fisco, devem por sem duvida merecer dos poderes do estado o favoravel deferimento de semelhante pretenção."

Delles pende o meio mais adequado para a repressão da fraude que prejudica os nossos cofres, e que desappareceria inteiramente com a acquiescencia da provincia de S. Paulo a um convenio de mutuo interesse, e no qual fôra ella por certo a mais bem aquinhoada.

Lisongeio-me de chegarmos a esse accordo, porque para elle dão-se todas as razões de reciproca conveniencia, que me proponho a sujeitar opportunamente ao illustrado juizo da presidencia daquella provincia."

Em apenso ao Relatorio do Conselheiro Tolentino vem uma serie de dados muito interessantes procedentes do inquerito que mandara instaurar em muitos dos principaes municipios da Provincia sobre questões agricolas.

Municipios	Qual o preço medio da braça quadrada de terreno em cada municipio?	Em quanto importa a preparação de cem braças em quadra de terra virgem?	Cem braças em quadra de terreno quantos alqueires de milho, feijão, etc. produzem?
Em Angra dos Reis	3$500	Derrubar . . . . . 80$000 Limpar . . . . . . 50$000 Fazer covas . . . . 40$000	460 alqueires de feijão, 70 de milho, 90 de arroz, 300 de farinha, 175 arrobas de café, 1.000 de carás.
Em S. João do Principe (S. João Marcos)	1$000 a 1$500	300$000	100 alqueires de milho, e juntos 50 de feijão e 20 de arroz.
São Fidelis	700 réis	Derrubar . . . . . 80$000 Roçar . . . . 50$000 Limpar . . . . . . 24$000 Plantar . . . . . . 12$000	180 alqueires de milho, 90 de feijão, 200 de arroz, 1.000 de farinha, 8.000 pés de café.
S. João da Barra	1$000 a 10$000	150$000	100 alqueires de feijão, 90 de milho, 1.200 de farinha, 200 de arroz, 1.000 arrobas de assucar, 15 pipas de aguardente.
Mangaratiba	500 réis	Derrubar . . . . . 400$000 Limpar . . . . . . 300$000 Fazer covas . . . . 100$000	80 alqueires de milho, 90 de feijão, 300 de farinha café de 3 annos 240 arrobas.
Magé	1$000	Derrubar . . . . . 100$000 Roçar . . . . . . 50$000 Fazer covas . . . . 90$000	150 alqueires de feijão, 300 de milho, 800 de farinha, 600 de arroz, café de 6 annos 396 arrobas.
Parahyba do Sul	2$000	Derrubar . . . . . 80$000 Roçar . . . . 100$000 Limpar . . . . . 20$000 Fazer covas . . . . . 40$000	150 arrobas de café, 200 alqueires de milho, 80 de feijão, 30 de arroz etc.
Rezende	50$000 a 100$000 por alqueire de planta de milho	Derrubar . . . . . 50$000 Limpar . . . . . . 25$000 Preparar . . . . . . 25$000	60 alqueires de milho, 150 de arroz, 60 de feijão, 150 de farinha, café 50 arrobas.
Rio Claro	2$000	Roçar, derrubar e queimar . . . . 60$000	30 alqueires de feijão, 100 de milho, 200 de arroz, café 50 arrobas.
Valença	1$333	Derrubar, roçar e queimar. . . . . 202$000	150 alqueires de milho, 100 de feijão, 200 de farinha, café 320 arrobas.
Vassouras	4$000 e 6$000 conforme o lugar.	500$000	150 alqueires de milho, 70 de feijão, 780 de farinha, café 300 arrobas.

Municipios	Qual o valor dos generos produzidos em cem braças em quadro de terreno, sendo vendido ali, ou no lugar mais proximo?	Qual o preço medio dos salarios dos trabalhadores de terra e officiaes de officios em cada municipio?	Porque quantia diaria se alimenta um trabalhador em cada municipio, e quanto lhe é preciso para ter casa e vestir-se?
Angra dos Reis	Café . . . . 813$000 Milho . . . . 157$000 Arroz . . . . . . 189$000 Feijão . . . . . . 166$000 Farinha . . . . . . 600$000 Carás . . . . . . 16$000	Trabalhador de enchada 560 réis diarios, official de officio 1$580.	Alimento diario 400 réis, aluguel de casa 4$000 por mez, vestuario 4$080 mensaes.
S. João do Principe	Milho . . . . . . 200$000 Feijão . . . . . . 200$000 Arroz . . . . . . 40$000 Café . . . . 600$000	Trabalhador de enchada.... 1$000, official de officio 1$280 a 2$000.	
S. Fidelis	Milho . . . . . 180$000 Feijão . . . . . . 225$000 Arroz . . . . . . 200$000 Farinha . . . . . 3:200$000 Café . . . . . . 900$000	Trabalhador de enchada ... 1$600, official de officio ..... 2$000.	Alimento diario 500 réis, aluguel de casa 6$000 por mez vestuarios 30$000 annuaes.
S. João da Barra	Milho . . . . . . 194$400 Feijão . . . . . 240$000 Farinha . . . . . 2:400$000 Arroz . . . . . 400$000 Assucar . . . . . 3:000$000	Trabalhador de enchada 600 réis e sustento, o official de officio 1$800 e sustento.	Alimento diario 400 réis aluguel de casa e vestuario 12$000 mensaes.
Mangaratiba	Milho . . . . . 160$000 Feijão . . . . . . 450$000 Farinha . . . . . 720$000 Café . . . . . . 1:200$000	Trabalhador de enchada 800 réis e sustento, official de officio 1$400 e sustento.	Alimento diario 400 réis, aluguel de casa 5$000 por mez, vestuario 40$000 annuaes.
Magé	Milho . . . . . 600$000 Feijão . . . . . . 750$000 Farinha . . . . 1:760$000 Arroz . . . . . . 600$000 Café . . . . . . 990$000	Trabalhador de enchada ... 12$000 e 16$000 por mez, official de officio 1$200 a 2$000 diarios.	Alimento diario 580 réis, aluguel de casa 2$000 por mez.
Parahyba do Sul	Milho. . . . . . 200$000 Feijão . . . . . . 160$000 Arroz . . . . . . 45$000 Café . . . . . . 300$000	Trabalhador de enchada 540 réis e sustento, official de officio 2$000.	Alimento diario 600 réis aluguel de casa 6$000 por mez, vestuario 36$000 annuaes.
Rezende	Milho . . . . . 120$000 Feijão . . . . . . 240$000 Arroz . . . . . . 300$000 Farinha . . . . . 480$000	Trabalhador de enchada.... 800 réis.	Alimento diario 400 réis.
Rio Claro	Milho . . . . . 250$000 Feijão . . . . . . 180$000 Arroz . . . . . . 400$000 Café . . . . . . 100$000	Trabalhador de enchada.... 600 réis e sustento, official de officio 2$000 e sustento	Alimento diario 800 réis, aluguel de casa 7$000 por mez, vestuario 25$000 annuaes.
Valença	Milho . . . . . 300$000 Feijão . . . . . . 250$000 Farinha . . . . . 500$000 Café . . . . . . 640$000	Trabalhador de enchada.... 800 réis e sustento, official de officio 1$500 e sustento.	Alimento diario 400 réis, aluguel de casa e vestuario 9$600 mensaes.
Vassouras	Milho . . . . . . 450$000 Feijão . . . . . . 245$000 Farinha . . . . . . 240$000 Café . . . . 1:140$000	Trabalhador de enchada.... 200$000 por anno e sustento, official de officio 2$000 diarios.	Alimento, casa e vestuario dos trabalhadores 250$000 annuaes, dos officiaes de officio 280$000.

Como vemos é muito lacunoso o quadro apresentado pelo Conselheiro Tolentino, Basta lembrar que muitos dos principaes municipios nelle não figuram como Campos, Cantagallo, Barra Mansa, por exemplo.

Nelle se nota grande disparidade de informações; taes, até, que as julgamos absolutamente erroneas.

Não é crivel por exemplo que tão notavel differença existisse entre os preços de terras de municipios contiguos, igualmente importantissimos como Vassouras e Valença, quando ambos era fundamentalmente cafeeiros.

Em Vassouras o alqueire de chão (10.000 braças quadradas) ou 48.400 m2, ou cem braças em quadra, valeria, em termo medio, 50 contos de réis o que é enorme. Isto elevaria o preço de uma fazenda de 100 alqueires de terra, para 400 ou 500 mil cafeeiros, em termo medio, a cinco mil contos réis! Vender-se-ia em 1856 o pé de café em Vassouras entre 10 e 12$500, a mais de uma libra esterlina, o que nos parece absolueamente inadmissivel. Em 1851 foi o cafezal do Barão de Vassouras avaliado a 200 rs. por arvore!, reza o inventario da sua primeira mulher. Em Valença o alqueire de chão valeria apenas 13:330$000; cem alqueires 1.333 contos de réis e o cafeeiro se venderia a 2$666 rs. apenas!

No emtanto como em Valença a colheita de café por alqueire de chão era de 320 arrobas e em Vassouras 300, chega-se ao absurdo de que um cafezal de Valença de 500.000 pés produzindo 32.000 arrobas valia quase quatro vezes menos do que outro de Vassouras produzindo na mesma area 30.000 arrobas!

Está o quadro cheio de incongruencias inacceitaveis como se deprehende do seguinte confronto:

Vassouras 300 arrobas por alqueire de chão ou .	1:140$000
Valença 320 arrobas por alqueire de chão ou . .	640$000
Parahyba do Sul, 150 ar. por alqueire de chão ou	300$000

Assim valia a arroba de café vassourense 3$800 rs. e a de café valenciano e parahybano apenas 2$000!

Não é crivel que as differenças de cotação fossem attribuidas a conta de despesas de transporte.

De Vassouras aô Rio de Janeiro, havia, então, pelas estradas do tempo, uns 130 kilometros, contavam-se mais trinta até Valença. Como explicar-se pois tal disparidade de preços?

Pelos dados do Conselheiro Tolentino e admittindo que

cada alqueire de chão levasse de 4 a 5.000 arvores, o que não era muito, vemos que em 1856 a producção seria:

Em Vassouras de 50 a 60 arrobas por mil pés
Em Valença de 53 a 64 arrobas por mil pés
Em Parahyba do Sul de 30 a 32 arrobas por mil pés
Em Rezende de 8 a 10 arrobas por mil pés
Em Angra dos Reis de 30 a 37 arrobas por mil pés
Em Mangaratiba de 40 a 48 arrobas por mil pés
Em Magé de 66 a 79 arrobas por mil pés
Em Rio Claro de 8 a 10 arrobas por mil pés.

Pelo que reza o quadro era quase mais conveniente ter cafezal em Mangaratiba do que em Vassouras, em Angra e Magé do que em Valença, Parahyba e S. João Marcos!

Rendia por alqueire de chão a colheita de café:

Em Mangaratiba	1:200$000
Em Vassouras	1:140$000
Em Magé..	990$000
Em Angra dos Reis	813$000
Em Valença	640$000
Em S. João Marcos	600$000
Em Parahyba do Sul	300$000

Pelo quadro presidencial Rio Claro estava totalmente esgotado.

Curioso o confronto do salario agricola e o custo diario da vida, mostrando quanto era elle baixo em relação ás exigencias da alimentação.

	Réis
Em Angra	560 e 400
Em Mangaratiba	1.200 e 400
Em Parahyba do Sul	1.240 e 600
Em Valença	1.200 e 400
Em Rio Claro	1.400 e 800
Em Rezende	800 e 400

Os melhores salarios eram os de S. Fidelis, lugar de lavouras novas (1$600) com baixo preço de vida (500 rs.).

Quanto ao preparo da terra corriam nos municipios cafeeiros os seguintes preços para derrubar, roçar, queimar, limpar e covear o alqueire de chão.

Em Vassouras	500$000
Em S. João Marcos	300$000
Em Valença	202$000
Em Magé	240$000
Em Parahyba do Sul	260$000
Em Mangaratiba	800$000
Em S. Fidelis	166$000!!
Em Angra dos Reis	170$000

Estas informações não pódem ser tidas a conta de fidedignas.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO V

Presidencias de Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, do Conselheiro Dr. João de Almeida Pereira Filho e de Silveira da Motta, Barão de Villa Franca — Crise financeira séria — Presidencias de Oliveira Bello, Lopes Leão, Chrispiniano Soares e Souza Franco (1861-1865) — Flagello dos cafezaes por um lepidoptero — Terriveis prejuizos

A 30 de outubro de 1858 era o grande José Maria da Silva Paranhos empossado do governo, como 16.º presidente da provincia fluminense, nomeado que fôra quatro dias antes.

Estava em pleno apogeu da extraordinaria carreira de servidor, benemerito entre os benemeritos, do paiz de que foi um dos mais gloriosos filhos.

Já aliás em 1847 exercera, por uns mezes, o governo fluminense ahi como vice-presidente. Muito rapido deveria ser o seu periodo governamental. Nomeado o futuro Visconde do Rio Branco ministro de extranjeiros do gabinete de 12 de dezembro de 1858, presidido pelo Visconde de Abaeté, passou a administração ao 1.º Vice-Presidente, Conde de Baependy, que, dias depois, a 10 de janeiro de 1859, o transmittia ao novo presidente Dr. João de Almeida Pereira Filho, fluminense, deputado pelo 4.º districto da Provnicia a 10ª legislatura.

Muito pouco tambem se demoraria o Dr. Almeida Pereira á testa do governo provincial pois já a 25 de abril de 1859 apresentava o relatorio ao seu substituto Dr. Ignacio Francisco Silveira da Motta, desejoso como se achava de voltar ao parlamento.

Em 3 de setembro seguinte seria convidado como ministro do Imperio, para o gabinete de 10 de agosto deste mesmo anno, presidido pelo Conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguayana).

No relatorio a que alludimos, dizia brevemente o Con-

selheiro Almeida Pereira ao futuro Barão de Villa Franca e ao tratar do estado financeiro da Provincia.

"E' este o objecto mais importante, para o qual deve convergir toda a attenção da administração, o assumpto mais grave sobre o qual tenho de informar a V. Ex. Ennunciou o sabio ministro de Henrique IV uma verdade inconcussa, falando acerca das finanças, disse, que eram ellas o objecto mais importante dos governos, que sem ellas nada se podia fazer, que dellas dependia a prosperidade e ruina dos Imperios."

Durante assaz largo prazo caminhara a provincia do Rio de Janeiro sob os melhores auspicios, vendo o progressivo augmento das rendas, e alimentando a agradavel esperança de poder dispor de maiores recursos para desenvolver e melhorar os seus transportes, a instrucção publica, melhor garantir a segurança individual e a da propriedade, e acudir emfim ás necessidades mais importantes dos diversos ramos da administração.

Olhava para o futuro com certa confiança inspirada pelo ardente desejo de attender a todos os reclamos do progresso. Esta confiança e optimismo do espirito publico, aliás não só na provincia fluminense, como em todas as outras do Imperio, imprimira nova directriz ás idéas: a politica dos melhoramentos materiaes fôra saudada com enthusiasmo; a febre das emprezas apoderara-se dos espiritos mais calmos.

Sob o impulso de tal movimento não se cogitara de que a fonte da prosperidade publica viesse a diminuir de volume; sacara-se largamente sobre o futuro na convicção de que as antecipações pudessem saldar-se conjunctamente com as contas do presente.

Chegara porém a época, de que se receiavam os espiritos até então havidos por timoratos; a diminuição do trabalho escravo, não suprido convenientemente, e na mesma proporção, pelos braços livres, trouxera a diminuição da producção; os salarios elevaram-se, a alimentação tornara-se difficil e excessivamente cara; a mão de obra já tão custosa subira a exagerado preço num paiz nascente que quase tudo tinha a fazer, precisava de estradas e canaes para o transporte dos productos e melhorar todos os serviços administrativos. O funccionalismo augmentara e as novas necessidades da época haviam exigido a majoração dos seus vencimentos.

Destas e de outras circumstancias decorriam serias difficuldades ás finanças da Provincia; cujos ultimos exercicios

manifestavam desiquilibrio entre a despesa e a receita, e os futuros ameaçavam o mesmo resultado.

Em presença de tal estado de cousas a posição da administração era dolorosa e impopular: dolorosa, porque muitas vezes não pudera, por falta de meios, satisfazer a necessidades reconhecidas; impopular, porque, não satisfazendo taes necessidades, haviam os clamores surgido não se imputando a não satisfação dellas a sua verdadeira causa, a deficiencia dos meios.

A divida fundada principal, equivalente a .... 4.064:500$000, vencia juros annuaes de 243:870$000; a fluctuante, já verificada, importava em mais de 1.200 contos; e um deficit de 767:381$000, previsto na lei orçamentaria, teria de elevar-se seguramente a somma muito avultada, no fim do exercicio, apesar da maior cautela e prudencia na decretação de novas despesas; obrigada a Presidencia a mandar proceder reparos nas estradas sobremodo damnificadas pelas continuas e abundantes chuvas estivaes; ameaçada do decrescimo da receita ainda maior do que no exercicio passado, porque tudo conspirava para a diminuição da producção cafeeira; só as medidas vigorosas e muita circumspecção conseguiriam, no fim de alguns annos, tirar a Provincia dos embaraços presentes.

Era esta verdade deploravel que aos espiritos timoratos pareceria inconveniente proclamar-se mas que no entender do Presidente devia ennunciar-se com franqueza; não para se cruzarem os braços e deixar ao tempo a cura do mal; mas para haver a coragem de apalpar a chaga e applicar-lhe remedios efficazes; não para criar o desanimo e o esmorecimento. mas para activar o espirito e redobrar de esforços tendentes a remediar o mal.

Em presença do estado pouco lisongeiro das finanças provinciaes não havia, entretanto, motivo fundado para receiar-se a impossibilidade de seu restabelecimento sem o emprego de medidas vigorosas que acarretassem novos sacrificios á lavoura cafeeira, principal base da producção fluminense.

Em regra geral o systema financeiro melhorava ou pelo augmento da receita ou pela compressão das despesas.

Numa quadra em que a principal fonte da riqueza publica, o café, estorcia-se no meio de sérias difficuldades, não era por certo a occasião a mais azada para exigir-lhe novos sacrificios, elevando-se o preço dos tributos que sobre ella pesavam, ou criando novos impostos. O augmento pois da receita, por meio desta medida ou outra, que não fosse simplesmente fis-

cal, em ordem a tornar mais effectiva a arrecadação não parecia conveniente ao presidente demissionario. Nem a julgava aconselhada pela prudencia.

Pelo contrario cria estar bem convencido, até, que a simples reducção, em algumas verbas de despesa, a severa fiscalização no dispendio dos dinheiros provinciaes, seriam sufficientes para se restabelecerem as finanças fluminenses, uma vez que não se augmentassem, sem maior prudencia, os empenhos dos seus cofres.

A garantia de juros, concedida a algumas empresas, era verba de despesa que não se devia, por forma alguma, majorar, porque embora tendesse a alimentar serviços productivos, não podiam, naquelle momento, os cofres provinciaes supportar taes accrescimos, sem grave damno para o futuro da provincia.

A 25 de abril de 1859 era nomeado presidente da Provincia do Rio de Janeiro o Dr. Ignacio Francisco Silveira da Motta (1815-1885) goyano, bacharel em direito, magistrado. Já presidira o Piauhy, em 1849, e o Ceará, em 1850. Seria, em 1875, agraciado com o titulo de Barão de Villa Franca. No seu relatorio, de primeiro de agosto de 1859, há dois quadros interessantes para a historia estatistica do café.

No primeiro comparavam-se a exportação fluminense e a das demais provincias nas zonas tributarias do porto do Rio de Janeiro, nos exercicios de 1852-1853 a 1858-1859.

Annos	*Prov. do Rio*	*Minas*	*S. Paulo*
1852-1853	7.505.844	748.033	1.247.938
1853-1854	6.535.113	648.698	1.030.642
1854-1855	7.988.550	792.971	1.249.338
1855-1856	9.369.107	930.009	1.562.426
1856-1857	8.602.057	853.879	1.356.246
1857-1858	8.097.873	803.822	924.773
1858-1859	7.573.259	753.733	1.232.454

Das demais procedencias eram as exportações pequenas:

	M. Neutro	*Bahia*	*E. Santo*
1852-1853	2.770	20.825	96.125
1853-1854	840	17.524	98.106
1854-1855	1.226	16.214	98.045
1855-1856	671	28.247	162.517

1856-1857	2.596	50.680	177.881
1857-1858	3.058	19.114	168.499
1858-1859	4.277	22.666	143.975

Assim as safras mineiras se haviam mantido no ultimo heptennio nos mesmos limites, como aliás as paulistas; assim tambem as fluminenses.

As proporções da ultima safra cafeeira eram segundo o Conselheiro Silveira da Motta:

Safra fluminense	78,41
Safra paulista	12,13
Safra mineira	7,78
Safra espiritosantense.	1,39
Safra bahiana	0,26
Safra carioca	0,03

Quase dois annos governou o futuro Barão de Villa Franca a provincia fluminense. A 13 de abril de 1861 passava o poder ao Dr. José Ricardo de Sá Rego, antigo presidente de Minas Geraes (1850-1852) e vice-presidente actual da do Rio. Este, cinco mezes mais tarde, a 21 de setembro, transmittia-o ao Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, 15° presidente fluminense magistrado e parlamentar constantemente eleito deputado pelo Rio Grande do Sul desde a 6.ª legislatura (1845).

A 4 de maio de 1826 devendo voltar á Camara passava o governo da provincia ao Vice-Presidente José Norberto dos Santos a quem apresentava relatorio.

Tratou bem largamente da terrivel e recente praga devastadora dos cafezaes representada por um lepidoptero que devorava a vestimenta das arvores, como veremos em lugar opportuno.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO VI

As presidencias de Oliveira Bello, Lopes de Leão, Chrispiniano Soares, Souza Franco, Taques, Barão de São Diogo, Benevides, Josino do Nascimento e Silva — Diversas presidencias de curta duração (1864-1872) — Apogeu da lavoura cafeeira fluminense — Dados estatisticos muito mais completos e extensos

No relatorio de Oliveira Bello occorrem informações interessantes sobre preços de escravos.

Assim avaliava um tropeiro de 40 annos em 1:600$000, um pedreiro de 35, em 1:500$000 um moleque adolescente, quasi moço, em 1:400$000.

Duas mulheres moças, e prendadas, para mucamas, em 1:300$000 cada uma, dois molecotes de 3 e 2 annos em 500 e 450$000. Um de peito com tres mezes em 150$000.

Mostram estes dados quanto subira o valor dos escravos, constantemente. Um rapazote de 10 annos vendia-se de 800$ a conto de réis.

Quanto aos animaes os preços médios eram para os bois carreiros 80$000, as vaccas 22$500, os garrotes 30$000 e os bezerros 10$000. Uma besta de cangalha, e arreiada, valia 30$000 e um cavallo 50$000.

Nos relatorios dos tres presidentes que succederam a Oliveira Bello quase nada ha de interessante, em materia cafeeira.

A 3 de maio immediato transmittia Tavares Bastos o poder ao decimo setimo presidente fluminense, Dr. João Chrispiniano Soares, celebre jurisconsulto e famoso lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, e seu relatorio é porém, da maior pobreza acerca do nosso assumpto.

Sete mezes apenas presidiria Chrispiniano Soares a circumscripção fluminense. No seu relatorio á Assembléa Provincial a 9 de outubro de 1864, quase nada encontramos que nos interesse. Apenas refere que apesar dos esforços da

administração publica continuava o commercio criminoso das guias, altamente defraudador das receitas provinciaes. E apontando o volume das ultimas safras cafeeiras mostrava quanto a terrivel borboletinha prejudicara a producção fluminense.

Haviam as colheitas exportadas sido:

	Arrobas
Em 1860-1861	7.554.735
Em 1861-1862	5.136.564
Em 1862-1863	4.869.182

O substituto de Chrispiniano Soares foi o illustre homem de estado Conselheiro Bernardo de Souza Franco, antigo presidente do Pará (1839) e Alagôas (1844). Deputado á Assembléa Geral pelo Pará, sua provincia natal de 1838 a 1852, Senador do Imperio pela mesma provincia em 1855, ministro de extrangeiros em 1848 e da fazenda em 1857, conselheiro de estado em 1859.

Empossado presidente do Rio de Janeiro, a 3 de novembro de 1864 só teria substituto effectivo mais de um anno mais tarde, a 7 de dezembro de 1865. Effectivamente governou muito pouco, pois voltando ao Senado deixou o governo ao vice-presidente Tavares Bastos a 6 de maio de 1865 retomou-o a 11 de julho exercendo-o até 22 de setembro. Foi Tavares Bastos quem o transmittiu ao decimo nono presidente fluminense, Conselheiro Domiciano Leite Ribeiro, dentro em breve Visconde de Araxá, a 7 de dezembro de 1865.

No relatorio deste presidente nada ha que interesse ao nosso assumpto.

Araxá apenas governaria mezes. Era deputado pelo quarto districto de Minas Geraes e voltou á Camara a 3 de maio de 1866. Assim assumiu Tavares Bastos, novamente, a vice-presidencia effectiva.

Curto foi o novo governo de Tavares Bastos. A 4 de outubro de 1866 era empossado da presidencia o Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, magistrado que acabava de presidir Alagôas (1865-1866) e já presidira o Rio Grande do Sul (1863-1864).

Continuava o detestavel systema das presidencias semestraes e trimestraes que tanto prejudicavam a administração imperial.

Eleito deputado por Alagôas passou Barros Pimentel o governo ao vice-presidente Eduardo Pindahyba de Mattos, a 13 de maio de 1867, e este o exerceu até 30 de setembro seguinte.

Retomou as redeas da administração deste dia até 21 de fevereiro de 1868.

Não encontramos relatorio de sua lavra nem de seu vice presidente.

Após interinidade de dias por parte de Pindahyba de Mattos, empossou-se a 10 de março de 1868, da presidencia fluminense, o illustre paulista, presidente da Parahyba de 1866 a 1867, Americo Brasiliense de Almeida Mello, mas por dois mezes apenas! Eleito deputado pelo primeiro districto de São Paulo, para a 13.ª legislatura (1867-1870) voltou á Camara, a 9 de maio de 1868 e não reassumiu o governo fluminense que coube novamente a Pindahyba de Mattos.

Não conhecemos documentos sobre estas administrações tão curtas. Em julho de 1868 occorria a grande crise politica provocada pelo Imperador por causa do andamento da campanha do Paraguay, e a 16 de julho de 1868 subiam ao poder os conservadores com o gabinete presidido pelo illustre Visconde de Itaborahy.

A 30 de julho de 1868 empossava-se do governo fluminense o Conselheiro Dr. Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, antigo magistrado, prestigioso homem publico que já occupara muitos dos mais altos cargos da administração publica como as presidencias do Rio Grande do Norte (1849) Maranhão (1857) Pernambuco (1857). Fôra, em 1861, ministro de extrangeiros do gabinete de 2 de março, presidido por Caxias e representara diversas vezes a Bahia na Camara dos Deputados, ininterruptamente da 7.ª á 11.ª legislatura (1848-1864).

No relatorio da sua curtissima presidencia, apresentada ao seu successor, Desembargador Diogo Teixeira de Macedo vice-presidente da Provincia a 18 de maio de 1869 nada encontramos sobre a lavoura cafeeira.

Este ultimo dirigia-se á Assembléa provincial a primeiro de outubro de 1869. Era homem de bella reputação e representara a Provincia na 9.ª legislatura (1850-1856). Falando da lavoura cafeeira observava o futuro Barão de São Diogo:

"A cultura do café que, ninguem o ignora quase supplantou a da canna, continua, apesar dos vantajosos lucros apresentados, em estado por assim dizer primitivo. Alguns melho-

ramentos, e esses. ainda muito limitados foram introduzidos nos terreiros, despolpadores e ventiladores.

A industria dos Estados Unidos auxiliava a lavoura brasileira, offerecendo-lhe algumas machinas para o preparo do café, como as installadas pelo barão das Tres Barras, na Parahyba do Sul, o barão de Nova Friburgo, em Cantagallo, e outros fazendeiros ricos e progressistas. Dellas iam obtendo, todos, grandes vantagens.

Começavam alguns lavradores a estercar os cafezaes, mas a vastidão e a extrema declividade dos terrenos, exactamente os mais adequados á cultura cafeeira, tornavam difficil senão impossivel o emprego, em grande escala, de meios artificiaes de fertilização.

A praga, que, havia annos, atacara os cafezaes, com grande intensidade, diminuira consideravelmente; todavia, apezar dos estragos produzidos e da constante irregularidade das colheitas, tal o incremento das novas plantações, que a exportação do tão precioso genero constantemente augmentara constituindo a fonte mais productiva da receita provincial.

Os lavradores não se aventuravam a innovação sem certeza dos resultados, dahi a necessidade de estabelecimentos normaes para o ensino theorico e pratico dos melhores systemas de cultura.

Faltavam, e muito, ao Brasil, escolas desta natureza; e nas cidades, de onde se irradiava a luz da civilização para o interior, não encontravam os agricultores exemplos aproveitaveis para os trabalhos ruraes.

A esta falta de estimulo attribuia o presidente o que se dava junto aos maiores centros urbanos do paiz.

Nos suburbios da Côrte, e de Nictheroy, aos melhores terrenos cobriam capinzaes. Era o capim, sem duvida alguma, producto de maior interesse, não só pelo pouco cuidado que exigia, como pelo grande consumo delle feito para sustento dos animaes do trafego urbano.

Além de nociva á saúde publica, nada mais antagonico do progresso do que tal genero de plantações. Entretanto, uma vez que, como em outros paizes, se procurasse dar aos animaes alimento fenado podendo vir de longe, e mais conveniente a sua saúde e robustez, todos estes importantes terrenos dos capinzaes se destinariam a horticultura e pomicultura. E o abastecimento de legumes e fructas aos mercados das cidades não seria o unico proveito de tal mudança. Teria sempre o agricultor occasião de observar a pratica de melhores processos de lavrar e fertilizar a terra. E o desejo natural de

augmentar os recursos o levaria a adoptar um systema de cultura, de cujas vantagens já não poderia duvidar.

Em seu relatorio de 1869 ao mesmo Desembargador Diogo Teixeira de Macedo ministrava o contador geral da Provincia, Pedro Antonio Gomes Junior, valiosos dados sobre as quantidades de café exportado, passadas pela mesa provincial do Rio de Janeiro, nos exercicios de 1861 a 1869.

	Rio de Janeiro	*Minas Geraes*	*S. Paulo*
	Arrobas	*Arrobas*	*Arrobas*
1861	7.754.735	1.427.014	1.344.135
1862	5.136.564	893.977	1.150.692
1863	4.869.182	1.145.486	793.534
1864	5.479.549	1.144.536	721.158
1865	6.284.651	1.297.724	1.160.131
1866	7.072.961	1.422.977	1.054.602
1867	9.308.654	2.448.915	1.139.222
1868	7.755.790	2.149.354	1.193.836
1869	8.926.247	2.155.182	1.387.249

Duas outras provincias cafeeiras tambem mandavam cafés ao Rio de Janeiro. O Espirito Santo quase toda a sua producção e a Bahia pequena parte apenas, como se vê da tabella.

	E. Santo	*Bahia*
	Arrobas	*Arrobas*
1861	221.010	12.557
1862	235.412	17.525
1863	118.693	10.813
1864	114.913	600
1865	304.068	17.288
1866	242.339	10.105
1867	386.200	12.084
1868	296.326	4.566
1869	363.916	6.290

O relatorio de 1870 á Assembléa Provincial fluminense do Barão de S. Diogo nada conta de valioso acerca de assumptos cafeeiros.

A 1 de junho deste anno empossava-se da presidencia o Dr. José Maria Correa de Sá e Benevides que, no anno anterior, occupara o governo de Minas Geraes.

Em seu relatorio de 8 de setembro á Assembléa ha uns quadros de interesse.

Assim por exemplo quanto ás rendas das municipalidades. As duas principaes circumscripções de Provincia sob o ponto de vista das receitas em 1869 eram: Nictheroy ...... (46:000$000) e Campos (39:000$000). Os grandes municipios cafeeiros arrecadavam menos, e, ás vezes, muito menos.

Parahyba do Sul	23:397$000
Vassouras	20:610$000
Valença	19:870$000
Barra Mansa	14:825$000
Rezende	12:394$000
Cantagallo	11:498$000
Pirahy	10:566$000

São João Marcos devia já estar em declinio accentuado; apenas arrecadara 3:533$000. E S. João da Barra, como reflexo de Campos, tivera grande renda 18:364$000.

Segundo outro quadro do mesmo relatorio: as principaes producções fluminense, além do café, haviam sido, no quenquennio de 1863-1868, as seguintes:

Exercicios	*Assucar Arrobas*	*Fumo Arrobas*	*Algodão Arrobas*	*Aguardente Canadas*
1863-1864 . . .	574.503	98.140	30.402	553.682
1864-1865 . . .	283.177	87.021	31.201	596.597
1865-1866 . . .	194.319	98.253	216.323	479.953
1866-1867 . . .	212.058	15.661	169.635	676.100
1867-1868 . . .	227.557	156.733	397.202	944.952

A ascenção da producção cafeeira fluminense fora notavel de 1838 a 1855.

Em 1838 de 2.948.378 arrobas
Em 1843 de 4.898.808 arrobas
Em 1848 de 6.505.712 arrobas
Em 1854 de 7.983.551 arrobas

para atingir o seu apogeu, 9.369.107 no anno seguinte.

Viera depois o declinio com os ataques da praga. Em 1863 chegara a ser apenas de 4.869.182 arrobas mas vencida a terrivel borboletinha já em 1867 subira a 9.308.654 embora declinasse um pouco a exportação.

Fôra em 1868 de 7.755.790 arrobas para ascender de novo em 1869 a 8.926.247.

Lembrou o Presidente Benevides quanto em terras cafeeiras prejudicava a intercalação de outras culturas ás fileiras das arvores fossem ellas as de cereaes communs ou a da mandioca.

A 27 de outubro de 1870 assumiu o governo o vigesimo quinto presidente fluminense: Conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, homem de alto prestigio, pela capacidade, caracter e criterio. Presidira a Parahyba de 1868 a 1869. O seu periodo seria ephemero; nomeado ministro da agricultura commercio e obras publicas do grande gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo immortal Rio Branco a 15 de março deste anno apresentou relatorio ao primeiro vice-presidente Desembargador Manoel José de Freitas Travassos.

Nelle não se occupou de assumpto cafeeiro de modo especial.

Curtissima a permanencia de Freitas Travassos á testa da administração da Provincia do Rio.

A 15 de abril de 1871 tomava as redeas do governo fluminense o Dr. depois Conselheiro, Josino do Nascimento e Silva o antigo presidente de S. Paulo de 1853 a 1854.

No relatorio relativo a esse anno que lhe apresentou o Director da Fazenda Provincial Dr. José Joaquim Vieira Souto lê-se uma estatistica dos cafezaes tributados e simples passados nos dez ultimos exercicios pela mesa de rendas provincial.

E' esta tabella a seguinte:

	Cafés fluminenses	*De outras procedencias*
	Arrobas	*Arrobas*
1861	7.554.735	3.004.738
1862	5.136.569	2.297.607
1863	4.869.182	2.068.528
1864	5.379.544	1.981.209
1865	6.284.651	2.799.215
1866	7.072.961	2.730.020
1867	9.308.654	3.980.424

1868	7.755.790	3.644.111
1869	8.926.247	3.912.608
1870	6.723.550	3.866.466

A ultima receita provincial fôra de 3.158:651$000 ahi se incluindo 31:798$000 da renda extraordinaria. Infelizmente não discrimina o relatorio as proporções do café mineiro, paulista, espiritosantense e bahiano.

O relatorio do presidente Josino a Assembléa Provincial a 29 de novembro de 1872 apresenta-se desinteressante sob o ponto de vista da lavoura cafeeira.

A 10 de outubro de 1872 ao Conselheiro Nascimento Silva substituia o Dr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa, cujo periodo foi aliás curtissimo. A 20 de março de 1873 empossava-se da presidencia o vice-presidente Desembargador Freitas Travassos.

Os dados de um relatorio a este apresentado pelo Dr. José Joaquim Vieira Souto, director do Thesouro Fluminense, averbava para a exportação dos ultimos exercicios estes dados:

Annos	*Rio de Janeiro*	*Minas Geraes*	*S. Paulo*
1870	6.723.550	2.515.116	1.251.252
1871	7.722.608	2.392.992	1.303.803

E para as outras provincias:

Annos	*E. Santo*	*Bahia*
1870	543.787	3.317
1871	538.864	3.243

A receita fluminense arrecadada fôra acompanhando notavelmente o surto cafeeiro da provincia dizia o Dr. Vieira Souto.

1834-1835	215:180$000
1835-1836	331:483$000
1836-1837	468:405$000
1837-1838	336:895$000
1838-1839	550:839$000
1839-1840	792:765$000
1840-1841	682:595$000
1841-1842	939:797$000

1842-1843	1.076:439$000
1843-1844	1.187:982$000
1844-1845	1.106:431$000
1845-1846	2.104:807$000
1846-1847	1.945:901$000
1847-1848	2.053:399$000
1848-1849	1.456:125$000
1849-1850	1.846:697$000
1850 (2.º sem.) . .	805:651$000
1850-1851	1.790:119$000
1851-1852	1.180:930$000
1852-1853	1.772:943$000
1853-1854	2.068:142$000
1854-1855	2.361:295$000
1855-1856	2.387:315$000
1856-1857	2.647:893$000
1857-1858	3.475:781$000
1858-1859	2.748:959$000
1859-1860	3.283:290$000
1860-1861	3.234:775$000
1861-1862	3.227:375$000
1862-1863	3.490:933$000
1863-1864	2.532:795$000
1864-1865	2.760:127$000
1865-1866	2.550:514$000
1866-1867	3.250:649$000
1867-1868	3.237:765$000
1868-1869	3.454:837$000
1869-1870	3.061:684$000
1870-1871	3.158:618$000
1871-1872	5.118:672$000

O preço médio por arroba attingira os seguintes valores:

1851-1852	3$396
1852-1853	3$764
1853-1854	3$896
1854-1855	3$890
1855-1856	4$031
1856-1857	4$627
1857-1858	4$167
1858-1859	5$199
1859-1860	5$829
1860-1861	5$500

1861-1862	6$440
1862-1863	6$739
1863-1864	6$468
1864-1865	6$285
1865-1866	6$670
1866-1867	5$513
1867-1868	6$199
1868-1869	6$164
1869-1870	6$301
1870-1871	6$064
1871-1872	7$694

Valiosos vem a ser os quadros que aqui transcrevemos sobre as sahidas de café pela Guanabara, durante os vinte exercicios de 1851-1852 a 1871-1872, assim como pelos portos fluminenses.

EXPORTAÇÃO PELA GUANABARA

Exercicios	*Exportação Total*	*Cafés Fluminenses*
	Arrobas	*Arrobas*
1851-1852	9.694.127	7.535.844
1852-1853	8.330.085	6.535.113
1853-1854	10.145.122	7.988.551
1854-1855	12.052.310	9.369.107
1855-1856	10.968.828	8.602.658
1856-1857	10.445.593	8.097.879
1857-1858	9.431.509	7.593.200
1858-1859	10.319.801	8.082.953
1859-1860	10.618.085	8.746.361
1860-1861	10.559.473	7.554.735
1861-1862	7.460.753	5.136.564
1862-1863	9.937.710	4.869.182
1863-1864	7.460.753	5.479.544
1864-1865	9.114.153	6.284.651
1865-1866	9.802.992	7.072.961
1866-1867	13.202.691	9.308.654
1867-1868	11.399.901	7.755.790
1868-1869	12.844.794	8.920.247
1869-1870	11.037.023	6.723.550
1870-1871	11.961.440	7.722.608
1871-1872	10.089.741	6.988.412

EXPORTAÇÃO PELA GUANABARA

Exercicios	*Cafés de São Paulo*	*Cafés de Minas Geraes*
	Arrobas	*Arrobas*
1851-1852	1.247.938	784.034
1852-1853	1.030.642	648.698
1853-1854	1.249.339	792.971
1854-1855	1.562.477	930.010
1855-1856	1.300.927	853.880
1856-1857	1.356.246	803.823
1857-1858	924.773	753.733
1858-1859	1.232.454	802.342
1859-1860	1.015.770	634.935
1860-1861	1.344.135	1.427.014
1861-1862	1.150.692	893.947
1862-1863	793.534	1.145.486
1863-1864	721.158	1.144.536
1864-1865	1.202.309	1.297.724
1865-1866	1.054.603	1.422.977
1866-1867	1.120.159	2.390.220
1867-1868	1.113.863	2.149.354
1868-1869	1.387.249	2.155.182
1869-1870	1.251.252	2.515.116
1870-1871	1.303.803	2.392.922
1871-1872	889.543	1.783.461

EXPORTAÇÃO PELA GUANABARA

Exercicios	*E. Santo*	*Bahia*
	Arrobas	*Arrobas*
1851-1852	106.025	20.285
1852-1853	98.106	17.524
1853-1854	98.045	16.214
1854-1855	162.518	28.247
1855-1856	177.881	50.680
1856-1857	168.469	19.144
1857-1858	143.975	15.666
1858-1859	168.954	33.097
1859-1860	209.926	11.691

1860-1861	221.010	12.577
1861-1862	235.412	17.525
1862-1863	118.693	10.813
1863-1864	114.913	600
1864-1865	312.181	17.288
1865-1866	242.334	10.115
1866-1867	371.736	11.914
1867-1868	296.326	4.560
1868-1869	369.916	6.200
1869-1870	543.787	3.317
1870-1871	538.864	3.243
1871-1872	415.364	17.979

CAPITULO VII

Ensaio de estatistica agricola na Capitania de São Paulo, determinado por D. João VI — Os trabalhos do tombamento de 1817 — Escassez de informes — O surto cafeeiro em São Paulo nos ultimos annos coloniaes

A 21 de outubro de 1817, ordenava D. João VI que se remettesse, sem demora, á Secretaria de Estado dos Negocios Extrangeiros e da Guerra, a relação exacta de todos as pessoas que, por qualquer titulo de compra, herança. posse ou sesmaria, tivessem qualquer porção de terrenos, em cada um dos districtos, tanto da Provincia do Rio de Janeiro como das outras mais do Reino do Brasil, declarando-se nesta relação a freguezia a que pertencia, o nome da pessoa que possuia, o nome da fazenda, e sua extensão com o numero de braças de testada e de fundo, se estava ou não com cultura, quantos escravos se achavam nella empregados, e onde residia o seu dono.

Não exigiriam as autoridades, comtudo, dos proprietarios, administradores, feitores, rendeiros, ou agregados, os titulos documentadores da posse das terras. Bastariam as suas declarações. Convinha porém que para maior exactidão deste cadastro summario viesse mencionado a ordem em que se achavam situadas as terras, quaes seriam os confrontantes de cada terreno, fosse elle grande ou pequeno, etc.

Na capitania de S. Paulo fez-se conforme queria Sua Magestade, por seus ministros, João Paulo Bezerra e o Conde da Palma. No archivo do actual Estado existem volumosos roes deste *Tombamento de* 1817. Infelizmente incompletos, referem-se a trinta e quatro villas e freguezias. Mas ha lacunas sérias como por exemplo a que se refere a cidade de S. Paulo e seu termo.

Graças a gentileza do Sr. João Baptista de Campos Aguirre, o eminente conhecedor da historia territorial paulista, e apaixonado collector de documentos antigos, pudemos

percorrer as numerosas paginas do *Tombamento*. Ha muita heterogeneidade nos informes quase sempre fornecidos pelos capitães-mores a enviarem os dados provindos dos differentes capitães das companhias de ordenanças.

Em alguns districtos occorrem as rubricas: nomes dos fazendeiros sitio ou fazenda, acquisição (processo de) testada, em braças, fundo, em braças, genero de cultura, residencia de proprietario, numero de escravos. Em outras só lemos os nomes dos proprietarios ruraes e as observações de que residiam ou não em suas terras. Nem se menciona o numero de escravos de cada um o que para o tempo é extraordinario.

O melhor dos relatorios parciaes deste *Tombamento* é o de Itú organizado pelo famoso capitão-mór da villa Vicente da Costa Taques Góes e Aranha celebre pelo despotismo mas homem de bella instrucção para o seu tempo, versejador e latinista. E homem de rude falar, até aos principes, como succedeu com D. Pedro I que se metteu a ridicularizar o seu velho fardão obsoleto e a sua peruca empoada.

A inopia das informações parciaes dos relatorios é geral. Não discriminam os informantes a natureza das culturas das diversas fazendas arroladas o que se torna sobremodo desconcertante.

Assim pouco nos podem valer o exame destas listas, por vezes grandes, de agricultores. Que plantavam: canna, cereaes, café por acaso?

Por exemplo as paginas referentes a Bananal e Areias nada esclarecem. E no emtanto já alli despontava a cultura cafeeira como o comprova o relato de viagem de Spix e Martius.

O tombamento de Bananal arrola 84 fazendeiros principaes cujo numero de escravos se discrimina e cujos nomes das respectivas fazendas se inserem com as dimensões das terras, mas sem indicações sobre o processo de acquisição das propriedades.

Nenhuma referencia se lê porém, quanto aos generos que estes agricultores cultivavam *mantimentos* é só o que se declara. Nenhuma referencia se faz ao assucar e ao café.

E como naquelle tempo se aferiam as posses dos fazendeiros pelo numero de escravos notamos que cabia notavel proeminencia ao alferes Luiz Gonçalves, da fazenda da Conceição, com dezoito captivos e ao sargento mór Braz de Oliveira Arruda com oitenta na fazenda do Bom Successo e setenta na do Pouso Secco. Abaixo delles só surgem fazendeiros de menos de cincoenta escravos, dos quaes o mais importante

era o capitão Hilario Gomes Nogueira, senhor de quarenta e cinco, na fazenda de Tres Barras. As fazendas de Queluz tinham insignificante escravatura.

Em Lorena só havia um grande fazendeiro o sargento mór Ventura José de Abreu, possuidor de 130 escravos na sua fazenda da Bocaina que tinha nada menos de nove mil braças de testada (19 k. 800) por 2.500 de fundo (5 k. 500!) mais de 100 kilometros quadrados! Casado com D. Felicidade Perpetua do Sacramento Leite era elle genro do rico sanjoannense capitão Manuel Ferreira Leite, um dos primeiros plantadores de café da Barra Mansa, com seu irmão, o futuro Barão de Ayuruoca.

Depois de Ventura José de Abreu os fazendeiros de mais forças dispunham de 30 escravos como o alferes Anacleto Ferreira Pinto que na revolução de 1842 tomaria lugar de destaque. Em Pindamonhangaba, o *Tombamento* não menciona um só senhor de quarenta escravos além do capitão Mór Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, futuro primeiro barão de Pindamonhangaba (que no documento apparece como Oliveira Amaral) e seu socio na fazenda da *Mombaça* o Padre Ignacio Marcondes de Oliveira, futuro monsenhor Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral.

Geralmente os fazendeiros dispunham de 20 a 30 captivos. Assim o alferes Custodio Gomes Varella, mais tarde o opulento barão do Parahybuna, só tinha 22 na sua fazenda do *Goiabal*. Outro grande futuro fazendeiro, como o depois Barão de Itapeva, Ignacio Bicudo de Siqueira Salgado, apenas possuia doze escravos. Em Areias só havia um fazendeiro de 50 escravos, o capitão Domingos Silva, do *Ribeirão*.

Em Guaratinguetá eram geralmente os fazendeiros de maiores posses do que os seus vizinhos de Pindamonhangaba. Assim o capitão mór Manuel José de Mello possuia 180 negros, havendo diversos lavradores de 50 e 40 escravos como os Padres Francisco da Costa Moreira e Francisco Xavier de Gusmão.

Em Taubaté parece o *Tombamento* ter sido feito com muito maior apuro. Perto de quinhentos lavradores se arrolam distribuidos pelas oito companhias de ordenanças. Mas a media de posse dos escravos é geralmente baixa, regula com a de Pindamonhangaba. O maior possuidor de captivos mal chegava a possuir cincoenta cabeças — Manuel Luiz dos Santos, de *Cavarucaguera*, (com 52) seguindo-se-lhe Pedro da Fonseca Telles com 47, D. Margarida Florindo com 45. Jacarehy que mais tarde teria riquissimos fazendeiros contava

então pequeninos lavradores dentre os seus quinhentos e tantos agricultores mencionados.

O capitão Raphael José Machado e o capitão mór Claudio José Machado eram os mais fortes de todos. Em suas fazendas dà *Boa Vista* e *Matto Dentro* contavam 31 e 29; Bernardo José Machado no *Rio Abaixo* dispunha de 24 captivos, o sargento mór José Martins de Siqueira na *Piedade* apenas de 16. Em Parahybuna havia um grande fazendeiro o Padre Valerio de Alvarenga Ferreira, possuidor de 111 pretos em sua fazenda de *Rio Claro*. A elle se seguia o capitão José Lobato Moura com 30. O Padre Valerio era homem de vasta influencia politica e seria mais tarde muitas vezes deputado provincial. Em São José dos Campos a maior parte dos sitiantes parecia não ter escravos. O mais rico fazendeiro era D. Anna Joaquim das Neves da fazenda *Pernambuco*, senhora de dezoito captivos o mesmo se dava em Mogy das Cruzes onde os sitiantes não posuiam geralmente escravos. Os proprietarios de *enxadas* mais consideraveis eram Pedro Franco de Camargo, do *Tapety* e Constantino José de Camargo, de *Pratehy* com quinze cabeças ambos.

Em Ubatuba dois fazendeiros possuiam mais de 20 escravos, Antonio Maria da Silva do *Rocio* (24) e o tenente Felippe da Silva Lustosa de *Lagoa* (20). Em S. Sebastião havia muito maiores escravaturas: o Convento do Carmo tinha 99 negros no *Guaycá* o capitão mór João José da Silva Costa 60 em *Pitangueiras* e diversos outros possuiam vinte e trinta enxadas. Assim tambem em São Luiz do Parahytimba havia alguns fazendeiros de posses como o capitão mór José Gomes da Silva da fazenda do *Chapeu* (43) Luiz dos Santos Souza de *Piratininga* (35) D. Anna Maria de Toledo *de S. Sebastião* (27), Villa Bella da Princeza tambem contava algumas propriedades de escravos abastados como o sargento mór Antonio Lourenço de Freitas (102), o capitão Julião de Moura Negrão (126). Mas a media das cabeças dos duzentos e poucos lavradores é geralmente baixa.

Em nenhuma resenha destes municipios do norte e do littoral septentrional de S. Paulo ha a menor referencia a plantação do café. E as allusões ao cultivo de canna se limita a simples ennunciação da palavra engenho. Nas listas dos municipios do Oeste paulista encontramos em geral a mesma deficiencia.

Em Atibaia o mais consideravel agricultor era o capitão mór Lucas de Siqueira Franco que no *Campo Alegre* tinha 35 escravos. Em Nazareth as lavouras se apresentavam ainda

mais modestas. Luiz Manuel de Souza Freire dispunha de 25 enxadas. Bragança contava assaz avultado numero de lavradores mais mediocres ainda. Os mais importantes eram o sargento mór Fernando Dias Paes Leme da fazenda *Campanha* com 37 escravos, Francisco da Silva Bueno de *Boa Vereda* (35) Balduino Antonio de Campos com 27 enxadas e o capitão Antonio Leme da Silva com 24.

Jundiahy contava fazendas de certo vulto entre as de seus 298 lavradores e 27 senhores de engenho com os seus 1.143 captivos, Ignacio de Lima do *Feital,* plantador de algodão, tinha 164 escravos o capitão mór Eleuterio da Silva Prado 50 em *Monte Alegre,* José Joaquim Franco 76 no *Pinhal,* Francisco de Paula Leite 32 em *Monte Serrate,* Francisco Maria Soares 34 em *Ribeirão* o capitão Luiz José Pereira de Queiroz 48 em *Sant'Anna* o tenente Antonio de Queiroz Telles, futuro Barão de Jundiahy 26 em *Santa Barbara.*

Já Campinas tinha enorme proeminencia sobre seus vizinhos revela-nos o tombamento em 1818, feito pelo capitão mór João Francisco de Andrade, que arrolou 294 agricultores e 3.464 escravos.

De todos estes plantadores de canna nenhum por sombra se podia comparar ao portuguez Coronel Luiz Antonio de Souza Macedo e Queiroz (1760-1819) dentro em breve brigadeiro, o homem mais rico da capitania de S. Paulo e seu maior lavrador e um dos mais opulentos vassallos do Brasil joanino. Possuia então os seguintes engenhos no districto campineiro: *Atibaia* com 40 escravos *Monjolinho* (60) *Palmeira* (24) *Quilombo* (40) *Santo Antonio* (30) *Tapera* (59) *Taquaral* (37) ou sejam ao todo 290 escravos. Seu irmão, tambem opulento, Francisco Antonio de Souza era senhor de *Boa Vista, Invernada* e *Morro Grande* com um total de 112 escravos. Entre os fazendeiros grandes ainda se citavam Floriano de Camargo Penteado (*Pouso Alto, Duas Pontes*) com 80 negros, o coronel Francisco Pinto Ferraz (56), o tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral de *Sete Quedas* (55) pae do futuro Visconde de Indaiatuba, José da Rocha Campos de *Anhumas* (50) Theodoro Ferraz Leite de *Lagoa* (35).

O Brigadeiro Luiz Antonio de Souza este auferia enormes rendimentos de seus engenhos de Campinas. Basta lembrar que no dizer de Alincourt, que ao districto visitou em 1818, neste millesimo tivera uma renda de oitenta mil cruzados (32:000$000). Tão rico se achava que instituiu tres morgadios *Boa Esperança, Monjolinho, Tapera* para seus filhos

os futuros Barão de Souza Queiroz, Com. Souza Barros e Barão de Limeira.

O tombamento de Itú foi como já dissemos superintendido pelo famoso capitão mór local Vicente Taques, que o assignou como capitão mór commandante; ao gabar-se de que o trabalho fora "fielmente extrahido pelos capitães das ordenanças, commandantes dos bairros da mesma villa (de Itú).

Foram arrolados 126 engenhos cerca de 400 lavradores e 3.317 escravos. O mais importante dos lavradores ituanos era o capitão Antonio de Barros Penteado, sogro do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, pae dos futuros Barões de Itú e Piracicaba, sogro do Conselheiro Francisco de Paula Souza e Mello. Possuia cem escravos em sua fazenda dos *Campos Elyseos*. Sua mulher D. Angela Ribeiro de Siqueira Barros, nos engenhos de *Grammado* e de *S. João* tinha outros tantos talvez. Seguiam-se-lhes o tenente Elias Antonio Pacheco (*Nossa Senhora do Rosario e Santa Quiteria*) com 70 escravos Antonio Leite de Sampaio (*S. Antonio*) com 76 Ignacio Xavier Paes de Campos (*Pirahyba*) 60 Ignacio Ferraz Leite Penteado (*Pinhal*) com 50 Antonio Pacheco da Fonseca (*Serra*) 50 Felippe de Campos Almeida (*Monte Carmello, Capivary*) 65. Antonio Correa Pacheco e Silva (*Limeira* e *Santo Antonio do Bom Jardim*) 50 João de Almeida Prado (*Gloria*) 46, D. Gertrudes Celidonio Leite (*Itapocú e Rocha*) 50 Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca (*Pirapitinguy*) 50 Antonio Pacheco da Fonseca (*Serra*) 50 etc.

O capitão mór recenseador era bem menos abastado do que muitos dos seus recenseados. Assim tinha 38 escravos em seu engenho do *Sagrado Coração de Jesus*.

Em Porto Feliz o numero de fazendeiros importantes era menor do que em Itú. Assim mesmo havia Antonio Francisco Cardoso do *Quilombo* com 94 escravos, Thomé Fernandes com 88. Em Capivary José Baptista de Oliveira possuia 120 Na Santissima Trindade de Pirapóra hoje Tietê Francisco de Paula Penteado, de *Mandyssununga* dispunha de 50 escravos.

Em Piracicaba havia muitos lavradores de poucas forças. Quem mais se destacava ainda era o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, socio do futuro senador Regente do Imperio Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nos engenhos *Limoeiro* e *Taquaral* e dono do engenho *Monte Alegre* e *Amaraes* com uns cem escravos.

Em Sorocaba pouca lavoura grande havia, fazendolas de 20 e 30 escravos e outras de 3 e 5. Era Itapetininga ainda

mais pobre. Em nenhum destes arrolamentos se lê a minima referencia a plantações de café.

Para o estudo que vimos realisando o exame dos maços de população, documentos do Archivo do Estado proporciona excellentes contribuições.

Deixou-o bem frisante o Dr. Carlos da Silveira no seu tão interessante artigo *Guaratinguetá de* 112 *annos atraz,* no numero 30 da *Revista do Archivo Publico Municipal de São Paulo* em que analysou um recenseamento local de 1825.

Neste documento verificamos que apesar de sua extensão não ha uma unica referencia a um só lavrador de café. Por elle se vê que no districto guaratinguetaense imperava soberanamente o cultivo de canna. Só se fala em producção de assucar e aguardente. Tomemos alguns topicos frisantes exemplificativos do que affirmamos.

"O Ajudante Francisco das Xagas Guimaraens, tem sua Fabrica de Assucar arrobas 120 possue esta Fabrica a mais de dez annos — seprospera com adiantamento, sem vallor algum, unicamente a 150$000 com discripção de duas fornalhas para as Taixas, sempreço algum de suas materias primas, por serem produzidas no districto; mão de obra por seus escravos remde anualmente 204$000 rs. dispoem no Destrito de hum carro com duas juntas de Bois."

"O Capitam João de Meirelles Freire tem sua Fabrica de Assucar e de Distilar Aguas ardentes. Assucar arrobas 40 em Aguas ardentes Barrizes 20; possue esta Fabrica a mais de 20 annos; seprospera com adiantamento seu vallor unicamente de 300$000 com discripção de duas Fornalhas, huma para taixas e outra para alambiques; sem preço algum de suas materias primas por serem produzidas no Destricto a natureza do combustivel he segunda do paiz; mão de obra por seus escravos rende annualmente 112$000 rs. dispõem no Destricto possue dois carros e quatro juntas de Bois."

Fala-se por exemplo que o capitão mór Manuel José de Mello além do engenho passava por se occupar em outras lavouras. Seria uma dellas o café?

Tinha nesta época 155 escravos 4 carros e 20 juntas de bois menos portanto do que em 1817 em que possuia 180 captivos.

Outros informes curiosos vemos nas paginas pelo Dr. Silveira reproduzidos do mesmo documento.

"O sargento mór Antonio dos Santos Silva tem sua Fabrica de Assucar arrobas 70 e de Aguardente Barrizes 70 possue esta Fabrica a 30 annos vallor della 200$000 rs. seprospera

com adiantamento com discripções de 2 fornalhas, huma para 3 taixas; e outra para olambique sem preço algum de suas materias primas por serem produzidas no Destricto; mão de Obra por seus escravos remde annualmente 201$600 vendeo no Destricto; tempo proprio para o trabalho hé todo o anno com 19 escravos de serviço 2 carros e 6 juntas de Bois possue huma Olaria, que fabrica telhas para o comercio."

"Antonio dos Santos Rangel tem sua Fabrica de Assucar arrobas 60, e de Distilar Aguas ardentes Barrizes 80; possue esta Fabrica a 10 annos vallor della 200$000 rs. seprospera com adiantamento com discripção de 2 fornalhas huma para 2 Taixas; outra para olambique, sem preço algum de materias primas por serem produzidas no Destricto mão de Obra por seus escravos remde anualmente 202$400 rs. vende no Destricto, tempo proprio para o trabalho he todo o anno com 7 escravos de serviço com hum carro com 4 juntas de Bois."

"Seis lotes de Besttas de Alugueis que transportão cargas para a Villa de Paraty e Cidade do Rio de Janeiro apreço de cada huma a 2$400 rs. cada lote ocupa hum camarada livre com 3 escravos."

Os dados sobre a exportação cafeeira paulista antes de 1822 são escassos como já o tornamos notado em nossos *Subsidios para a historia do café no Brasil colonial.*

	Arrobas
Em 1801	132
Em 1802	116
Em 1803	675
Em 1804	1.243
Em 1805	954
Em 1806	1.060
Em 1807	1.270
Em 1808	4.867
Em 1813	9.223

Faltam-nos elementos para os exercicios seguintes mas um documento descoberto por Adolpho Pinto e publicado no seu notavel trabalho sobre a estatistica da provincia em 1888 mostra-nos o enorme surto cafeeiro paulista nos doze annos dentro 1813 e 1825. Cresceu a exportação cafeeira na proporção de 1 para 15, de 9.223 arrobas em 1813 para 141.663 em 1825. Este documento tem sido muitas vezes transcripto, por

autores diversos e a se darem ares de quem revela um papel inedito occultando-lhe cuidadosamente a procedencia.

EXPORTAÇÃO PAULISTA EM 1825:

Generos	*Arrobas*	*Valor*
Assucar	343.524	623:024$160
Café	141.663	250:782$500
Toucinho e banha. . .	32.272	110:878$780
Fumo	12.594	21:014$600
Algodão em rama. . .	1.850	4:170$000
Quina, butua e barbatana	157	975$000
	Quintaes	
Casca de mangue . . .	1.750	6:432$000
	Alqueires	
Arroz	98.418	80:359$980
Matte	111.811	69:250$840
Milho, feijão e farinha de mandioca . . .	22.174	18:748$420
	Unidades	
Couros	3.522	6:212$000
Queijos	13.249	2:898$000
	Duzias	
Madeiras	12.584	23:522$090
	Peças	
Cabos e amarras de imbé e beta. . . .	10.926	11:691$500
Tecidos de algodão da terra	223	4:597$540
	Pipas	
Aguardente de canna e melado.	341	13:215$360

Pontas de boi, pederneiras, telhas, tijolos, rapaduras doces, etc.		13:398$180
	Unidades	
Porcos em pé	298	11:920$000
Gado vaccum	944	7:552$000
Gado muar e cavallar .	215	3:636$000
Gallinhas	20.000	2:800$000

Graças á gentileza do amigo Sr. João B. de Campos Aguirre conseguimos uma nota sobremodo interessante: uma conta de café de 1805. Talvez seja a mais antiga de quantas tenham até hoje sido divulgadas. Está appensa a um inventario existente num dos cartorios da capital paulista.

Transcrevemol-a na integra:

"Lisbôa 24 de setembro de 1805:

Conta de venda dos effeitos da nota a margem da conta do Sr. Cel. Francisco Pinto Ferraz.

4 saccas de café com liquido 11 arrobas e 23 libras a 7$000	82$014
4 saccas de arroz, liquido 15 arrobas e 16 libras a 1$200	118$600
	100$614

DESPESAS

Direitos de café	9$917	
Frete do navio, descarga	5$975	
Frete de 5 saccos de arroz	5$850	
Direito, descarga e despesa	1$500	23$242
		77$372

(a) *José Luiz Pereira de Mello*"

Assim fizera o café do coronel Ferraz uma despeza de Santos a Lisbôa de uns dezeseis mil e tantos réis, ou fossem cerca de vinte por cento do valor da mercadoria sendo a taxação do fisco doze por cento *ad valorem*.

Mas o preço por arroba era dos mais compensadores: sete mil réis em 1805 valiam enormemente neste tempo em que com o cambio elevado sobre Londres deviam orçar pelas vizinhanças de libra e meia esterlinas.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO VIII

Informes dos relatorios dos primeiros presidentes de São Paulo aos Conselhos Geraes — Do Visconde de Congonhas do Campo ao Barão de Suruhy — Inopia de dados estatisticos — Estado das estradas vehiculadoras do café ao Mar

Da administração dos primeiros presidentes de S. Paulo, poucos documentos nos restam, diz Eugenio Egas, na sua tão copiosamente informativa e valiosa *Galeria dos presidenest de S. Paulo* em que tanto pormenor se condensa.

Do primeiro Lucas Antonio Monteiro de Barros (1769 a 1852) Visconde de Congonhas do Campo, presidente de 1824 a 1827, senador por S. Paulo, em 1826, sabe-se que ligou o nome a muitas iniciativas relevantes, de accordo com os recursos então muito escassos da Provincia.

Uma dellas e da maior importancia veio a ser a abertura da estrada que ligava Santos ao Cubatão, evitando-se o transporte maritimo pelo lagamar "enorme melhoramento" para o tempo.

Do segundo presidente conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida (1792-1870), governo de 1827 a 1828, não ha relatorio algum apresentado ao Conselho Geral da Provincia.

Do terceiro, Conselheiro José Carlos Pereira de Almeida Torres, futuro visconde de Macahé (1799-1850), presidente de 1829 a 1830, tambem não ha relatorio. O vice-presidente em exercicio, bispo diocesano, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, cuidou largamente em seus relatorios de estradas e da catechese dos indios, tanto em 1828 como em 1829.

Prosseguiam as obras da ponte do Cubatão, que tanta importancia tinha para as communicações de S. Paulo com Santos. Cuidava-se activamente na abertura de novas estradas e melhoramentos de antigas, impostas pela exportação de café as de Areias e Bananal ao littoral fluminense.

A exportação da provincia fôra de 2.101:029$650 rs. e a importação de 2.455:935$438 rs.

O excesso desta ultima se explicava pela grande introducção de africanos. Temiam os agricultores a proxima extincção do trafego negreiro e tratavam de abastecer-se de escravos. Augmentara notavelmente a introducção de equinos do Rio Grande do Sul em transito para o Rio de Janeiro e Minas, como reflexo ainda do desenvolvimento das lavouras de café.

O quarto presidente de S. Paulo foi Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho futuro Visconde de Sepetiba (1800-1855). Governou apenas um trimestre em 1831 e não deixou relatorio de sua curtissima administração.

Substituiu-o o Bispo vice-presidente de 15 de abril de 1830 a 5 de janeiro de 1831. Seu relatorio consigna diversos pormenores acerca das obras sobre estradas. Assim no seu dizer estava o Caminho do Mar bem conservado.

O quinto presidente coronel do Exercito Manuel Theodoro de Araujo Azambuja (1870-1859) governou cinco mezes em 1831 e seu relatorio pouco cuida de negocios attinentes á agricultura.

A falta de dinheiro paralysara as obras das estradas com enorme prejuizo do commercio provincial.

A 17 de novembro de 1831 era empossado da presidencia o coronel, depois brigadeiro, Raphael Tobias de Aguiar (1795-1857) que exerceu o governo durante tres annos e meio, até 11 de maio de 1835.

Homem intelligentissimo, disciplo predilecto do primeiro Martim Francisco, senhor de grande fortuna, gozava, desde muito moço, de enorme popularidade e prestigio na Provincia.

Commentando o seu primeiro relatorio escreve Egas:

"A 1.º de outubro de 1831, o brigadeiro Raphael Tobias observava que a população livre e industriosa ia em augmento; facto auspicioso, porque com a abundancia de braços a provincia havia de tomar aquelle desenvolvimento a que tinha direito.

Em 1828 a população de S. Paulo era de 281.175 habitantes; e no anno de 1831 o seu accrescimo não podia exceder ao maximo de 20 %. Os meios de augmentar a população vinham a ser a colonização extranjeira e a catechese dos indios. O processo, porém, com que se tratavam aquelles dois meios de se a incrementar não se mostrava o melhor; os extrangeiros deviam ser attrahidos por certas garantias de segurança individual, isenção de impostos, facilitação de transacções

commerciaes e outras, afim de que nos procurassem espontaneamente; não só elles mas tambem os indigenas.

O presidente lembrava a criação de uma casa de educação annexa á capella de N. S. d'Apparecida de Guaratinguetá e por ella sustentada. Chamava tambem a attenção do Conselho para a industria provincial, afim de que se lhe desse protecção e amparo, removendo-se os obstaculos e embaraços que a affligiam. A agricultura progredia e a importação augmentava. O excesso desta sobre aquella era de 1.064:497$291 rs. merecendo completa fé os dados estatisticos obtidos. O excesso da importação se devia á extincção do barbaro commercio de escravos, que no ultimo periodo ultrapassara os limites da procura e compra, em tempos normaes. O assucar, de inferior qualidade, aos preços então correntes, não supportava despesas de transportes e beneficios.

Urgia soccorrer tão util ramo de industria, melhorando as estradas e diminuindo, ou mesmo extinguindo, em certos casos, o imposto existente. A industria fabril era nascente. A fabrica de ferro do Ipanema achava-se em completa decadencia.

As estradas constituiam o maior elemento de progresso para a riqueza paulista. Na de Santos trabalhava-se sempre para mantel-a em boas condições. Achava-se concluida a ponte de S. Vicente. Construia-se a nova do Cubatão, pouco acima da antiga. Os ranchos, cuja construcção fôra resolvida, estavam em ser, taes as difficuldades levantadas pelos particulares. O governo mantinha entendimento com a Casa de Misericordia de S. Paulo sobre um rancho que ella possuia naquellas paragens. Continuavam os estudos sobre a possibilidade de uma estrada para carros, na Serra do Mar. O rendimento da estrada de Santos a S. Paulo desde 1.º de outubro de 1830 até o ultimo dia de setembro de 1831, fôra de rs. 22:495$560; e a despesa de 20:593$567. Achava-se paralysada a construcção da de Curityba a Antonina.

Fôra tal obra orçada em 12:000$000. Nas mesmas condições se encontravam as estradas cafeeiras do Norte Paulista de Areias, e do Bananal aos mares da Ilha Grande.

No relatorio de 1832 dizia Raphael Tobias que a tranquillidade era completa em toda a provincia; floresciam a agricultura e o commercio, apesar dos abalos consequentes ao grande movimento politico de 7 de abril de 1831, que fizera desapparecer os capitaes da circulação, trazendo o desanimo geral. O novo estado de coisas, porém, restituira braços ao trabalho visto terem terminado as guerras desastrosas e passado o tempo de pretender o Brasil ser potencia militar, o que não

se quadrava com a simplicidade dos governos americanos. Os dados para se conhecerem o estado da população, os progressos do commercio, artes e industrias apresentavam-se insufficientes.

Aventava o progressista presidente a idéa de já se ir cuidando da construcção de uma estrada de ferro de Santos a S. Paulo.

A 3 de outubro de 1834 congratulava-se Raphael Tobias com o Conselho Geral da Provincia pela decretação do Acto Addicional que tantos beneficios viria trazer a S. Paulo descentralizando a administração imperial embora conservando o centro de acção e de força essencial a um grande estado."

Referindo-se ao contrabando de africanos dizia que ninguem ignorava quanto haviam sido inuteis as providencias para não se escravizarem os africanos introduzidos furtivamente nas praias paulistas fosse pela conivencia e omissão das autoridades, ou pela inefficiencia das leis. Não deviam cessar os esforços das autoridades a este respeito. Um dos deveres mais sagrados decorria da Lei de 20 de outubro de 1823. Esperava o presidente que a Assembléa meditasse sobre este assumpto afim de se estabelecerem novos meios, afim de que os infelizes pudessem achar o amparo e soccorro, reclamados da humanidade opressa, e promettidos pelas leis.

O successor de Raphael Tobias foi o Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro depois Visconde de Uberaba (1792 a 1856). Apenas occupou a presidencia durante cinco mezes (em 1835-1836).

Em seu relatorio de 7 de janeiro de 1836 dizia que no anno financeiro de 1835 a receita provincial arrecadada fôra 147:379$425 e a despesa 109:166$544.

O setimo presidente de S. Paulo, o Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (1791-1859) governou de agosto de 1836 a março de 1838.

No relatorio de 1837 se consigna que a receita do exercicio anterior fôra de 406:645$943 e a despesa de 129:794$482 havendo pois um saldo de 186:851$461 rs. A applicação do regulamento de 20 de junho de 1836 dera lugar a grandes clamores porque consignava a duplicação dos impostos sobre o café e o assucar.

Procurava-se activamente melhorar as condições da viabilidade da Estrada do Mar.

O balanço do anno financeiro de 1836-1837 accusava uma receita de 331:927$768 e uma despesa de 143:154$391 rs. restando pois um saldo de 188:773$377 rs.

Prosseguiam as obras de conserva e melhoramento das estradas do café do planalto ao littoral como as de Bananal a Angra dos Reis e de S. Luiz a Ubatuba. Concluira-se o grande rancho dos tropeiros em Santos. Já alli encontravam o abrigo de que tanto necessitavam. Com largueza de vistas dizia o Presidente a Assembléa quanto, ao seu ver, a questão do progresso de S. Paulo estava radicado ao desenvolvimento de suas vias de comunicação. Convinha, sobretudo, tornar carrossavel a da serra de Santos pois o hinterland, que della dependia, tomaria certamente, enorme desenvolvimento, quando toda a producção chegasse ao littoral em viaturas ao envez de precisar occupar as interminaveis pontas de bestas de cangalha.

Convencido portanto, da utilidade desta importante obra, julgara o Brigadeiro Gavião conveniente fazer todas as disposições preparatorias para realizal-a. Essencial era ter quem a dirigisse, officiaes do officio, machinas, instrumentos, trabalhadores e accessorios. Mandara o Presidente engajar na Europa, por 5 annos, um engenheiro, ou primeiro mestre de estradas, um segundo, 8 pedreiros, 4 canteiros, 6 calçadores, 6 ferreiros, e 3 carpinteiros proprios para a factura e concerto de carros, utensilios e ferramentas, a empregar-se em semelhante serviço além de cem trabalhadores e dois mestres, a tambem serem utilisados naquella ou em outras quaesquer obras ou estradas da provincia, sob as condições constantes das instrucções dadas ao major Bloêm, encarregado desta commissão, assim como da compra dos instrumentos, utensilios, carros e ferramentas precisas. Fizera para isto por á sua disposição na Europa, por meio de letras, 3.462 libras esterlinas.

Se acaso entendesse a Assembléa Provincial que a obra se devesse reservar para mais tarde, nem por isso se tornariam superfluos estes trabalhadores, porque a sua falta era notavel, tanto que em diversos pontos da provincia havia difficuldade em achal-os, mesmo pagando-lhes jornal de 1$000 diarios. Era esta uma das causas pelas quaes não se tornava possivel dar-se todo o necessario impulso ao reparo das estradas, onde só trabalhavam pequenas turmas. Os operarios requisitados não vinham aliás retirar braços do serviço da lavoura. Logo que chegassem estas companhias de trabalhadores seria indispensavel fazer-se maior despesa com o pagamento dos seus jornaes e muito principalmente quando se desse começo á estrada na Serra. Procurava a Presidencia, para este fim, economizar as rendas da Barreira de Santos da

qual, a 31 de dezembro transacto, apenas restava um saldo de pouco mais de quatro contos de réis.

Ao Brigadeiro Gavião Peixoto succedeu, o Dr. Venancio José Lisboa (1810-1870) magistrado que governou a Provincia de março de 1838 a julho de 1839, foi mais tarde deputado pelo Rio de Janeiro ao Parlamento Nacional e em 1842 presidente do Maranhão.

Falando da receita provincial lembrava o Dr. Lisboa que, a 7 de janeiro de 1839, a provincia do Rio de Janeiro representara contra a fraude que se commettia em prejuizo de suas rendas, com guias de café passadas pelos registros paulistas. Julgara por isto a presidencia conveniente alterar alguns artigos do regulamento, dando assim providencias adequadas no sentido de se combater a fraude descoberta e melhorar a fiscalização das receitas. Era manifesto o empenho governamental de se as augmentar por meio da arrecadação rigorosa. Mandara-se estabelecer barreira no registro da Varzea Grande do Mambucaba, em Areias. Fôra criado, tambem, um registro na Ponte Nova mandada construir na estrada de Porto Feliz. Sem effectividade na cobrança dos direitos e rigorosa fiscalização nas barreiras e registros, as rendas provinciaes não poderiam augmentar.

A situação deploravel em que se achava o Rio Grande do Sul, profundamente agitado por longa guerra civil, tambem contribuia para difficultar a arrecadação das rendas.

Diminuira notavelmente a importação de muares. Alludindo ao exercicio seguinte dizia ainda o Dr. Lisboa:

"Era esperado deficit no orçamento futuro (1839-1840) e por isso muito haviam de contribuir para a antecipação de receita as operações do projectado Banco Provincial cuja utilidade e conveniencia se mostravam evidentes."

Uma das mais importantes estradas do café era a Cesaréa.

Achava-se quase concluida. Ficaria em mais de .... 14:000$000 e era obra da maior relevancia, pois ligava as provincias de S. Paulo e Rio de Janeiro.

Tendo o governo fluminense estabelecido um registro na praia de Gratahú, o commercio de S. Paulo poderia ser prejudicado porque a praia do Frade, onde ia acabar a referida estrada Cesaréa, era distante e não offerecia igual commodidade. A presidencia de S. Paulo pedirá á do Rio de Janeiro a mudança do registro e alimentava esperança de ser attendida. A ponte do Cubatão estava sendo reparada por operarios

allemães que além do salario recebiam 135 réis diarios para a alimentação.

O successor do Dr. Lisboa veio a ser o Dr. Manuel Machado Nunes, (1779-1876), magistrado, mais tarde Desembargador da Relação do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, deputado por Minas Geraes e presidente, aliás apenas por dias, desta provincia em 1841.

A' de S. Paulo governou de julho de 1839 a agosto de 1840.

Em seu relatorio de 7 de janeiro deste ultimo anno dizia o Dr. Machado Nunes que a receita provincial no exercicio de 1838 a 1839 subira a 248:215$284 e a despesa a 211:812$868.

Nesta peça pouco se fala de assumptos agricolas. Na parte consagrada ás estradas ha largos topicos sobre o pessimo resultado do emprego de allemães nas obras do Cubatão. Eram operarios rixentos e preguiçosos e a Provincia já com elles fizera muitos sacrificios.

A 6 de agosto de 1840 voltava Raphael Tobias de Aguiar á presidencia de S. Paulo cargo que exerceria até 15 de julho de 1841.

A 7 de janeiro deste anno apresentava relatorio onde não ha referencias especiaes á lavoura. Apenas nelle se conta que uma das grandes estradas do café, a da Mambucaba, ia muito adiantada.

A Raphael Tobias succedeu o fidalgo portuguez, brasileiro adoptivo, chefe de esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim (1784-1866), ex-ministro da marinha e futuro Conselheiro de Estado. Governou menos de um semestre, de 15 de julho de 1841 a 13 de janeiro de 1842.

A 7 deste mez e anno apresentou relatorio á Assembléa Provincial em que fala dos extraordinarios e proficuos esforços de seu antecessor para ligar S. Paulo ao Cubatão por uma estrada carrossavel, a via que se baptizara *Estrada da Maioridade*.

Representava enorme beneficio para o commercio da Provincia, teria 20 palmos de leito (4m.40) e estava sendo sempre alvo de melhoramentos e boa conserva.

As estradas do café tambem mereciam toda á attenção do governo provincial.

A de Mambucaba estava concluida. O governo fluminense atacara as obras de seu territorio. Melhorara-se a de Guaratinguetá a Cunha e Paraty. A Cesaréa achava-se em perfeito estado de conservação.

A estrada de communicação com a villa de Ubatuba recebera grandes melhoramentos, cuja consequencia fôra augmentar consideravelmente as rendas da respectiva barreira. A estrada de Caraguatatuba encontrava-se em boas condições e no momento trabalhava-se no calçamento da subida da serra. A verba para a estrada de S. Sebastião a S. José do Parahytinga, quase esgotada, necessitava de reforço. O inspector da estrada era o prestigioso padre sebastianense Manoel de Faria Doria de quem a presidencia tinha as melhores referencias.

Ao chefe Mello e Alvim succedeu José da Costa Carvalho, bahiano, já então barão de Monte Alegre (1798-1860) politico de enorme renome tendo sido até, como ninguem ignora, chefe de estado, como membro da segunda regencia trina, Senador do Imperio desde 1839, mais tarde presidente do Conselho (1849) visconde e marquez de Monte Alegre.

No seu curto periodo presidencial de janeiro a agosto de 1842 occorreu o movimento revolucionario liberal de 17 de maio a que debellou a fulminante actuação militar de Caxias.

Assim nos documentos de sua gestão nada se encontra relativo ao nosso escopo.

Seu successor foi o futuro Visconde de Macahé, que como vimos já presidira a Provincia. Seu governo foi curto apenas um semestre, de 17 de agosto de 1842 a 27 de janeiro de 1843.

Em sua fala á Assembléa Provincial, a 7 de janeiro do ultimo anno, dizia que a rebellião de 1842 tudo perturbara, occasionando a maior crise financeira. Assim ainda não se installara o projectado Banco Paulistano não haviam tido execução as leis criando a Escola Pratica para a cultura e fabrico do chá.

A conserva das estradas tambem muito fôra prejudicada e as obras por ella reclamadas vultosas.

O successor de Almeida Torres veio a ser o coronel do exercito Joaquim José Luiz de Souza de quem muito pouco se sabe. Praça de 1807 coronel em 1841, falleceu em Pernambuco no anno de 1848 durante a revolta praieira. Não apresentou relatorio do seu governo em S. Paulo, curto aliás, de janeiro a novembro de 1843.

A 25 deste mez e anno assumiu a presidencia o major do exercito Manuel Felizardo de Souza e Mello (1805-1866) presidente do Ceará, em 1837, e do Maranhão, em 1839, onde muito se batera com os "balaios" a quem derrotara. Passara

depois á presidencia de Alagoas (1840). Permaneceu na de S. Paulo até 22 de abril de 1844.

Era homem de notavel intelligencia e capacidade além de excellente engenheiro militar. Em seu relatorio á Assembléa Provincial, apresentado em 7 de janeiro de 1844, consagrou grande numero de paginas ás estradas. Falando da falta de um plano de conjuncto dizia:

"Em uma provincia tão extensa como a nossa, contendo de Norte a Sul mais de duzentas leguas, e outras tantas de Leste a Oeste, de primeira e mais palpitante necessidade é a abertura e conservação de estradas, que ponham em communicação entre si os differentes municipios, espalhados por essa área immensa, tornando possivel e facil a circulação de idéas e productos, dest'arte augmentando a industria, o commercio e a civilização de seus habitantes. Esta necessidade tem sido seguramente sentida pelas Assembléas e Administrações passadas, mas creio não poder tambem affirmar que tivessem applicado as medidas mais efficazes para provel-a de remedio."

De primeira intuição vinha a ser a conveniencia de um plano estudado e fixo de caminhos, que, passando por certos e determinados pontos, levassem e promovessem a vida aos estabelecimentos que estavam em embrião, ou já desenvolvidos e, ao mesmo tempo, demandassem menores gastos prestando-se ao serviço do maior numero de municipios.

Não constava porém, que até então, se houvesse assentado o que quer que fosse sobre a directriz das estradas, quaes mereceriam de preferencia ser abertas, ou reconstruidas. D'ahi resultava que a Assembléa, sem bases sufficientes, sem os dados indispensaveis para conhecer a maior ou menor conveniencia de cada uma, e apenas levada por informações pouco exactas, decretara sommas avultadas, improficuamente gastas, não prestando os novos caminhos melhor transito que os antigos, como acontecera com a estrada de S. Sebastião a São José do Parahytinga.

Aberta e exposta ao transito publico por bastante tempo, tão limitado numero de viandantes por ella passara que a barreira chegara a produzir em um anno, a ridicula quantia de 1$200. Acontecia que outras vias davam entrada e sahida a bem pequena quantidade de productos, e prestando auxilios ás forças productivas em mui pequena escala.

Entretanto a mesma despesa, applicada a outras localidades, iria dar fomento a forças muito mais avultadas, que, produzindo proporcionalmente, dariam, em pouco tempo, para indemnizar os Cofres Publicos dos gastos com ellas feitos,

restituindo sommas, que então poderiam ser applicadas ás localidades de menor importancia vindo assim a ser beneficiadas sem gravame dos cofres provinciaes.

Muito util e conveniente pois fixar-se um systema de viação, afim de se lhe conseguir conserva com menores dispendios e poder a administração, com mais segurança, sobre ellas e seus inspectores exercer maior vigilancia e fiscalização.

Urgia a abertura de uma estrada que, partindo do Bananal, seguisse, com pequenas sinuosidades, rumo de sudoeste e atravessando as mais importantes povoações da provincia, pondo-as não só em relação entre si, como tambem com o grande mercado do Rio de Janeiro. Outras depois viriam que, partindo dos mais valiosos e seguros portos de mar da provincia, fossem, pelo mais curto caminho e melhor terreno á estrada tronco outras mais emfim, poriam em contacto os diversos municipios com essa mesma estrada. Esta rede seria decerto sufficiente para animar a producção da provincia de S. Paulo, offerecendo bom transito aos passageiros. E assim se pouparia não pequeno numero de caminhos que abertos unicamente com o fito de se encurtarem distancias não podiam, por falta de meios ser levadas á perfeição, nunca offerecendo commoda passagem. Ficavam bem depressa intransitaveis com a primeira estação chuvosa. E de tal sorte se deterioravam que se reduziam a completo abandono, exigindo novas, e talvez maiores sommas para o seu reparo.

O methodo até então seguido na abertura das estradas paulistas era para os cofres da Provincia supplicio bem semelhante ao do tonel das Danaidas. Questão capital e certamente das mais importantes, pois seus inconvenientes atacavam tão directamente a industria e commercio da provincia, o desperdicio acarretado aos cofres publicos era sobretudo devido a não haver uma directoria de obras publicas, a quem pudesse a presidencia encarregar o exame das estradas, sua direcção, methodo de construcção e outros trabalhos de tal natureza, sendo forçada a guiar-se por informações, em que dominavam a paixão, o espirito interesseiro e, frequentemente, a ignorancia e o desleixo.

Era preciso por força que, quanto antes, tivesse a Provincia uma directoria de obras, com um engenheiro chefe e quatro auxiliares.

A actuação destes profissionaes seria a mais proficua e a despesa, com os seus vencimentos, renderia largas sommas. Falando das estradas do café relatava Manuel Felizardo de Souza e Mello que a de Guaratinguetá a Cunha e Paraty exi-

giam concertos radicaes. As que demandavam Angra dos Reis e suas vizinhanças não menos estragadas se mostravam.

A de Lorena a Mambucaba esta se mantinha intransitavel.

Sobre a Cesaréa dizia o Presidente que a Camara da villa de Aréas instava, desde tempos, e agora novamente, pela abertura dum caminho, que partindo dessa estrada, se dirigisse a Mambucaba. Declarava-o de summa vantagem ao Municipio, tanto que, apesar do mau trajecto, presente, por ser apenas simples picada, os tropeiros o preferiam, vendo-se forçado o administrador do Registro da Onça a mudar a residencia para a fazenda do Bom Jardim onde começava o atalho, afim de evitar o prejuizo das rendas provinciaes.

Não se determinara a abertura de tal atalho, talvez por julgar-se pouco conveniente a multiplicação de estradas para o mar, entender-se mais util o aperfeiçoamento da Cesaréa, que dava em seguro porto, além de se prestar a mais dum municipio, não apresentando o projectado atalho vantagem transcendente, quer quanto á distancia, quer quanto a bondade do porto em que ia fenecer. Accrescia, por outro lado, que se mostravam assaz dispendiosas a sua abertura e conservação, attenta a natureza do terreno, atravessado, e a falta de madeiras proprias para pontes.

A serra de Caraguatatuba, já não continuava intransitavel. Recebera concertos sufficientes e offerecia, agora, commoda passagem reiterando-se as recommendações para a sua congenere afim de se reparar, logo, qualquer desmancho, que, depois, só a custo de grande dispendio poderia ser concertado. A estrada que ligava Ubatuba a S. Luiz, e outros municipios de serra acima, devia merecer toda a attenção, por se tratar de zona cafeeira de conhecida importancia, por onde crescidas e avultadas exportação e importação se faziam.

O dizimo cobrado em Ubatuba não era muito inferior ao arrecadado em Santos e, havendo aqui repartição melhor montada, para a percepção e fiscalização de tal direito, podia bem concluir-se que por Ubatuba não se exportava menos do que por Santos.

Pela Estrada da Maioridade crescia, notavelmente, o transito de cargueiros e vehiculos, já por ella trafegara até uma traquitana signal de sua boa conserva.

Ainda assim havia muita obra a concluir, e completar-se.

Ainda não fôra possivel installar-se o Banco Paulistano. Deixando a presidencia de S. Paulo continuou Manuel Felizardo de Souza e Mello a bella carreira politica. Foi trez ve-

zes ministro da Marinha e da Guerra e senador do Imperio em 1848, pelo Rio de Janeiro.

Depois de curta interinidade (abril a junho de 1844) em que o governo paulista foi exercido pelo bravo brigadeiro Joaquim José de Moraes e Abreu, natural de Porto Feliz, e veterano das campanhas do Sul, assumiu a presidencia o marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva (1793-1869) barão de Suruhy em 1854. Foi durante mais de trez annos presidente de S. Paulo (até novembro de 1847).

Era irmão e genro do regente Francisco de Lima e portanto tio e cunhado do Duque de Caxias. Procurou em São Paulo fazer carreira politica, como alhures o haviam feito os seus illustres parentes. Assim, por exemplo, tentou eleger-se senador, o que não conseguiu devido ao veto imperial.

Falando das rendas provinciaes, em 1845, dizia o official general, em sua fala á Assembléa, que por maior que fosse a sobriedade empregada, não era possivel conseguir diminuir todas as despesas, porque em muitas o serviço publico exigia o seu augmento. Não havia nenhuma divida externa provincial e, a interna provinha da morosidade dos credores em solicitar pagamentos. Os capitaes encontravam em territorio paulista emprego facil e independente de quaesquer sacrificios. Haviam sido organizados os regulamentos para a cobrança dos impostos sobre a aguardente extrangeira, vendas em leilão; carne verde; subsidio das rezes; taxas de heranças e legados; e meia siza de escravos.

A estrada da Maioridade recebera enorme impulso devido á visita Imperial a S. Paulo em 1846. E não só ella como diversas outras grandes vias provinciaes. Mas as do café, no Norte da Provincia, andavam mal tratadas.

As da serra de Ramos para Angra dos Reis, de Arêas para Mambucaba, de Taubaté a Caraguatatuba, de São Luiz a Ubatuba, de Lorena á provincia de Minas Geraes, e a villa de Cunha, pela serra do Pinhal, umas estavam em andamento e outras paralysadas por falta de subsidios para o necessario concerto.

CAPITULO IX

Daniel Pedro Müller patriarcha da Estatistica no Brasil — O seu Ensaio de um quadro estatistico da Provincia de S. Paulo — Notavel trabalho, rico de informes os mais variados

Patriarcha da Estatistica no Brasil é o epitheto a se reunir aos nomes de Daniel Pedro Müller cujo retrato merecia figurar sempre nas repartições onde se cultiva a sciencia "que pesquiza o conhecimento profundo do estudo respectivo e comparativo de cada paiz." Isto no dizer de seu baptizador, Achenwall, professor setecentista da Universidade de Goettingen.

Schlösser, seu discipulo e successor, em affirmação pittoresca, diria, que "a historia era a estatistica em movimento e a estatistica a historia em repouso."

O *Ensaio d'um quadro estatistico da Provincia de São Paulo,* modestamente assim intitulado pelo seu autor, impresso em São Paulo em 1838, em virtude de lei provincial, era, quando appareceu, livro absolutamente novo na bibliographia brasileira.

De longe sequer, jamais se fizera coisa igual concebida e redigida com tamanha clareza de idéas e intelligencia da execução.

Deve a sua edição ter sido pequena, quiçá de escassas centenas de exemplares. E pensamos haja sido dos primeiros senão mesmo o primeiro dos livros feitos em territorio paulista.

Editado em 1838, na typographia de Costa Silveira, tornou-se da mais extrema raridade. Não se lhe conhece hoje talvez mais de uma dezena de exemplares. Bibliophilos por elle tem debalde offerecido valiosas quantias aos especialistas de livros antigos.

Assim nada mais bem inspirado do que a sua reedição em 1923, imaginada e levada a cabo pelo Dr. Eugenio Egas sob o patrocinio do insigne e indefesso tradicionalista Dr. Washing-

ton Luis P. de Souza, então Presidente do Estado de São Paulo.

Iniciativa excellente a do valoroso polygrapho paulista cujos estudos sobre as condições dos municipios do Estado levaram-no ao exame acurado das paginas do seu ancestre espiritual de principios do seculo passado.

A este volume enriquece optimo retrato do marechal teuto-luso-brasileiro, reproducção de uma tela de sua neta, a Exma. Sra. D. Elisa de Beaurepaire Rohan Aragão, illustre senhora, amadora de largos dotes artisticos, sobretudo como retratista.

Não dizem os biographos de Daniel Pedro Müller quando veio ao mundo o seu eminente biographado. Apenas refere Azevedo Marques, em seus *Apontamentos* preciosos, que "nasceu no mar" estando seus paes em viagem de Hamburgo para Lisboa.

Declara Egas ignorar qual haja sido este millesimo. Vimos, porém, em autos de justificação, onde occorre um depoimento do proprio Müller que elle, em 1814, contava 45 annos de idade. Nascera portanto em 1769.

Era filho de João Guilherme Christiano Müller e Anna Müller declara outro documento constante de seus papeis de casamento com a paulista D. Gertrudes Maria do Carmo, realizado a 15 de setembro de 1811 (registo parochial de Santa Ephigenia).

Tornou-se com este consorcio padrasto de um homem que muito se distinguiu sob o segundo Imperio, o Conselheiro Antonio Manuel de Mello (nascido em 1802) filho do Capitão General de S. Paulo Antonio de Mello Castro e Mendonça, official general ministro da guerra em 1847, no gabinete de 22 de maio presidido pelo Conde de Caravellas e em 1836, no gabinete de 30 de maio, presidido pelo Marquez de Olinda (cf. Rev. Inst. Hist. Bras. XXIX, 2.488).

Era João Guilherme Christiano Müller homem de bella intelligencia e cultura e deu ao filho solida instrucção. Associado á Academia Real de Sciencia de Lisboa numerosos trabalhos seus surgem nas memorias por esta publicadas. E as grandes demonstrações de apreço pelas quaes seus associados commemoraram o seu passamento demonstram o altissimo apreço em que o tinham.

Diz Azevedo Marques que Daniel P. Müller, veio para São Paulo como ajudante de ordens do Capitão General Governador da Capitania Antonio José da Franca e Horta, em 1802. Teria pois 33 annos. Affirma ainda que já era enge-

nheiro militar e tenente coronel do exercito portuguez o que nos pareceu pouco provavel dada a sua idade e a lentidão com que os officiaes de antanho galgavam os postos. Informa-nos o digno archivista do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Paulino de Almeida, que consultando os livros mestres da tropa de São Paulo verificou ser Müller capitão em 1802.

A seu respeito escreve o autor dos *Apontamentos*:

"Possuidor de instrucção superior ao commum de sua época, Daniel Pedro Müller gozou sempre de subida consideração entre os seus contemporaneos, e nas differentes commissões que lhe foram confiadas mostrou-se digno dessa consideração.

A elle se devem muitos serviços proprios de sua profissão taes como a construcção da ponte do Carmo, chafariz e pyramide do Piques, e outros melhoramentos publicos da cidade de São Paulo.

Sendo ainda coronel, fez parte do Governo Provisorio da provincia de São Paulo, eleito pelo povo e tropa a 23 de junho de 1821, e como tal prestou serviços relevantes marchando com força da capital para reprimir a insurreição da tropa, que então se deu na villa, hoje cidade de Santos.

Em 1836, sendo já brigadeiro, foi incumbido pelo governo de organizar a estatistica da provincia, trabalho importantissimo, que executou e foi publicado no anno seguinte, unico que sobre este ramo existe até hoje, bem como o mappa geral da provincia, que levantou com summo trabalho e paciencia.

Achando-se em avançada idade, requereu e obteve em 1838 sua reforma no posto de marechal de campo."

Falleceu em São Paulo de accidente, ao que parece, afogado no rio Pinheiros, a 1 de agosto de 1842.

A cartographia da região paulista deve-lhe optimos serviços. Collaborou muito com João da Costa Ferreira, Rufino José Felizardo e Costa e outros officiaes prestantes do Real Corpo de Engenheiros cujos mappas tão gabados são.

O seu mappa geral da Provincia de São Paulo, primeira carta impressa do territorio paulista é excellente e deve ter-lhe custado enorme labor. Converteu-se em peça de extrema raridade.

Mas incomparavelmente maior lhe deve ter sido o esforço despendido para reunir a copia enorme de dados que o *Quadro estatistico* compendia.

Parece-nos coisa inacreditavel que, ha um seculo atraz, quando São Paulo tão despovoado era, quando os seus diver-

sos nucleos viviam separados uns dos outros por grandes distancias e pessimas estradas, tenha Daniel Pedro Müller obtido tão notavel, tão consideravel massa de informes de todo o genero.

Que paciencia, que dose immensa de paciencia deve ter tido este colleccionador emerito para reunir o que conseguiu, valendo-se de inqueritos feitos, numerosas vezes, a enormes distancias, aproveitando depoimentos obtidos de correspondentes incultos, inertes, indifferentes, se não mesmo hostis, perturbados em sua continua modorra intellectual pela curiosidade desse homem cujas intenções lhes pareceriam frequentemente abstrusas ou pelo menos extravagantes!

Como introito de seu *"Quadro estatistico"* apresenta Daniel Pedro Müller um apanhado do que eram os principaes nucleos da povoação paulista, em geral, fazendo a resenha de seus edificios publicos, explicando-lhes a organização judicial e expondo o que produziam os seus territorios.

Depois de ligeiro historico de cada uma destas povoações dá-lhes a divisão em districtos de paz, declara as distancias ou localidades mais proximas, enumera-lhes os letrados, os sacerdotes, etc.

A população paulista crescia a vista d'olhos. Computara-a Eschwege em 1816 em 209.901 almas. Agora, vinte annos mais tarde, calculava-se em 326.902 individuos, mais de cincoenta por cento em pequeno lapso.

Reclamava o marechal maior efficiencia no apparelhamento de defesa da vida dos cidadãos, segurança da propriedade e manutenção da ordem que ainda muito deixavam a desejar. Impunha-se a necessidade da fundação de grande casa correcional.

Tratando do governo civil e ecclesiastico, das finanças e do estado militar ministra-nos abundantes informes sobre estes diversos itens.

Passando a discorrer sobre questões economicas mostra quanto a situação economica paulista era florescente, com o seu saldo de 766 contos da exportação sobre a importação. E encarecia a abertura de novas estradas ou a bôa conserva das já existentes.

Duas das suas principaes tabellas referem-se aos preços dos productos, maximo, medio, minimo e são uteis achegas para a nossa historia economica.

POR ARROBA

Café	3.200	2.400	1.600
Assucar	3.300	2.000	1.180
Algodão	2.560	1.600	960
Fumo	9.000	3.000	1.280
Matte	2.000	440	400
Toucinho	7.000	3.200	2.000

POR ALQUEIRE

Arroz	3.000	2.000	1.440
Farinha de mandioca . .	1.600	1.000	640
Farinha de milho . . .	2.230	1.280	640
Milho	1.000	640	500
Feijão	3.000	2.000	500
Aguardente (pipa) . .	70.000	40.000	14.000

QUANTO AOS ANIMAES DOMESTICOS VALIAM:

Porcos	20.000	10.000	5.000
Cavallos	40.000	25.000	16.000
Bestas	60.000	50.000	40.000
Bois	30.000	15.000	10.000
Carneiros	5.000	1.600	640

Uma série de circumstancias ditava estes preços entre os quaes deviam preponderar naturalmente a proximidade maior e menor dos centros productores e a difficuldade do transporte. Assim era natural por exemplo que o mais baixo preço de arroz fosse o de Iguape, o do café em districtos como Bananal, Arêas, Pindamonhangaba; que os bois e carneiros tambem tivessem preços minimos em Curityba, Castro e Franca, centros de grande criação e os porcos valessem o minimo em Franca e Itapeva.

Depois de interessante resumo de todo o movimento judiciario da provincia expõe Müller quaes as distancias maximas a serem transpostas pelos moradores ruraes para acudirem á residencia de seus juizes de paz. E as que obrigavam os jurados ao comparecimento á séde de seu respectivo termo.

E estes dados por vezes nos fazem sorrir. Distancias de vinte e duas leguas não eram consideradas obices para que os cidadãos faltassem aos deveres do jury, como os de certos logares da comarca de Curityba e as de 25 para os moradores

dos campos de Araraquara. Nem tão pouco os quatro dias de viagem, pelos rios e estradas terrestres, que deviam vencer os de Iguape! Mantinha-se a imposição legal do comparecimento. E como seria ella cumprida?

O capitulo relativo ás finanças paulistas é sobremodo illustrativo.

A receita geral arrecadada em S. Paulo em 1835 subira a rs. 872:147$667 e a provincial a 292:701$359.

A despesa geral realizada dentro da provincia attingira a 748:868$485 ahi se incluindo uma parcella de 455:570$463 sob a rubrica de movimento de fundos que o autor não explica bem o que seja dizendo que se referia a "Troca de notas, cedulas, letras, passagens, de fundos, etc.

Repertorio completo quanto possivel de tudo quanto então podia interessar á provincia incluiu Daniel Pedro Müller em suas principaes paginas uma série de indicações uteis relativas á agronomia paulista. Assim consagrou pequeno capitulo á "indicação das épocas das plantações, sua colheita e methodos."

São conselhos summarios, mas nem por isto desinteressantes. Tratando do café ministra as seguintes advertencias: *planta-se* de junho até julho. *Colhe-se*: depois de trez annos se colhe em todos os verões (sic). *Methodo de plantar e colher*: Deposita-se em covas a extremidade inferior das mudas que deve ficar inclinada e calca-se a terra de circumferencia."

Este deslocamento da época das colheitas mostra quanto em 1836 ou eram os processos da cafeicultura diversos dos de hoje ou pouco conhecia o autor de tal lavoura o que não é crivel tratando-se de homem de tanta cultura e meticulosidade. Foi certamente Daniel Pedro Müller victima de méro *lapsus calami*...

Os conselhos por elle dados relativos ao fumo, á canna, algodão, mandioca, milho, arroz, feijão, trigo, chá, mamona, amendoim, aos pinhões carás, e batatas completam-se com outros referentes a culturas que nunca, até hoje, tomaram desenvolvimento em territorio paulista, como a alpiste, a cevada, e o centeio, etc.

O trigo que, nos primeiros annos coloniaes e mesmo, até além de meiados do século XVII, tanto constituira objecto do cultivo nas terras vizinhas da villa de S. Paulo fôra desapparecendo, gradualmente, em principios do século XIX.

Cada vez mais se confinava aos districtos do sul e as suas colheitas decresciam progressivamente. "Algum trigo" ainda davam os districtos da comarca curytibana, mas muito pouco, apenas para o consumo local. Tão, tão escassa esta pro-

ducção que em 1836 apenas chegara a 26 alqueires! dos quaes 10 de Curytiba.

O calculo da população da provincia mereceu do esclarecido estadista o maior apuro de pormenorização compativel com a época e as enormes difficuldades de informação então existentes. E' pasmoso que Müller haja obtido o que conseguiu! Quanta pertinacia intelligente deve ter desenvolvido! Classificou a população por comarcas e villas, fazendo-lhe a discriminação por idades, sexos, livres e captivos, côres e estado civil.

Chegou á conclusão de que na provincia de S. Paulo, em 1837, viviam 326.902 pessoas, das quaes 42.930 na quinta comarca, hoje Estado do Paraná. Assim, a população do territorio, agora paulista, era de 283.972 almas.

Computando-se a população actual do Estado em ...... 7.500.000 individuos, houve, portanto, de 1836 a 1937 uma multiplicação de quase vinte e sete vezes. Continue esta progressão e chegaremos em 2.036 á cifra inconfortavel, senão asphyxiante, de 150 milhões de humanos no territorio paulista!

A maior população era a da cidade de São Paulo .... (21.993). A' capital seguiam-se Curytiba (16.157), Taubaté (11.833), Bragança (11.618), Itapetininga (11.510), Porto Feliz (11.293), Itú (11.146).

Havia na provincia pequeno excesso de população masculina sobre a feminina: 165.314 homens para 161.588 mulheres.

Assim se discriminavam pelas côres:

Brancos	172.879
Indios puros	825
Pretos	79.122
Mestiços ou pardos	74.146

Assim a população branca correspondia a 52,8 % do total, a preta 24,2 a parda 22,7, os indios a menos de 0,3 por cento.

Livres havia então no territorio paulista 239.969 pessoas e escravos 86.993.

Um pouco mais da quarta parte era, portanto, captiva. Discriminava-se desta maneira:

	Homens	Mulheres
Africanos	23.826	14.175
Pretos brasileiros	17.110	17.100
Mestiços	7.360	7.362

Ou ao todo 48.296 homens e 38.637 mulheres. Este grande excesso de homens escravos sobre as mulheres, tambem captivas, muito caracteristico dos paizes de importação servil, explica o excedente da população masculina paulista acima notada.

Eram ainda poucas as pessoas de côr preta, livres. Pretende Müller que seriam, entre os africanos, 1.145 homens e 1.149 mulheres, e entre os creoulos, 2.443 homens e 2.074 mulheres. Já muito mais numerosos se mostravam os pardos livres: 28.158 homens e 31.296 mulheres.

Vinte annos antes as porcentagens das côres, segundo Eschwege, pouco differiam das de Müller.

Brancos	54 %	contra 52,8
Mestiços	26 %	contra 22,7
Pretos	20 %	contra 24,2

Este excesso, assignalado por Müller, era provavelmente devido ao incremento da importação de escravos, para as lavouras de café do norte paulista.

Prosseguindo nos infatigaveis inqueritos, conseguiu Daniel Müller uma tabella muito interessante sobre o que intitulou "casualidades da população" e hoje denominamos estatistica demographica.

Arrolou casamentos, nascimentos, obitos e, pormenor sobremodo pittoresco, uma resenha das exposições de crianças engeitadas.

Em 1835 haviam nascido em S. Paulo 13.045 pessoas livres dos dois sexos e 4.030 escravos. Predominavam muito os nascimentos masculinos. Haviam sido os obitos de 6.862 livres e 1.404 escravos. A mortalidade masculina tambem era muito mais elevada do que a feminina.

O excesso dos nascimentos sobre os obitos fôra de 7.764, o que correspondia a um indice elevado, de mais de dois por cento. O coefficiente da mortalidade mostrava-se muito pouco favoravel ao bom renome do clima paulista. Falleceram tres por cento da população da Provincia naquelle anno,

trinta por mil, um individuo por grupo de 34, taxa lethal elevada e hoje sobremodo diminuida.

Observa Müller que na Europa variava a mortalidade entre os seguintes limites "no maximo uma pessoa em 30 e no minimo uma em 59". Assim havia climas europeus menos favoraveis ainda, do que o paulista, á longevidade.

O parque industrial paulista é que se apresentava ainda o mais modesto.

Nelle não figurava uma só fabrica de tecidos! Todo o panno de algodão grosso da provincia, que se vendia de 300 a 380 rs. a vara (Im 10), fabricava-se em teares manuaes empregando-se para o vestuario de escravos e saccaria. Com os lucros do café a cultura do algodão decahira bastante.

Engenhos de assucar movidos por força hydraulica eram numerosos.

Um unico estabelecimento dispunha de motor a vapor, o de Villa Nova em Santos, grande refinação de assucar e distillaria de aguardente a que estavam annexas a melhor olaria da provincia e uma bôa fabrica de sabão.

Cortume saliente de Santo Amaro, "fabrica já importante." Mas havia muitos pequenos estabelecimentos deste genero, aqui e acolá.

No tabella n. 15 de Müller, consagrada ás artes e officios ha curiosa discriminação de profissões, mencionando-se o numero dos pedreiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, tecelões e latoeiros, etc.

Facto pittoresco: nos municipios de rica lavoura cafeeira abundavam os musicos, symptoma de opulencia a confirmar o proloquio de que o dinheiro é o adubo da arte. Assim a pequenina Arêas contava 22 "devotos de Euterpe", o pequenino Bananal 16, a pequena Lorena 12, a pequena Pindamonhangaba 20, quando na cidade de S. Paulo a arte apollinea, da classica chapa, só contava 21 profissionaes! e a ainda a villa de Santos 6.

Os musicos de officio em toda a provincia eram 149 além de sete violeiros, numero enorme em relação aos seus confrades de outras artes pois os entalhadores, provavelmente santeiros, não passavam de 14, e os pintores, limitando a actividade ás paredes apenas 30. Curioso que Müller encambulhasse os boticarios (14) pintores, carpinteiros, etc. sob a mesma rubrica.

Quanto ao movimento dos portos paulistas; o do de Santos era enorme em relação ao dos demais: Mas em 1836 apenas um navio a vapor o frequentava: a "barca de viagem",

do porto de Braz Cubas ao Rio de Janeiro, com escalas por São Sebastião. Fôra este o movimento de entradas e sahidas.

Santos	224	230
Paranaguá	134	133
S. Sebastião	27	29
Iguape	23	23
Ubatuba	14	13
Cananéa	10	10

Não indica Müller a tonelagem mas, pela enumeração dos nomes das embarcações nota-se que os navios frequentadores de Santos eram muito mais importantes que os dos demais portos. Ao passo que a Paranaguá haviam visitado 6 navios extrangeiros Santos, recebera 39 embarcações e São Sebastião apenas uma.

Depois de uma lista de freguezias, capellas curadas e irmandades do territorio paulista, encerra-se o volume pelo capitulo relativo á Academia Juridica de São Paulo, cujos cathedraticos venciam 100$000 anuaes. Enumera o estatista o curso de preparatorios da população paulista e faz a resenha das escolas da provincia que não chegariam a oitenta, além de umas seis aulas de latim em Taubaté, Santos, Itú. São Sebastião, Sorocaba e Atibaia.

Como vê o leitor o *Quadro Estatistico* de Daniel Pedro Müller reune copiosissima messe de informações, de toda a especie, e a sua consulta torna-se absolutamente indispensavel a quem quizer estudar a historia economica do Brasil. E como se refira exactamente a uma região que se avantajou immenso no conjuncto da producção nacional, marcando a mais notavel primazia, revestem-se as paginas do illustre patriarcha da estatistica brasileira de intenso interesse comparativo, por vezes o mais pittoresco.

CAPITULO X

As grandes culturas paulistas em 1836 — O predominio do café no Norte da Provincia — As condições da lavoura paulista — A distribuição das cifras cafeeiras pelas diversas regiões da Provincia de São Paulo — Estatistica das fazendas do café — A exportação e a importação da Provincia

Inutil parece lembrar que, em 1837 — época em que Daniel Pedro Müller redigia os excellentes capitulos, referentos de informes preciosos, de seu *Ensaio d'um Quadro Estatistico da Provincia de São Paulo* — realizava nosso paiz em toda a plenitude a affirmação do brocardo que tanto se repetiu, e tanto se repete, em todos os tons, do gravibundo ao faceto é o Brasil *paiz essencialmente agricola.*

Na provincia de S. Paulo, e naquelle millesimo, não occorreria as mais arroubadas imaginações, certamente de longe sequer, suppor o que seria, o parque industrial paulista, de um século mais tarde.

Nos quatrocentos e tantos kilometros quadrados do territorio da Provincia um unico estabelecimento industrial dispunha de motor a vapor!

Assim falando dos recursos dos paulistas de seu tempo lembra o Marechal que elles provinham da lavoura em territorio geralmente fertil e ameno. Eram os lavradores numerosos mas todos praticantes de uma agricultura atrazada.

Provinha isto sobretudo da lei do menor esforço. Nem podia ser por menos num territorio onde a media da população longe estava ainda de attingir um habitante por kilometro quadrado! 326 mil almas para 430.000 kilometros quadrados! Que poderia valer a terra nestas condições? Quase nada! Dahi o nomadismo dos agricultores desde que o solo remunerasse, um pouco menos que fosse, os esforços dos rudimentares processos de lavragem.

Explicava o provecto engenheiro militar.

"Similhantes causas concorrem para que muitos dos cultivadores não satisfeitos com seus terrenos, vão após de outros que tenham mattas as quaes destroem, para queimarem, e plantarem e as abandonam quando ficam em arbustos pouco frondosos, ou em campos, e desta maneira a Agricultura em logar de conchegar os habitantes, separou a muitos do seu antigo domicilio. As vizinhanças da cidade (de S. Paulo) noutro tempo mais populosos tem decahido e suas familias feito o augmento de outros districtos mais distantes: o seu producto augmenta, mas o transporte se dificculta."

Terra fadada á agricultura a de S. Paulo, pela facilidade offerecida por seus terrenos planos, aquelles campos naturaes e bem regados onde o viandante, não alcançando frequentemente com a vista os seus limites deleitava-se em os ver matizados de variadas flores.

No valle do Parahyba ainda existia densa mattaria.

Era este o panorama agricola da grande circumscripção meridional:

Nas terras do norte paulista além dos generos alimenticios, como o milho, o feijão, o arroz, e a mandioca, a força do commercio residia na cultura do café, assim como no fabrico da aguardente, preparo do tabaco, criação de porcos e gado vaccum.

"Na cidade, e seu districto, se plantava e colhia para alimento de seus habitantes; porém começava a ser de grande interesse a cultura do chá.

Nas villas ao Occidente da capital, Jundiahy, S. Carlos, Itú, Capivary, Porto Feliz, Sorocaba e Constituição constituia o assucar a principal cultura, e ramo de commercio.

Os processos de roteamento das terras continuava a ser ainda o dos primeiros occupantes do solo brasileiro, acompanhadores dos methodos dos indigenas: a queima, a roçada, o plantio até os signaes evidentes de cansaço da terra, que se deixava, então, voltar a capoeira, capoeira de machado e capoeirão.

Já havia entretanto quem derrubasse a matta para a formação de pastos plantados. E um ou outro arado, timidamente apparecia em lavouras de Itú e S. Carlos (Campinas). As terras de boa vestimenta florestal, as brancas e a de massapé fixavam as preferencias dos lavradores.

As varzeas sujeitas ás geadas cediam o passo aos terrenos de encostas, para a canna e o café. O valor das terras de cul-

tura variava conforme a qualidade do solo, a proximidade dos centros de população a posição que as livrava das geadas, a existencia das mattas virgens, a maior e menor distancia do mar.

As melhores terras, para canna e café, quando sem bemfeitoria alguma, valiam, em termo medio 1:400$000 por legua quadrada de 9 milhões de braças quadradas, mil e oitocentos alqueires paulistas de hoje. Assim valia o alqueire de chão menos de mil réis!

E' difficil calcularmos qual seja o coefficiente a se applicar neste caso para se traduzir a relatividade das circumstancias entre 1836 e 1936. Corresponderia talvez a vinte ou trinta. Assim mesmo, ou ainda, applicando-se coefficiente maior, como seja cincoenta, vemos quão baixo ainda era o preço do solo, no S. Paulo da época regencial, mesmo para as melhores terras de cultura.

As medias de colheita variavam muito, dependendo necessaria e essencialmente da regularidade das estações. Acreditava o Marechal Müller que o quartel de canna de 1250 braças quadradas (um quarto de alqueire) pudesse dar de 80 a 100 arrobas de assucar e o de mandioca 100 alqueires de farinha. Admittia-se que o milho produzisse 100 por um e o arroz 50 por um.

Os melhores cafesaes davam de libra e meia a duas libras por pé (de 688 a 918 grs.). Assim os mais rendosos produziam cargas de 62,5 arrobas por mil pés e os menos productivos cerca de 48. Medias já mais baixas, pois do que as annunciadas por Saint Hilaire. A nosso ver porém referia-se D. P. Müller ao norte paulista, não á zona nova de Campinas.

Tão rica ainda a fauna de S. Paulo que numerosos animaes sylvestres damnificavam consideravelmente as lavouras; macacos, veados, porcos montezes, canideos, e sobretudo coelhos e ratos.

Não havia muito clamava o marechal Arouche, contra os damnos da passarada, sobretudo dos psittacideos, innumeraveis e insaciaveis devoradores dos milharaes.

As formigas flagellavam as plantações e os gorgulhos as colheitas. Apesar de tudo, tal a quantidade dos generos que "fartas as familias ainda sobravam para se exportarem em grandes massas."

Nas lavouras de S. Paulo não se viam quasi animaes domesticos a trabalhar. Apenas começava o emprego dos arados nos cannaviaes. Tudo era feito a braço e com ferramenta a mais rudimentar. O apparelhamento completo do trabalhador

agricola reduzia-se á enxada, foice e machado. Aconselhava Daniel Pedro Müller cheio de criterio:

"E' portanto necessario que se poupem esses penosos trabalhos e buscar meios de instruir, e capacitar aos lavradores da vantagem que se tira de instrumentos aratorios, de certas machinas, que poupam os braços para as sementeiras, e manipulação das colheitas, e do uso dos differentes estrumes, e ainda mais necessario em paiz pouco habitado em o qual os lavradores que desejam ser abastados são obrigados a sustentar muitas pessoas e comprar escravos, do que julgam tirar grandes lucros, porém fantasticos em grande parte; porque a maior parte estão empenhados, devendo-os capacitar que vale antes pouco terreno bem cultivado aproveitado, e dividido competentemente, do que grandes extensões de plantações e pastagens dispersas, que distrahem os braços e o olho do dono, o mais vigilante zelador, e director de uma propriedade, afim de produzir e lucrar com vantagem na menor extensão possivel: é este o fim do qual se destina a Arte de Agricultura, indicando meio de tornar ferteis todas as especies de terrenos."

Mas esta era a mania geral dos brasileiros do seu tempo, adquirirem escravos e mais escravos, motivo de ambição pelo alargamento das fazendas e sobretudo da vaidade. Era solido titulo de vangloria poder um fazendeiro gabar-se de que era dono de muitas dezenas senão centenas de captivos, sobretudo quando os seus vizinhos immediatos muito menos cabeças possuiam.

Já Saint Hilaire, em 1822 verificara esta balda ao voltar de S. Paulo ao Rio de Janeiro passando através das novas lavouras cafeeiras fluminenses, de serra acima.

Terminando as suas considerações sobre o conjuncto de circumstancias que regiam a vida agricola paulista de seu tempo traçava Daniel Pedro Müller os mais judiciosos commentarios sobre os processos usados para a demarcação, divisão e posse das terras. Nos territorios devolutos não concedessem os poderes publicos sesmarias sem a intervenção previa do piloto (agrimensor) e o exame dos titulos por magistrado competente.

Houvesse equidade na distribuição das testadas sobre os caminhos, certa proporção se guardasse na conserva das mattas além da prohibição vigorosa da destruição desnecessaria das florestas. Conflictos graves se haviam originado do embate de titulos descriteriosamente concedidos por autoridades levianas, ignorantes ou pouco escrupulosas.

Assim terminava o nosso autor:

"Pode-se dizer em geral, que a incerteza do dominio, e o abuso que se faz do direito illegal das posses, são a origem de muitos litigios, que roubam o tempo e socego do lavrador, resultando da falta de serem demarcados os predios muitos pleitos, rixas; ferimentos, e continuas representações ás competentes autoridades da Provincia."

De quanto, no Oeste e Sul paulistas, em 1836, o assucar sobrepujava o café, dá-nos o quadro abaixo perfeita idéa.

	Café *Arrobas*	*Assucar* *Arrobas*
Parnahyba . . .	55.000	680
Bragança	2.480	—
Atibaia	520	—
Jundiahy	1.276	11.800
Campinas. . . .	8.081	158.447
Mogy-Mirim . .	610	40.520
Franca	261	272
Itú.	1.052	91.965
Capivary. . . .	310	52.193
Porto Feliz. . .	990	73.113
Piracicaba . . .	4.699	115.609
Araraquara. . .	—	440
Sorocaba . . .	770	2.930
Itapetininga. . .	30	5.500
Faxina.	—	500
Total . . .	76.049	563.949

Mostra-se pois grande a desproporção dos valores da producção de café e do assucar, visto como os preços de um e outro genero eram muito vizinhos. O temor da geada e a difficuldade de transporte dos centros afastados de producção, a centenas de kilometros dos portos de Santos, constituiam os grandes obices ao desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Poder-se-á objectar que o assucar ainda vinha a ser genero de mais pesado e difficil transporte. E realmente assim se dava. A canna tambem soffre muito com a geada. Mas é que o apparelhamento assucareiro já era antigo na provincia; vinha do seculo XVIII e tomara grande incremento nas terras feracissimas de Campinas, isto quando o café mal alvorecia no Brasil.

O factor afastamento era o mais sério ainda, em 1860. Tschudi verificava na provincia de São Paulo a existencia de conceito então insophismavel: além do Rio Claro não compensava plantar-se café por melhores que fossem as terras.

Em 1836 o chamado Norte paulista produzia incomparavelmente mais café do que as demais regiões da provincia como demonstram os quadros comparativos que seguem:

Seu unico municipio não cafeeiro era o serrano de Cunha.

	Arrobas
Areias	102.797
Bananal	64.822
Pindamonhangaba	62.628
Jacarehy	54.000
Lorena	33.649
Taubaté	23.607
Parahybuna	23.322
Guaratinguetá.	22.442
São Luiz do Parahytinga .	16.200
Mogy das Cruzes	11.237
São José dos Campos . .	9.015
Cunha	50
	423.773

Em torno de S. Paulo pouco prosperava a rubiacea. O municipio da capital apenas dava 879 arrobas; Santo Amaro 39. Santa Izabel contribuia com 2.499 arrobas.

Abaixo do Norte, mas já bem distanciado, vinha o littoral onde dois municipios produziam colheitas avultadas.

Eram estes os dados:

	Arrobas
São Sebastião	42.845
Ubatuba	31.000
Villa Bella	10.289
Paranaguá	384
São Vicente	192
Santos	150
Itanhaen	4
Total	84.864

O "hinterland" occidental pouco produzia ainda. Um unico municipio se avantajava: Parnahyba. Quer nos parecer comtudo que deve haver engano de informação acerca da producção parnahybana ou erro de imprensa, pois as 55.000 arrobas deveriam valer mais de 100 contos de réis e o autor dá para o valor total das producções do municipio apenas ..... 33:850$000 (?)

	Arrobas
Parnahyba	55.000
Campinas (São Carlos) . .	8.081
Piracicaba	4.699
Bragança	2.400
Jundiahy	1.276
Itú	1.052
Porto Feliz	990
Sorocaba	770
Mogy Mirim	610
Atibaia	520
Capivary	310
Franca	211
São Roque	30
Itapetininga	30
	75.979

Assim as tres zonas principaes haviam em 1835 produzido as seguintes colheitas:

	Arrobas
Norte	423.773
Littoral	84.864
Oeste	75.979
Total	584.516

Pequenas parcellas, aqui e alli apanhadas, conduziam ao grande total das 588.136 arrobas de café exportadas de São Paulo no anno de 1835. O preço maximo de venda da arroba fôra de 3$200, corrente em São Paulo, Santos, Paranaguá e Iguape. O médio 2$400 em São Sebastião, Villa Bella, Campinas e o minimo de 1$600 em Areias e Pindamonhangaba.

No Norte o numero de fazendas de café superava o das de canna.

Assim havia em:

Bananal, 82 fazendas cafeeiras e 8 engenhos de assucar.
Areias, 238 fazendas cafeeiras e 12 distillarias.
Pindamonhangaba, 79 fazendas e 1 engenho.
Taubaté, 86 fazendas e 1 engenho.
Guaratinguetá, 40 fazendas e 3 engenhos.
Lorena, 62 fazendas e 9 engenhos.
Jundiahy, 64 fazendas de café e 20 distillarias.
Mogy das Cruzes, 38 fazendas de café e 8 distillarias.

No oeste ainda imperava o assucar.

Campinas, 83 engenhos e apenas 9 fazendas.
Itú, 93 engenhos.
Mogy Mirim, 35 engenhos.
Capivary, 52 engenhos.
Jundiahy, 29 engenhos.
Porto Feliz, 76 engenhos.
Piracicaba, 78 engenhos.

Além de Campinas não existiam ainda nos demais municipios fazendas de café propriamente ditas, ao que parece, apenas cafézaes, maiores e menores, geralmente pequenos, annexos aos engenhos de assucar.

Em Ubatuba havia 334 fazendas e sitios "em que se cultivava muito café e pouca canna."

A exportação da Provincia para o anno financeiro de 1835-1836 fôra de 2.732:305$250. E já era notavel a preponderancia de Santos sobre os demais portos.

Santos	1.714:300$460
Ubatuba	533:035$760
Paranaguá	197:900$470
São Sebastião. . . .	184:634$540
Iguape	98:126$980
Cananéa	4:307$440

Mas não quanto ao café. Neste particular cabia ainda a Ubatuba o primeiro lugar.

Ubatuba	533:035$760
Santos	266:588$169
São Sebastião. . . .	168:398$600

Para Paraty descera muito café, cerca de 200.000 arrobas num total de 471:500$000.

Quanto á importação cujo total attingia a 2.871:972$039, a primazia era de Santos, que comprehendia oitenta por cento do global.

Santos	2.257:025$974

O resto se distribuia pelas pequenas parcellas de:

Paranaguá	318:863$840
Iguape	110:806$400
Ubatuba	65:863$060
São Sebastião . . .	63:856$425

A grande massa de transacções se realizava com o Rio de Janeiro, cerca de 2.400 contos num total de 2.871:972$039. No anno financeiro de 1835-1836 ainda o assucar, o genero tradicionalmente produzido em São Paulo, preponderava sobre o café. Dera quase 1.200 contos de réis e o grão arabico cerca de 950.

Era este o quadro dos principaes productos sahidos de Santos:

	Arrobas	
Assucar	996.730	1.180:115$514
Café	76.336	266:588$166
Fumo	20.795	101:458$597
Toucinho.	24.685	66:897$966
Ouro	24.685	66:897$860
	Alqueires	
Arroz	5.980	11:782$800
Feijão	5.044	10:100$720
Farinha.	7.438	11:089$080
	Peças	
Couros	2.058	5:355$980
Sola	3.252	5:203$200

Os demais artigos se representavam por pequenas parcellas referentes ao milho, chifres, queijos, gomma, banha, lenha, chá, panno de algodão, aguardente, fio de algodão, matte, madeiras, mellado.

Em Iguape num total de 98:126$980 cabiam ao arroz 93:676$000. Em Ubatuba em réis 533:035$760, do total, tocavam 512:254$500 ao café. Em São Sebastião em 184:634$540 subia a quota do café a 169:398$600 e a do fumo a réis ... 12:898$100. Em Paranaguá em 197:900$470, do total exportado, o valor do matte correspondia a réis 169:204$000.

CAPITULO XI

Administrações do Coronel Joaquim Floriano de Toledo e Visconde de Araxá — Receio de uma insurreição servil na lavoura de S. Paulo — Primeira administração de Pires da Motta — A presidencia de Nabuco de Araujo — Estatistica cafeeira

Nomeado 4.º vice-presidente da provincia de S. Paulo a 27 de abril de 1848 recebeu o coronel Joaquim Floriano de Toledo, o poder do 2.º vice-presidente em exercicio, brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, a 16 de maio immediato.

E, sete dias mais tarde, transmittiu-o ao 18º presidente recem-nomeado, Dr. Domiciano Leite Ribeiro, futuro visconde de Araxá, pertencente a uma das mais illustres familias mineiras, natural de S. João d'El-Rey (1812-1881) jurista, causidico brilhante e homem de letras respeitado. Já representara a provincia natal na camara dissolvida de 1842.

No pequeno relatorio do coronel Joaquim Floriano nada se encontra sobre agricultura. Em materia de economia provincial apenas refere que a receita no exercicio de 1847-1848 subira a 524:339$236 réis e a despesa a 435:236$236 réis; houvera pois um saldo de quase noventa contos de réis.

As rendas imperiaes da provincia haviam produzido..... 649:243$596 com uma despesa de 395:168$285 réis, donde um saldo de pouco mais de 250 contos de réis.

Pouco tempo exerceria o Dr. Domiciano Leite Ribeiro a presidencia de S. Paulo. A 16 de outubro do mesmo 1848 passava o poder ao 19º presidente, Padre Dr. Vicente Pires da Motta, nomeado onze dias antes.

O seu relatorio, apresentado á Assembléa Provincial a 25 de junho deste mesmo anno, nada consigna de importante a não ser a noticia de que entre os lavradores de Campinas, Itú e Piracicaba houvera grande receio da occurrencia de uma insurreição geral de escravos.

Entre os fazendeiros de Indaiatuba chegara mesmo a lavrar o panico.

Ao seu successor relatava o caso o Dr. Domiciano Leite Ribeiro terminnado por fazer verdadeira profissão de fé abolicionista.

"Não ignora por certo V. Ex. os receios de uma insurreição que saltearam alguns Municipios da provincia; entre outros os de Campinas, Piracicaba, e Itú, receios que na Freguezia de Indaiatuba avultaram ao ponto de obrigar alguns fazendeiros a abandonarem suas casas. Logo que isto chegou ao meu conhecimento lancei mão das medidas, que na deficiencia de uma força disponivel nesta capital mais efficazes me pareceram para prevenir o mal, ou combatel-o, caso se manifestasse; felizmente estas providencias, que V. Ex. verá detalhadas na série de officios, que tive de dirigir por essa occasião, coadjuvadas pelo zelo das Autoridades locaes, alcançaram desassombrar os animos e restituir as coisas ao antigo estado."

Das averiguações já procedidas, nada constava que indicasse a existencia de plano mais ou menos meditado, a disposição de meios para o fim que se temia; nada finalmente que revelasse uma direcção intelligente da rebellião negra.

Confessava o presidente que se tranquillizara; particularmente quando soubera, que nada proviera do inqualificavel procedimento de uns tantos fazendeiros, abandonando os lares, entregando-os áquelles, de quem se receiavam.

Facto era que toda esta imprudencia não fôra bastante para provocar um só attentado, nem mesmo a fuga dos escravos. A seu ver tal resultado contestava altamente toda e qualquer idéa de um plano de conjuncto insurreicional.

Entretanto longe da presidencia querer apartar as vistas de tão grave objecto: pelo contrario nenhum mais digno haveria para séria meditação.

Era verdade, que se notava, geralmente, entre a raça escravizada certa agitação, e um desenvolvimento de idéas até então desconhecido.

Este estado de coisas podia tornar-se assustador de um momento para outro; e no meio das complicações politicas do paiz qualquer emergencia desagradavel estava em condições de occasionar males incalculaveis.

Cumpria pois que o Governo occorresse com providencias permanentes e proprias a desviar o perigo; algumas já haviam sido recommendadas ás Autoridades policiaes; o novo presidente se dignava tomal-as na devida consideração, ampliando-as ou modificando-as, como entendesse.

Terminando, expendia o futuro visconde de Araxá. "Todas as nações carregam por annos e seculos com as más consequencias de sua origem e organização viciada, que depois se modificam ou desapparecem com o progresso da civilização e correr dos tempos.

Parece que já bastante temos carregado com a infamia do trafego, que se foi um mal necessario, hoje não passa de um crime, e erro funesto, condemnado pelo interesse da segurança publica e individual, pela humanidade, e pelos calculos mais triviaes da sciencia economica.

Deploro que a imprensa não tenha procurado levar a convicção aos animos de nossos concidadãos; e que os nossos Estadistas distrahidos por interesses de outra ordem não tenham dotado ao Paiz com as medidas indispensaveis para uma transição inevitavel." Imprimiu-se esta fala do presidente Domiciano Leite Ribeiro sob o pittoresco titulo de *Discurso recitado,* na "typographia do Governo em Palacio."

Falando do desenvolvimento da lavoura paulista dizia o illustre mineiro, que o cultivo do chá não devia ser abandonado.

As cifras orçamentarias provinciaes de 1847 haviam sido: Receita 840:734$312, despesa 718:321$712; accusavam portanto um saldo de 122:412$600.

Muito rapida a passagem do Dr. Domiciano pela presidencia paulista. Foi um destes delegados imperiaes ephemeros, muito communs aliás no antigo regimen, cujos periodos se cifravam a uns tantos e poucos mezes.

A curteza de seus mandatos constituia um dos mais justos reparos aos processos administrativos antigos. Com effeito que podia fazer um presidente que governava meio anno? em geral inteiramente alheio aos problemas de sua circumscripção, ao tomar o poder?

Menos de cinco mezes mais tarde entregava o futuro visconde de Araxá o governo da provincia ao Padre Dr. Vicente Pires da Motta, nomeado a 5 de outubro, e empossado a 16 do mesmo mez de 1848.

Retirando-se de S. Paulo prosseguiria o Dr. Domiciano Leite Ribeiro brilhante carreira politica. Deputado novamente pelo 4.º Districto de Minas Geraes á 12ª legislatura (1864 a 1866) foi ministro da Agricultura e Obras Publicas do gabinete de 15 de janeiro de 1864 (Zacharias de Góes) presidente da provincia do Rio de Janeiro, conselheiro de Estado extraordinario, em 1866, agraciado com o titulo de visconde, com

grandeza, de Araxá em 1872 e nomeado conselheiro de Estado Ordinario em 1878.

Ia pela primeira vez presidir a sua terra natal o famoso ecclesiastico, professor de direito, director da Faculdade paulistana, a cuja memoria acompanha grande numero de anecdotas typicas de seu feitio muito original e cheio de relevo, que deixou inapagaveis traços em todas as numerosas provincias, onde exerceu a presidencia.

A 16 de outubro de 1848 tomava o Padre Dr. Vicente Pires da Motta posse do governo de S. Paulo, pela primeira vez. Nada menos de sete vezes o exerceria.

Este seu primeiro periodo duraria quase tres annos (até 27 de agosto de 1851) circumstancia excepcional na época imperial.

Figura curiosissima, sobremodo notavel repetimol-o a deste ecclesiastico, politico e professor da Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1833 e seu cathedratico, em 1834.

Vinha removido da presidencia de Pernambuco que exercera alguns mezes e tinha a reputação de ser dos homens mais energicos dentre os administradores do Imperio.

A sua presidencia em S. Paulo, foi pacifica. Tres vezes apresentou relatorio annuaes ás assembléas provinciaes.

No primeiro, lido a 15 de fevereiro de 1849 referia-se á falta de garantias individuaes e á multiplicidade dos delictos occorridos.

"Em uma provincia, como a nossa, tão extensa, que grande parte está ainda por habitar, ou talvez por descobrir, tão abundante e favorecida do Céo, que custa não ter por fabuloso o que se conta de algumas, nas quaes as inclemencias das estações produzem essas inexoraveis fomes assoladoras; em uma provincia em que abunda o trabalho, e ha mingua de braços, onde o homem que não é vadio ou vicioso adquire com que passar commodamente, não é de certo a deficiencia de faceis e honestos recursos para supprir as necessidades da vida, que atira os individuos nas vias do crime."

Reclamava o inflexivel mantenedor da ordem providencias para a melhoria deste estado de coisas solicitando augmento dos quadros policiaes.

Falando das rendas provinciaes apresentava os seguintes dados:

A renda de 1847-1848 attingira 804:080$266 réis e a despesa: 576:983$458 havendo pois um saldo de quase 228 contos.

Da agricultura e commercio e industria não tratou o novo

presidente que, no seu relatorio immediato, apresentando a 15 de abril de 1850, frisava quanto melhorara a situação da provincia relativamente á criminalidade.

A rede de communicações terrestres provinciaes é que continuava pessima.

O ramo do serviço publico, que comprehendia as estradas, era dos de maior interesse para a provincia toda ella agricola, necessitando de boas vias de communicação para o transporte dos seus productos, tendo de percorrer longas distancias para chegar aos portos de embarque, este ramo, que absorvia grande parte da renda, e com tudo não apresentava notaveis melhoramentos, devia ser objecto de séria attenção por parte da Assembléa.

Houvera grande diminuição das rendas provinciaes devido á escassez das safras de café e assucar, muito prejudicadas pelas grandes geadas do anno anterior.

A receita do exercicio de 1848-1849, inclusive e a das barreiras, attingira 750:780$829 e a despesa 531:865$231, donde um saldo de 218:915$598 réis.

No anno seguinte, o de 1851, lembrou o Padre Vicente aos legisladores da Provincia que se por um lado fôra ella assolada pela febre amarella, que muita gente victimara, sobretudo em Ubatuba, por outro as safras haviam sido ferteis e abundantes."

E a tal proposito expendia falando do systema de viação:

"Sabeis, igualmente que não ha lugar, povoação, ou bairro por mais pequeno e insignificante que seja, que não se julgue com direito de possuir uma estrada Provincial. Titulos lhe não faltam; exporta café, ou assucar, ou generos alimentares.

Ainda não é tudo: cada lugar quer para seu commodo particular uma estrada, que vá em direitura a um ponto que lhe faz conta; e muitos ha que não se satisfazem só com um caminho.

A continuarem as coisas pela maneira por que até agora tem marchado, será impossivel, que nossa Provincia tenha em tempo algum estradas perfeitas, ainda que possa dispor dos meios pecuniarios mais abundantes."

Cumpria por tanto, á Assembléa remediar este mal: estabelecendo clara, e terminantemente que estradas se deveriam considerar Provinciaes e quaes as Municipaes.

Não attendesse ás supplicas indiscretas para a abertura de novos caminhos sem que se procedesse aos estudos e exames necessarios das localidades, por onde deviam passar, e

sem que as vantagens fossem consideraveis, e não pouca monta, e talvez só em beneficio de algum, ou alguns individuos.

"Conservem-se as estradas centraes, arterias principaes do commercio, e da communicação; sejam porém as Municipalidades obrigadas a abrir, e manter as estradas que lhes forem necessarias.

Desta arte reduzido o excessivo numero de estradas que opprimem o Thesouro Provincial, as indispensaveis de reconhecida utilidade e vantagem que se conservem, serão aperfeiçoadas. Só então a Provincia poderá ter estradas como exigem o bem do commercio, a facilidade dos transportes, e o commodo dos viajantes."

No exercicio de 1849 a 1850 fora a receita de: ...... 611:760$383 e a despesa de 479:584$231, havendo um saldo de 132:212$152 réis.

Ao Padre Vicente como era universalmente conhecido substituiu um dos mais notaveis vultos do Imperio.

Nomeado presidente de S. Paulo, a 21 de julho de 1851 empossou-se o illustre José Thomaz Nabuco de Araujo do elevado cargo, a 27 de agosto immediato.

Vinha o eminente bahiano precedido de larga reputação de saber e capacidade e já era tido como uma das maiores personalidades da magistratura nacional.

Deputado por Pernambuco á 5.ª legislatura (1843-1844) deixara na Camara a impressão de homem de grande talento.

No dia 1.º de maio de 1852 abria a assembléa legislativa provincial apresentando-lhe o seu discurso ou relatorio.

Falando do café informava: A cultura do café prospera cada vez mais, e promette a esta provincia grande futuro.

A mudança da cultura do assucar para a do café e chá, é uma tendencia que os nossos fazendeiros manifestam e se vae operando insensivelmente; esta tendencia provém, não só de ser mais facil e vantajosa esta cultura do que aquella, como porque é menos sujeita ás avarias inherentes ao pessimo estado das nossas vias de communicações, e impossibilidade da rodagem."

Não obstante esta tendencia, a cultura do assucar não estava decadente ainda como mais tarde se acentuaria.

A disposição de um artigo da lei provincial de 7 de maio de 1851 autorizava o Governo a encarregar pessoa apta de examinar e estudar, na provincia da Bahia, os ultimos melhoramentos para fabrico do assucar, tirando desenhos ou modelos das machinas ou novos apparelhos etc.

Não fôra ainda executada porque havia pouco tempo,

quando já passara a época da moagem das cannas naquella provincia é que se deparara á presidencia a pessoa apta ao desempenho de tal commissão. Seria nomeada em tempo opportuno.

Estavam encommendadas mudas de cannas, das que offereciam maior vantagem á industria assucareira para cuja acquisição se autorizava o Governo por lei provincial de 23 de abril de 1849.

A cultura do chá esta não prosperava em S. Paulo em razão dos maus preços offerecidos pelos mercados, mas certamente melhoraria se os fazendeiros conhecessem que o interesse estava antes na perfeição, do que na quantidade: fôra conveniente, afim de que tal desideratum se conseguisse que o chá no mercado tivesse qualificação prévia para regular as vendas, feita por pessoa pratica: Em algumas provincias as mesas de inspecção, por meio da qualificação haviam prestado grande serviço á reputação do assucar e algodão: um industria, como a da theicultura, nascente, e de tão grande futuro, carecia só da proteção official, senão tambem de orientação.

"Em meu conceito, e qualquer que seja o sacrificio dizia o presidente convem promover a acquisição de peritos, que venham a esta provincia ensinar o melhor processo de fabrico do chá." Tenaz miragem esta do chá!

Apresentou Nabuco á consideração da assembléa o movimento financeiro da provincia no ultimo quinquenio. Não era lisongeiro o quadro.

	Receita orçada	*Receita arrecadada*
1848-1849 . .	385:160$000	316:615$000
1849-1850 . .	290:150$000	221:425$000
1850-1851 . .	364:950$000	378:621$000
1851-1852 . .	285:550$000	170:837$680

O deficit do quatrienio attingira a 138 contos de réis.

A exportação do exercicio de 1850-1851 fôra:

Por Santos	2.669:803$787
Por Ubatuba	1.310:780$386
Por Paranaguá . . .	630:277$938
Por Iguape	165:988$234

A resenha do presidente sobre as fazendas de café é muito incompleta. Basta dizer que nada soube dizer da lavoura de importantissimos municipios como Bananal. Areias, Lorena, Taubaté, Guaratinguetá, etc.

As fazendas apontadas em 1852 eram 395, assim distribuidas por estes municipios principaes.

Campinas	68
Jacarehy	48
Pindamonhangaba	43
Parahybuna	29
Mogy-Mirim	28
Limeira	22
Atibaia	17
Queluz	16
Piracicaba	14
Pórto Feliz	13
Jundiahy	11 etc.

Tambem muito incompleto o mappa das 466 fazendas de canna. Os municipios assucareiros principaes vinham a ser:

	Engenhos com
Capivary	70
Piracicaba	61
Campinas	51
Porto Feliz	45
Pirapora	40
Limeira	33
Mogy-Mirim	27
Itú	24 etc.

Mais interessante é este quadro, muito lacunoso aliás, sobre a exportação de café e assucar.

	Café Arrobas	*Assucar Arrobas*
Pindamonhangaba	300.000	160.000
Campinas	200.000	
Parahybuna	200.000	

Taubaté	180.000
Queluz	150.000
Jacarehy	150.000
Mogy das Cruzes	150.000
Ubatuba	100.000
Lorena	100.000
Guaratinguetá	100.000
Villa Bella	70.000
S. José dos Campos. . . .	60.000

Convem lembrar comtudo que a presidencia declarava ignorar os dados sobre muitos municipios da maior importancia, como Bananal, Areias, etc.

Limeira	48.200	67.200
Rio Claro	32.000	45.000
Mogy-Mirim	29.000	70.000
Jundiahy	25.000	25.000
Itú.	20.000	150.000
Bragança	20.000	
Piracicaba	12.500	
Capivary	10.000	120.000
Itapetininga	3.000	3.000
S. Roque	2.000	
Porto Feliz	1.500	50.000
Santos	500	

Como vemos continuavam Campinas e Itú a serem os dois grandes centros assucareiros provinciaes. Tomara Campinas prodigioso surto com a sua lavoura de café, cada vez mais importante.

Calculava Nabuco a população da Provincia em 507.989 habitantes ahi não entrando nove municipios sobre os quaes não possuia dados.

A seu ver tinha-o da capital 30.000 quando Daniel Pedro Müller em 1836 calculara este total em 21.933 almas.

Alguns dos principaes municipios paulistas tinham a seguinte população:

	Em 1852	Em 1836
Taubaté	25.000	11.833
Piracicaba	22.000	10.291
Bragança	20.000	11.618

Itapetininga	20.000	11.510
Guaratinguetá	20.000	7.658
Itú	18.000	11.146
Pindamonhangaba	18.000	7.915
Rio Claro	16.000	
Iguape	15.000	9.336
Sorocaba	14.000	
Casa Branca	14.000	
Silveiras	13.000	
Lorena	12.000	9.384
Porto Feliz	12.000	11.293
Uberaba	11.000	6.032
S. Roque	10.500	5.417
S. Sebastião	10.000	4.230
Mogy-Mirim	10.000	9.677

A 19 de maio de 1852, menos de um anno após a sua tomada de posse transmittiu Nabuco de Araujo o poder ao terceiro vice-presidente da Provincia, Bacharel Hippolyto José Soares de Souza, nomeado a 27 de abril anterior.

Voltando á Corte seria em 1858 senador do Imperio pela Bahia, ministro de Estado com Paraná, a 6 de setembro de 1853, com o Visconde de Abaeté, em 1858, e o Marquez de Olinda em 1865. E ainda conselheiro de Estado em 1866.

Governou o Dr. Hippolyto de Souza apenas um mez até 13 de setembro de 1852 em que passou o Governo ao segundo vice-presidente José Manuel da Silva, Barão de Tietê, um dos mais prestigiosos paulistas de seu tempo aliás. Este apenas presidiu 17 dias pois a 30 de setembro entregava o governo provincial ao Dr. Joaquim Octavio Nebias nomeado a 6 do mesmo mez.

Ephemera seria a sua presidencia! Já a 17 de dezembro deste mesmo 1852 a passava ao Conselheiro Dr. Carlos Carneiro de Campos, primeiro vice-presidente. Este lente de direito e director da Faculdade de S. Paulo, presidente de Minas Geraes em 1842, antigo deputado por S. Paulo, futuro ministro de Estado, em 1862, 1864 e 1871 futuro senador por S. Paulo, em 1857, conselheiro de Estado, em 1870 e visconde de Caravellas em 1872, empossado da presidencia paulista a 17 de dezembro de 1852 apenas permaneceria no governo por poucos dias. A 4 de janeiro de 1853 passava o poder ao Dr. Josino do Nascimento Silva, nomeado a 7 de dezembro anterior.

A 16 de fevereiro de 1853 abria a sessão da assembléa provincial o Dr. Josino, 22º presidente de S. Paulo.

Empossara-se a 4 de janeiro immediato.

Era fluminense, natural de Campos, onde, em 1811, nascera, bacharel em direito, advogado e jornalista passara depois a exercer a magistratura e mais tarde o funcionalismo publico, acabando como director geral da Secretaria da Justiça, homem de bella reputação de integridade, intelligencia e preparo. Fôra já deputado pela terra natal á 6.ª legislatura (1846-1848).

Rapido o seu relatorio, referiu-se ao progresso das colonias de immigrantes extrangeiros pelo systema da parceria aos estudos para a construcção da via ferrea de Santos a São Paulo empresa a cuja testa estavam tres homens illustres Mauá, Monte Alegre, e São Vicente e verberou o systema deficitario dos ultimos exercicios provinciaes apresentando quadro pouco lisongeiro.

	Receita orçada	*Arrecadada*
1849-1850. . .	290:150$000	221:425$000
1850-1851. . .	364:950$000	378:621$000
1851-1852. . .	285:550$000	349:420$000

Assim houvera um deficit na arrecadação trienal de ... 8:816$000. Seria insignificante, nullo até, se tivesse havido moderação nas despesas. Estas haviam porém sido:

1849-1850	344:521$000
1850-1851	418:984$000
1851-1852	384:770$000

Donde um deficit total de 199:168$000 que alarmara muito o presidente timorato que aos deputados provinciaes dizia peremptorio:

E' indispensavel, senhores, pôr termo a este estado de coisas, equilibrando a despesa com a receita. A administração por sua parte prometterá economia quanto lhe fôr possivel para que não tenhamos deficit no corrente ano."

A renda das barreiras não se computara aliás nestes dados. Fôra a receita e despesa; em:

1849-1850	94:462$000	119:446$000
1850-1851	135:862$000	145:680$000
1851-1852	233:640$000	176:070$000
Totaes	463:964$000	441:196$000

Donde um saldo de 22:768$000 e que reduzia o deficit provincial do trienio a 176:400$000.

Sobre a lavoura de café e a agricultura em geral nada de particularmente interessante disse o presidente Nascimento e Silva.

CAPITULO XII

Governo do Conselheiro José Antonio Saraiva — Observações da sua mensagem á Assembléa Provincial acerca da lavoura cafeeira — Notavel surto cafeicultor — A miragem do chá — Ensaios de colonização — A questão dos impostos inter-provinciaes sobre o café — Reflexo da prosperidade cafeeira sobre as receitas provinciaes

A 15 de fevereiro de 1855, o Conselheiro José Antonio Saraiva, depois tão celebre como senador do Imperio, ministro de Estado, chefe de missões diplomaticas no Prata, presidente do Conselho de Ministros, apresentava á Assembléa Provincial paulista o seu relatorio presidencial. Fôra nomeado presidente a 26 de junho do anno anterior.

E' interessante o que diz da agricultura paulista referindo-se á extensão cada vez mais imperiosa da lavoura cafeeira deante da qual a da cana se reduzia cada vez mais.

A cultura do café tendia a reduzir consideravelmente, se não a absorver, todas as demais industrias agricolas. Offerecia então o aspecto o mais lisongeiro.

O chá, que poderia entrar em competencia com o café por circumstancias que não precisava assignalar, não pudera prosperar porque a sua qualidade, que determinava grande differença no valor, se ressentia dos defeitos do fabrico. Convinha estudal-os e averigual-os com a maior solicitude, e sem attenção a despesa. Seriam estas de sobejo compensadas, se os agricultores de São Paulo conseguissem fabricar o producto com alguma perfeição.

A cultura da cana, cedendo terreno dia a dia ante a da rubiacea, em breve se reduziria ás proporções compativeis com o consumo da Provincia, e o de alguns Municipios de Minas.

Definhara principalmente por causa do excessivo preço dos transportes. Sua vida dependia pois da barateza dos fretes e do melhoramento dos processos usados para o fabrico do assucar.

A Lei n. 10 de 7 de maio de 1851 não lograra execução. Os apparelhos ultimamente adoptados na provincia da Bahia eram nimiamente dispendiosos. Era difficil dizer se haveria alguem em São Paulo que os comprasse para os ensaios.

Havia entretanto no melhoramento do fabrico do assucar muito a fazer antes de se conseguir o progresso realizado pelos apparelhos modernos. Conviria que a assembléa não perdesse de vista comtudo este importante ramo da producção agricola paulista, tão anterior ao do café.

O illustre bahiano estudara *de visu* a producção cafeeira sempre crescente da provincia. E no emtanto a miragem do chá ainda o assediava como a tantos outros dirigentes do Brasil seus contemporaneos.

"E' summamente agradavel aos que amam o progresso do paiz fazer um exame comparativo da exportação desta Provincia nos ultimos dez annos, e notavelmente nos cinco que coincidem com a completa repressão do trafico" dizia o dentro em breve Conselheiro de Estado.

Offerecia a producção uma progressão sempre ascendente. Isto indicava perfeitamente o futuro lisongeiro, que se abria para São Paulo. Se este vigoroso poder productivo da Provincia, fosse esteiado pela colonização, o progresso da rêde de viação e, ainda mais, pela educação profissional, e o credito, cujo poder era ainda desconhecido pela agricultura paulista, seriam notaveis os resultados. A assembléa comprehendia o valor desses auxiliares, e a prova disso se achava na attenção, prestada ao melhoramento das estradas e á colonização. Se não cuidara ainda da educação profissional era seguramente porque sabia, que esta só podia ser obtida com vantagem depois que a agricultura tivesse aproveitado os recursos do credito para emprehender o melhoramento dos processos empregados no fabrico dos generos.

Reservaria um capitulo de estudos para cada um dos elementos verificadores da producção, que occupava a patriotica solicitude dos legisladores. Deveria de antemão, porém declarar que a presidencia não se esqueceria de promover a vinda para a Provincia de alguns Chins, que soubessem fabricar o chá, se o Governo Imperial obtivesse um numero, que tal permittisse.

O que se tornava imperioso era incrementar-se, notavelmente, o movimento immigratorio. A casa Vergueiro & C. incumbira-se de introduzir mil colonos annuaes em vez dos quinhentos anteriormente fixados.

A tal propoisto historiava Saraiva a colonização européa em São Paulo.

A primeira phase abrangia os onze annos de 1827 a 1838, fixada pelo aviso imperial de 8 de novembro de 1827.

No decurso de 1828 haviam chegado, ao territorio paulista, 926 allemães dos quaes 336 radicados em Santo Amaro na colonia dirigida pelo Dr. Justiniano de Mello Franco.

Haviam em geral prosperado estes colonos.

Fundaram-se depois pequenos nucleos em Itanhaem, no Cubatão de Santos, em diversas épocas.

Afinal em 1838 chegara a Santos a segunda leva importante, constando de 277 prussianos trazidos pelo major João Bloem, director da Fabrica de Ferro dos quaes 56 se fixaram no Ipanema.

Em 1840 encetara-se a colonização particular cabendo a grande gloria desta iniciativa ao lucido espirito philantropico do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Eram colonos para o café e a tal proposito recordava Saraiva:

Que no decurso de 1840 importara o Senador Vergueiro noventa colonos portuguezes, localizara-os em sua fazenda do Ibicaba no Municipio de Limeira, fôra porém tão pouco feliz esta colonia, que em pouco tempo quase se desmantelara, permanecendo apenas alli alguns de seus membros.

Deliberando o Governo Imperial mandar buscar na Europa e Ilha da Madeira colonos afim de supprir á deficiencia de braços para a agricultura, expedira á Presidencia da Provincia, pelo Ministerio do Imperio, o aviso de 25 de fevereiro de 1846, mandando offerecel-os ás pessoas, que os quizessem receber, e com especialidade ao Senador Vergueiro. Em virtude desse offerecimento, e subsequente contracto celebrado com a Sociedade Vergueiro & C. haviam-lhe sido entregue em 1847, 423 colonos allemães mandados vir por conta do Governo Imperial, responsabilizando-se os ditos Vergueiro & C. pela importancia das despesas de transporte no valor de 32:000$000 a prazos de 2,3 e 4 annos.

Com estes 423 colonos, e um pequeno resto dos portuguezes daquella primeira tentativa iniciara-se a colonia "Senador Vergueiro" em julho de 1847, a qual se achava situada na fazenda do Ibicaba.

O pessoal desta colonia, periodicamente augmentado, chegara a contar novecentos e tantos membros, diminuindo mais tarde em consequencia da retirada de grande numero de colonos, que havia concluido o tempo dos respectivos engaja-

mentos, ou indemnisado o proprietario do que lhe deviam. Estava então computado em 671 pessoas.

Muitos annos mais tarde haviam alguns grandes lavradores imitado o exemplo do preclaro Regente do Imperio, em 1831. Assim em 1852 Joaquim Bonifacio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba em Campinas, na fazenda Sete Quedas, o dignitario Luiz Antonio de Souza Barros, em Piracicaba, na sua propriedade de S. Lourenço, Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, futuro Barão de Souza Queiroz, em Limeira, na fazenda S. Jeronymo, Benedicto Antonio de Camargo, em Rio Claro, na fazenda Boa Vista, o Dr. José Elias Pacheco Jordão, em Biry, tambem no Rio Claro e C. Robillard, na sua fazenda Lagôa, em Ubatuba.

Em 1853 citavam-se entre os fazendeiros colonisadores ainda o Padre Manuel Rosa de Carvalho Pinto em Corumbatahy (Rio Claro). Em 1854 os commendadores Joaquim Benedicto de Queiroz Telles, futuro Barão de Japy e Antonio de Queiroz Telles, futuro Barão de Jundiahy, em suas propriedades de S. Joaquim e S. Antonio, João Ribeiro dos Santos Camargo em Morro Grande (Rio Claro), Antonio Joaquim Pereira Guimarães em S. José (Jundiahy) e Francisco da Silva Franco em Bethlem de Jundiahy, hoje Itatiba. Mas não chegavam ainda a 900 os colonos importados.

Explicava o presidente paulista:

"Todas as colonias existentes na Provincia se acham fundadas em fazendas de cultura de café, a pequena distancia das povoações, em lugares muito amenos, saudaveis e productivos, assentando os contractos feitos com os colonos sobre o systema de parceria adoptado pelo Senador Vergueiro, e que dá ao colono a metade do liquido producto da colheita." Não se abalançou o presidente em comtudo emittir opinião acerca das vantagens de tal systema.

Tinha de si para si que o progresso da colonização haveria de indicar-lhe os defeitos, e melhoral-o. Presentemente parecia-lhe o unico exequivel emquanto não se pudesse obter a colonização espontanea, isto é, a que dispunha de alguns capitaes, e não emigrava por necessidade.

O allemão Carlos Krüger comprara uma fazenda de café no municipio de Parahybuna, e propunha-se a dividil-a em lotes para os vender aos colonos, ou arrendal-os. Na venda, ou no arrendamento, pediria o lucro, que entendesse razoavel para seus capitaes.

Antes porém que os immigrantes se achassem em circumstancias de pagar os terrenos admittiria o systema de par-

ceria, como meio de habilitar o colono com recursos a realizar a compra de terrenos. Este systema era o mais agradavel aos extranjeiros, que se occupavam da colonização, ou haviam offerecido á Provincia, e ao Governo Imperial algum requerimento a respeito. Tal facto mostrava que adquirir propriedade era o que mais desejavam os colonos, vindos para o Brasil. Semelhante systema devia ser estudado convenientemente e o seria certamente pelo interesse dos agricultores nacionaes em realizal-o.

Estava Saraiva convencido de que a grande propriedade não poderia ser fraccionada com rapidez. E mesmo este fraccionamento tinha limites além dos quaes não podia ir.

Assim o systema de tornar proprietarios todos os colonos apresentava tambem defeitos, e talvez tão graves quanto os de parceria. Estudar os defeitos de um e outro, ou antes estudar o meio de tornar a condição dos colonos boa, era o que se devia fazer.

Só o tempo, e a experiencia mostrariam comtudo qual o systema preferivel, isto é, o que podia tornar o colono mais feliz, porque em um paiz livre como o Brasil não era mister possuir a propriedade territorial para se alcançar vantajosa situação. Talvez a influencia politica da propriedade territorial na Europa, e a sorte dos que a não possuiam, e viviam no campo, fossem a causa dessa ambição, desse desejo do colono, de obter no Brasil a propriedade territorial. Com facilidade elle a obteria desde que o melhoramento das estradas abrisse á emigração as ferteis e riquissimas terras paulistas ainda sem valor.

Falando do progresso das lavouras do café, e da agricultura em geral, no interior de São Paulo, dizia Saraiva, a lembrar a imperiosidade da construcção de uma estrada de ferro para Santos, a projectada linha Santos-Jundiahy, quanto se persuadia que esta empresa podia vingar, e quanto a situação economica da provincia a reclamava com urgencia.

Para o provar offerecia á consideração da assembléa o calculo dos lucros com que podiam contar os capitaes, invertidos em tal empresa.

Pelo quadro estatistico dos estabelecimentos ruraes da Provincia, estimava a producção actual de Jundiahy, Campinas, Limeira Constituição, Rio Claro, Mogy-Mirim, Araraquara, Casa Branca, Batataes, isto é dos municipios, que aproveitariam da via ferrea projectada, em perto de um milhão de arrobas de café, e assucar.

A' nova linha ferrea paulista predizia o presidente Saraiva esplendido futuro.

Era facto geralmente reconhecido que os novos cafezaes existentes nos mencionados municipios excediam de muito aos que já davam colheita, e que a producção do café, então avaliada em mais de 600.000 arrobas, deveria duplicar, e talvez triplicar em poucos annos.

Assim era quase certo, que a producção do café, e assucar naquelles lugares subiria, dentro em quatro ou cinco annos, a dois milhões de arrobas.

Calculava-se em 500.000 arrobas a quantidade dos generos, não levados ao littoral em consequencia do excessivo preço dos transportes. Toda esta producção se escoaria pela via ferrea.

Era verdade que nem toda ella se encaminhava a Santos. Grande parte se destinava ao consumo da Provincia de Minas, e ás cidades e villas, existentes nessa importante linha.

Cumpria porém notar, que os generos consumidos em Santos e na Capital aproveitar-se-iam da linha ferrea, deixando-lhe tambem lucros.

Ainda mais, tal consumo seria bem compensado pelos generos mineiros encaminhados á via ferrea e não comprehendidos no calculo feito.

Assim se podia contar com 2.500.000 arrobas de generos para a exportação. Avaliando-se em um milhão os importados, que teriam de percorrer toda a linha para serem levados aos municipios referidos e ás provincias de Minas Geraes e Matto Grosso, subiria o total da carga a 3.500.000 arrobas. Isto deixaria um lucro de 1.050 contos de réis, calculado o frete a 15 réis por legua-arroba.

Avaliando o custo da estrada em 14.000 contos, e as despesas do custeio em metade da receita dos fretes teriam os capitaes da empresa juros quase nada inferiores a cincoenta por cento!

Neste calculo não entravam os generos, que deviam ser recebidos ou deixados nas estações intermediarias; e nem a receita proveniente do transporte de passageiros, cujo numero seria avultadissimo, visto como annualmente passavam pela Barreira do Cubatão cerca de 40.000 cavalleiros.

Não sabia o presidente se a empresa da linha ferrea de Jundiahy poderia contentar-se com a garantia pedida ao Governo Imperial, ou se teria de recorrer á Assembléa paulista para solicitar os favores, que em iguaes circumstancias haviam sido prestados ás empresas das estradas nortistas de Joazeiro,

Agua Preta, e Parahyba, pelas assembléas de diversas provincias.

Se a questão de garantia subsidiaria fosse trazida ao plenario da Camara Paulista esta certamente a resolveria do modo mais conveniente á Provincia.

Cumpria porém observar, que ainda mesmo que se contasse com o pagamento integral da garantia, avaliada em 280 contos de réis anualmente, se o capital da empresa fosse de 14.000 contos, seria mister não se perder de vista as vantagens, que a troco de semelhante sacrificio, devia obter a Provincia. Isto se, contra as esperanças de muitos, taes sacrificios não fossem logo nullificados pelos grandes lucros promettidos á empresa em virtude da poderosa influencia, que a via ferrea devia exercer sobre o desenvolvimento da producção.

Taes vantagens eram na opinião do presidente as seguintes:

O desenvolvimento do commercio de Santos.

O desenvolvimento do trabalho livre e a colonização espantosamente incrementada.

Reducção do preço dos transportes a uma terça parte do vigente, o que realizaria para a agricultura extraordinaria economia.

Melhoramento dos processos industriaes.

Augmento excessivo no valor das terras.

Cessação das despesas avultadas, actualmente feitas com as estradas a serem substituidas pela linha ferrea.

Influencia da facilidade das communicações sobre o estado moral e politico da Provincia.

Criação do espirito de empresa.

"Faço votos Srs., terminava Saraiva, para que tão grande e importante melhoramento se realize. Abrirá para o commercio, agricultura e a civilização esses ferteis e ricos valles, que se estendem até o Paraná, e são formados pelos rios Tieté, Mogy-Guassú e outros.

As Provincias de Goyaz e Matto Grosso aproveitar-se-ão delle tanto, quanto a Provincia, que tendes a ventura de representar. Cumpre pois que confieis no futuro, e vos colloqueis á altura da situação para que este melhoramento se realize."

Notavel descortino dictavam estes conceitos ratificados pelos annos.

A questão dos impostos cobrados pelo thesouro fluminense sobre os cafés paulistas que desciam para Paraty, An-

gra e Jurúmirim tornara-se irritante, affirmava ainda o conselheiro Saraiva.

Explicava detidamente:

"Com a annuencia do Governo Imperial estabelecera a Provincia do Rio de Janeiro uma Mesa Provincial no Consulado da Côrte para arrecadar os direitos de exportação que lhe cabiam.

A de São Paulo, porém, criara registos em suas divisas, nelles cobrando direitos de sahida, depois de que dava o café de sua producção um attestado de procedencia, que o acompanhava ao mercado da Côrte, e o eximia de mais direitos de exportação.

Assim caminhavam as coisas até que a Provincia do Rio se declarasse prejudicada pelo facto de ser grande porção do seu café acompanhada de guias passadas nos Registos paulistas.

Cumpria confessar que semelhantes guias nãn eram falsificadas, e se o fossem dever-se-ia tambem attribuir a responsabilidade deste facto aos empregados dos Registos verificadores da Provincia do Rio de Janeiro.

O facto denunciado, e averiguado pela Mesa Provincial do Consulado da Côrte, tinha a seguinte explicação:

O café paulista era menos onerado de imposições, essa circumstancia, reunida a outra de chegar á Côrte com os direitos pagos, despertara o interesse de o reservar para a exportação, e de não o destinar ao consumo. Ou antes originara o facto de ser algumas vezes o café fluminense acompanhado por guias paulistas, que lhe escondiam a origem, e o eximiam dos direitos de exportação.

Em taes circumstancias a Provincia do Rio de Janeiro resolvera acautelar o desfalque de suas rendas, e para isto tinha o melhor direito, comquanto se lhe pudesse lembrar, que não havia razão em pretender, fôsse de preferencia consumido no paiz o café paulista, mais favorecido para a exportação.

O meio de que para isto se servira não fôra o mais legitimo. Era porém o mais efficaz para a boa arrecadação das rendas a cargo de Mesa Provincial do Consulado da Côrte. O interesse de uma Provincia se collocara acima dos direitos constitucionaes. E em lugar de fulminar o interesse commercial, que especulava com as guias, e não consentia, se consumisse no paiz o café fluminense, entendera a Provincia do Rio de Janeiro, mais facil, e mais conveniente a seus inte-

resses duvidar da procedencia do café paulista e arrecadar os direitos devidos ao erario provincial de São Paulo.

Semelhante maneira de resolver questões, que envolviam direitos importantes, collocara a assembléa paulista na necessidade de autorizar a presidencia a celebrar um convenio com a do Rio de Janeiro, que regulasse os direitos devidos á Provincia de São Paulo pela exportação de café de sua producção, demandando o mercado da Côrte.

Nomeada uma commissão de altos empregados fiscaes havia opinado o seguinte:

A Provincia do Rio de Janeiro celebrara com a de Minas um convenio igual ao que desejava a de São Paulo, e deralhe a quota de 9,63 por cento.

A commissão mostrara com dados inconstestaveis, que o café paulista que demandava o mercado da Côrte, era o duplo do de Minas Geraes, e, ainda mais, tendia a crescer em maior proporção.

Sendo assim, ficava liquido, que sem manifesta injustiça, não podia a Provincia do Rio de Janeiro negar a São Paulo quota inferior a 18 por cento.

Da illustração e imparcialidade do cidadão, que dirigia a Provincia fluminense, Conselheiro Luiz Antonio Barbosa, devia esperar-se a justa apreciação dos direitos e interesses de São Paulo, e a mais completa reparação da injustiça commettida.

Acompanhava a reclamação paulista, na Côrte do Imperio, o illustre causidico Dr. Joaquim Octavio Nebias presidente de São Paulo em 1852. Entendia o presidente Saraiva convir que um representante da Assembléa provincial o assessoriasse na discussão com as autoridades da Provincia do Rio para o estabelecimento de equitativo accordo.

A tal proposito observava Saraiva á Assembléa dando largas ao seu espirito de brasileiro.

"No caso de não ser possivel a celebração do convenio, cumpre-vos recorrer aos altos poderes do Estado. Elles certamente não tolerarão que as nossas Provincias por amor de seus interesses se constituam em estados independentes, e não tenham mesmo para com as outras a benevolencia que lhes é recommendada pela alliança de tantos interesses communs."

O appello ao Governo Imperial, ao Imperador, diminuiria estas questiunculas indignas de filhos da mesma patria.

As finanças provinciaes, terminava, acompanhavam o surto auspicioso do desenvolvimento cafeeiro.

Eram estes os dados do ultimo trienio:

Em	*Receita orçada*	*Effectiva*
1851-1852	285:550$000	353:450$000
1852-1853	345:450$000	354:222$000
1853-1854	439:305$000	480:184$000

A diminuição dos direitos de exportação não dera os resultados esperados, pelo contrario em Santos as cotações do café eram mais baixas do que no Rio de Janeiro.

De 1853 a 1854 haviam entrado em Santos 104 vapores e 100 veleiros com um total de 19.930 toneladas.

CAPITULO XIII

O quadro estatistico do Brigadeiro Machado de Oliveira em 1854 — Computo da producção cafeeira — Summario das condições agricolas — A mensagem do presidente Dr. Antonio Roberto de Almeida á Assembléa Provincial — Observações sobre o atrazo dos processos agricolas — Quadro do movimento commercial da Provincia e da navegação de longo curso e de cabotagem

Sobremodo importante é o "*Quadro estatistico de alguns estabelecimentos ruraes da provincia de São Paulo,*" organizado pelo illustre Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, para o anno de 1854. Acompanha o relatorio do presidente José Antonio Saraiva em 1855.

Por elle ficamos sabendo que eram estes os principaes municipios cafeeiros, quanto á producção acima de 100.000 arrobas.

Bananal	554.000
Taubaté	354.730
Pindamonhangaba	350.000
Campinas	335.550
Jacarehy	204.010
Queluz	200.000
Areias	186.094
Lorena	125.000
Limeira	121.800
Parahybuna	118.320
Villa Bella	112.500
Mogy das Cruzes	100.000
Guaratinguetá	100.885

Como vemos, era então enorme a preponderancia economica do Norte da Provincia. Um unico municipio do Oeste se destacava em primeira linha.

Era este o numero de fazendas de café:

Bananal, 70 com 7.622 escravos e 10 colonos; Taubaté, 240 com 4.345 escravos e nenhum colono; Pindamonhangaba, 112 com 2.800 escravos e nenhum colono; Campinas, 177 com 6.000 escravos e 198 colonos; Jacarehy, 96 com 2.435 escravos e nenhum colono; Queluz, 76 com 2.300 escravos e nenhum colono; Arêas, 341 com 4.069 escravos e nenhum colono; Lorena, 57 com 1.621 escravos e nenhum colono; Limeira, 65 com 1.742 escravos e 942 (!) colonos; Villa Bella, 225 com 1.725 escravos e nenhum colono; Mogy das Cruzes, 50 com 875 escravos e nenhùm colono; Guaratinguetá, 103 com 1.605 escravos e nenhum colono.

Municipios ainda de importancia vinham a ser:

	Arrobas	*Fazendas*
Rio Claro	99.670	65
Ubatuba	99.500	290
S. Sebastião	86.000	106
Mogy-Mirim	80.000	66
São José dos Campos .	60.000	35
Jundiahy	60.000	57
Santa Isabel	45.000	9
São Luiz	41.000	20
Bragança	36.755	100
Piracicaba	30.600	16

Numerosos municipios, que mais tarde se tornariam muito mais cafeeiros pouco produziam então, assim como:

	Arrobas	*Fazendas*
Itú	16.702	60
Capivary	8.000	14
Porto Feliz	6.350	16
Atibaia	6.100	
São Roque	6.000	

Grandes municipios cafeeiros de mais tarde nem sequer desabrochavam ainda, com medo da geada ou tolhidos pela

difficuldade dos transportes. Em 1860 notava Tschudi que Rio Claro era o limite extremo da cafeicultura paulista. Além não convinha, de todo, plantar a rubiacea. Assim em 1855 relata-nos o Brigadeiro Machado, que AraraquarZa só dava 2.000 arrobas em 4 fazendas, Casa Branca 750, em 6.

Nos municipios littoraneos São Vicente, Santos, Iguape porfiava-se em plantar algum café ainda, eram as colheitas respectivamente de 400, 1.500 e 5.400 arrobas em um, em cinco e seis sitios. As terras frias do sul paulista tambem ensaiavam timidamente valer-se da planta ethiopica como Itapetininga, e Tatuhy. Colhiam pouco. O primeiro municipio, 2.240 em 18 fazendas, com 326 escravos, e o segundo 950 em 10 sitios apenas, com 129 captivos. A cidade de São Paulo e seus arredores ainda davam 3.300 arrobas em seus dois sitios com 60 escravos.

Os dados do Brigadeiro Machado são aliás approximados. Elle proprio relata que os elementos recebidos das Camaras de Bananal, Areias e Campinas haviam sido tidos pelas proprias Camaras informantes como inexactos quer quanto aos informes sobre escravos quer quanto ás colheitas "por caso que alguns fazendeiros por desconfiança ou prevenção mal entendidos haviam diminuido uns e outros."

O mesmo se dava quanto ás areas das fazendas não medidas e apenas avaliadas.

Quanto aos municipios que tinham colonos além dos já mencionados havia os seguintes:

Piracicaba	380
Rio Claro	231
Jundiahy	235
Mogy-Mirim	38 etc.

O total dos colonos em São Paulo era de 1.824.

A producção do assucar é que declinava sempre. Itú continuava fiel á sua velha lavoura cujo baluarte, em São Paulo, era alli, em Mogy-Mirim, Piracicaba e Capivary. Produziam:

	Arrobas
Mogy-Mirim	227.000
Itú	159.070
Piracicaba	131.000
Capivary	100.000

Só estes quatro municipios davam tres quartas partes da safra total da provincia. Campinas, outróra tão notavel centro assucareiro, apenas produzia agora 62.000 arrobas.

Alguns dos dados do Brigadeiro Machado apresentam indices que só podem ser tomados como muito approximados. Assim as 554.600 arrobas de Bananal haviam rendido ..... 1.227:500$000 réis. As 354.730 de Taubaté 1.221:235$000 e as 335.550 de Campinas 1.006:650$000. Não havia pois correlação de preços, e pelo contrario disparidade notavel. Não é crivel que o café de Bananal fosse tão menos reputado que o de Taubaté e o de Campinas.

Outra anomalia as 354.730 arrobas de Taubaté apparecem avaliadas em 1.221:235$000 e as 350.000 de Pindamonhangaba em 700:000$000 apenas. Não pode ser que a arroba taubateana valesse tres mil e quatrocentos réis alli ao lado da de Pindamonhangaba avaliado em dois mil réis!

E' muito interessante o resumo do valioso quadro estatistico do Brigadeiro Machado.

RECAPITULAÇÃO DAS FAZENDAS DE CAFÉ

Quantas fazendas	2.618
Trabalhadores:	
Aggregados	4.223
Colonos	2.159
Escravos	55.834
Animaes de conducção.	23.342
Colheita:	
O total em arrobas.	4.338.756
Importancia em réis	10.461:173$
Extensão das fazendas:	
Em leguas quadradas	564 1/4
Em leguas em quadra	90 3/4
Em sesmarias	4

RECAPITULAÇÃO DAS FAZENDAS DE ASSUCAR

Quantas fazendas	667

Trabalhadores:

Aggregados..	698
Colonos	10
Escravos..	15.641

Animaes conductores:

Muares..	12.223
Bois..	500

Safra:

O total em arrobas..	866.140
O total em pipas de aguardente ..	332
Importancia em réis do assucar ..	1.598:570$
Importancia da aguardente..	31:480$

Extensão das fazendas:

Em leguas quadradas	616 3/8
Em leguas em quadra..	18
Em sesmarias	10

RECAPITULAÇÃO DAS FAZENDAS DE CRIAÇÃO DE GADO

Quantas fazendas	532

Trabalhadores:

Aggregados..	1.767
Escravos	4.342
Criação de gado	34.691

Rendimento:

Rezes vendidas..	23.697
Importancia em réis da venda ..	455:289$

Extensão das fazendas:

Em leguas quadradas	1.047 1/2
Em leguas em quadra	24

Avaliava o Conselheiro Saraiva o movimento do commercio provincial do seguinte modo:



IMPORTAÇÃO

Annos financeiros	*De portos de fóra do Imperio*	*Para portos do Imperio*			
	Generos extrangeiros Valor official	*Generos extrangeiros c/ carta de guia Valor official*	*Generos de producção e manufactura nacional*	TOTAL	TOTAL GERAL
1850 a 1851	226:309$538	3.076:389$700	205:983$186	3.282:372$886	3.503:682$424
1851 a 1852	562:995$648	4.487:776$390	219:809$207	4.707:585$597	5.270:581$245
1852 a 1853	495:847$116	5.290:847$116	194:414$553	5.485:357$985	5.981:205$101
	1.285:152$302	11.855:109$522	620:206$946	13.475:316$468	14.760:468$770

EXPORTAÇÃO

Annos financeiros	*Para portos fóra do Imperio*	*Para portos do Imperio*			
	Generos de producção e manufactura nacional Valor official	*Generos de producção e manufactura nacional Valor official*	*Generos extrangeiros c/ carta de guia*	TOTAL	TOTAL GERAL
1850 a 1851	2.143:166$948	526:636$839	2:943$400	529:571$239	2.672:738$187
1851 a 1852	2.298:178$614	472:873$506	6:639$638	479:513$406	2.777:692$020
1852 a 1853	2.026:373$294	656:933$330	10:142$638	667:075$968	2.693:449$262
	6.467:718$856	1.656:443$675	19:716$938	1.676:160$613	8.143:879$469


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

A 16 de maio de 1855 passava Saraiva o governo da Provincia ao 1.º vice-presidente Dr. Antonio Roberto de Almeida. Voltava á Camara dos Deputados de que se ausentara no anno anterior, prosseguindo na brilhante carreira politica que o levaria á pasta de marinha em 1857 no gabinete de 4 de maio (Marquez de Olinda) á do Imperio em 1861 com o gabinete de 2 de março (Marquez de Caxias) á de extrangeiros no de 12 de maio de 1865 (Marquez de Olinda) ao Senado do Imperio, como representante da Bahia, em 1867, á presidencia do Conselho de Ministros no gabinete de 28 de março de 1880.

O novo chefe do executivo paulista, conta-nos Eugenio Egas era o Dr. Antonio Roberto de Almeida que só a 29 de abril seguinte passaria o poder ao Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos magistrado e politico mineiro, sobrinho do grande Bernardo. Já presidira a provincia natal de 1853 a 1856 e dali viera transferido para a presidencia de São Paulo. Representara Minas como deputado á quinta legislatura a de (1843-1844). Acabaria no Senado do Imperio em 1857.

Coube ao Dr. Almeida abrir a sessão da assembléa legislativa provincial a 15 de fevereiro de 1856.

Falando da agricultura, commercio e industria assim se exprimia:

"Os principaes productos de nossa agricultura são o café, assucar, fumo e algodão, além de innumeros outros de mui variada especie.

A cultura do café prospera progressivamente, havendo hoje importantes cafezaes em Municipios, onde ha alguns annos, nenhum existia.

Com quanto alguns fazendeiros, reconhecendo que, sobre ser mais dispendioso o custeio das fabricas de assucar, era mais subido o preço do café, mudassem a cultura da canna pela do café, mantem-se todavia ainda com bom pé a cultura de canna, tanto mais que no mercado tem obtido constantemente bom preço o assucar, assim como a aguardente."

Como tantos mais administradores do seu tempo vivia o Dr. Almeida preoccupado com a theicultura.

Ia ella definhando em razão da pouca demanda do producto, e de seu baixo preço devido sem duvida á sua qualidade. Se não prosperara como fôra para desejar, caminhava lentamente, e o cultivador contentava-se com o preço, pelo qual era vendido e assaz compensava os gastos de producção.

Assegurava o vice-presidente de São Paulo risonho fu-

turo á lavoura da *Thea sinensis* em prognostico que os annos desmentiriam.

"Este genero ha de ainda formar um dos principaes ramos da riqueza da Provincia, desde que houver mais cuidado no cultivo da planta, desde que seu fabrico fôr caprichosamente elaborado, e não fôr exposto a venda logo depois de fabricado."

Escasseavam os braços em São Paulo para a lovoura, cumprindo por isto substituir, quanto possivel, a força do homem por instrumentos e machinas agricolas com tanta vantagem empregadas em outros paizes. Em São Paulo lavrava-se a terra do mesmo modo, que ha cem annos limitando-se em geral, todo os processos da agricultura a derrubar o matto, lançar-lhe fogo, para então se fazerem as sementeiras nas queimadas.

Se a uberdade das terras era tal, que com este processo das eras primitivas as colheitas davam mais de cem por um, cumpria com tudo olhar para o porvir e acautelar com prudencia o futuro das gerações vindouras não desperdiçando prodigamente os dons da natureza, e aproveitando, antes, com parcimonia, as mattas, que faziam a riqueza das terras de São Paulo, expendia, o Dr. Almeida num rapto do mais elevado bom senso.

Em execução do dispositivo do Orçamento vigente fôra autorizada a Directoria da Sociedade Auxiliadora da Agricultura a ajustar com os lavradores da Provincia, que melhor pudessem aproveitar as machinas e instrumentos mandados vir pelo Governo, sua cessão por prazo razoavel.

Até então apenas dois lavradores haviam solicitado a faculdade de montar algumas dessas machinas, e experimental-as para se decidirem a compral-as.

A importancia dos direitos de sahida dos generos de producção da Provincia para os portos do Imperio no anno financeiro findo subira a 251:348$000 réis, que, calculados a 5 por cento, elevava a importancia de taes generos a ...... 5.038:043$820.

Isto posto, e importando em 4.285:083$820 o valor do que sahira pelo porto de Santos para os lugares do Imperio, e paizes extrangeiros, via-se que no anno financeiro transacto a exportação da Provincia fôra de 9.324:043$820 réis exclusive a totalidade dos generos nella consumidos.

No mesmo anno subira a importação a 6.397:829$347.

Tal quadro era por demais lisongeiro, augurando por certo grande porvir á Provincia, maximé quando houvesse

mais facilidade nos transportes e barateza nas condições, circumstancias que fariam affluir ao mercado muitos generos. Agora deixavam de ser exportados porque as despesas de transporte absorviam grande parte do valor.

A industria da Provincia era ainda assaz minguada, limitando-se, talvez, a algumas fabricas de chapéus, em ponto grande, cortumes de couro, tecidos de algodão, e outros de menor importancia.

Haviam entrado no Porto de Santos, como navegação de longo curso, 82 embarcações a vela, sendo 11 procedentes de portos do Imperio. E sahido 87, das quaes 7 com destino aos mesmos portos, e todas as mais vindas de portos extrangeiros ou com destino a elles.

O numero de toneladas das primeiras fôra de 2.306, e o das segundas de 29.295.

O fretamento se regulava pelos preços da praça do Rio de Janeiro, onde ordinariamente eram fretadas as embarcações, que em Santos, iam receber carga, tendo-se em vista, nos contractos, o estado dos cambios com as praças, a que se destinavam os carregamentos.

Cumpria notar que, das 82 embarcações entradas, 5 haviam vindo com colonos de differentes portos extrangeiros, e 24 em lastro, e bem assim que, das 87 sahidas, 14 tinham sahido em lastro, para portos nacionaes, e 4 para o extrangeiro.

A navegação especial de cabotagem, no mesmo porto de Santos, constava da entrada de 117 embarcações a vela, e 114 vapores e da sahida de 76 daquellas e de 123 destas.

O numero de toneladas das primeiras fôra de 19.865 e das segundas de 15.798.

A tripulação dessas embarcações compusera-se de 2.177 individuos.

O frete nos vapores regulava 240 réis por arroba para o Rio de Janeiro, e 1$000 do Rio para Santos por volume, chegando as vezes a 5$000 sendo de 160 réis por arroba nas embarcações a vela.

A navegação de cabotagem de São Sebastião fizera-se com 8 embarcações a vela. O numero de suas toneladas fôra de 1.157 e o da respectiva tripulação de 177 pessoas sendo o frete 160 réis por arroba.

A de Iguape constava de 9 embarcações a vela com 922 toneladas e tripulação de 80 pessoas, regulando o frete 200 réis por arroba.

Além destas embarcações, que pertenciam a negociantes residentes em São Sebastião, Ubatuba e Iguape; navegavam

effectivamente para esses portos embarcações e vapores do Rio de Janeiro.

A navegação de cabotagem de Cananéa era feita pelas mesmas embarcações de Iguape, passando por aquella Villa, e della seguindo para Santos.

Comparando o movimento da navegação do longo curso, e de cabotagem do anno financeiro de 1853 a 1854, e de 1854 a 1855, conhecia-se facilmente o seu progresso, visto como naquelle anno havia entrado no porto de Santos, com viagem de longo curso 59 embarcações a vela, e sahido 16, e de cabotagem 104 a vela e 100 vapores. Constara o movimento de São Sebastião sómente de 5 barcos a vela, numero este inferior ao do ultimo exercicio financeiro.

Progrediam as colonias que agora contavam 3.217 pessoas.

Eram estes os quadros do movimento commercial paulista:

IMPORTAÇÃO

Annos financeiros	*Generos de producção e manufactura nacional Valor official*	*Generos extrangeiros c/ carta de guia Valor official*	TOTAL
1852 a 1853 . .	194:414$553	5.290:943$432	5.485:357$985
1853 a 1854 . .	353:673$217	5.664:557$909	6.018:321$731
1854 a 1855 . .	469:905$217	5.555:878$616	6.025:784$833
	1.018:091$592	16.511:379$957	17.529:373$549

PORTOS FÓRA DO IMPERIO

Annos financeiros	*Generos extrangeiros Valor official*	TOTAL	TOTAL GERAL
1852 a 1853 . .	495:847$116	5.485:357$985	5.981:205$101
1853 a 1854 . .	318:305$176	6.018:231$731	6.336:536$907
1854 a 1855 . .	372:045$514	6.025:748$833	6.397:829$347

EXPORTAÇÃO

Portos do Imperio

Annos financeiros	*Generos de producção e manufactura nacional Valor official*	*Generos extrangeiros c/ carta de guia Valor official*	TOTAL
1852 a 1853 . .	656:933$330	10:142$638	667:075$968
1853 a 1854. .	786:199$727	—	786:199$727
1854 a 1855 . .	918:007$100	—	918:007$100
	2.361:140$157	10:142$638	2.371:282$795

Portos fóra do Imperio

	Generos de producção e manufactura nacional Valor official	*Total de exportação pelos portos*	TOTAL GERAL
1852 a 1853 . .	2.026:373$294	667:075$968	2.693:449$262
1853 a 1854 . .	2.632:848$560	786:199$727	3.419:048$287
1854 a 1855 . .	3.367:076$720	918:007$795	4.285:083$820
	8.026:298$574	2.371:282$795	10.397:581$369

Importante o quadro estatistico fornecido ao governo provincial pelo Brigadeiro Machado sobre a importação e exportação paulista.

Annos financeiros	*Importação em réis*	*Exportação em réis*
De 1846 a 1847	5.217:531$349	7.250:346$987 ½
De 1847 a 1848	4.539:344$684	6.407:929$906 ½
De 1848 a 1849	3.573:322$728	4.610:497$699
De 1849 a 1850	3.595:099$529	3.737:264$977
De 1850 a 1851	4.401:185$984	6.902:046$821
De 1851 a 1852	6.441:929$685	7.346:607$800 ½
De 1852 a 1853	7.253:269$802	6.989:553$103
De 1853 a 1854	7.653:984$747	7.862:824$799
Somma	42.675:632$508	51.108:072$093 ½

Annos financeiros	EXPORTAÇÃO	
	Em arrobas de café	*Em arrobas de assucar*
De 1846 a 1847	1.339.128	224.621
De 1847 a 1848	1.432.626	418.000
De 1848 a 1849	1.338.604 7/32	283.640 30/32
De 1849 a 1850	781.502 27/32	240.086 31/32
De 1850 a 1851	1.801.659 12/32	319.077 29/32
De 1851 a 1852	1.850.685 7/32	433.901
De 1852 a 1853	1.652.255 14/32	357.773 1/32
De 1853 a 1854	1.671.987 16/32	939.386 2/32
Somma	11.868.448 19/32	2.616.486 29/32

CAPITULO XIV

A desigualdade das condições da lavoura cafeeira no Norte e no Oeste de S. Paulo — A irritante pendencia dos impostos interprovinciaes — Dados demographicos — O relatorio presidencial do Senador Fernandes Torres — Considerações sobre o atrazo dos processos agricolas — Necessidades de apparelhamento do credito agricola hypothecario

Aos quadros illustradores do movimento financeiro e commercial da Provincia de S. Paulo que documentavam a mensagem do vice-presidente, Dr. Antonio Roberto de Almeida em exercicio da presidencia, á Assembléa Legislativa Provincial, em 1856, apôz o Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira observações excellentes. Tanto mais valiosas quanto precedem da melhor fonte e a mais autorizada, dos conhcimentos do successor do benemerito patriarcha da estatistica em S. Paulo, Daniel Pedro Müller.

"O valor official dos generos de exportação é regulado pela tabella que vigora na Estação em que se toma conhecimento delles; esta tabella varia no teor das eventualidades do mercado para onde se destinam os generos, deduzindo-se dos preços alli correntes as despesas occasionadas pelo transporte do genero. Um exemplo dará maior clareza a este respeito. Constando no Registro do Ribeirão da Serra, no fim do anno financeiro de 1853 -1854, que cada arroba do café que por alli se exportava, valia 3$200 no mercado da Côrte, e custando 200 réis o seu transporte até aquelle registro, ficou nesse periodo regulado o preço de 3$000 por arroba de café e declarado na referida tabella, que foi formulada neste sentido.

Estes generos pagam de direito cinco por cento sobre a avaliação da pauta que está em vigor na Estação por onde elles transitam.

No Registro do Ribeirão da Serra o valor da arroba do café que por alli passou nos annos financeiros de 1846-1847 a

1853-1854 foi de 5$000 o maximo e de 1$500 o minimo, ou de 3$250, termo medio.

Na exportação verificada pela Mesa de Rendas da Villa de S. Sebastião deixa de ser incluida a de quatro mezes do anno financeiro de 1849-1850 por não terem sido alli encontrados os respectivos manifestos havidos pela administração anterior, e que deviam ser apresentados á actual.

Os Registros do Rio do Braço e da Onça não deram especificadamente os valores dos generos, que por alli foram exportados e sim a importancia dos direitos sobre os mesmos generos, que foram arrecadados: quanto ao café ainda se pôde occorrer a este inconveniente pela avaliação dos outros Registros, cuja informação foram na forma do que se lhes exigiu, porém quanto aos mais generos, foi esta deficiencia insanavel.

Na totalidade do café exportado pela Alfandega de Santos inclue-se o que produz o respectivo Municipio, posto que em diminuta quantidade, bem como o que vem para alli, por mar, do Municipio de S. Sebastião, a fim de ser exportado.

Como-se vê, do Quadro a importação da Provincia soffreu decrescimento nos annos financeiros que decorrem de 1847-1848 a 1850-1851, e notadamente no de 1848-1849, cuja diminuição orçou por um terço da importação do anno de 1846-1847, sem que se possa, com verdade, indicar a causa de semelhante decrescimento. A exportação seguiu o mesmo movimento, mas para isto pode-se consignar como causa a intemperie das estações, occorrendo, em 1847, grandes geadas, que destruiram muitos cafezaes e cannaviaes, e consecutivamente havendo nos annos de 1850 a 1851 copiosas e extraordinarias chuvas, que embaraçaram o amanho das terras e o cultivo dessas e outras plantações agricolas.

Igualmente nota-se que dos annos financeiros de que se fez menção no Quadro, só no de 1852-1853 foi a importação maior do que a exportação, apesar de haver esta diminuido da do anno anterior na razão de 20 por cento, desprezadas as fracções.

Deduz-se dos algarismos do quadro que o termo médio da importação, annual é de 5.344:454$068 1/2 %, e o da exportação de 6.388:509$011 havendo a favor desta ...... 1.054:054$948 1/3 %, ou 131 ½ % sobre aquella, desprezadas as fracções."

Observa o Brigadeiro Machado que se attendesse a que o café, na actualidade o artigo de maior exportação da Provincia, era a cultura mais antiga, de maiores proporções, e quase exclusivamente a de que se cuidava nos Municipios do

valle e adjacencias do Parahyba, do que a promovida nos Municipios a Norte, Noroeste e Oeste da Capital; se se attendesse tambem a que era mais curto e menos difficil o trajecto dalli para qualquer dos mercados, procurados para a venda do producto, do que o das outras zonas da Provincia ao porto de Santos, poder-se-ia concluir que as rendas dos municipios parahybanos deviam ser mais avantajadas do que as que tinham no computo da arrecadação provincial. Mas assim não acontecia, como se via dos quadros estatisticos, estabelecendo-se a comparação relativa entre umas e outras rendas.

A principal causa de tal desproporção provinha, no entender do reparador, da deficiencia que nelles já se fazia sensivel, dos braços escravos, exclusivamente empregados na cultura do café, por effeito da extincção do trafico africano, que alli se operara em grande escala, e das providentes medidas ultimamente tomadas para a repressão do contrabando sobrevindo ao trafico. Ao envez, nos municipios das outras zonas da provincia, menos lotados em escravatura, e não tanto ao alcance dos meios que para semelhante fim haviam sido facultados á outra parte, mais preponderara a colonização extrangeira, que especialmente se occupava da cultura cafeeira, aliás.

Era todavia de esperar que, com a realização da via ferrea projectada para o valle do Parahyba, e a admissão da colonização extrangeira, começada sob bons auspicios, tivessem aquelles municipios futuro prospero, mais vantajoso, e mais adequado ás favoraveis condições do solo, e ao predicamento da situação topographica.

Passou depois o Brigadeiro Machado a explicar uma pendencia interprovincial muito irritante.

Havia igualmente para uma differença correlativa, notada nas rendas daquelles municipios, a injusta privação, ou mais propriamente *defraudação,* que á provincia fazia a do Rio de Janeiro, dos direitos sobre os generos da exportação paulista por via terrestre, encaminhados ao mercado da Côrte.

No intuito, por sem duvida, da melhor fiscalização das suas rendas collocara aquella provincia registros conferentes em varios pontos da fronteira paulista, aos quaes tambem cabia a incumbencia da verificação daquelles generos mediante a exhibição de guias passadas pelos agentes dos registros de S. Paulo. Ficavam assim acautelados os extravios quer de uma quer de outra parte.

Mas os registros fluminenses tinham sido supprimidos por deliberação da respectiva presidencia, substituindo-os uma mesa provincial, que, mediante permissão do Governo Imperial ficara

annexa ao Consulado da Côrte, e arrecadava os direitos que lhe diziam respeito.

Semelhante remoção obrigara a presidencia de São Paulo a tomar novas medidas a bem da exacção das rendas provinciaes, derivadas de exportação dos generos, que tomavam aquella direcção para o mercado da Côrte. Especialmente do café, que formava a quase totalidade daquella exportação; dando-se aos conductores de taes generos certificados declaratorios da sua procedencia, que os acompanhavam a qualquer dos mercados a que se destinavam, isentando-os de mais direitos de sahida.

Procedia-se a tal arrecadação quando a provincia do Rio de Janeiro, julgando-se prejudicada no presupposto de que grandes partidas do seu café passavam nos registros de S. Paulo, como genero paulista, e como tal munido das respectivas guias, precavera-se, valendo-se de um expediente a S. Paulo nocivo, pois a este privava de não pequena parte de suas rendas legitimas. Só existiam supposições infundadas ou gratuitas para que se pudessem avançar arguições neste sentido contra os funccionarios dos registros, quando se dessem falsificações nas guias, cumplices dos registros conferentes do Rio de Janeiro, a quem se exhibiam taes guias.

Na averiguação das causas inculcadas para prejuizo de que se ressentia a provincia do Rio de Janeiro no mercado do seu café a Mesa Provincial ouvida a respeito, pronunciara-se do seguinte modo: o café paulista era menos onerado de imposições do que o fluminense e por chegar ao mercado da Côrte com os direitos pagos suscitava alli o interesse commercial — de se o reservar para a exportação em vez de se o destinar ao consumo.

Dahi a preferencia que se lhe dava sobre outro qualquer no mesmo mercado. Mas a presidencia do Rio de Janeiro, antepondo a estas razões a inverosimil hypothese de vir o café fluminense acompanhado de guias dos registros de S. Paulo, dando-lhe a qualificação de café paulista, e ao envez de deliberar de accordo com a de S. Paulo, cuja intervenção era imprescindivel, visto como se ia tratar de interesses communs, deliberara por si só, e mandara praticar a inqualificavel medida de serem regeitadas pela Mesa Provincial do Consulado da Côrte as guias que acompanhavam o café paulista a pretexto de que não declaravam a verdadeira procedencia do genero, tentando até occultar-lhe a proveniencia!

Assim eram alli arrecadados os respectivos direitos, inquestionavelmente pertencentes á provincia de São Paulo. E para que melhor se avaliasse quanto era prejudicada a provincia paulista com a adopção da medida tomada pela presidencia do Rio de Janeiro, bastava dizer; sabia-se officialmente, que os direitos do café exportado pelo registro de Ariró (abstracção feita dos demais registros) nos mezes decorridos de setembro de 1851 a dezembro de 1853 e arrecadados pelo erario fluminense haviam montado a réis 36:336$218. Este prejuizo tomara, progressivamente, maiores proporções em attenção a que fôra tendo grande incremento a cultura do café naquelle fertil territorio.

Esta mesma questão das guias muito mais graves incidentes provocara com a Provincia de Minas, até que, em 1851, se fizera um convenio para se liquidar tal contenda.

Um quadro estatistico da população, mas com grandes falhas relativas a muitos municipios acompanha o relatorio do Dr. Antonio Roberto de Almeida. Basta lembrar que nelle ha lacunas relativas á propria capital e a diversas das principaes cidades da Provincia. Traz no entanto muitos resultados parciaes apreciaveis. Foi aliás este recenseamento feito com muito pormenorização, dividindo-se a população em categorias discriminadas pelas idades, de decada em decada.

Eram estes os resultados dos totaes.

Norte de S. Paulo: (municipios e freguezias)

	Almas
Bananal	11.482
Areias	4.998
Lorena	6.479
Barreira	3.916
Embahú	3.202
Pindamonhangaba	14.645
São Luiz	8.161
Caçapava	4.607
Jacarehy	6.109
São José dos Campos	6.935
Parahybuna	7.261
Mogy das Cruzes	10.154
Santa Branca	3.752
Santa Izabel	6.448
S. José do Parahytinga	1.935

Itaquaquecetuba	1.037
Arujá	1.360

Littoral:

Santos	7.033
Iguape	15.211
São Vicente	699
Itanhaen	1.254
Cananéa	2.664
São Sebastião	4.101
Caraguatatuba	1.606

Comarca da capital:

São Paulo (com. a Penha) . .	13.345
Santo Amaro	4.101
Parnahyba	2.603
Jundiahy	5.606
Juquery	2.213
Guarulhos	2.109
S. Bernardo	2.072
N. Sra. do Ó	2.020
Cotia	3.059
Itapecirica	3.233
Bethlem (Itatiba)	3.038

Comarca de Campinas:

Campinas	14.201
Bragança	7.666
Atibaia	4.238
Nazareth	4.303
Piracicaba	5.095
Amparo	3.840

Comarca de Mogy-Mirim:

Mogy-Mirim	12.636
Limeira	5.045
Rio Claro	6.564
Araraquara	4.965
Mogy Guassú	4.931
Penha (Itapira)	3.905

São João da Bôa Vista . .	3.460
Descalvado	2.430
Jaboticabal	2.885

Comarca de Franca:

Casa Branca	7.074
Cajurú	3.682
São Simão	4.550
Caconde	5.140

Comarca de Sorocaba:

Sorocaba	4.437
Porto Feliz	44.876
Pirapora	5.979
Capivary	4.261
São Roque	4.275
Cabreúva	3.024
Indaiatuba	2.653
Una	4.306
Araçariguama	1.397

Comarca de Itapetininga:

Itapetininga	19.839
Tatuhy	8.016
Faxina	13.671
Apiahy	1.907
Xiririca	3.820
Sarapuhy	2.448
Iporanga	1.586

Ao Dr. Antonio Roberto de Almeida coube, como vice-presidente em exercicio abrir a sessão da assembléa provincial, pela segunda vez, a 2 de fevereiro de 1857. Mas como havia alguns dias apenas substituira o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos declarou que não encontrara elementos para confeccionar um relatorio digno de ser apresentado ao legislativo paulista. E, realmente, razões de sobra tinha para se escusar, quando, no anno anterior, pudera offerecer tão boa e pormenorisada peça similar. Limitou-se pois a alguns topicos e a frisar que existia avultado saldo nos cofres provinciaes.

E a sua exposição lacunosa é tacita e severa censura á desidia de seu antecessor.

Nomeado a 9 de setembro de 1857, empossou-se o Senador por Minas Geraes, desde 1847, antigo magistrado e professor de Direito, José Joaquim Fernandes Torres da presidencia de S. Paulo a 27 deste mesmo mez. Passou-lhe o governo o Dr. Antonio Roberto de Almeida.

A 2 de fevereiro de 1858 apresentava á Assembléa Legislativa Provincial, que encetava os trabalhos da sessão annual o discurso relativo ás occurrencias principaes da provincia, no exercicio anterior.

Era peça largamente documentada.

A colonização, objecto de preoccupações dos poderes provinciaes, prosseguia em sua obra salutar, mas morosamente, embora com algumas promessas de bom futuro, como documentava o estado das colonias de Sete Quedas, do futuro Visconde de Indaiatuba, e as de S. Jeronymo e Santa Barbara do Senador Souza Queiroz.

A colonização extrangeira encontrava seus entraves. Houvera algumas perturbações na colonia de Ibicaba, do Senador Vergueiro, mas tudo se apaziguara, sobretudo devido á intervenção do integerrimo magistrado, Desembargador Manuel de Jesus Valdetaro. Tão efficiente fôra que os lavradores haviam pedido a continuação de sua assistencia.

Tratando da agricultura falava o presidente em tom socratico a lembrar que os ensaios fabris brasileiros haviam sido desastrosos.

Assim a lavoura era o unico campo para o qual a sensatez, o simples bom senso devia encaminhar os brasileiros.

"A agricultura, fonte perenna de prosperidade e riqueza para todos os povos, é tambem a unica industria, a que com vantagem se podem dedicar aquelles que, como o Brasil, começam a sua existencia; — porque é na terra, é no seio da mãe commum que se encontra alento para empresas mais altas."

"Assim como os homens, os povos em seu desenvolvimento estão sujeitos a certas regras das quaes não lhes é dado afastar-se sob pena de retrogradarem ou permaneceram estacionarias. Não é possivel chegar ao extremo sem tocar nos pontos intermediarios."

O apparecimento da industria fabril podia dar-se mais tarde, porque as fabricas se alimentam dos productos da agricultura, vivendo da transformação das materias primas. Tal

transformação exigia superabundancia de braços, largos capitaes e conhecimentos, fructos de longos annos de experiencia.

Sem esta seus productos seriam forçosamente defeituosos e os resultados pessimos, como succedia com as fabricas nacionaes.

A nação que ainda na infancia, quizesse cultivar todos os ramos da industria humana, cavaria a propria ruina e seria forçada a consumir os productos daquelles que mais prudentes, contentavam-se com um desenvolvimento moderado, mas certo; lento, mas duradouro.

Verberando o açodamento nacional lembrava o presidente que infelizmente, até agora, havia o Brasil desprezado estas verdades. Desconhecendo a pequenez de suas forças tudo haviam os brasileiros desejado e nada conseguido. Tinham querido applicar-se a todos os ramos da industria humana e não havia no paiz uma só fabrica ou manufactura, cujas vantagens compensassem os sacrificios com ellas feitos.

Como ninguem ignorava, grande numero de empresas havia procurado estabelecer-se no Imperio, sob os melhores auspicios e com pingues, subvenções fornecidas pelo Governo. Quantas tinham medrado? Quantas subsistiam?

E para se fornecerem taes subvenções sobrecarregara-se de impostos a Lavoura! vexando-a de contribuições, della distrahindo braços que lhe eram necessarios e empregados em taes fabricas, das quaes só tinham provindo o prejuizo do Estado e a ruina dos respectivos proprietarios!

Concluindo taes considerações dizia o extrenuo adversario das manufacturas extemporaneas, a mitigar o azedume dos conceitos.

"Longe de mim o invectivar subvenções e animação prestadas a qualquer genero de industria; pelo contrario sou de opinião que devemos fazer tudo quanto pudermos nesse sentido; mas sem prejuizo ou preterição de nossa lavoura.

O que desejo e o que reclamam as necesisdades publicas, é que se cuide com todo o afinco daquillo que é hoje a fonte mais fecunda da riqueza do Estado, que tratemos de eleval-a ao maior grau de prosperidade possivel!"

Reconhecia Fernandes Torres comtudo, quanto os lavradores brasileiros eram atrazados e ignorantes.

O ensino da classe agricola, a propagação dos conhecimentos theoricos e praticos que augmentavam a força productiva da terra e os recursos do lavrador. não deviam ser esquecidos tendo-se em mira procurar todos os meios de se fazer prosperar a agricultura.

Para realizal-o devidamente seria mister a fundação de uma escola pratica ou fazenda modelo, em que os lavradores se instruissem nos methodos de melhor preparar e cultivar as terras.

As despesas com o pessoal e material necessarios, seriam em pouco tempo compensadas pelo rendimento que uma administração intelligente e zelosa faria apparecer.

Em poucos annos teria a provincia de S. Paulo um nucleo de bons cultivadores, amestrados no melhor preparo e adubo da terra no uso e manejo dos instrumentos aratorios.

Mais tarde poder-se-ia criar o ensino elementar das materias que formavam a base da sciencia agronomica. Seria tal complemento obra dos legisladores. A prudencia e a economia aconselhavam que por emquanto tudo se limitasse á instrucção simplesmente pratica.

O que mais importava no momento era a criação do credito agricola. Proporcionaria aos lavradores os meios de acharem facilmente os capitaes de que necessitassem.

Ninguem podia offerecer mais fortes garantias aos capitalistas do que o lavrador com suas terras, gados, machinas, escravos e colheitas. O que faltava era tornar mais prompta e effectiva a sua transmissibilidade, e a realidade de taes garantias.

Para tanto cumpria quanto antes acabar com a confusão e incoherencias da legislação hypothecaria, simplificando-lhe os processos e tornando-lhe mais efficazes os resultados.

Algumas legislações da Allemanha, e na Suissa, com especialidade, as dos Cantões de Vaud, Berna e outros, offereciam bons exemplos a tal respeito.

Alli a hypotheca sobre os bens ruraes convidava o capitalista, a nelles empregar rendas, porque a chicana nenhuma força tinha para com estes instrumentos de credito que se denominavam escripturas de renda.

Se acaso o devedor se descuidasse de satisfazer as condições estipuladas no contracto e dentro do prazo estabelecido, o credor graças a um processo summario, por simples mandato judicial, entrava na posse dos bens que haviam servido de penhor á transmissão de seus fundos.

Assim se facilitava ao lavrador a realização do numerario e garantia-se ao capitalista a cobrança de seu dinheiro e dos lucros razoaveis.

Estes principios, ou quaesquer outros, que pudessem satisfazer os fins collimados pelos espiritos progressistas deviam ser, quanto antes, consagrados pela legislação brasileira, pois,

realmente, era a falta do apparelhamento do credito um dos maiores obices ao desenvolvimento da lavoura. A importação para o exercicio de 1856-1857 fôra de 11.907:447$452.

E a exportação de 10.376:971$168 de arroz, ... 11:590$000 de animaes, 2:835$752 de farinha de mandioca, 26:379$916 de sola e vaqueta, 15:792$740 de aves, 739$680 de batata 869$000 de bolachas, 1:995$084 de lenha, 7:355$620 de milho, 447:243$984 de toucinho, 83:833$000 de diversos generos, 1:450$000 de aguardente, 5:700$000 de azeite de peixe e 377:673$484 de diversos generos não especificados.

Havia sahido de Santos uma exportação de 4.091:979$252 dos quaes 3.303:665$001 de café e 410:352$300 de toucinho. De assucar pouco mais de 39 contos apenas e de fumo .... 143:465$000.

O movimento de entradas fôra de 219 vapores e 94 veleiros com 40.796 toneladas e 4.774 tripulantes.

Das 313 embarcações 231 provinham do Rio de Janeiro e 27 dos portos da Provincia, 34 de S. Catharina e 21 do Paraná.

Haviam sido estes os resultados do trienio.

Annos	*Importação*	*Exportação*
1854 — 1855	6.397:829$347	4.285:083$820
1855 — 1856	7.868:443$584	4.314:183$790
1856 — 1857	9.269:445$122	4.175:838$300

Commenta a mensagem:

"O valor da importação por aquelle porto, o mais importante da Provincia vae pois subindo gradualmente, como vêdes: — mas o da exportação tem descido algum tanto, porque a producção do assucar na provincia, ou pelo menos a sua exportação, tem decahido bastante, senão pela falta de braços, de que tanto se queixam os productores, sem duvida pela preferencia que se tem dado ao café, cujo quantitativo até o presente, não basta ainda para refazer o vasio que aquelle deixou no valor da exportação."

A renda provincial de 1856 a 1857 chegara a .... 1.014:026$685 sendo a despesa 652:481$656.

A exportação do trienio fôra em peso.

Generos	1854—1855	1855—1856	1856—1857
Café arrobas	846.184	796.867	746.673
Assucar arrobas	136.917	52.740	39.706

E os preços medios haviam sido:

Generos	1854—1855	1855—1856	1856—1857
Café por arrobas . . .	3.501	3.919	3.917
Assucar por arrobas. . .	2.696	3.052	4.128

Quase cincoenta por cento do café paulista sahia então pelos portos fluminenses como se via pelo quadro relativo ao exercicio de 1856-1857.

Estações	*Arrobas*	*Valor*
Alfandega de Santos . . .	746.673	3.037:647$721
Mesa de Rendas de Ubatuba	381.605	1.390:697$800
Mesa de Rendas de Iguape .	320	1:280$000
Mesa de Rendas de S. Seb.	227.603	910:412$000
Registo do Taboão da Cunha	162.280	635:538$500
Registo do Ribeirão da Serra	108.656	325:538$000
Registo do Rio da Onça .	151.289	566:210$250
Registo do Banco d'Areia. .	76.220	308:391$500
Registo do Rio do Braço .	133.481	550:027$100
Registo do Ariró.	208.507	866:949$200
Totaes	2.196.634	8.592:522$071

Fôra este o quadro da exportação paulista cujo total attingira a 10.376:566$294 sendo de:

Café	8.592:522$071
Toucinho	447:243$984
Assucar	407:921$984
Arroz	351:921$889
Fumo	83:833$000
Feijão	32:047$600
Couros	25:379$916


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XV

Informes estatisticos municipaes sobre a producção agricola sobretudo cafeeira em 1858 — Comparações destes dados com os de 1854 — Reflexões do presidente Fernandes Torres sobre a situação financeira da provincia em 1859 — O periodo de 1859 a 1863

De Porto Feliz, em 1858, informava a respectiva Camara Municipal, ao Brigadeiro Machado de Oliveira, encarregado da estatistica da Provincia de S. Paulo, que calculava sua producção, nos ultimos tres annos, em 120 mil arrobas de assucar, 20.000 de café e 500 de chá, accrescentando que esta ultima industria ia decahindo progressivamente por falta de braços, o que reclamava providencias adequadas e efficazes.

Confrontando-se o producto de cada anno deste trienio com o consignado para 1854, conhecia-se que de 38 fabricas de assucar do municipio havendo-se a safra de 43.310 arrobas apresentava-se a differença para menos em qualquer dos annos do trienio de 3.310 arrobas ou fossem 1:13. E que resultando de 16 fazendas de café a colheita de 6.350 arrobas, vinha este producto quase a equiparar-se com o de um dos annos do ultimo trienio.

Em Pirapora havia probalidade de existirem em dois lugares segundo a Camara Municipal, jazidas de carvão mineral, que convinha explorar.

A riqueza do municipio fundava-se principalmente na agricultura para a qual havia excellentes terras. Existiam actualmente nelle 60 engenhos de assucar, que, segundo um calculo aproximado, produziam annualmente 120 mil arrobas, na importancia de 450:000$000 e 600 pipas da aguardente.

A cultura do café achava-se em começo, existindo lavouras consideraveis, que promettiam grandes safras; todavia já a sua exportação chegara no ultimo anno a 10 mil arrobas, com um rendimento de 38:000$000.

Ia-se dia a dia fazendo-se sentir a falta de braços; e a

Camara esperava que o governo minorasse a crise efficazmente promovendo a colonização européa.

O cadastro de 1854 dera a este municipio 20 fazendas de café com uma producção de 3.300 arrobas, e engenhos de assucar com a de 43 mil arrobas. Via-se pois que a colheita annual do café subsequente ao cadastro augmentara á razão de 2/3 ou na de 3:1 e que a safra do assucar estava dentro desta proporção de accrescimo.

Em Capivary havia 57 fabricas de assucar produzindo annualmente 75 mil arrobas reconhecendo-se, porém, em seu producto a diminuição de um terço relativamente ao trienio anterior, o que era attribuido não só á falta de braços, que se fazia sentir até na propria lavoura cafeeira como porque algumas fabricas haviam se convertido em fazendas de café, cuja cultura produzira, em 1856, 17.500 arrobas (meio termo).

Tambem soffrera diminuição a producção do chá, que antes figurava na exportação annual com certo volume, sendo a safra actual de 175 arrobas (meio termo); o que era devido ainda á falta de braços, como á elevação do preço dos jornaes, que em nenhuma proporção estavam com o preço do genero.

Em 1854, como constava do cadastro deste anno, existiam no municipio 14 fazendas de café, cuja safra fôra de 8 mil arrobas, e 70 de assucar, produzindo cem mil arrobas. Estabelecendo-se a comparação entre estes productos e os que a Camara Municipal consignara em suas informações, conhecia-se que, quanto ao café, houvera no anno anterior o accrescimo de mais de metade do que em 1854, ou á razão de 2:1 e no assucar, a diminuição de 25 mil arrobas á razão de 1:4.

Em S. Roque — Segundo as informações da respectiva Camara a industria do municipio, residia em engenhos de assucar no fabrico do chá verde e em pequenas fazendas de café, assim como na lavoura de varios mantimentos.

Procurava-se alli restabelecer a cultura do trigo e do algodão, que outróra havia produzido bem.

O processo da machina do Dr. Pacova sobre o fabrico do asucar fôra mandado examinar em Campos por um dos fazendeiros do municipio, verificando-se a sua utilidade. Seria de muita vantagem o seu uso nos estabelecimentos da lavoura assucareira.

Geralmente o estado desta industria no municipio ia cada vez mais, ressentindo-se da falta de braços. A não lhe serem providos com brevidade, era inevitavel maior decadencia.

Os estabelecimentos ruraes mais importantes vinham a ser

os seguintes: 3 de chá, que nos ultimos annos haviam approximadamente vendido 18 mil libras, no valor de 15:000$000 de réis, 6 de assucar, que produziram generos no valor de 80:000$000 e 8 sitios de café colhendo 12 mil arrobas ou fossem 36:000$000.

Em igual periodo a lavoura do milho produzira 30 mil alqueires equivalentes a 60:000$000 fazendo-se consummo da maior parte deste genero no proprio municipio, no sustento de numerosos muares de tropeiros que alli iam descansar, de cujo trafico se tirava o lucro de 200:000$000.

Pelo cadastro de 1854 conhecia-se que o numero, producto e rendimento dos estabelecimentos ruraes daquelle municipio nesse anno fôra o seguinte: 25 fazendas de café, com o producto de 6 mil arrobas e o rendimento de 21:000$000; 6 fabricas de assucar com o producto de 3 mil arrobas e rendimento de 15:000$000 e 19 fazendas de criação de gado com o producto de 640 rezes, as quaes haviam sido vendidas produzindo 6:000$000.

Comparando-se taes dados e verificado naquelle anno como um dos do ultimo trienio deduzia-se que o do café daquella época fôra a maior um terço, ou á razão de 1:3, do que o do segundo; e que o dos engenhos de assucar tambem se avantajava de um terço, ou á razão de 1:3: o que denotava que ambas as lavouras iam em decadencia como observava a Camara Municipal.

Em Piedade havia, no moderno municipio, um unico engenho de assucar, cuja producção fôra de 4 mil arrobas, e 8 fazendas de café algumas das quaes datando de pouco tempo, produzindo por anno 5 mil arrobas.

Entrara na exportação municipal no passado trienio um computo de 6 mil alqueires de milho de farinha, 2 mil de feijão, duas mil arrobas de toucinho, e 250 rezes bovinas.

Em Itapeva da Faxina a Camara acentuara quanto a agricultura propria do municipio, era rotineira e atrazada com as absurdas derrubadas e queima das mattas. Os lavradores de cereaes experimentavam grande diminuição de colheitas, provinda da falta de braços.

Não havia no municipio sombra de trabalho mechanico ainda. Nem nelle existia lavoura cafeeira.

A industria pastoril vigorava alli em não pequena escala; e maiores vantagens apresentaria, si se cuidasse com perseverança do melhoramento das especies vaccum e cavallar.

Em Itapetininga o producto da lavoura de assucar no ul-

timo trienio fôra mais ou menos de 3 mil arrobas, e o do café, de 1.500 arrobas.

Ambos promettiam augmento.

Pelo cadastro de 1854 conhecia-se que havia até esse anno 10 fazendas de café produzindo 950 arrobas; 7 engenhos de assucar, com a safra de 2.950 arrobas; e uma fazenda de criação, que produzia 150 rezes.

Confrontando os productos de café e assucar das duas épocas inferia-se que em ambos, houvera na segunda época o decrescimo da metade: e isto devido ao estado de decadencia em que cahira o municipio por fallencia de braços.

Em Xiririca abandonava-se a industria de mineração, começada em tempos coloniaes por se tornar improductiva; mas progredia bastante a agricola, que marchava em proporção do maior ou menor numero de braços nella empregados, tratando-se com especialidade da do café, e canna de assucar, que prosperavam admiravelmente, e tinham dado de rendimento annual a diversos dos seus lavradores de 10 a 20:000$000.

A lavoura dominante e exclusiva do municipio até ao reconhecer-se que era de maior lucro a do café fôra a da canna e a do arroz, mas esta cedera o lugar a aquella, e em breve desappareceria.

A exportação dos generos agricolas alli cultivados era orçada entre 200 e 300:000$000.

Déra-lhe o cadastro de 1854 o seguinte: 6 fazendas de café, 3 de canna de assucar, e duas de gado, sendo a producção da especie vaccum de 260 rezes, das quaes vendidas 100.

Em Santos não havia quase mais café alli cultivado desde 1780. Os dois productos mais adequados ao municipio eram o arroz e a canna, os mesmos que se viam em todas as terras lavradias.

Computava-se o producto do primeiro no derradeiro trienio em 4 mil alqueires, e o segundo em 150 pipas de aguardente; e isto porque não foram tão destructivos nesse periodo os males que lhes provinham das estações quando corriam extremamente irregulares.

Ambas as lavouras decahiam a olhos vistos já por falta de braços já por carencia de outros meios.

Pelo que concernia á industria fabril constava á respectiva Camara que havia no municipio dois cortumes algumas caieiras, olarias, e uma fabrica de velas de cera.

O cadastro de 1854 dera ao municipio 5 fazendas de café com uma producção de 1.500 arrobas.

Em S. Vicente havia seis fabricas de aguardente e qua-

tro pequenas fazendas onde se socava o arroz. Aquellas produziam annualmente 5$ pipas e estas 1.400 alqueires.

Do cadastro de 1854 via-se que havia neste municipio uma fazenda de café, que nesse anno produzira 500 arrobas e rendera 1:600$000.

Em Itanhaen notavam-se duas distillarias de aguardente e duas pequenas fazendas de lavra e soca de arroz, exportando 1.500 saccas.

Era effectiva a falta de braços para a lavoura, e por isso achavam-se improductivas as ferteis terras de que abundava o municipio cuja decadencia chegaria á ultima extremidade não se lhe acudir com colonos que soubessem fazer o devido uso do solo.

Em Cananéa a mineração do ouro, encetada com o descobrimento daquellas paragens, vivia em abandono não porque deixasse de dar interesse, mas por falta de quem lhe dirigisse profissionalmente os activos trabalhos e tivesse á sua disposição os meios adequados.

A lavoura que mais primava no municipio era a do arroz, posto que sujeita sempre a bastantes contratempos como fossem entre outros: o excessivo rigor da estação quando se fazia semeadura; e o transbordamento extraordinario dos rios.

A isto accrescia que no ultimo anno este genero soffrera baixa no Rio de Janeiro, para onde se exportava tudo o que alli se cultivava, pela grande importação do arroz extrangeiro, com o qual não podia sustentar concurrencia o nacional.

Cuidava-se igualmente no municipio de outras lavouras de cereaes, mas em tão pequena escala que mal chegava, ás vezes para o consumo local.

Possuia o municipio em grande quantidade materias primas, como entre outras: ostreiras, mattas contendo em abundancia madeiras de construcção e marcenaria, extensos mangues para drogas medicinaes, etc. desaproveitados por falta de uma Mesa de rendas na villa de Cananéa capaz de despachar os navios extrangeiros, que demandassem taes productos e outros promovendo-se dest'arte o augmento da riqueza do municipio.

Havia em Cananéa algumas fabricas de aguardente e de pilar arroz orçando-se o rendimento do transacto trienio em 190:000$000 (meio termo).

Nulla a industria pastoril do municipio, com quanto nelle houvesse terras apropriadas como entre outras os campestres de Tacoruçá, ao sul da barra de Cananéa.

O cadastro de aguardente dava 10 pipas, e o rendimento

de 1:000$000, e em uma fazenda de criação com um producto de 30 rezes apenas.

Em 1859 o movimento de cabotagem paulista cifrou-se em 156 embarcações a vapor e 101 a vela entradas em Santos e 23 a vapor e 22 a vela em outros portos.

Dos 257 barcos de Santos 191 trafegaram para o Rio de Janeiro, 29 para Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Dos 45 de Iguape 35 empregavam-se no commercio com a Guanabara.

A tonelagem total fôra de 41.968 para Santos, com 4.202 homens de equipagem, 4.808 com 438 marujos para Iguape. O relatorio presidencial não menciona dados para S. Sebastião, Uberaba Caraguatuba e Cananéa, dizia o presidente senador do Imperio Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, em sua mensagem á Assembléa Provincial, a 2 de fevereiro de 1860.

O exercicio financeiro de 1858 a 1859 se cifrara a uma receita de 1.038:245$240 e a uma despesa de 1.089:447$032, mas a arrecadação effectiva fora apenas de réis 797:131$599 tendo havido operações de credito para se attender ao deficit. Não ha uma unica referencia a questões de economia nesse relatorio nem no discurso com que o presidente Torres abriu a Assembléa Legislativa Provincial.

Limitou-se esta alta autoridade a lamentar que tão pequena fosse a corrente imigratoria para S. Paulo e o Brasil.

Ao passo que em 1858 os Estados Unidos haviam recebido 96.670 immigrantes, o Brasil apenas contara 6.089! Isto não compensava os sacrificios da Nação e da Provincia.

A tal proposito amargamente dizia o presidente Fernandes Torres: "O fim da Colonização é sem duvida alguma o desenvolvimento da agricultura primeira fonte de nossa riqueza. Além da falta de braços que torna-se mais dia para dia, não chegou ainda até nós o ensino pratico da agricultura não sabemos tirar todo o proveito do que possuimos; ignoramos como se possa cultivar muita terra com poucos braços; tornar os terrenos cançados productivos, e usar dos instrumentos aratorios que triplicam o rendimento das searas, poupam as forças, e dão maiores lucros."

De café nem uma só palavra encontramos nas paginas de Fernandes Torres.

O mesmo se dá com os relatorios pelos quaes o Conselheiro Torres passou a administração da provincia ao Dr. Polycarpo Lopes de Leão a 17 de abril de 1860. Este aliás mal esteve seis mezes na presidencia.

Seu curto relatorio, datado de 22 de outubro immediato, ao entregar o governo ao primeiro vice-presidente, Conselheiro Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel é tambem inteiramente omisso de qualquer referencia.

A 2 de março de 1861 abria o presidente Conselheiro Antonio José Henriques a Assembléa Legislativa.

Referindo-se aos fazendeiros da provincia a lutarem com grande falta de trabalhadores apontou como solução para este mal o recurso á immigração.

Com a falta de braços africanos, voltara-se a lavoura do paiz para a colonização européa, como preservativo de desastroso futuro, mais ou menos remoto. Infelizmente essa colonização no Brasil, e mesmo na Provincia, não passara de simples experiencia, concorrendo para isso causas diversas. A rotina, o habito, a falta de costumes, e sobretudo a guerra vivissima, que na Europa vinha soffrendo a emigração para o Brasil, quer pela concorrencia dos Estados Unidos e Colonias Inglezas, quer pelas calumnias, de que fôra victima nosso paiz, eram causas muito conhecidas de todos quantos se davam ao trabalho de estudar a questão.

Felizmente o Governo Imperial, conhecendo a vantagem da attracção de braços livres para o Brasil, não se descuidava de accoroçoal-a por todos os meios, e recursos ao seu alcance, e graças a seus patrioticos esforços, essas calumnias vinham sendo completamente confundidas pela revelação da verdade. Para tanto mandara proceder a inquerito, e exames; e o resultado delles havia sido favoravel á causa da colonização. Poucas eram as queixas, ou reclamações, contra os proprietarios. E entre estes já se contavam muitos que, pela actividade, e diligencia, haviam deixado de ser colonos.

Se os lavradores brasileiros se desapegassem de certos preconceitos, se imbuidos nos verdadeiros principios economicos, comprehendessem a superioridade do serviço livre sobre o serviço escravo; e se o Governo Imperial triumphasse completamente das contrariedades, que o interesse egoistico dos agentes de outros paizes novos tinham até então opposto á emigração espontanea para o Brasil; era de crer, que a lavoura brasileira receberia o auxilio poderossimo de innumeros braços, e grandes capitaes. Com a emigração espontanea, não desemabarcaria somente o proletario, impellido pela fome, e desejoso de fazer fortuna sem recursos de especie alguma.

Da emigração espontanea viria rehabilitação da lavoura brasileira. Para favorecel-a e encaminhal-a, era indispensavel

o concurso dos poderes Legislativos, Geral e Provincial, com todas as providencias, e medidas indispensaveis.

Por falta dessa emigração, que quase sempre trazia comsigo qualquer porção de numerario, a colonização unica então existente era a de contracto por locação de serviço pelo systema de parceria. Tanto ao proprietario, como ao colono, era este systema proveitoso, quando havia intelligencia, honestidade, e boa fé de ambas as partes contractantes.

Boa fé nos contractos, e fiel cumprimento delles, muita economia, e trabalho, fariam totalmente desapparecer todos esses queixumes, eram constantes até certo tempo. Na actualidade se reproduziam se bem que poucas vezes, e com menor irritação.

A 15 de maio de 1860 havia se procedido em Santos á solemnidade da inauguração dos trabalhos da São Paulo Railway e a 24 de novembro do mesmo anno identica festividade relativa ao trecho de S. Paulo a Jundiahy.

Queria a administração provincial divulgar os ensinamentos modernos relativos á agricultura. Assim adeantara o illustrado filho de Araçariguama Dr. Carlos Ilidio da Silva a quantia de quinze contos de réis para ensaios do melhoramento da agricultura."

Devia manter uma escola especial e campo de experiencias onde os fazendeiros sobretudo os de café, canna e algodão pudessem haurir conhecimentos elevados e proveitosos á sua rotina.

Garantindo o emprestimo compromettera-se o Dr. Ilidio a hypothecar a sua fazenda e mais dezoito escravos de sua propriedade.

Muitas chicanas fez o procurador fiscal da provincia obstando a entrega das diversas parcellas de tres contos de réis ao agronomo ituano. Afinal interveio directamente a presidencia resolvendo o caso favoravelmente ao Dr. Ilidio. Este teve porém ainda de se comprometter a publicar dois artigos mensaes sobre os assumptos agricolas provinciaes impressos em jornal especial, ou no *Correio Paulistano,* ou em qualquer outro jornal, encarregado da publicação do expediente do Governo. Traria de espalhar noções elementares de agricultura com sua applicação pratica á provincia, muito particularmente sobre as suas culturas especiaes tendo isto começo no mez immediatamente seguinte ao em que fosse recebida a primeira prestação. Compromettia-se a franquear aos lavradores o seu estabelecimento de agricultura, e nelle receber pessoas, ou

feitores pelo tempo necessario para se instruirem em todos os processos.

Esperavam-se proficuos resultados dos ensinamentos deste especialista cujo desinteresse era visivel á vista das solidas garantias que dera. Só o valor dos dezoito escravos largamente cobria o emprestimo.

As condições do erario paulista haviam melhorado sensivelmente.

No exercicio de 1859 a 1860 a receita attingira ...... 1.184.991$441 e a despesa apenas fôra de 1.039:637$205 de onde resultara um saldo de 195:354$236.

A 8 de junho de 1861 empossava-se da presidencia de S. Paulo, o Dr. João Jacintho de Mendonça, mais tarde conselheiro, riograndense do sul, 28° presidente a quem o conselheiro Amaral Gurgel 1.° vice-presidente entregou um relatorio de sua administração nelle nada havendo de interessante.

A 19 de março de 1862 dirigia-se o presidente Mendonça á Assembléa Provincial.

Em materia de colonização frisava que esta ainda estava muito mal organizada na provincia embora as 20 colonias com os seus 2.356 individuos marchassem mais ou menos prosperamente.

Declarava-se alheio ás questões agricolas e lembrava quanto S. Paulo estava em condições de agora ganhar largamente plantando algodão á vista de completa cessação da cultura yankee com a superveniencia da Guerra da Secessão.

Era optimo o algodão paulista no dizer do abalisado Sr. J. J. Aubertin, superintendente da S. Paulo Railway.

"A fertilidade com que a provincia a ella se prestava era geralmente conhecida, e a qualidade do producto ficara bem revelada pela noticia publicada no *Jornal do Commercio* pelo Sr. J. J. Aubertin.

Affirmava este abalisado profissional que as amostras do algodão paulista que elle proprio enviara á Inglaterra, colhidas ao acaso, haviam sido avaliadas por preços mais alto do que os de igual producto da India Ingleza, e apenas dois vintens menos do que o algodão ordinario de Nova Orleans.

Grande consumidor como o Brasil dos tecidos de que este producto é materia prima, tornava-se quase inexplicavel que no paiz se tivesse como que abandonado tão facil e rica cultura.

Já estava o Dr. Ilidio da Silva a demonstrar a valia de seus ensinamentos e doutos conselhos em materia de café, algodão e canna.

Em virtude de instrucções do Governo Imperial, e por

propria convicção, procurava o presidente Mendonça dar mais algum desenvolvimento ao ramo importante da agricultura provincial já convidando as Camaras Municipaes a que procurassem insinuar no animo dos seus municipes a sua utilidade já conseguindo do Doutor Carlos Ilidio da Silva, procurasse por meio de seus uteis e illustrados escriptos criar esta opinião.

As Camaras Municipaes vinham satisfazendo como podiam a parte que lhes fôra encarregada; o illustrado agronomo tinha desempenhado a sua missão com a proficiencia com que fallava destes objectos predilectos do seu estudo. Esperava o Dr. Mendonça que a Assembléa auxiliasse com a sua palavra util a interessante cultura do algodão apontando áquelles que se achavam nas circumstancias de a fazer, o argumentos irresistivel do exemplo.

Outra cultura a ser fomentada a do fumo. Apresentava o presidente pittoresco argumento: o pundonor nacional a tanto a instigava pois a solancea de Nicot figurava no escudo imperial brasileiro.

Anunciava-se perigosa tormenta para ás lavouras de café a invasão de terrivel borboletinha que punha os cafezaes em vara, já as suas ondas haviam attingido o territorio paulista.

Assim dizia o Dr. Mendonça:

"Terminarei minhas breves considerações annunciando-vos, com pezar, que a molestia dos cafeeiros, já não é desconhecida na Provincia e que cumpre estudal-a, e empregar com a precisa antecipação meios que impeçam sua marcha e desenvolvimento."

A 24 de setembro de 1862 passava o Dr. Mendonça a administração ao 1.° vice-presidente conselheiro Amaral Gurgel e este pouco se demoraria no governo entregando-o ao seu collega de magisterio superior na Faculdade de Direito de São Paulo o conselheiro Vicente Pires da Motta, 29° presidente, a 16 de outubro immediato.

Este celebre ecclesiastico e professor de direito famoso pela energia, capacidade administrativa e espirito de rectidão apreciadissimo pelo Governo Imperial, que o nomeara presidente de provincia nada menos de sete vezes para o Ceará, Pernambuco, Minas Geraes, etc. era pela segunda vez, designado para dirigir a sua provincia natal.

Documentou a sua mensagem á Assembléa Provincial, enviada a 2 de fevereiro de 1863, com numerosos e valiosos quadros estatisticos.

Tratou muito dos progressos da construcção da São Paulo Railway, pouco de colonização e referindo-se á praga

dos cafezaes contou que o mal ainda não estava extincto. Prejudicara muito a lavoura de Campinas. Em alguns municipios os estragos haviam sido até insensiveis.

Era a situação financeira boa; a receita orçada em ... 1.116:513$590 subira a 1.206:696$081 réis. A despesa tambem subira mas assim mesmo houvera um saldo de ...... 151:703$856 réis. A exportação tambem se avantajara bastante. Crescera muito a exportação. De 1860 a 1861 fora o seu valor de 14.007:335$152 réis. De 1861 a 1862 de ...... 16.529:311$530 réis, havendo pois um excesso de .... 2.521:975$379 réis sobre a do anno anterior.

Fôra este o quadro da exportação:

Arrobas:

Café	2.735.456
Assucar	3.652

Alqueires:

Arroz	62.663
Milho	72.046
Feijão	8.271
Farinha	417

Arrobas:

Toucinho	44.133
Animaes (cabeças) . . .	49.871
Couros	1.029

Houvera na exportação do café um excesso de 151.247 arrobas sobre a do anno anterior, notando-se a proeminencia cada vez maior na producção cafeeira e o quase desapparecimento da tradiccional exportação assucareira.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XVI

Estatistica cafeeira de 1859 — Escassez de braços — Resenha de producção dos Municipios de Campinas, Piracicaba, Limeira, Atibaia, Mogy-Mirim, Bragança, Nazareth, Pirassununga, Rio Claro, Araraquara, Franca, Casa Branca, Sorocaba e Itú

Em Campinas, a base principal da industria agricola, unica exercida no municipio, segundo informara, em 1856, ao Brigadeiro Machado de Oliveira a respectiva Camara Municipal, fundava-se na lavoura do café e da canna de assucar, que naquellas terras uberes encontravam "os mais essenciaes elementos para o seu cultivo." Da primeira havia 170 propriedades, cujo producto annual, no ultimo trienio, fôra de 350 mil arrobas, termo medio; e para a segunda os dados eram, em igual tempo, 60 mil arrobas de assucar, e 5 mil canadas de aguardente.

A necessidade mais instante de que se ressentia a lavoura do municipio prendia-se ao melhoramento das vias de communicação. Dahi resultaria a diminuição do frete do transporte aos mercados e a acceleração do commercio.

Não menos urgente prover-se o municipio de braços. Estavam os escravos por preços exageradissimos, e de modo algum em proporção com os lucros que difficilmente se podiam esperar da lavoura. Assim tambem convinha fazer propaganda intensa dos instrumentos agrarios adequados á região.

Os colonos alli admittidos ainda estavam muito longe de satisfazer ás exigencias que reclamavam os trabalhos ruraes. Era mister pol-os ao alcance da classe de lavradores que podia applicar grandes capitaes á colonisação.

Em 1854, segundo o cadastro desse anno, contavam-se no municipio 177 fazendas de café e a colheita fôra de 335.550 arrobas, com um rendimento de 1.006:650$000 e 44 fabricas de assucar, produzindo 62.290 arrobas, no valor de ....

99:694$000. Estabelecida a comparação entre 1854 e 1857 conhecia-se que, com quanto houvesse a differença para menos de 7 fazendas viera a colheita das existentes a ser maior, em 14.450 arrobas, do que a de 1854. Houvera talvez augmento de plantação de cafezaes; ou que das colheitas, sujeitas a alternativas, como se sabe, fôsse ada primeira época de "falha" conforme o dizer dos lavradores.

Mais notavel se mostrava a diminuição das fabricas de assucar comparando-se as duas épocas. Houvera uma differença para menos de 44 engenhos embora o resultado de 1857 fosse apenas inferior de um trigesimo ao de 1854.

Em Piracicaba, então ainda Constituição, os ramos agricolas mais prosperos eram o assucar, o café, e o chá. Do primeiro existiam 45 grandes fabricas, quase todas em bom estado; a sua producção no anno transacto fôra de 120 mil arrobas de assucar, e de 5.200 barris de aguardente. Eram 33 as propriedades mais notaveis de café. A exportação orçara por 80 mil arrobas.

Cultivava-se e preparava-se o chá em 7 fazendas, promiscuamente com outras plantações, sua producção algumas vezes elevava-se a 300 arrobas.

Alargavam-se as lavouras de café e avultavam as colheitas. Em sérios embaraços, achar-se-iam no futuro os fazendeiros com a deficiencia de braços que já se ia fazendo sentir, principalmente entre aquelles que só tinham escravos ao seu serviço, cujo numero minguava dia a dia. A sua substituição por colonos além de ser morosa não era dada aos que não podiam dispor de capitaes adequados. Iam-se felizmente em todo o caso desvanecendo os preconceitos, oriundos dos disturbios da colonia de Ibicaba, vivamente impressionadores da população daquelle lado da provincia.

A plantação de café progredia extraordinariamente, por isto que nos ultimos tempos rendera lucros incalculaveis, para tanto muito favorecendo a uberdade das terras do municipio. Se ao tempo da fructificação dos cafezaes e em face das exigencias irrecusaveis da lavra e preparação do grão, á lavoura não desamparassem os recursos da colonização, unicos meios ao seu alcance dahi proviria, com a decadencia desta cultura, grande somma de damnos soffrendo profundamente as fortunas dos fazendeiros. E então viria, si bem que tarde, o arrependimento de se haver dado tanto afan á lavoura do café com preterição da de outros generos, não de igual valor, mas pelo menos de grande procura.

Piracicaba tambem tinha lavoura do fumo, que fornecera

á exportação 1.300 arrobas, afóra do que se consumira na localidade.

O cadastro de 1854 arrolara no municipio 16 fazendas de café, com uma colheita de 30.600 arrobas e o rendimento de 191:800$000 assim como, 51 fabricas de assucar produzindo 131.000 arrobas, no valor de 262:000$000. Confrontando-se o numero das fazendas de café e o seu progresso de 1854 a 1857 verificava-se que no segundo millesimo houvera o augmento de 17 propriedades, com um accrescimo de .... 49.400 arrobas na colheita. Do assucar é que occorrera um decrescimo de producção correspondente a 11.000 arrobas.

Em Atibaia iniciavam-se plantações de café, que comquanto novas ainda em 1856 haviam dado 8 mil arrobas, exportadas. O chá prosperava alli admiravelmente, o que induzira os moradores a abrirem 4 fabricas para a sua preparação, agora quase abandonadas pela baixa do preço provinda do favor concedido á importação do chá extrangeiro em detrimento do nacional. Actualmente a sua producção não passava de 100 arrobas por anno, um terço do que outróra se colhera. A' falta de braços se atribuia o atrazo deste municipio quanto á lavoura; dispunha de boas terras, e boa posição topographica para o transporte.

No cadastro de 1854 figurava com 24 fazendas de café produzindo 6.100 arrobas no valor de 23:000$000.

Com notavel concisão dizia a Camara Municipal de Bragança que no municipio se promovia a lavoura do café em grande escala. Era a de maior lucro. No cadastro de 1854, figurava com 100 fazendas de café, cuja safra fôra de 36.755 arrobas, no valor de 113:315$000.

Em Nazareth apenas existiam algumas pequenas fazendolas empregadas na fabricação de aguardente. Já alli existiam, porém, novas e pequenas plantações de café, das quaes já se haviam exportado no anno anterior 4 mil arrobas.

A lavoura mais vultosa era a de milho e feijão, com consumo na capital, Santos e logares circumvizinhos mais proximos. Calculava-se a producção do milho em 12 mil alqueires e a do feijão em 5 mil. Grande a criação de suinos.

Em Mogy-Mirim contavam-se 78 estabelecimentos ruraes, em ponto grande, de café e assucar, além de muitos outros, pequenos, em grande numero e que exclusivamente tratavam da lavoura de mantimentos, e da industria pastoril.

A exportação do municipio de 1854 a 1857 podia ser avaliada de modo seguro. Assucar, 200 mil arrobas; aguardente,

36 mil barris; café, 290 mil arrobas; bois, 4 mil cabeças; cavallos, 2.500.

As safras de assucar tinham soffrido diminuição em consequencia de se haver, de algum modo, preterido a lavoura da canna pela do café, que apresentava maiores lucros. Esta desproporção continuaria em augmento provavel.

A mesma diminuição se dava por identico motivo com a importante criação de suinos.

A industria pastoril em relação á especie vaccum poderia dar melhores resultados do que se apresentava, e ser consentanea com a boa qualidade dos campos, si nestes não vegetassem certas hervas venenosas ainda não bem conhecidas. Victimavam o gado immediatamente que as ingeria. E quanto á criação cavallar maiores lhe seriam as vantagens si se tratasse com preseverança do melhoramento das raças. A criação do gado ovino poderia achar-se noutro pé, e sahir do estado de acanhamento em que jazia se se fizesse a devida apreciação dos beneficios que della resultariam.

Do cadastro de 1854 conhecia-se que então havia no municipio 66 fazendas de café com uma colheita de 80 mil arrobas; 57 engenhos de assucar, apresentando a safra de 227.000 arrobas. Estabelecendo-se a comparação entre 1854 a 1857 verificava-se um augmento na producção do café de 16 mil arrobas, e diminuição na do assucar. A ser exacta esta notavel differença equivalia a dizer-se, que se subtrahira inconscientemente uma das forças productivas, isto é, os braços empregados no cultivo da canna para serem applicados ao do café, por não ser possivel admittir-se que proviesse ella de outras complementares desta lavoura.

Do municipio de Limeira só havia informações referentes á freguezia de Pirassununga. Constava que se promovia alli, e em grande escala, a cultura do café por se lhe deparar solo azado para tal lavoura, sendo a primeira que se fizera de 30 mil cafeeiros que já começavam a fructificar.

Em Rio Claro a lavoura, e especialmente, a do café, era o que mais avultava no municipio, recebendo grande animação com o exemplo da fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro, em Limeira. Com a introducção e emprego de colonos extrangeiros, exemplo seguido e com bastantes vantagens por muitos dos fazendeiros do municipio, se seguira incremento extraordinario da lavra do café. E' verdade que, segundo informara a Camara Municipal em fins de dezembro de 1856, na colonia de Ibicaba sobreviera o desanimo dos fazendeiros ante a impunidade dos colonos revoltados, não se sentindo elles garan-

tidos tanto em relação aos contractos com os colonos, como mesmo até quanto ás condições de segurança pessoal. Os factos occorridos na grande fazenda do Senador Vergueiro intimidavam muitos lavradores, que já pensavam em abrir mão da idéa de contractarem trabalhadores europeus. Alguns delles mais audazes voltavam-se á compra de escravos aliás por preços fabulosos e em nenhuma proporção com os lucros provaveis dos seus serviços.

A colheita do café nos ultimos tres annos montava a 330 mil arrobas. A cultura da canna, que certamente se achava preterida, em todo o municipio, pela do café, ia tomando incremento, e reerguendo-se do desprezo em que jazia. Poderia mesmo reassumir a importancia que tivera, quando para ella e para a do café se proporcionassem braços, cuja deficiencia dia a dia se fazia sentir, e quando houvesse no municipio estradas de rodagem; sendo bem para lastimar-se que não lograsse exito uma empresa do barão de Piracicaba, que naquelle municipio possuia os seus maiores estabelecimentos ruraes.

A producção dos engenhos de assucar fôra no ultimo trienio de 75 mil arrobas.

Cabiam á cultura do algodão as mesmas observações feitas á da canna. Os tecidos desta materia prima fabricados no municipio, nelle se consumiam e sua producção chegara, nos ultimos tres annos, a mais de mil arrobas.

A industria pastoril progredia vantajosamente, pois para tanto occorriam no municipio muitas circumstancias. Para o melhoramento dos bovinos seria mister o apuro da raça. Houvera no trienio transacto uma producção de 12 mil rezes. Os lacticinios estavam em proporção deste numero. Quanto ás ovelhas, de que havia 3 mil cabeças, davam lã para tecidos grossos, consumidos nas localidades mais proximas. Muito augmentaria a criação de cerdos, de que decorrera grande exportação quer em pé, quer cortada, attingindo quarenta e cinco mil cabeças.

Não era em Rio Claro desprezada a lavoura cerealifera e nem absorvida pela do café. Certamente poderia abastecer melhor as povoações do municipio, não fôra a ancia pelas novas plantações do seductor café, augmentando-se as já existentes, empolgadora da mór parte dos grandes fazendeiros do municipio. Tal esta preoccupação que fazendas alli havia que para o custeio compravam assucar, assim como mantimentos. Ou porque não os cultivassem, ou porque o seu producto não chegava para o provimento de todo o anno.

As duas grandes necessidades mais altamente reclamadas

pelo municipio consistiam, alli como alhures, no reclamo de braços para a industria agricola, e a factura de boas estradas. A primeira só podia ser remediada com a introducção de colonos exclusivamente lavradores, prescrevendo-se, em seus contractos, garantias bem claras e reciprocas.

Sabia-se, pelo cadastro de 1854, que havia então em Rio Claro, 65 fazendas de café, colhendo 9 mil arrobas; 30 engenhos de assucar, produzindo 33.980 arrobas; e 57 fazendas de criação com 2.820 rezes.

Comparando-se esta producção á do trienio de 1855-1857 deprehendia-se que o café produzira no anno de 1857, 10.330 arrobas, ou um decimo mais do que em 1854; dera o assucar 8.980 arrobas e a pecuaria 1.180 rezes.

Como vemos, fôra Rio Claro um dos municipios que mais haviam occupado a attenção do estatista.

Em Araraquara a principal industria agricola fundava-se na lavoura da canna cujos productos estavam em relação com os meios que a ella se applicavam. Havia porém grande escassez para as plantações e seu transporte para outras povoações.

Existiam no municipio vastos campos em que se promovia a industria pastoril em grande escala; carecia esta industria de melhoramentos em beneficio da especie vaccum.

O cadastro de 1854 attribuira ao municipio o seguinte: 4 fazendas de café, dando a mais de duas mil arrobas, no valor de 6:000$000; 12 engenhos de assucar com uma producção de 5 mil arrobas, e 10:000$000 de rendimento; e 50 fazendas de criação de gado.

Em Franca havia tres annos que no ribeirão Santa Barbara, a tres leguas da cidade, haviam-se descoberto diamantes pequenos, embora de boa qualidade, mas escassos. Rendera sua lavra cerca de 20 contos de réis.

A industria agricola alli estava estacionaria; por falta de braços e a pertinacia dos lavradores em seguir a velha rotina agricola com desprezo das praticas modernas, assim como tambem pela elevação extraordinaria dos jornaes.

Notava-se decadencia na industria pastoril, a mais avultada do municipio, o que era devido principalmente a não se excluirem as vaccas do córte do gado, uma epizootia e a imprevidencia na queima das pastagens. A cultura do café ainda era praticamente nulla naquellas paragens longinquas.

O cadastro de 1854 dera ao municipio 20 engenhos de assucar, que haviam produzido 8.800 arrobas no valor de 20:000$000, bem como 90 fazendas de criação com um pro-

ducto de 5.200 rezes, das quaes vendidas 3.300 valendo.... 45:200$000.

Em Casa Branca, das 12 fabricas assucareiras do municipio, só de 3, as maiores tinham-se exportado 9 mil arrobas. Havia, todavia, outras menores a que chamavam engenhocas cujo producto se consumia nas povoações adjacentes. Nas terras annexas a estes engenhos faziam-se plantações de cereaes, para o consumo local. Calculava-se que os productos da criação da especie suina produzissem 600:000$000.

Pouco desenvolvimento revelara a lavoura casabranquense cafeeira quando dispunha de elementos sobejos para o seu incremento e prosperidade, terras de exuberancia admiravel. Mas alli como em toda a provincia não havia trabalhadores ruraes. A Camara Municipal frisara-o eloquentemente em seu relatorio ao governo repetindo o grito universal da lavoura paulista.

Analysando estes conceitos expendia Machado de Oliveira mais uma vez o seu clamor contra a rotina que afastava os lavradores de São Paulo da agricultura mecanica.

"Para semelhante estado tambem concorrem ponderosamente os habitos antigos, no modo de lavrar e preparar a terra para empregal-a na cultura; essa rotina perniciosa que vae proseguindo e se procura eternizar na lavoura a despeito do bom senso, experiencia a que abonam os processos modernos, auxiliados por apparelhos que facilitam os trabalhos ruraes. Extirpados que sejam estes abusos e preconceitos marchará o roteamento com suavidade e prestança, e collocar-se-á a industria agricola em sua verdadeira e importante funcção ao nivel das condições de tão pingues terras, como geralmente são os desta provincia de S. Paulo."

Não nos esqueçamos porém quanto Casa Branca estava a uma distancia enorme do mar para poder remetter com algum lucro os seus productos.

Pelo cadastro de 1854 conhecia-se que no municipio existiam: 6 fazendas de café, cuja colheita fôra de 1.750 arrobas, no valor de 7:000$000; 6 engenhos de assucar produzindo 2.900 arrobas no valor de 8:700$000 e 49 fazendas de criação de gado, com 4 mil rezes, das quaes vendidas duas mil, na importancia de 30:000$000.

Em Sorocaba a lavoura do café, assaz atrazada, ressentia-se ainda do pouco tempo que decorria do seu inicio e muito mais da carencia de braços. No mesmo pé estavam outras lavouras, não correspondendo aliás á qualidade das terras lavradas.

Além de doze fornos de cal de rendimento mediocre, cerca de um conto de réis annualmente figurava na sua industria fabril, em primeiro lugar, um estabelecimento de grande porte e mecanismos modernos movidos a vapor, para descaroçar, cardar, fiar e tecer o algodão e pertencente ao Sr. Manuel Lopes de Oliveira. Por falta de operarios habilitados seu proprietario não conseguira realizar até então mais do que a metade dos juros esperados.

Havia na mesma cidade uma fabrica de chapeus de diversas qualidades, occupando 18 operarios. Obtivera do Governo Imperial, recentemente, isenção de direitos para a importação de materias primas e fabricara no ultimo trienio 18 mil peças.

Contavam-se no municipio, segundo o cadastro de 1854, 19 fafzendas de café com 12.750 arrobas, valendo 38:250$000; 10 engenhos de assucar, cuja safra montava a 12.325 arrobas, rendendo 19:720$000; e uma fazenda de criação de gado, que produzira 300 rezes.

E' singular que Machado de Oliveira não consagre uma unica linha ás famosas feiras sorocabanas.

Informava a Camara Municipal de Itú que a respeito da mineração local havia probabilidades de exito nas adjacencias do rio Pirahy com o carvão mineral, ou alguma outra substancia afim, o que não passava de balela como os annos demonstrariam. Devia tratar-se de alguma turfeira.

No municipio os estabelecimentos ruraes mais importantes haviam sido fundados para a fabricação do assucar e de aguardente. Tambem os havia e posteriores áquelles, para o café e preparação do chá. As producções desses estabelecimentos eram em arrobas, 212.110 de assucar; 51.411 de café; além de muito pouco chá.

A causa graças á qual a industria agricola permanecia quase estacionaria procedia da falta e carestia dos escravos, de capitaes ao alcance dos que se empregavam na pequena lavoura. Se por meio de juros modicos animar fosse possivel os lavradores a promover os melhoramentos de que a agricultura era susceptivel, conjurar-se-ia a crise muito seria que tanto affligia o municipio.

No cadastro de 1854 figurara Itú com 60 fazendas de café, colhendo quase 50.000 arrobas, e 164 engenhos de assucar dando em safra 159.070 arrobas.

Comparando-se os dados do anno do cadastro com os de um trienio passado, via-se que no café houvera, na segunda época, apenas a differença para mais de 435 arrobas e no assucar, a differença para menos de 88.370 arrobas; e,

a não haver erro de avaliação quer numa e quer noutra época, a lavra da canna soffrera espantosa diminuição em seus resultados ou pela falta de braços ou por algum vicio da planta, ou ainda por motivo das intemperies, sem que se pudesse attribuir isto ao declinio da sua lavoura em relação á do café.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XVII

Observações do presidente Fernandes Torres em 1859 — As condições da lavoura paulista — Falta de braços — O espirito de rotina — Dados estatisticos do Brigadeiro Machado de Oliveira — O café no Norte de S. Paulo e no littoral

Precisando voltar ao Senado Imperial passou o senador Fernandes Torres o governo paulista ao terceiro vice-presidente Dr. Hippolyto José Soares de Souza, a 6 de junho de 1859. Este, vinte e quatro dias mais tarde, o transmittia ao primeiro vice-presidente o conselheiro Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Coubera porém a Fernandes Torres o ensejo de abrir, a 2 de fevereiro de 1859, a Assembléa Legislativa Provincial a quem apresentou o relatorio das occurrencias do anno anterior.

Tratando das condições da lavoura paulista dizia o presidente que para ella reclamava o instante desvelo do parlamento provincial.

"A agricultura, fonte perenne de prosperidade publica e de riqueza individual, tem nestes ultimos tempos apresentado uma face, que fazendo temer para ella, e para o paiz, um futuro desanimador, imperiosamente reclama o concurso de vossa intelligencia e vontade em seu auxilio."

A questão vital para o escoamento dos productos agricolas, a das estradas, preoccupava muito a presidencia.

"No empenho de favorecel-a e animal-a com todas as minhas forças, porque estou intimamente convencido de que o engrandecimento e prosperidade futura desta Provincia achamse estrictamente ligados a ella, não me tenho poupado a fadigas para dar o maior possivel desenvolvimento aos melhoramentos das estradas."

Mas isto não bastava. As boas vias de communicação facilitando a exportação, e encurtando as distancias que separavam os pontos da producção dos do embarque e consumo, incontestavelmente contribuiam muito para dar grande incre-

mento á agricultura; mas não era tudo. As estradas, por melhores, por mais aperfeiçoadas que fossem, não podiam satisfazer a todas as necessidades da agricultura, e especialmente a principal, a que na actualidade mais se fazia sentir, a falta de braços.

O descredito em que cahira a colonização extrangeira, a difficuldade, ou pelo menos, a morosidade de se prover á colonização nacional, e a falta, cada vez maior, de escravos, constituiam os mais graves, os mais serios embaraços que reclamavam toda a attenção e solicitude da Assembléa.

Assim appellava a presidencia para o patriotismo desta, esperando que, compenetrada da importancia do assumpto, procurasse com toda a dedicação estudar os meios mais proficuos para neutralisar os obstaculos que tão de perto, e tão visivelmente affectavam os mais vitaes interesses de São Paulo.

A agricultura, sendo a profissão, a industria por excellencia da provincia, era infelizmente aquella em que, mais predominava o espirito de rotina.

Os processos empregados pelos cultivadores paulistas, tanto no roteio das terras, como no preparo dos productos eram ainda os mesmos de que se serviam os primeiros, os mais antigos agricultores dos primeiros annos de S. Paulo, que nada conheciam dos processos modernos. Nem sonhavam com as machinas e apparelhos agora empregados com tamanho proveito para o augmento e perfeição dos productos, com tanta economia de tempo e braços.

A charrua, o arado, e tantos outros instrumentos que com innumera vantagem suppriam as forças humanas, eram em S. Paulo quase inteiramente desconhecidos. Assim tambem as novas machinas e apparelhos que, sobretudo na fabricação do assucar, ainda uma das mais importantes industrias da provincia, vinham apresentando resultados realmente maravilhosos.

Ninguem se interessava por adquirir os instrumentos importados pelo governo provincial. Ainda agora existia a maior parte destas machinas agricolas encostadas nas repartições publicas. Apenas algumas dellas haviam sido comprados pelo illustrado fazendeiro Dr. Carlos Ilidio da Silva.

Que fazer? indagava o senador Torres. O espirito da rotina não era facil de desarraigar-se. Não bastava o deposito de alguns instrumentos para que os fazendeiros se resolvessem a adoptal-os, sendo-lhes desconhecido o uso pratico.

Impunha-se pois a criação de um estabelecimento de en-

sino agricola, onde se empregassem os novos processos e apparelhos para o preparo dos productos agricolas, da provincia, onde se fizesse uso dos melhores instrumentos aratorios. Além das vantagens reaes que traria á agricultura, e por consequencia á provincia "satisfaria a uma das mais palpitantes necessidades da actualidade paulista, a substituição dos braços pela força material."

Só assim poderiam os agricultores convencer-se da utilidade do emprego de taes instrumentos e apparelhos e comprehender que as sommas enormes invertidas em escravos podiam com mais vantagem aplicar-se á acquisição desses meios descobertos pela sciencia e inventividade para augmentar a producção com diminuição de tempo, braços e dinheiro.

A inercia brasileira era geral. Assim, por exemplo, fôra necessario que o illustrado patriota Dr. Pacova montasse um apparelho de centrifugação, e o puzesse em movimento e acção para que os Campistas conhecessem que em poucos minutos podia a canna ser convertida em bello assucar.

Era o que agora convinha fazer em São Paulo, incrementar a importação de machinas agricolas e diffundir a instrucção nos meios fazendeiros. A provincia um dia abençoaria os seus dignos representantes se a salvassem das criticas circumstancias em que se achava a sua agricultura.

Havia grande carestia de generos alimenticios.

A receita arrecadada de 1857 a 1858 fôra de .... 991:667$121 réis ao passo que a despesa subira a .... 1.087:294$881 de onde resultara pequeno deficit.

Sobremodo interessante vem a ser o annexo ao relatorio presidencial as *Informações* da lavra do eminente Brigadeiro Machado de Oliveira:

"sobre o estado da industria da mineração, da agricola e da fabril nos municipios da provincia de S. Paulo, mencionando os principaes estabelecimentos, e a importancia approximada de seus productos nos ultimos tres annos, comparando-os com os que foram dados no cadastro de 1854; as causas do atrazo ou progresso destes estabelecimentos, e os melhoramentos de que são susceptiveis; e contemplando nas informações acêrca dos dois primeiros ramos as que forem concernentes ao estado, criação de gado em suas diversas especies."

Faz uma resenha interessantissima de comarca a comarca e de municipio a municipio.

Assim de Guaratinguetá dizia que a industria agricola era a que mais preponderava no municipio residindo a sua maior riqueza na do café, que se promovia em grande escala por

haver-se reconhecido a fertilidade do sólo, e entre outras vantagens a da posição quanto á proximidade do littoral que lhe facilitava os transportes. A cultura da rubiacea tivera admiravel progressão até bem pouco tempo fazendo-se grande exportação de seu producto; todavia, mais modernamente se achava estacionaria devido á diminuição successiva dos braços. Seria este estado passageiro logo que se offerecessem meios para soccorrer-se o municipio das vantagens da colonização.

A industria pastoril restricta á criação vaccum, mostrava-se limitada, embora dispondo de pastagens soffriveis. Era isto devido a certa herva venenosa, que na estação secca o gado ingeria causando numerosas mortes nos rebanhos.

No Bananal — a industria agricola, quase exclusiva vinha a ser a do café. Contava 40 fazendas de café de primeira ordem, e 40 de 2.ª, produzindo todas em 1855, approximadamente 150 mil arrobas; em 1856 abortivamente 550 mil; em 1857 apenas 100 mil.

A' vista da colheita do ultimo anno era incontestavel que iam os cafezaes em grande declinio sendo a causa primaria de tal queda a carencia de braços e de machinas e instrumentos modernos adequados á lavoura e preparação. E depois, tambem para tanto concorria o mau estado das vias de communicação.

O cadastro de 1854, apresentando o municipio com o mesmo numero de fazendas que nas informações actuaes, deralhe como productos 554.600 arrobas. Comparando-se taes dados com os recentes houvera uma diminuição de 404.600 arrobas; mas, em 1856 quase novamente attingira aquelle algarismo apresentando apenas uma differença, para menos, de 4.600 arrobas.

De Lorena pouco podia informar o estatista. Limitara-se a respectiva camara a informar, que só se cuidara naquelle municipio em promover a lavoura do café e a da canna de assucar, o que se fazia em ponto grande, para a exportação.

A plantação dos principaes generos alimenticios, apenas servia para o consumo local; não podendo a municipalidade precisar nem o valor de tal industria, nem o seu rendimento annuo. Apenas affirmava que no anno precedente a colheita desses generos fôra muito inferior, em quantidade, á dos annos anteriores.

Pelo cadastro de 1854 conhecia-se, que havia no municipio 57 fazendas de café produzindo 250 mil arrobas, e 12 engenhos de assucar, cuja safra se computava em 2.600 arrobas.

Em Silveiras — a industria cafeeira, a de que mais se

cuidava no municipio pouco produzira, notadamente nos ultimos tres annos, devido á falta de braços, com quanto dispuzesse de terras de optima qualidade para todas as culturas principalmente para a do café. A exportação deste no quatriennio elevara-se a 450 mil arrobas.

Na industria pastoril destacava-se unicamente a fazenda da Bocaina, com uma extensão de 5 leguas de campos nativos, onde se apascentavam seiscentos bovinos.

Em Taubaté e na opinião da respectiva camara a industria agricola que mais avultava era a do café, cuja exportação só se podia conhecer com certeza recorrendo-se á barreira, e collectoria de Ubatuba, para onde era levado todo o que produzia o municipio.

O producto da cultura dos cereaes consumia-se no proprio municipio.

Conceituava a camara que o estado actual das lavouras não era de modo algum lisongeiro nem mesmo ao par da acanhada espectativa. Isto provinha não só da falta de machinas, como da insistencia em usos rotineiros, embora se reconhecesse o progresso que os trabalhos ruraes iam tendo na provincia do Rio de Janeiro, pela adopção de novos processos na cultura das terras, de que procediam excellentes resultados.

Pelo cadastro de 1854 attribuia-se ao municipio 240 fazendas de café, com uma producção equivalente a .... 1.221:235$000 réis.

Em Pindamonhangaba — poderia o municipio, segundo observara a respectiva Camara, sobresahir dos que lhe ficavam contiguos pelo progresso da agricultura, principalmente da do café, nos ultimos tempos. Mas fôra esta impedida quer pelos successivos desconcertos das estações, quer pelas difficuldades do transporte ao littoral por falta de boas estradas, por isto que aquellas actualmente abertas para o porto de Ubatuba, aliás susceptiveis de grandes melhoramentos achavam-se quase sempre em pessimo estado, sobretudo na parte que atravessava a serra do Mar, prejudicando as conducções numa terça parte da sua totalidade, e retardando as transacções commerciaes funcção immediata da exportação dos generos e importação das mercadorias.

Para a situação vacilante e deficiente de que na actualidade se ressentia a industria agricola do municipio, aliás promettedora de grandes vantagens pela altura que attingira, tambem preponderava fortemente a falta de braços. Sua reparação por mais breve que se fizesse não seria insenta de difficuldades para fazel-as restabelecer-se, e dar-lhe de novo a impor-

tancia que já tivera e bem merecia o municipio pela uberdade das terras.

Nelle a industria fabril era representada, além de algumas pequenas olarias cujos productos se consumiam *in loco,* por duas fabricas de fundição de cera branca, que iam dando pequenos lucros, e promettiam maiores com o incremento que se notava, na apicultura.

Havia no municipio algumas fazendas que se occupavam da industria pastoril promiscuamente com a agricola. Não podia ella porém sahir do acanhamento que lhe impunha a má qualidade dos pastos.

Procurava-se aperfeiçoar a especie vaccum; e com quanto assim não sendo destruivel o vicio radical, não se havia podido auferir vantagens do seu custeio.

O cadastro de 1854 consignava para o municipio 112 fazendas de café, apresentando um rendimento de 700:000$000, duas fabricas de assucar, que produziam 700 arrobas e um lucro de 2:500$000 e 12 fazendas de criação de gado com 800 rezes e um resultado de 6:000$000.

Em Ubatuba accentuava-se a terrivel decadencia que dentro em pouco quase a anniquilaria. Constava por informações da Camara que a agricultura do municipio se encontrava completamente anniquilada pela falta absoluta de braços. A deficiencia dos methodos racionaes para o cultivo das terras tornava os fazendeiros adstrictos á venha rotina dos tempos remotos.

Algumas fazendas, contando acima de 100 escravos, e onde se lavravam o café e a canna de assucar em grande escala, estavam improductivas, porque mais convinha aos seus proprietarios venderem os escravos no interior da provincia com o receio do cholera-morbus, deixando assim em abandono seus grandes edificios a cahir em ruina, de preferencia a continuarem a conserval-os.

Havia alli, além de grande numero de pequenas fazendas, cerca de 300 estabelecimentos com diversos numeros de escravos. Em alguns chegavam a ser mais de 100. Nelles se promovia a lavoura do café misturadamente com a da canna de assucar cujo producto orçara no ultimo triennio em 150 mil arrobas de café, e em 600 pipas de aguardente.

Julgava a camara municipal que se poderia melhorar o actual estado da lavoura.

Via-se do cadastro de 1851 haver no municipio 290 fazendas de café nas quaes se colhiam 99.500 arrobas no valor

de 348:250$000, e 15 fabricas de assucar, produzindo 172 pipas de aguardente, equivalentes a 15:480$000.

Estabelecendo-se a comparação entre o producto do café que figurava no cadastro, e o de qualquer dos annos do triennio mencionado nas informações da Camara, deduzia-se, que a cifra de 1854 era o duplo do do outro termo; dahi se inferia que a medida que decresciam as colheitas do café augmentavam as safras da canna.

Em Caçapava, recentemente ainda freguezia de Taubaté, viera succinta informação da Camara Municipal avaliando o producto das colheitas em geral do municipio, nos ultimos annos, em 800 contos de réis. Da falta de braços proviera algum atrazo á industria agricola. O café começava a avultar nas terras ferteis daquella circumscripção ainda hoje tão bem reputadas.

Em Jacarehy — a industria agricola era a mais notavel do municipio. Calculava-se a exportação do seu café nos ultimos tres annos de 150 a 160 mil arrobas.

A lavoura achava-se estacionada e com mais indicios de atrazo que de progresso, dizia a Camara, pela falta de braços, a de conhecimento das praticas modernas na mór parte dos lavradores. Observava o Brigadeiro Machado quanto as informações municipaes eram defeituosas.

"Em referencia ao cadastro de 1854, neste municipio que nelle figurou com 96 fazendas de café, colheram-se 204.010 arrobas desse genero, dando o rendimento de 742:999$000. E' claro que comparando aquella colheita com o producto distribuido a cada um dos annos do triennio (5 mil arrobas, mais ou menos), apparece a enormissima differença para menos de 200 mil entre o anno do cadastro e um dos annos do triennio passado, é insustentavel a informação dada pela Camara Municipal, de que a agricultura se achava alli estacionaria: ainda mesmo que seja arbitro de se estimar a colheita apresentada para menos de 1.800 arrobas em cada anno do triennio proximo passado ainda se não pode admittir attento, o estado destacado desta cultura, que, na opinião da Camara não augmenta nem declina." Assim era Jacarehy um municipio em progresso.

Em S. José dos Campos só havia agricultura, tendo nella o primeiro lugar a lavoura do café; prosperava consideravelmente depois que foram alli estabelecer-se varios abastados fazendeiros de outros municipios. O producto das colheitas nos ultimos tres annos fôra de 150 mil arrobas.

Pelo cadastro de 1854 notavam-se neste municipio 35 fa-

zendas de café, que produziam 60 mil arrobas. Este producto comparado com o de qualquer dos quatriennios transactos dava em resultado de que havia contra este uma diminuição de 10 mil arrobas, o que não se harmonizava com a reputação de prosperidade atribuida ao municipio.

Em Santo Antonio da Parahybuna a industria agricola consistia quase unicamente na lavoura do café, cuja colheita si era diminuta num anno superabundava nos tres seguintes. No anno passado em que houvera falha de café geralmente, não se tornara ella tão sensivel no municipio. Regulava a exportação anual do genero em 200 mil arrobas, termo médio.

A pecuaria se limitava ao consumo local.

Segundo o cadastro de 1854 a colheita do café nesse anno fôra de 118.320 arrobas que haviam rendido .... 229:470$000 notando-se por conseguinte um accrescimo em relação á do anno anterior.

Em Mogy das Cruzes a cultura do café era a que mais preoccupava os lavradores posto que suas terras fossem menos pingues que as de Jacarehy e de varios outros municipios daquella região da provincia.

Por um calculo approximativo podia-se estimar a producção do genero nos tres ultimos annos em 900:000$000. Os processos da cafeicultura mogyana eram os da antiga rotina, por mais que se reconhecesse, que dos modernamente adoptados em outros lugares houvessem provindo resultados vantajosos. Obstinavam-se os fazendeiros nas derrubadas, queimadas e limpas do terreno que devia receber a plantação, seguindo-se a estes trabalhos os do cultivo immoderado e sem interrupção, de generos que actuavam sobre o sólo, cançando-o, empobrecendo-o, esgotando-o dos elementos vegetativos. Não havia como os dissuadir de semelhante preconceitos e tradições perniciosas, que tinham como primordiaes e insubstituiveis, embora a experiencia lhes mostrasse o contrario, e com quanto reconhecessem que na Europa e nos Estados Unidos a situação prospera e vantajosa da agricultura era em mór parte devida ao emprego das machinas e apparelhos agrarios.

A agricultura em Mogy das Cruzes tambem se ressentia, como geralmente em toda a provincia, da falta de braços. Clamava contra ella como a causa que mais lhe provocava a visivel decadencia.

O tenente Joaquim Xavier Pinheiro ensaiava a vinicultura produzindo tres pipas de vinho, duas das quaes destinadas ao consumo e uma á distillação da aguardente. Pedia a Camara a attenção do governo para tal industria ensaiada por

homem prestimoso mas destituido inteiramente de meios e coadjuvado fracamente por filhos ainda de menor idade.

Havia no municipio 5 fazendas de criação que pouco progrediam devido á má qualidade dos pastos.

Em presença do cadastro de 1854, que dera a este municipio 59 fazendas de café, via-se que esta cultura se achava estacionaria, quando não em declinio.

Passando a um districto littoraneo contava Machado de Oliveira interessantes pormenores.

Antigamente houvera no municipio de Villa Bella importantes fabricas de assucar e aguardente a vista de que as suas terras eram ageitadas ao cultivo da canna; mas a depreciação destes generos e a concurrencia levava os fazendeiros a tal desanimo e irreflexão que chegaram a abandonal-as desmontando umas e mesmo demolindo outras, substituido-as todas por fazendas de café, a cuja lavoura haviam-se entregue mais pela ostentação enthusiasta que no passado quinquennio dominara os cultivadores da zona, do que attentando á qualidade do sólo do municipio, cujo littoral sujeito ás exhalações oceanicas, não comportavam as condições exigidas para o cultivo do café. A illusão desapparecera ante a evidencia dos factos. Por experiencia conhecera-se emfim a improficuidade das terras para semelhante lavoura. A colheita das 10 fazendas do municipio computada em 80 mil arrobas, dando o rendimento de ..... 400:000$000 achava-se reduzida á metade ou mesmo menos.

Esta decepção desenganara a alguns dos antigos lavradores de canna, que a haviam substituido pelo café, e inspirando-lhes o restabelecimento das fabricas que produziam o assucar, restituindo á canna a antiga primazia. Já o seu producto annuo chegava a 100 pipas de aguardente, valendo cerca de 15:000$000.

Conhecia-se pelo cadastro de 1854 que existiam no municipio 225 fazendas de café, com uma colheita de 112.500 arrobas, e o rendimento de 337:000$000; 12 fabricas de assucar com 150 pipas de aguardente rendendo 15:000$000. Deprehendia-se, das informações municipaes relativas a 1857, que as fazendas de café achava-se reduzidas de 225 a 10. Esta divergencia de numeros parecia suspeita ao estatista.

Correspondia ou a grande exaggeração para mais ou a exaggerada diminuição. "Quanto a mim, nem mesmo o termo medio póde admittir-se", observava o Brigadeiro Machado de Oliveira.

CAPITULO XVIII

A presidencia do Conselheiro Carrão 1865-1866 — Questões immigratorias — Carencia de braços para lavouras — O problema da viação terrestre — Pessimo estado das rodovias — O transito do café pelas principaes estradas de Santos e Ubatuba — Presidencia de Tavares Bastos — Perspectiva de novas vias ferreas

A 3 de agosto de 1865 empossava-se do governo de São Paulo, para o qual fôra nomeado a 7 de julho o Dr. João da Silva Carrão, curytibano, prestigioso professor de Direito na Faculdade de S. Paulo.

De 1857 a 1858 presidira a provincia do Pará e já em 1842 pertencera ao parlamento nacional, como deputado por S. Paulo. Nelle reapparecera na decima e na undecima legislatura (1857-1864) — e acabava de ser reeleito pelo primeiro districto, para a 12.ª

A 3 de fevereiro de 1866 apresentava á Assembléa Provincial o seu relatorio annual, aliás minguado, o que era muito natural. Todas as forças e todas as attenções do Brasil se concentravam na campanha do Paraguay ainda em sua phase inicial.

Falando do problema capital da immigração dizia o novo presidente:

"Ha mais de um quarto de seculo que se reconhecem as grandes vantagens que a provincia de São Paulo, como todo o Imperio, colherão da immigração de populações laboriosas, que tragam industria intelligente para gozarem comnosco das riquezas latentes que um solo fecundissimo e um clima excellente promettem ao trabalho. A natureza dotou a provincia com inapreciavel apropriação para dar productos de diversas zonas, os quaes remunerarão prodigamente o trabalho. Habitantes de diversos pontos do globo, e affeitos á differentes producções aqui encontram proporções para haverem productos identicos ou similares."

O governo procurara estabelecer colonias, que nada mais eram do que agglomeração de familias transplantadas, constituindo povoações de extrangeiros sem cohesão entre si, e estabelecidas em localidades sem as condições essenciaes com que taes colonias podiam vingar e prosperar.

O resultado não correspondera ás intenções e nem aos sacrificios feitos. A excepção da colonia de S. Leopoldo no Rio Grande do Sul nem uma outra permanecera; e esta mesma vingara graças aos grandes auxilios recebidos, e pelas circumstancias favoraveis do local escolhido.

Abortadas as tentativas officiaes, começara como, em reacção na provincia de S. Paulo a agitação da iniciativa individual, para promover a immigração européa, não com o fim de se fundarem colonias permanentes, mas de fornecer braços aos estabelecimentos agricolas, de que se começara a sentir falta pela cessação do trafico de africanos.

Este systema devia apresentar grandes resultados tanto para os proprietarios porque podiam ter estabelecimentos povoados de trabalhadores laboriosos, como para estes porque durante o tempo que trabalhassem sob a direcção dos proprietarios aprendiam os methodos de trabalhos, conforme a cultura do paiz. Poderiam aperfeiçoal-os com ordem e economia adquirir peculio, e sobretudo conhecimento dos recursos que haurissem das circumstancias do paiz.

Contractados na Europa porém sem conhecimento algum dos serviços a que vinham dedicar-se ao Brasil chegando cheios de illusões maiores do que era licito nutrir, e achando-se sob o imperio de uma legislação deficiente, tanto para proteger aos proprietarios como aos immigrantes em seus interesses legitimos, pois alguns contractos ainda se regiam pelas leis promulgadas pelos romanos para suas colonias parciarias, começavam logo a manifestar que as circumstancias da provincia, juridicamente consideradas não eram favoraveis á immigração assim promovida.

Em vão procurara o governo, tanto o provincial, como o geral prestar auxilios sob a forma de favores liberalisados aos proprietarios e immigrantes. Mas como permanecessem as causas viciosas nascidas da impropriedade das leis para regular taes relações, não fôra possivel colher vantajosos resultados, que as circumstancias da provincia com razão promettiam.

A falta do apparecimento dos resultados esperados, exagerada pela decepção abalara o espirito publico em varios es-

tados da Europa, onde por motivos especiaes operava-se a immigração para o Brasil.

Inconvenientes no interior, e difficuldades no exterior haviam detido esse movimento esperançoso que tantos bens promettia a provincia. Todavia a necessidade permanecia e cada vez se tornava mais imperiosa.

Parecia porém que a immigração ia na provincia entrar em phase nova.

A guerra de gigantes que o mundo vira com assombro nos Estados Unidos da America do Norte apresentara entre seus resultados por parte dos vencidos, a tendencia á immigração. Tres expedições vieram á provincia observar suas terras, e outras condições desejaveis para a fixação de uma população activa e laboriosa.

O Dr. Gaston, o General Wood, e o agronomo Norris, cada qual á frente de uma commissão haviam visitado parte do interior da provincia.

Homens intelligentes não era crivel que deixassem de ser profundamente impressionados pela fertilidade sem par das terras do oeste paulista, sólo que só esperava a acção da industria intelligente, e a facilidade dos meios de circulação para que se desenvolvessem os extraordinarios elementos de riqueza em seu seio encerrados.

O conselheiro Paula e Souza, Ministro da Agricultura com a elevada solicitude que o distinguia, e na previdencia das vantagens resultantes da acquisição de uma população da indole e caracter da que desejava immigrar dos Estados Unidos, ordenara-se-lhes facilitassem todos os meios, e informações convenientes, para poderem estudar o interior da provincia. Em cumprimento das ordens do governo geral empregara a presidencia os meios de que podia dispor para tal fim.

O resultado não podia deixar de ser satisfactorio. O Dr. Gaston além da excursão no Oeste, dirigira-se tambem ao sul, atravessando a serra do mar e retirando-se por Iguape. Em todas as partes por onde passara reconhecera que a Provincia offerecia grandes esperanças á industria intelligente. Elle e o General Wood regressaram para informar os compatriotas do que observaram. O agronomo Norris, mais expedito, pretendia segundo constava fixar-se nas vizinhanças de Campinas, onde tratava de comprar terras.

Era de esperar que a população que os commissionara aproveitasse informações veridicas, que pesariam sem duvida em suas resoluções para a escolha de nova patria.

E effectuada a escolha, e encaminhada a corrente de im-

migrantes para a provincia, não era licito duvidar das grandes vantagens a se colherem. Desde logo era de se prever a influencia poderosa exercida sobre os destinos da industria, e mesmo sobre costumes nacionaes por um elemento da ordem do que se apresentava. Uma população energica, activa e laboriosa, habituada, em tudo quanto respeitava immediatamente a seus interesses, a contar sómente com os proprios esforços e recursos, não confiando nem esperando tudo da deploravel tutella do governo, devia produzir salutar alteração nos habitos paulistas, e accelerar os progressos retardados por uma ordem de idéas tradicionaes, origem de incontestaveis inconvenientes a povos e governos.

Os immigrantes encontravam em todo o Imperio completa liberdade individual, que lhes garantia o direito de applicar a actividade no que lhes fosse mais conveniente; sufficiente liberdade de culto; e garantias plenas da propriedade. Porém no meio de taes vantagens apparecia o mal gravissimo da ausencia de transportes faceis e baratos, sem os quaes o progresso extraordinariamente se retardava. As futuras levas norte americanas encontrariam essa grande difficuldade, o primeiro obstaculo existente para embaraçar o crescimento da provincia.

Felizmente nisto não consistia uma difficuldade invencivel. Ao patriotismo e illustração da Assembléa Provincial cumpria empregar os meios para arredal-a.

Além dos agentes yankees surgira em S. Paulo o Conde Jasienski, com o fim de observar a provincia, e procurar os meios de promover a immigração polaca. Nada se podia dizer á cerca de suas pretenções e meios de execução. Mas não podia a Presidencia deixar de fazer votos em favor de um povo proscripto, e cheio de patriotismo tão energico que attrahia a attenção e interesse de todas as nações. Os polacos seriam bemvindos em S. Paulo e recebidos pelos paulistas com a hospitalidade devida ao infortunio, encontrando nova patria.

Era pois um movimento diverso dos anteriores o que parecia começar; a immigração espontanea capaz de tomar grandes proporções e por isso mesmo, attenta a sua importancia em relação aos interesses da provincia, não podendo deixar de merecer toda a attenção dos poderes publicos; toda a solicitude do governo e dos cidadãos para arredar os obstaculos em condições de embaraçar ou difficultar a sua realização

Alguns cidadãos progressistas haviam tratado de organizar uma sociedade, tendo por fim estabelecer accommodações para os immigrantes.

Como na Côrte se fallava muito da fundação de uma sociedade com o mesmo fim, ramificando-se pelas provincias, esperavam os de S. Paulo o resultado ulterior para seu definitivo governo.

Outra deficiencia extraordinaria procedia da carencia dos transportes.

O rapido escoamento da producção era a primeira necessidade da industria moderna; dogma moderno da civilização.

Infelizmente a Provincia de S. Paulo achava-se relativamente ás vias de communicação no interior em condições que só tinham o deploravel prestimo de fazer admirar a perseverança, a energia indomavel de sua população. Doloroso o espectaculo do agricultor ás voltas com as difficuldades resultantes da escassez de capitaes, e ainda depois da colheita dos productos a luctar com novas difficuldades para transportal-as ao mercado, no que consumia parte consideravel dos valores produzidos. Tel-os-ia economisado capitalizando, augmentando assim as forças productivas se tivesse faceis e promptos meios de transporte.

A Provincia durante ainda talvez seculos seria exclusivamente agricola: os seus productos representando pequeno valor sob grandes pesos e volumes, exigiam custosos meios de transporte, encarecidos pelas distancias por causa da extraordinaria disseminação da população. As estradas que sulcavam em direcções diversas apresentavam desenvolvimento superior a 4.600 kilometros (mais de 700 leguas).

Esta extensão augmentava constantemente pela exploração de novos territorios; e a abertura de novas estradas dando accesso a zonas em exploração actual.

Formulavam-se queixas, provindas até de individuos gozando do conceito de pensadores, acerca das enormes despesas que a provincia fazia anualmente com estradas, desperdiçando as rendas.

Estes reparadores não passavam de puros misoneistas. Felizmente augurava-se immenso da abertura do trafego da linha da S. Paulo Railway. As antigas vias tradicionaes da Provincia iam cada vez peor. Assim o Caminho do Mar estaria dentro em breve intransitavel.

Fallando do aterrado de Santos dizia o Dr. Carrão:

"Esta parte da estrada chegou ao ultimo estado de ruina. Já era quasi impossivel o transito por ella em consequencia dos grandes atoleiros que se formaram no leito viavel. Estando o aterrado dividido em duas partes, uma que foi cedida á companhia da estrada de ferro, e outra que continua a per-

tencer á Provincia quasi todos os dias dão-se conflictos entre os tropeiros, que rompem a cerca de arame da companhia, e os empregados da via ferrea."

A estrada de Ubatuba, vital para o Norte da Provincia tambem apresentava más condições.

Dizia o Presidente:

"Depois da de Santos, é incontestavelmente o ramo da viação da provincia, que mais attenção deve merecer. Por ella passam todos os annos, 60 a 78 mil animaes carregados, que exportam e importam mais de um milhão de arrobas. Infelizmente, porém, a estrada de Ubatuba, esteve sempre sob a administração incompleta de cidadãos que apezar de sua boa vontade, não tinham as habilitações precisas, para lhe imprimir aquelle caracter de construcção necessario em todas as estradas de muito trafego."

Se infelizmente assim acontecia, não mais feliz fôra a Provincia collocando alli um homem profissional. Pelas ultimas communicações do Engenheiro que actualmente dirigia seus trabalhos, se reconhecia, que apenas um terço da serra fôra melhorada, mas que mesmo essa pequena extensão não estava livre dos perigos e difficuldades offerecidas ao transporte.

Os ricos municipios do norte da Provincia, que pelo Porto de Ubatuba faziam a exportação de seus productos, mais do que tudo ambicionavam, a viação regular para o Mar, E, parecia que assim deviam pensar todos os que interessavam pelo progresso da Provincia; porque ao contrario, era presenciar-se o decrescimento da renda publica, pela exportação de generos que se encaminhavam em procura do porto de Paraty.

Com a despesa de 30 contos por anno, durante tres annos seguidos podia a estrada desde S. Luiz até Ubatuba, ficar em estado de ser considerada uma das melhores da Provincia, permanecendo as condições actuaes de construcção e conservação de todas.

A de Caraguatatuba tambem não offerecia conforto aos seus transitadores.

Muitas localidades do norte da Provincia faziam por estrada a exportação dos generos de sua producção, levados ao mercado do Rio de Janeiro, além, daquelles, que de outros pontos da Provincia de Minas seguiam igual destino.

Quando se tratara de dar mais completo melhoramento á estrada de Ubatuba, tambem se cogitara de melhorar esta vereda, acceitando a Provincia o offerecimento de alguns cidadãos, em dinheiro para suas obras. Secundados estes bons

desejos pelo Governo a estrada de Caraguatatuba auferira beneficios, nunca dantes recebidos mas não haviam sido taes que pudessem pol-a em estado de ser julgada uma boa via de communicação. Estrada tortuosa, e que não reunia ao traço de sua direcção as condições indispensaveis de uma boa via, jamais poderia dar facil passagem, e transportes commodos, sem o emprego de grandes sommas.

No emtanto forçoso era reconhecel-o, de todas as que atravessavam a Serra do Mar, vinha a ser a que vencia as montanhas com menor extensão e declividade.

A 3 de março de 1866 entregou o Dr. João da Silva Carrão as redeas do governo da Provincia de S. Paulo ao vice-presidente Coronel Joaquim Floriano de Toledo (1794-1875) que o exerceu por sete mezes até 7 de novembro do mesmo anno. Neste dia passou-as ao trigesimo terceiro presidente Desembargador José Tavares Bastos (1813-1893).

A este explicava o Vice-presidente, em relatorio, que se avaliava a população da Provincia em 677.284 almas não havendo comtudo grande precisão de dados. As rendas provinciaes no ultimo triennio tinham sido:

Em 1863-1864 . . .	968:848$404
Em 1864-1865 . . .	1.205:030$055
Em 1865-1866 . . .	1.167:872$703

O novo presidente governou quase um anno, até 12 de novembro de 1867. Magistrado no principio da carreira, fôra deputado em 1842 por Alagoas, sua provincia natal, juiz de direito de S. Paulo em 1854 e em 1864 vira-se nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro.

Falando do plano da viação paulista congratulou-se o Desembargador Tavares Bastos com a Assembléa Provincial, no seu relatorio de 12 de maio de 1866, pelo avanço dos trabalhos da S. Paulo Railway.

No dia 16 de fevereiro de 1867 ficara provisoriamente entregue ao trafego toda a estrada de ferro de Santos a Jundiahy, devendo estar o serviço completamente acabado até setembro futuro. O relatorio presidencial é minucioso quando se occupa dos serviços da estrada de Santos a Jundiahy e manifesta os seus sinceros desejos para que se prosseguisse no prolongamento da viação ferrea para Campinas em direcção a Rio Claro.

Durante o anno de 1866, haviam em São Paulo entrado 2.080 immigrantes extrangeiros e sahido para fóra do Im-

perio, 59 e para o interior 1.010. Tinham partido de Nova Orleans para Iguape 100 colonos acompanhados do Revmo. Ballard S. Dunn. O Governo preparava-se para recebel-os e dar-lhes terras já demarcadas nas margens dos rios Juquiá e Assunguy.

A receita provincial do exercicio de 1865 a 1866 fôra de 1.173:381$099 mais que quadruplicara nos ultimos trinta annos pois em 1835-1836 apenas attingira 261:064$000.

Não havia divida consolidada e a fluctuante montava a 779:095$110.

CAPITULO XIX

A administração do Conselheiro Saldanha Marinho (1867 a 1868) — O problema da viação ferrea e de rodagem — A colonização extrangeira e o surto agricola — A exportação cafeeira

O trigesimo quarto presidente de S. Paulo foi o illustre administrador conselheiro Dr. Joaquim Saldanha Marinho (1816-1893) que aliás apenas governou sete mezes, de 24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868.

Pernambucano, deputado geral em 1848, e em 1861, pela provincia natal e a do Rio de Janeiro, onde longamente residira, em Valença, advogado de grande fama, já administrara Minas Geraes durante quase dois annos, de 1865 a 1867. Fôra escolhido senador pelo Ceará mas o Senado lhe annulara a eleição.

Em 1870 adheriria aos ideaes republicanos assignando, em primeiro lugar, o manifesto de 3 de dezembro. Mostrou-se Saldanha Marinho grande propulsor do progresso de S. Paulo e só a interferencia para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro lhe traria a maior consagração ao nome.

A 2 de fevereiro de 1868, em vesperas do forçamento de Humaytá, pois, apresentava o seu relatorio á Assembléa Legislativa Provincial.

Exprimiu-se com larga e aguda visão, acerca do futuro que a seu ver se antolhava á provincia de S. Paulo.

A uberdade do sólo era uma realidade, e nesta realidade todos os bons pensadores baseavam calculos certos da futura grandeza do paiz.

Para que o futuro libertasse o Brasil dos males presentes, era indispensavel preparar desde já os meios para da producção de suas terras se colher o maior resultado possivel.

Afim de que este lucro fosse realmente maior, vinha a

ser indispensavel que as despesas de producção e de transporte dos productos agricolas diminuissem consideravelmente.

Para esta deminuição, o meio unico, e cabal, vinha a ser a facilidade de communicações, a facilidade e promptidão de transportes.

O meio capital era portanto: — estradas, navegação — em uma palavra: — melhoramentos materiaes.

Estradas de rodagem e desenvolvimento da rede ferro viaria. Alludia depois, o presidente aos milhares de contos de réis mal gastos durante o ultimo decenio pela provincia paulista sem um plano de conjuncto e gabava a iniciativa particular de diversos cidadãos esclarecidos como principalmente o Dr. Raphael Aguiar de Barros, o coronel Manuel Elpidio Pereira de Queiroz, commendador Luiz Antonio de Souza Barros, abrindo estradas em seus municipios ou fiscalizando-lhes as obras.

Dentro em breve augurava largo surto á lavoura cafeeira do Oeste paulista. Poderia desenvolver-se notavelmente a grande área de ferteis terras aproveitadas com a chegada dos trilhos a Campinas.

As estradas cafeeiras do norte da provincia é que se mantinham muito mal tratadas.

Assim referindo-se á de Caraguatatuba cujo termino era o porto de embarque do mesmo nome e á de S. Sebastião denunciava o seu estado de ruina permanente devido a má construcção, e ás circumstancias locaes em toda a extensão: atravessava a cordilheira maritima, e isto bastava para que se avaliasse o que vinha a ser.

A serra de Caraguatatuba nada mais era do que prolongamento da de Santos (Paranapiacaba); e, se a estrada que a esta transpunha mostrava-se má pelos constantes desmoronamentos provenientes da formação geologica, tendo recebido outra construcção e outros cuidados que poderia ser aquella, mal feita desde o começo, quase sempre em abandono, sem conservação que ao menos lhe minorasse as difficuldades do transito?

E no entanto a estrada de Caraguatatuba tinha importancia real; dava passagem a milhares de animaes carregados que levavam aos portos de Caraguatatuba e de S. Sebastião os generos de ricos centros de producção do norte da provincia, como fosse o café de Caçapava, Jacarehy, S. José do Parahyba, Santa Branca, Taubaté e Parahybuna.

Além da exportação dos productos da Provincia, tambem passavam por esta estrada os de algumas povoações do

sul de Minas Geraes, como Jaguary, Cambuhy, S. José de Toledo etc.

O municipio de Areias quem o ignorava? constituia abundante fonte de producção graças ao seu grande numero de fazendas.

A exportação de seus generos para os portos de embarque, e sua venda nos mercados mais proximos, viam-se difficultadas pelo pessimo estado de suas vias de communicação.

Devido a isto eram-lhe muito caros os transportes, e não raro chegavam os generos avariados a seu destino.

A propria estrada, chamada Geral, de Areias ao Bananal, e dahi ao Rio de aJneiro, encontrava-se em deploravel estado. As estradas do norte da provincia, e especialmente as dos municipios que mais contribuiam para o augmento das rendas provinciaes, recebendo-se avultados direitos nas respectivas barreiras, mereciam toda a attenção.

Muitas, como todas sabiam, tinham origem no rico municipio do Bananal, demandando localidades importantes da provincia, e outras do Rio de Janeiro.

A Camara Municipal bananalense e os encarregados das diversas estradas reclamavam continuamente os melhoramentos de que as mesmas necessitavam. Ora, ninguem ignorava o que vinha a ser a exportação cafeeira e o commercio, locaes, indices da importancia das vias de communicação do municipio.

Não só serviam estas estradas aos grandes centros de producção agricola da provincia, como interessavam igualmente a muitos lugares de Minas Geraes e do Rio de Janeiro.

A grande exportação cafeeira, bananalense concorria poderosamente para o trafego da Estrada de Ferro D. Pedro II, fazendo transportar por ella muitos milhões de arrobas.

Infelizmente, porém, as estradas do Bananal nos ultimos tempos tinham chegado a lastimavel estado de ruina, já por não serem reparadas, já por que as quotas, para tanto consignadas, tinham sido demasiadamente pequenas para que se fizessem obras duradouras.

Entre as diversas que partiam da cidade difficil seria dizer-se qual a que de preferencia deveria ser concertada. E a razão disto é que todas conduziam a importantes estabelecimentos de lavoura, muito disseminados em vasto territorio.

Parecia comtudo, que a estrada da séde do municipio ao Rio de Janeiro era a que mais cuidados reclamava.

Outra via muito desleixada a de Guaratinguetá umas das mais importantes do norte da provincia, porque além de dar

sahida aos cafés de diversos municipios, levava-os a um franco porto de mar da provincia do Rio de Janeiro, de onde era facil o transporte ao grande mercado da Corte.

Além desta, muitas outras existiam no mesmo Municipio, como a que conduzia a Lorena, e a que levava á provincia de Minas Geraes pela serra de Cordeiro.

Todas ellas precisavam de reparos que progressivamente se tornavam mais urgentes e dispendiosos.

Referindo-se á via que ligava Taubaté a Ubatuba, por São Luiz, escrevia o conselheiro Saldanha Marinho que por elle eram levadas ao porto milhares e milhares de arrobas de café de muitos centros de producção do norte da Provincia; transporte feito por mais de oito mil animaes!

Devia ser considerada como uma das mais vantajosas ao commercio e á lavoura da zona septentrional da Provincia.

Tratando da magna questão da colonização destinada a promover a substituição do trabalhador captivo pelo livre lembrava o lucido presidente que innegavelmente muito esforço, muito dispendio liberalisava o Governo Imperial para criar este meio de substituição do braço escravo, afim de dar maior desenvolvimento á agricultura. Tudo, porém, como que procurava contrariar a sua intenção, salvo alguma rara excepção, e esta mesmo, ainda sem desenvolvimento, nada offerecia de seguro.

Proclamava um economista: "A colonização é obra muito difficil para ser executada por obreiros agarrados ao acaso, ou mendigos desmoralisados pela miseria, porque a beneficencia publica ou particular não póde colonizar com proveito."

Na situação do Brasil, e especialmente na das provincias agricolas, como S. Paulo, a introdução de braços livres, cuja actuação se preparasse para, em qualquer emergencia mais ou menos remota, fazer frente a graves difficuldades que haveriam de vir, devia merecer a maior attenção.

Convinha que as provincias productoras não descançassem a tal respeito nos unicos cuidados dos Poderes Geraes. E tambem que os particulares não se descuidassem de garantir, pelos proprios esforços, a propriedade ameaçada, propriedade que não consistia nos braços que actualmente lhes pertenciam e natural, ou artificialmente, desappareceriam a seu tempo. Alicerçassem a bonança do futuro somente nas terras e na producção, que a esforços do homem, por toda a parte constituia a fortuna particular e a riqueza publica.

A lição da experiencia era já sufficiente para acautelar o futuro.

Estava provado no Brasil que a colonização, como fôra feita, artificialmente, era antes mal do que beneficio.

Até aquella data a colonização se fizera por especulação commercial: ordinariamente haviam sido sacrificados os dinheiros publicos, e illudidas as mais sãs intenções do governo, que se esforçava por proporcionar ao paiz tão consideravel vantagem.

No interesse do colono residia o unico elemento da boa colonização. Procurassem, portanto, os poderes publicos estabelecer, por meio de vantagens reaes que se offerecessem, a corrente immigratoria extrangeira para o paiz, libertando-se, porém governo e particulares, dos especuladores que, por ganho sordido, procuravam despovoar as casas correccionaes da Europa, para augmentar a população do Brasil com mendigos e réos de policia — Devia este ser o grande empenho de todos os bons brasileiros e especialmente dos governantes.

Mas, não bastava só o esforço particular para se conseguir a colonização proveitosa. Ella não viria por certo se uma reforma altamente economica e philosophica se não fizesse na Legislação Geral do Imperio, de modo que o colono no Brasil não encontrasse os males que profundamente atacavam até o seu estado civil.

Nenhuma outra provincia esforçava-se mais do que a de S. Paulo para operar a grande obra da substituição do braço escravo.

Nenhuma constituira maior numero de nucleos coloniaes; e para que melhor ficasse isto conhecido bastava ligeira resenha dos que tinham existido, e dos quaes apenas restos se conheciam.

Ennumerando as colonias fundadas por particulares, fazendeiros de café, em longas listas, dizia o conselheiro Saldanha Marinho que assim se distribuiam ellas:

No Oeste da provincia 38, no Norte 4, no littoral 2.

Sua localização era a seguinte:

Em Campinas	8
" Limeira	8
" Rio Claro	7
" Pindamonhangaba	6
" Jundiahy	4
" Piracicaba	2
" Bragança	2
" S. Isabel	1
" Parahybuna	1

"	Taubaté	1
"	Lorena	1
"	S. Sebastião	1
"	Ubatuba	1
"	Araraquara	1

Commentando o surto da tentativa, por particulares, de fixação de immigrantes europeus na lavoura cafeeira, enunciava o presidente:

O numero de colonias particulares, fundadas nas épocas descriptas, prova que o espirito publico estava disposto a fazer a completa substituição do trabalho do escravo pelo do braço livre.

Os embaraços, porém, que especialmente a propria legislação do paiz oppõe á permanencia e desenvolvimento da colonização entre nós, tem occasionado a perda quase completa de todos os esforços empregados."

De todos estes nucleos coloniaes, estabelecidos aliás com sacrificios dos particulares que restava em 1868?

A grande colonia *Ibicaba* fundada pelo illustre Senador Vergueiro, de honrada memoria, estava em decadencia. Não satisfazia já aos empenhos de seu creador.

Com grande tenacidade, e superando muitos prejuizos, o honrado Senador Souza Queiroz pudera manter até a hora presente na sua fazenda de *S. Jeronymo* Municipio de Limeira, dos 200 allemães que recebera em maio de 1852, 114 homens, 112 mulheres, entrando neste numero 43 menores nascidos no Brasil, e mais 8 familias com 31 individuos, entrados em 1867.

Esta gente trabalhava em 125.000 braças quadradas de terra, 25 alqueires onde cultivava cereaes, além de 10.800 pés de café cujo fructo colhia de parceria.

Entendera conveniente o Senador Souza Queiroz, em face das circumstancias a ninguem occultas, formar nucleos de lavradores, com gente do paiz. E conseguira-o, prestando assim relevante serviço.

Naquella mesma fazenda pudera, no lugar denominado — *Santa-Branca* — reunir 56 familias brasileiras, ás quaes se haviam reunido mais 3 portuguezes. Este nucleo contava 290 individuos, dos quaes 92 menores de 10 annos. Cultivavam numa área de 69.000 braças quadradas de terras, cereaes, e tinham 112.500 pés de café, cujo fructo colhiam de parceria.

Na fazenda — *Crissiumal,* Municipio de Pirassununga, pudera reunir 13 familias nacionaes, com 81 individuos, que alli cultivavam 11.500 braças quadradas de terra, tratando de ....

19.500 pés de café, do mesmo modo que os outros. Dos allemães introduzidos nessa mesma fazenda, restavam-lhe 206 individuos, dos quaes 68 menores. Como os outros tinham 13.600 braças quadradas de terra, tratando de 98.700 pés de café.

Na fazenda — *Martyrios,* Municipio de Amparo, ainda formara o mesmo prestante propagandista e humanitario cidadão outro nucleo nacional.

Compunha-se de 24 familias ás quaes se haviam ajuntado duas allemães e duas portuguezas.

Só assim conseguira o Senador Souza Queiroz manter as suas colonias.

Seu irmão Commendador Luiz Antonio de Souza Barros, espirito igualmente progressista, mostrava-se dos mais tenazes na acquisição de colonos allemães. Não poupava esforços e sacrificios para lhes dar estabilidade.

Principiara em 1852 a formar a de S. Lourenço, com 27 familias. Constantemente importava novos colonos, e só assim pudera contar, em 1868, com cerca de 750 individuos. Haviam porém estes desprezados os primitivos contractos de praceria. Agora faziam locação de seus serviços.

Apenas ajuntavam algum dinheiro, tratavam de despedir-se. Ainda durante o anno proximo passado tinham sahido 21 familias, levando cerca de 20:000$000.

Durante o mesmo anno importara ainda o Commendador Souza Barros 52 familias da Baviera e de Baden, desejando dar maior desenvolvimento á cultura do algodão; os colonos porém se tinham recusado a isso, logo ao desembarcar, obrigando assim aquelle senhor a remettel-os para a sua outra colonia de São Lourenço, fazenda cafeeira.

"Não pareça inutil, e de simples ostentação, a enumeração que acabo de fazer, e com a qual não produzo certamente novidade concluiu Saldanha Marinho. E' ella, porém, o mais poderoso argumento contra o vicio que tem presidido á creação de colonias entre nós, — a má escolha dos colonos, a falta de liberdade, como deve esta ser entendida nesta materia, e sobretudo os inconvenientes que a nossa Legislação Geral offerece ao emigrante proveitoso, que viria satisfazer a necessidade que o reclama."

A receita e despesa effectuadas no exercicio de 1866 a 1867 haviam sido 1.205:381$908 e 1.074:245$481 apurando-se assim um saldo de 131:136$427.

No mesmo exercicio subira a importação a 11.893:940$900.

Generos do paiz, procedentes dos portos do:

Imperio ...	1.391:831$900
Ditos extrangeiros importados directamente	1.546:754$754
Ditos, ditos, por cabotagem ...	8.955:354$290
Total Rs. ...	11.893:940$944

Quanto á exportação attingira 15.099:739$803 dos quaes 10.919:457$311 por Santos.

Frisava Saldanha Marinho o progresso do surto algodoeiro paulista, cuja exportação fôra de:

	Arrobas
1862 a 1863	87
1863 a 1864	886
1864 a 1865	7.107
1865 a 1866	194.959
1866 a 1867	235.120

Apezar de tão notavel incremento os agricultores receiavam ter prejuizo em razão da baixa que o genero soffrera ultimamente no mercado inglez.

Havia quem dissesse que se abandonaria a cultura na Provincia.

Seria isto uma incurialidade ou antes um erro.

A baixa actual do preço diminuira, sem duvida, e consideravelmente o lucro liquido do lavrador, mas isto não podia leval-o a abandonar a lavoura algodoeira, porquanto mesmo baixo como estava, ainda lhe pagava o trabalho, tanto mais quanto, quer a cultura, quer a colheita do algodão, mostrava-se muito menos trabalhosa e mais barata do que qualquer outra.

Se o preço de 8 pence para o algodão paulista, em Liverpool, não pagava ao productor da provincia, como o de 5 a 6 pence para o da India pagava ao dalli?

Se o trabalho na India era muito mais barato do que no Brasil as despesas de transporte tambem se apresentavam muito mais elevadas; se, além disto, o algodão da India era em maior quantidade inferior, o embaraço que a sua abundancia produzia naquelle mercado vinha a ser cousa que pouco cuidado devia dar. O salario nos Estados Unidos da America era muito mais elevado do que no Brasil.

O baixo preço portanto, influiria mais para alli do que para S. Paulo.

Encarava o presidente com optimismo a situação algodoeira paulista. A India, com o seu algodão inferior, teria de voltar á cultura de arroz e em maior escala, e os Estados Unidos prefeririam os cereaes.

Tinham-se esses Estados constituido um dos primeiros fornecedores de algodão ás fabricas Inglezas, pela falta de concurrencia de igual senão melhor genero. Apparecida esta, a producção alli tenderia a diminuir, porque o valor do salario comportava menos do que a baixa do preço.

Nesta hypothese, incontestavelmente muito realisavel a alta do preço do algodão se realizaria talvez, ao mais tardar, dentro de um anno.

Um pouco mais de paciencia, um pouco mais de calculo, portanto, se pedia ao agricultor paulista. Não deixaria de colher vantagens futuras, mantendo a cultura algodoeira, aliás de tão rapido desenvolvimento como não havia exemplo.

Ressalvava Saldanha Marinho o seu optimismo com uma declaração altamente sympathica.

"Não sei se me enganarei na apreciação que acabo de fazer; mas se assim fôr devo-o sómente á vontade que nutro de ver realizado o lisongeiro futuro que antevejo para esta provincia, como a natureza do seu sólo e o progressivo empenho de seus habitantes o promettem."

A provincia de S. Paulo, que já occupa o 5.º lugar entre as outras no commercio de longo curso, cabotagem e interno, contem incontestavelmente muitas fontes de riqueza, que só necessitam de quem as estude e guie com dedicação para que se transformem em abundantes mananciaes de prosperidade."

A navegação de longo curso do exercicio de 1866 a 1867 em Santos dera os seguintes resultados:

Entradas — 75 navios com 30.017 toneladas e 854 homens de equipagem.

Sahidas — 72 navios com 28.754 toneladas e 807 homens de equipagem do mesmo porto.

O movimento em tonelagem havia sido nos ultimos annos:

Em 1848	22.096
" 1849	26.016
" 1850	19.853
" 1851	28.235
" 1852	30.436
" 1853	34.436

"	1854	34.501
"	1855	43.429
"	1856	48.546
"	1857	58.115
"	1858	56.317
"	1859	68.833
"	1860	66.900
"	1861	66.567
"	1862	71.144
"	1863	74.734
"	1864	73.025

Assim em 17 annos o movimento do porto passara a ser mais de tres vezes superior ao que fôra em 1848.

A exportação do café por Santos assim se discriminava:

		Arrobas
Em	1859-1860	1.484.952
"	1860-1861	1.305.647
"	1861-1862	1.485.652
"	1862-1863	1.415.854
"	1863-1864	1.071.346
"	1864-1865	1.807.425

Quase outro tanto do café paulista sahira pelos portos fluminenses neste periodo.

Nos ultimos annos, dizia o relatorio do engenheiro Coimbra sobre o caes de Santos o valor dos dois principaes productos da lavoura provincial exportados pela barra de Santos podia ser computado annualmente (para o café) em ...... 7.000:000$000 (e para o algodão) em 2.500:000$000.

Apresentava um quadro os valores de todos os generos da mesma procedencia nos seis ultimos exercicios.

Em	1859-1860 . . .	8.139:656$964
"	1860-1861 . . .	6.959:003$524
"	1861-1862 . . .	9.005:891$441
"	1862-1863 . . .	8.887:319$071
"	1863-1864 . . .	6.581.620$517
"	1864-1865 . . .	10.229:540$905

CAPITULO XX

O mau estado das estradas da Provincia de S. Paulo em 1868 — A exportação cafeeira pelos diversos portos paulistas e pelos portos fluminenses — Dados diversos do relatorio de Saldanha Marinho — A presidencia do Conselheiro Antonio Candido da Rocha — Preponderancia cada vez maior da producção cafeeira no conjuncto da exportação de S. Paulo

O inspector do Thesouro Provincial, Dr. José Maria de Andrade, em seu relatorio de 1868 affirmava que a conserva das estradas provinciaes era terrivel attestado de incuria administrativa. Confiava o governo a sua construcção e conserva a individuos ineptos, quando não malversadores, sem um unico resquicio de consciencia.

"Com franqueza declaro a V. Ex. que sinto muitas vezes repugnancia em pagar ferias de trabalhos confiados a pessoas que a propria administração desconhece, trabalhos que se ignora, como foram feitos ou antes que se sabe com certeza que em vista da insignificancia da quota decretada deviam ser muito imperfeitos e de duração ephemera.

A' semelhança do lavrador inexperiente que sem avaliar as forças de que dispõe cultiva todos os seus campos para não disperdiçar terreno e o deixa inculto depois de trabalhos insanos e gastos enormes, temos procurado accudir a todas as estradas da provincia a um tempo e apenas temos conseguido derramar por ella sommas enormes sem a utilidade devida e conveniente fiscalização.

Temos gasto, ha dez annos a esta parte 4.070:469$831 e não temos ainda uma legua siquer de boa estrada, excepto na de rodagem desta Capital a Santos, tão extemporaneamente feita. O que ha de admirar é que em vista disso persistamos ainda na rotina adoptada por nossos avós."

Pelo relatorio da Contadoria Provincial fôra esta a ex-

portação cafeeira pelos portos paulistas neste exercicio de 1867 a 1868.

	Arrobas
Santos	1.295.993
Ubatuba	345.642
Caraguatatuba	145.727
S. Sebastião	29.213
Iguape	455
	1.817.030

Para os portos fluminenses haviam sahido:

	Arrobas
Por Ariró	144.682
Salto	70.281
Banco d'Arêa	44.443
Ribeirão da Serra	48.544
Rio Branco	57.041
Taboão	121.788

Assim, pois, com mais 190 arrobas sahidas por Itapeva de Faxina havia a exportação cafeeira paulista attingido 2.304.000 arrobas.

	Arrobas
De Santos	1.295.993
De outros portos	1.008.107

Grande parte do café de Ubatuba, e demais portos do littoral norte, encaminhavam-se para o Rio de Janeiro, pois neste mesmo exercicio de 1866 a 1867 foram exportados pela Guanabara nada menos de 1.054.603 arrobas de café paulista, diziam os dados officiaes da provincia do Rio de Janeiro mais 46.596 do que o declarado pelos numeros officiaes o que se explicava pela contribuição mineira no volume da exportação paulista.

Fôra esta a exportação total dos principaes artigos da provincia:

	Arrobas
Café	2.304.000
Algodão	235.119
Toucinho	36.682
Fumo	4.261

	Alqueires
Arroz	80.237
Milho	28.519
Feijão	2.677

O commercio de Santos em generos nacionaes se fazia quase só com o Rio de Janeiro como explicava a tabella.

Procedencias	*Valores*
Rio de Janeiro . . .	1.352:099$700
S. Catharina	36.692$600
Rio G. do Sul . . .	1.304$000
Paraná	1.735$600
	1.391:831$900

Os principaes artigos, em generos do paiz, vinham a ser:

	contos de réis
Assucar	478
Pannos de algodão .	262
Velas	169
Calçado	101
Sabão	70
Aguardente	38
Farinha	26

Assim era a monocultura cafeeira quem promovera a importação assucareira, facto que causaria espanto aos paulistas de meio seculo atraz.

Na tabella de importação extrangeira figuravam, num total de 8.955 contos.

Os tecidos com 4.997 contos (mais de metade)
a farinha de trigo com 199 contos;
o ferro com 199 contos;
os vinhos com 413 contos;
outras bebidas com 368 contos;
os pianos com 67 contos.

Ao relatorio de Saldanha Marinho encerra um quadro com o resumo da exportação da provincia de S. Paulo no quinquiennio de 1862 a 1863 até 1866-1867, com preciosas indicações fornecidas a 31 de janeiro de 1868 pelo contador do Thesouro Provincial, Francisco Martins de Almeida.

Exercicios	*Café*	*Algodão*	*Fumo*	*Toucinho*	*Assucar*
1862-1863 . .	2.413.385	87	4.963	26.551	11.144
1863-1864 . .	1.611.729	61	3.539	20.228	8.831
1864-1865 . .	2.993.151	7.107	102.706	26.619	6.005
1865-1866 . .	2.242.254	194.958	2.334	20.623	1.735
1866-1867 . .	2.343.994	235.119	4.261	36.558	111

Os mantimentos assim se representavam:

Exercicios	*Arroz*	*Milho*	*Feijão*	*Cangica*	*Farinha*
1862-1863 . .	103.209	17.893	3.966	1.030	521
1863-1864 . .	79.775	24.020	3.055	303	139
1864-1865 . .	93.469	25.636	2.400	946	128
1865-1866 . .	110.743	351.170	3.003	3.362	444
1866-1867 . .	80.237	21.224	2.645	1.188	161

A exportação dos animaes em pé e os couros havia crescido sempre como se vê do quadro.

Exercicios	*Animaes*	*Couros*
1862-1863 . . .	6.427	—
1863-1864 . . .	11.537	4.216
1864-1865 . . .	48.444	3.931
1865-1866 . . .	54.630	4.313
1866-1867 . . .	85.941	7.036

Os valores da exportação total e dos dizimos foram:

Exercicios	*Valores*	*Dizimos*
1862-1863	15.613:288$023	536.822$689
1863-1864	10.626:850$404	381.888$447
1864-1865	17.322:739$510	595:437$500
1865-1866	16.907:428$727	596:786$286
1866-1867	15.099:812$464	631:989$859

Assim pois, estes haviam sido durante o quiquiennio os totaes de exportação de São Paulo.

	Arrobas
Café	11.604.511
Algodão	437.334
Fumo	117.806
Toucinho	27.827
Assucar	27.827

	Alqueires
Arroz	470.433
Milho	123.945
Feijão	15.069
Cangica	7.329
Farinha	1.749
Animaes	208.979
Couros	19.526

Pena, que os dados officiaes não discriminem o numero de bois, equinios, suinos, do total apresentado.

Nos seus *Capitulos de geographia de S. Paulo,* escreve Affonso A. de Freitas.

"O plantio do algodão, que se praticava nas terras pau-

listas desde cerca dos annos de 1766, tomou mais amplo desenvolvimento, chegando sua producção, já nas primeiras dezenas do seculo XVIII, a exceder das necessidades do consumo local, offerecendo sobras relativamente avultadas, quer em rama, quer em tecidos, á exportação, para em seguida decrescer a proporção, que a lavoura do café attrahia todas as attenções e absorvia todas as actividades do lavrador, até ficar reduzida a satisfazer apenas as exigencias do consumo interno."

Ha ahi uma restricção a fazer ás palavras do autor paulista é que a cultura do algodão em terras de São Paulo é muito anterior a data setecentista por elle citada. Nos Inventarios antigos de S. Paulo occorrem numerosas referencias ao cultivo da malvacea. Já em 1607 deixava Isabel Fernandes (Inventarios e testamentos V, 10) oito arrobas de algodão em rama avaliadas em 800 réis e oito arrateis de fio a 100 réis.

Um tear "com seus petrechos e pessas" se computa em tres mil réis (1616).

Guilherme Pompeu de Almeida, (Capitão mór), tinha em casa mil varas de panno tecido no anno de 1658 (I. e T. XV, 26). Antonio Pedroso de Barros ao ser assassinado em 1651 possuia nos seus teares 700 varas.

Em 1863 escreve A. A. de Freitas recomeçou a exportação deste producto com a remessa pelo porto de Santos, para fóra da provincia, de 1.470 kilos de algodão em rama, exportação que se foi avolumando, de anno para anno, até attingir a 10.204.610 kilos em 1872.

Para o reerguimento da cultura e industria do algodão em São Paulo muito contribuiram a propaganda, pelas columnas da Imprensa e pela distribuição de sementes do algodão herbaceo, desenvolvida pelo engenheiro Aubertin, e a guerra da Secessão dos Estados Unidos, a qual provocando a paralysação temporaria do cultivo naquelle paiz, contribuiu para a elevação, numa proporção de 300/100 sobre o preço ordinario daquelle producto, offerecendo ao lavrador a expectativa de lucros iguaes ou superiores aos da cultura do café.

E' interessante, continua o autor a quem vimos acompanhando, estudar-se a marcha descendente na exportação dos generos da primeira lavoura paulista, em confronto com a do café, que se desenvolve até a absorpção de todos os esforços do agricultor, transformando-se em monocultura, periodo esse que, felizmente, já vae em declinio, não com o anniquilamento da producção cafeeira, porém, com o desenvolvimento conjunto de outras culturas de que são susceptiveis a reconhe-

cida diligencia do paulista e a fertilidade fidalgamente compensadora do sólo.

Dos generos de exportação, o que, por mais tempo, resistiu á acção absorvente da cultura do café veio a ser o fumo.

Exercicios de	*Chá (kilos)*	*Algodão em rama (kilos)*	*Fumo (kilos)*	*Café (kilos)*
1862-1863	28.268	1.470	172.588	21.283.350
1863-1864	57.491	17.522	138.973	15.963.975
1864-1865	24.607	103.269	109.941	24.609.450
1865-1866	25.695	2.900.618	89.728	19.135.970
1866-1867	18.495	3.344.898	198.597	16.704.900
1867-1868	18.060	8.185.973	486.474	31.786.425
1868-1869	27.360	7.176.255	348.725	38.051.100
1869-1870	22.260	6.142.228	350.751	43.697.000
1870-1871	18.133	5.475.683	268.620	32.828.500
1871-1872	14.361	10.204.610	559.543	30.345.375

Referindo-se á persistencia dos esforços, em prol da cultura do chá, definitivamente aniquilada pela do café, de 1870 em deante, affirma A. A. de Freitas na mesma obra, que, o cultivo da "Thea Sinensis" tomara tal desenvolvimento que, em pouco tempo, os arredores da cidade de São Paulo, cobriam-se de intensas plantações do precioso arbusto.

As extensas planicies do arrabalde da Mooca, a chacara Arouche (Villa Buarque) o Morro do chá, ainda conhecido por esse nome pelos velhos paulistas e actualmente cortado pelas ruas Barão de Itapetiniga e transversaes, apresentavam, desde os primeiros annos do seculo XIX, pujantes culturas perfeitamente acclimadas. Passada a São Bernardo, Campinas, Itú e ainda a outros centros agricolas dera-se o seu decrescimo até anullar-se, assoberbada pela monocultura do café; não obstante, porém, a formidavel e absorvente concurrencia da rubiacea, ainda em 1857, o municipio de São Bernardo pro-

duzia 300 arrobas de chá e a Capital orçava a sua producção em cerca de 900, das freguezias do Braz e da Penha e das chacaras do Arouche e do Pacaembú.

Em 1866 o municipio de Itú exportou 1.554 arrobas. A Fazenda Morumby, no municipio de Santo Amaro, cultivou e fabricou quantidade aprecaivel de chá collocado e consumido no mercado de São Paulo.

O virtual anniquillamento da cultura e industria do chá foi entretanto, precedido pela dos vinhedos que, já em 1805, haviam desapparecido de São Paulo para ressurgirem nas diversas tentativas a partir de 1860.

A 30 de julho de 1869 era o Dr. Antonio Candido da Rocha mais tarde Conselheiro, magistrado de bello renome, empossado da presidencia de S. Paulo.

A 2 de fevereiro de 1870 apresentava á Assembléa Provincial o relatorio das occurrencias do anno anterior.

Com a inauguração da São Paulo Railway entrara a viação ferrea paulista em verdadeiro *fervet opus.*

Assim narrava o presidente uma serie de factos e de planos. Entre estes o de se construir uma via ferrea ligando a estação do Rio Grande, na S. Paulo Railway, a Mogy das Cruzes e Jacarehy.

Os trabalhos preliminares da Companhia Paulista iam adeantados. Dizia o presidente Rocha.

"A provincia vae comprehendendo que todo o seu futuro e prosperidade dependem de uma viação facil, que corte o territorio em todos os sentidos; e que ella não deve estacar por mal entendida timidez ante difficuldades, por certo mesquinhas para sua força e pujança."

"A producção do sólo de S. Paulo quasi espontanea, e rica, abundante, maravilhava os extrangeiros, e os nacionaes, que morando em outras zonas do Imperio, não conheciam tamanha uberdade.

Produzir, porém, no fundo dos sertões, ou no coração da provincia, onde os productos se perdiam nos celleiros por falta de transporte. ou porque a carestia destes absorvia os lucros do productor, era o mesmo que não produzir.

De mais, ante o temoroso espectro das despesas, e difficuldades de transporte, a propria força do homem desfallecia e o desanimo aconselhava a indolencia. E o sólo uberrimo com que a natureza brindara as populações, sem as provações do trabalho humano, pouco mais valeria que os stepes russos.

A producção suppunha o consumo e o consumo o com-

mercio. Este não se podia fazer sem a exportação e a exportação não se realizava sem estradas faceis.

"Estradas! é este o pedido, que se ouve de todos lados; é este o empenho de todos os espiritos", accrescentava o presidente Rocha.

Dera o municipio de Itú o mais brilhante exemplo. Com as proprias forças levantara, dentro de seu territorio nada menos de 1.260 contos de réis para a construcção da via ferrea que a ligaria a Jundiahy. Sorocaba seguira-lhe o exemplo.

Arroubadamente exclamava o Dr. Rocha:

"Não ha que duvidar: Itú, Sorocaba, Itapetininga, Tatuhy, Faxina, Botucatú, Tietê, Porto-Feliz, Capivary, Constituição, Campo Largo, Indaiatuba, Caberuva, Lençóes, São Domingos, Paranapanema e Apiahy, vão fundir suas forças e recursos, e, de mãos dadas, podem e devem realizar esta brilhante idéa, que está na tela das discussões, e que será um novo padrão de gloria para a provincia de S. Paulo.

Vede! que passo gigantesco na carreira do progresso!

Até bem pouco tempo, o susto, a desconfiança, o ennervamento, a indolencia, a timidez, eram a feição e caracteristico dos nossos provincianos.

Hoje, a consciencia do proprio valor, a iniciativa do trabalho individual, a tenacidade nas vastas concepções, vistas largas devassando o futuro, fé e confiança, nos esforços do presente, são as antitheses bem assignaladas do quadro anterior."

Appellava outr'ora a autoridade para os cidadãos e encontrava-os avessos e tardonhos aos grandes commettimentos. Agora, a iniciativa individual, criando empresas, quando buscava a sombra da autoridade para com ella marchar de accordo, já seus adeptos traziam aos labios as palavras ungidas de fé robusta e entranhada, da circular com que os ituanos haviam convocado uma assembléa para a construcção de sua via ferrea.

Parabens dava a presidencia á provincia de S. Paulo, que tinha sabido tomar a dianteira no caminho do progresso e nas grandes concepções dos melhoramentos materiaes!

E parabens especiaes merecia o municipio de Itú, que, com tanta galhardia, estreava no levantamento de capitaes para a nova estrada de ferro.

Passando a tratar da agricultura observava o Dr. Antonio Candido da Rocha que ella, fonte principal da riqueza publica, augurava á provincia o mais lisongeiro futuro.

Infelizmente, seus lavradores, em geral, ainda não haviam abandonado o rotineiro custeio e amanho das terras.

Os instrumentos e machinas que a industria moderna descobrira, ainda lhes eram, pela maior parte, desconhecidos. Raro o fazendeiro que substituia a pesada enchada pela charrua e arados de diversas formas. A Europa, e principalmente os Estados Unidos da America, applicavam-n'os, com grande vantagem para a producção, com economia de tempo e braços, e notavel aperfeiçoamento do serviço.

Entretanto, posto que a sciencia agricola se conservasse quase estacionaria, a producção crescera na provincia e de maneira espantosa.

Para o demonstrar era bastante allegar a cifra correspondente á exportação no exercicio de 1866 a 1867, comparando-a á correspondente no de 1868 a 1869.

Este algarismo demonstrava que no primeiro dos exercicios. o valor dos generos exportados fôra de Rs. .... 15.099:739$803, produzindo uma renda de 631:939$859 ao passo que no ultimo exercicio attingira á importancia de Rs. 28.141:886$030 produzindo uma renda de 1.136:010$089, e apresentando um excesso da exportação de 13.042:146$227 e de 504:070$230 de renda.

Faltava por consequencia, pequena quantia para duplicar a renda dos generos exportados em tão curto periodo.

A' vista de tão animadores dados estatisticos, convencera-se o presidente de que a criação de uma escola agricola (em que os lavradores, a par dos conhecimentos especiaes da profissão, aprendessem o emprego dos mais modernos e aperfeiçoados instrumentos agricolas e ocularmente observassem os seus prodigiosos resultados) seria da mais reconhecida e intuitiva utilidade.

As despesas que a Provincia fizesse, montando tal estabelecimento, seriam generosamente compensadas pelo desenvolvimento da lavoura e o consequente augmento da renda publica.

A instituição de um banco, onde os agricultores pudessem encontrar dinheiro a juros baixos, sob hypotheca, e pagamentos periodicos, amortizando os premios, e certa porcentagem sobre o capital, seria de summa vantagem. E do maior beneficio á lavoura para libertal-a do pesado onus a que seria sujeita em mão de commissarios e capitalistas.

Chamava a presidencia com todo o empenho a illustrada attenção da Assembléa para estes dois grandes melhoramentos que a provincia reclamava.

A importação no exercicio de 1868 a 1869 fôra de Rs. 1.581:004$618, produzindo a renda de 575:970$303 sendo a de cabotagem de 13.966:547$200, com uma renda de Rs. 379:606$964 o que perfazia o total de 15.547:551$818 para o valor official da importação provincial, d'onde provinha, uma renda de 955:606$964.

Comparando estes algarismos aos da importação relativa ao exercicio de 1866 a 1867, que montava, em valor official, a Rs. 11.893:940$944; via-se que neste periodo tivera a importação da provincia o augmento de 3.653:610$874.

A industria fabril ensaiava os primeiros passos na circumscripção paulista. Já havia duas fabricas de tecidos grossos de algodão em Sorocaba e Itú, esta ultima de iniciativa do coronel Luiz Antonio de Anhaia.

O systema rodoviario provincial é que se apresentava deploravel.

As finanças provinciaes achavam-se em brilhante pé.

Eram estes os resultados das principaes verbas de arrecadação:

	1867-1868	1868-1869
Direitos de exportação . .	942.579$966	1.136:078$333
Rendas das Barreiras . . .	322.709$930	365:307$693
Meia siza de escravos . . .	126.302$070	171:995$054
Decimas	72.012$924	261:980$814

Fora esta a arrecadação total:

Em 1867-1868 . . .	1.593:857$929
Em 1868-1869 . . .	2.025:086$693
Donde um saldo de:	431:228$764

As rendas geraes tambem tinham subido notavelmente.

Ao relatorio do presidente Rocha encerra um quadro, abrangendo dezesete annos, demonstrativo de que a arrecadação das rendas imperiaes tivera um accrescimo medio annual de: 136:365$200.

Proviera este florescimento financeiro do notabilissimo incremento da lavoura cafeeira. Eram as safras da rubiacea que serviam de base cada vez mais solidas á economia paulista.

E' esta tabella a eloquente mostra do progresso provincial.

Exercicios	Arrecadação
1851-1852	850:567$284
1852-1853	886:909$572
1853-1854	892:879$629
1854-1855	860:808$019
1855-1856	1.297:692$890
1856-1857	1.300:779$439
1857-1858	1.250:071$724
1858-1859	1.371:791$073
1859-1860	1.372:878$328
1860-1861	1.439:336$633
1861-1862	1.846:120$977
1862-1863	1.829:866$742
1863-1864	1.698:017$972
1864-1865	2.011:635$745
1865-1866	1.970:991$317
1866-1867	2.202:908$605
1867-1868	2.913:249$355

Deixando a presidencia de S. Paulo passou o conselheiro Rocha o poder ao conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, 1.º vice-presidente da provincia a 28 de outubro de 1870. E este uma semana mais tarde entregava-o ao 37º presidente Dr. Antonio da Costa Pinto e Silva.

CAPITULO XXI

A presidencia de Costa Pinto (1870-1871) — A carencia do braço escravo ante a enorme extensão tomada pela lavoura cafeeira — Progresso das estradas de ferro — A terrivel geada de 1870 anniquilladora de enormes lavouras — Progresso continuo de São Paulo — Presidencia Costa Pereira (1871-1872) — Questões de immigração — Reflexo das consequencias da geada de 1870

O presidente empossado a 5 de novembro de 1870 Dr. Antonio da Costa Pinto e Silva, fluminense, como o seu antecessor, radicara-se em S. Paulo tomando lugar de grande destaque em sua politica.

Apparentado do Marquez de Monte Alegre, desposara-lhe a viuva. Na decima legislatura, na undecima e duodecima, de 1857 a 1867 portanto, representara o nono districto da Provincia na Camara dos Deputados. Com a queda de seu partido deixara o Parlamento mas já na 14ª legislatura (1869-1872) voltara a representar o terceiro circulo de São Paulo.

Presidira a Parahyba de 1855 a 1867 e o Rio Grande do Sul (1868-1869). Empossado da presidencia paulista a 5 de novembro de 1870 como dissemos nella permaneceria por poucos mezes, porém, até 13 de abril de 1871.

Seu relatorio á Assembléa Provincial, apresentado a 5 de fevereiro de 1871 encerra paginas interessantes e valiosas.

Falando da questão cada vez mais premente da carencia de braços abordava o assumpto capital da immigração européa e da fundação de colonias expendendo a tal respeito os mais judiciosos conselhos.

A Provincia não tinha Colonias por conta propria, nem entendera dever fazer sacrificios para obtel-as; entretanto, adaptada pela Providencia para poder receber immigração em larga escala, talvez de preferencia a todas as outras, convinha

estudar esta materia e procurar desenvolvel-a dentro das forças das rendas provinciaes.

Havia cerca de vinte annos principiara a apparecer, por parte de fazendeiros importantes da Provincia, o desejo de applicarem ás suas lavouras o trabalho livre. Muitas colonias particulares se tinham então fundado, muitas dissolveram-se, mas existiam ainda algumas, provando que a experiencia fôra bem tentada, e que não havia que desesperar do futuro.

As colonias sobreviventes aos primeiros embates subsistiam, e prosperas: seus proprietarios tinham lhes dado desenvolvimento, e por certo auferiam lucros, pois continuavam a fazer despesas para obter maior numero de braços livres.

Ia o braço escravo faltando. Fôra para desejar que cessasse de vez sua introducção de outras provincias. Na crise que ameaçava a lavoura em geral, pensasse esta nos meios de evitar seus perigosos effeitos, procurando substituir convenientemente os elementos de trabalho. Era isto o dever não só dos poderes publicos, como de todos os cidadãos.

Era pouco o que já se obtivera na Provincia em materia de localização de colonias mas representava sempre um meio de observações.

Os centos de colonos introduzidos na Provincia, sobretudo para as fazendas dos dois opulentos irmãos Senador Souza Queiroz e Commendador Souza Barros, e ainda ultimamente para as do Commendador Joaquim Bonifacio do Amaral, em Campinas demonstravam a facilidade da adaptação dos européus no sólo paulista.

Fôra o commendador Amaral em pessoa á Europa, onde contractara não pequeno numero de familias, tendo obtido do Governo Imperial alguns favores, compensando em parte as despesas do transporte.

Se o exemplo desses fazendeiros esclarecidos fosse seguido por muitos o futuro da Provincia se antolharia completamente desassombrado.

Rarissima a fazenda que não tivesse facilidade de acommodar um limitado numero de familias de trabalhadores, e rarissima ainda a que não offerecesse mais trabalho do que braços. Nestas condições era de toda a conveniencia a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.

A parte do relatorio referente á Agricultura mereceu do esclarecido presidente excellentes considerações.

Chamou a mais seria attenção da Assembléa para os melhoramentos ultimamente introduzidos na lavoura paulista.

O fazendeiro de S. Paulo, geralmente falando não era

mais o emperrado rotineiro de alguns annos passados; empregava agora na sua lavoura não só os instrumentos que a industria extrangeira introduzira no paiz como procurava inventar outros mais apropriados ao sólo e ás culturas locaes pois sabia que este era o meio de poupar o trabalho dos braços, o qual além de escasso e portanto dispendioso, mostrava-se igualmente mais imperfeito.

Poucos presentemente os fazendeiros importantes que não fizessem uso do arado, já para o amanho da terra e para as plantações, já como meio de fertilização dos terrenos cançados dos antigos cafezaes.

No beneficiamento dos productos agricolas, os melhoramentos operados eram tambem dignos de nota.

Até muito pouco tempo o café da Provincia de S. Paulo, não se distinguia pela boa qualidade, ou antes era conhecido pela imperfeição do beneficio. Agora se ainda não igualava ao da Provincia do Rio de Janeiro, gozava pelo menos de muito melhor conceito nos mercados consumidores.

Ora, o preço do café nos mercados de exportação dependia principalmente da sua qualidade, determinada pelo maior ou menor cuidado do beneficiamento, dahi portanto, a importancia deste melhoramento de condições, que devia ser attribuido a duas causas: 1.ª a impossibilidade ou difficuldade de augmentar o numero de braços empregados na lavoura, e portanto, das plantações; de sorte que o fazendeiro era obrigado a applicar a actividade no aperfeiçoamento dos processos de beneficio do producto, porque sabia que isto importava no augmento do seu preço no mercado de Santos; 2.ª a introducção das machinas americanas de Lidgerwood, já muito espalhadas na provincia, e que apesar do preço elevado, offereciam muitas vantagens; sendo que, para determinal-as, bastava notar que em Santos o café nellas beneficiado, e conhecido pela denominação popular de café de machina — alcançava na venda mais 200 réis sobre qualquer outro.

Ainda assignalou a mensagem outro facto de bastante importancia. Não havia quem desconhecesse os prodigiosos effeitos da divisão do trabalho a qual assentava sobre a propria natureza do homem, cuja força isolada não podia vencer os obstaculos que a sua intelligencia superava descobrindo sempre novos horizontes para todos os ramos da actividade humana.

A applicação do principio da divisão do trabalho, era pois, facto muito importante pelos seus resultados praticos e economicos.

Em outros paizes cafeeiros como Ceylão por exemplo, o plantador não era quem beneficiava o producto para a exportação e consumo; tal trabalho constituia uma industria á parte, explorada com grandes vantagens.

Pois bem; esta nova industria, que se devia considerar como uma applicação do principio da divisão do trabalho na cultura do café, já existia na Provincia, e era de esperar que prosperasse porque os individuos a ella dedicados em varias localidades do interior tinham colhido vantagens consideraveis.

O café e o algodão continuavam a occupar os primeiros lugares na tabella dos productos de exportação da Provincia, sendo os seguintes dados colhidos da exportação dos ultimos annos:

Café	*Arrobas*
1866-1867	2.304.000
1867-1868	2.837.511
1868-1869	3.715.232
1869-1870	3.342.251

Algodão	*Arrobas*
1862-1863	87
1863-1864	886
1864-1865	7.107
1865-1866	194.959
1866-1867	235.120
1867-1868	611.810
1868-1869	536.140
1869-1870	446.177

Comquanto a producção do café no anno de 1869 fosse inferior á do anno anterior, e a do anno corrente tivesse de ser ainda muitissimo menor não julgava o Presidente que se houvesse chegado á época inevitavel do decrescimo da producção, se não houvesse introducção de braços na Provincia, o que não era de esperar em vista do desenvolvimento que ia tomando na Provincia de S. Paulo o espirito de associação. Não deixaria este de dar satisfactoria solução ao problema da colonização e immigração.

A razão da diminuição da producção no anno de 1869 residia na abundantissima colheita do anno de 1868, pois, como

ninguem ignorava, a falha succede sempre á abundante colheita.

Quanto á producção corrente que devia ser diminuta, eram muito conhecidas as causas que para isto havia contribuido, a grande geada do ultimo inverno, que só tivera igual em 1842, e a secca extraordinaria durante os mezes da primavera, que segundo muitos, causara maiores males á lavoura, do que a propria geada.

Ainda não havia dados officiaes sobre a exportação do café do anno anterior; acreditava-se porém, que não seria inferior á de 1868; presumia o presidente tambem que, se as estações e anno corressem regularmente, a producção em 1872 seria extraordinaria, apesar dos estragos da ultima geada, cujos effeitos em muitos cafezaes tanto reflectiram sobre a colheita.

Sobre a diminuição da producção do algodão, outras causas deviam ser apontadas, sendo, porém a principal a baixa das cotações, o que fizera com que muitos plantadores de café outr'ora tambem e temporariamente de algodão, levados pela alta dos preços, deixassem de fazer novas plantações, limitando-se hoje essa cultura aos districtos propriamente algodoeiros.

Era opinião do Dr. Costa Pinto, porém, que a cultura do algodão estava definitivamente estabelecida na Provincia, e que apesar do baixo preço desse producto, relativamente áquelle com que se iniciara a cultura, elle continuaria a figurar em 2.º lugar nas tabellas da exportação paulista.

Consigna ainda o relatorio os primeiros tentamens feitos nos arrabaldes de S. Paulo para a cultura da uva chamada — americana —. Podia esta dar bom vinho de pasto, por certo superior á generalidade dos vinhos extrangeiros que se vendiam a baixo preço, e quase sempre manipulados, e nocivos á saude.

Era possivel que dentro de poucos annos a nova cultura adquirisse alguma importancia, pois parecia que a natureza do sólo dos arredores da capital lhe era muito apropriada.

Concluia o Dr. Costa Pinto:

"Da rapida exposição feita dos principaes factos relativos á agricultura nesta Provincia, bem se via que o seu estado não era decadente. Todavia, nem por isso devia a Assembléa consideral-a como completamente desassombrada dos perigos decorrentes da falta de braços.

A industria manufactureira progredia em S. Paulo a olhos vistos.

Comquanto o preço do salario fosse em geral muito elevado, entendia o Presidente que á vista da economia dos fretes de transporte do producto até os mercados extrangeiros, onde era manufacturado, as fabricas de tecidos de algodão podiam dar excellentes resultados na Provincia de São Paulo.

Estava a experiencia feita. Era de esperar que este importantissimo ramo de industria viesse dentro em breve augmentar o impulso que elevava a Provincia no caminho do progresso e do desenvolvimento moral e material, que já ostentava com vantagem sobre quase todas as outras do Imperio.

Ha 3 annos designavam-se as machinas a vapor, existentes na Provincia; agora só no Oeste podiam contar-se mais de 200.

Emfim, muitas outras pequenas industrias se iam introduzindo na Provincia; o que denotava essa propensão para o trabalho intelligente, constituidor da vida por excellencia dos povos cultos e civilizados.

Crescia tambem rapidamente a rede ferroviaria. Falando dos trabalhos da Companhia Paulista dizia o Dr. Costa Pinto:

"Tenho muita satisfação em dar á Assembléa estas informações, porque vejo muito proximo o dia, em que o grito da primeira locomotiva irá dizer á cidade de Campinas que a construcção da sua estrada de ferro está concluida; que a grande lavoura da Provincia tem mais aquelle meio facil de transporte, e que a Provincia inteira vae entrar no gozo daquella via de communicação, devida á iniciativa e patriotismo de cidadãos, que recommendaram seus nomes á posteridade."

A parte estatistica da mensagem mostra-se bem cuidada. Em 1870 haviam-se fixado na Provincia de S. Paulo 751 extrangeiros e 749 brasileiros livres. A importação de escravos fôra de 1.450 procedentes de diversas provincias. O movimento das entradas nos portos havia sido de 160 vapores e 167 embarcações a vela.

Continuavam em ascensão as rendas provinciaes; a do exercicio de 1869-1870 orçada em 1.350:800$000 produzira 1.605:113$861 donde um saldo de 284:935$583.

Comparando dados distantes de um decennio verificava-se o notavel incremento da riqueza provincial

Assim estas haviam sido as principaes verbas orçamentarias:

	Em 1859-1860	Em 1869-1870
Taxa das Barreiras	295:814$330	343:632$470
Impostos de Exportação . .	455:222$906	850:594$750

Siza de Escravos	64:477$543	200:608$847
Decimas	98:973$949	120:083$189

Haviam sido os totaes:

Em 1859-1860 . . .	1.122:540$335
Em 1869-1870 . . .	1.605:113$861

As rendas do hexennio condensava-se num quadro promissor.

1864-1865	1.205:030$055
1865-1866	1.173:381$908
1866-1867	1.205:381$908
1867-1868	1.593:857$929
1868-1869	2.025:086$693
1869-1870	1.605:113$861

Donde um saldo total sobre as rendas orçadas de .... 431:732$762.

Voltando á Camara para a sessão agitadissima de 1871, o anno celebre dos debates sobre a abolição dos nasciturnos passou o Dr. Costa Pinto a 13 de abril desse anno novamente o poder ao Conselheiro Vicente Pires da Motta, que pela setima vez, ia reger a Provincia, quinta como vice-presidente. Verdade é que por poucos dias pois duas semanas mais tarde entregava o governo ao Barão do Tietê, a 29 de abril immediato. E este a seu turno apenas um mez se conservaria no poder pois a 30 de maio o transmittiria ao Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, 28º presidente de S. Paulo nomeado a 4 de abril.

Quanto ao Dr. Costa Pinto prosseguindo na bella carreira politica exerceria ainda a presidencia do Rio de Janeiro, de 1885 a 1886 com a subida da situação conservadora com Cotegipe.

Deputado sempre por S. Paulo á 16ª legislatura (de 1876 a 1878) seria a 15 de fevereiro de 1877 nomeado Ministro do Imperio no gabinete de 25 de junho de 1875 presidido pelo inclyto Caxias. Com a eleição directa far-se-ia Costa Pinto eleger-se ainda uma vez em 1881 pelo 8.º districto de São Paulo. Fallaceu no Rio de Janeiro a 1.º de junho de 1887.

Deixava bella reputação de intelligencia e capacidade administrativa. Lembraram os necrologios quanto se dedicara, e com o maior tino ao serviço publico dando relevantes provas

da mais alta comprehensão dos deveres como por exemplo, quando ao presidir a Parahyba do Norte tivera de lutar com terrivel epidemia de cholera morbus.

O presidente Costa Pereira estava desde muito iniciado na administração provincial.

Começara como presidente do Espirito Santo (1861 a 1863) provincia onde era grande influencia politica.

Acabava de presidir o Ceará, por alguns mezes, em 1871. Dalli viera transferido para S. Paulo.

Em sua mensagem á Assembléa Provincial, a 2 de fevereiro de 1872 afinou o tom do documento pelo abolicionismo que acabava de alcançar o estrondoso triumpho da lei do Ventre Livre e tratando do grave problema da immigração e colonização extrangeira lembrou a necessidade vital para São Paulo, como para todas as outras Provincias do Imperio, da introducção de braços livres para os trabalhos agricolas.

Era a questão capital já para o presente e mais para o futuro da grande lavoura cafeeira.

Depois da extincção do trafico de africanos, voltara-se o pensamento dos estadistas brasileiros para este assumpto, de que dependia em grande parte a sorte do Brasil.

Avultadas sommas daviam sido consumidas em ensaios de colonização, que, por circumstancias muito conhecidas, não produziram vantagens correspondentes aos sacrificios do Estado.

Uma vez exhausta a fonte que, com opprobrio da já adiantada civilização brasileira, fornecia ao Imperio braços servis para a sustentação da sua lavoura, rotineira como viera das gerações coloniaes, era de se prever que não longe estivesse o dia em que a escravidão, condemnada, pelos sentimentos de humanidade como pelas luzes do seculo, fosse extincta por disposição de Lei Civil.

Cumpria portanto, ao lavrador cauteloso e previdente, como ao Governo, no desempenho de sua missão tutelar, promover em tempo a organização do trabalho livre, para que preparado se achasse o paiz quando o voto de seus legisladores, preceituasse, expressando os sentimentos e idéas do tempo.

Devia a iniciativa privada operar essa transformação no trabalho, já pela introducção de braços livres provenientes das populações mais laboriosas e morigeradas da Europa, já a educação dos nacionaes para o mister da lavoura, já pelo tratamento humano e nas manumissões prudentemente outorgadas que convertessem o escravo, até então instrumento cego e bru-

tal de trabalho, em consciencioso operario, estimulado pela ambição e dirigido pelo ensino para mais felizes tempos.

Coubera á Provincia de S. Paulo, e nella ao senador Vergueiro, a honra de tentar, pelo esforço da iniciativa individual, a solução daquelle grande problema, que aos olhos ainda dos menos perspicazes encerrava os destinos do Brasil.

A colonia de Ibicaba, fundada com o systema de parceria, havia perto de 30 annos, marcara em S. Paulo o começo dessa obra regeneradora.

A prosperidade de tão importante estabelecimento fôra valiosa animação para iguaes tentativas.

Tratando depois do encaminhamento dos immigrantes nacionaes ao sólo de S. Paulo apontava o presidente a necessidade de se ter feito a regularização do serviço dos antigos jornaleiros ou camaradas contractados para a lavra das terras.

Por infortunio haviam surgido difficuldades em tempos não afastados daquella era de esperançosos ensaios.

Desapparecera a harmonia, o principio reinante entre os proprietarios ruraes e os colonos seus contractados.

As queixas e reclamações dos immigrantes, patrocinadas por alguns dos agentes diplomaticos das respectivas nações, exaggeradas pela malignidade, exploradas pela especulação de noticiadores menos escrupulosos encontravam certo acolhimento no velho continente. A imprensa européa manifestara-se em parte animosa contra a immigração para o Brasil. A acção de alguns governos acudindo de prompto oppuzera serios obstaculos á sahida de seus nacionaes para um paiz onde, no voto da opinião, falseada pela imprensa, só deviam encontrar soffrimento e miseria.

Haviam desanimado alguns dos propugnadores da colonização. Paralysara-se a iniciativa individual que tão esperançada se mostrara nas primeiras tentativas.

Não obstante todos estes obstaculos haviam dous ou tres grandes proprietarios insistido na obra que momentaneo revez parecera condemnar aos olhos do maior numero. Modificara-se a certos respeitos o systema até então seguido.

Os contractos de parceria, que tanto tinham provocado as censuras da imprensa na Suissa e na Allemanha, soffreram alterações quanto á retribuição do trabalho, em diversos estabelecimentos agricolas. A lição da experiencia ensinara a remover os mais graves inconvenientes das primeiras empresas.

Não houvera augmento de nucleos coloniaes pela acquisição de novos immigrantes; mas operara-se o trabalho, por certo muito proficuo, do melhoramento de taes nucleos; da

extincção de alguns em proveito de outros regulares ou mais prosperos, e a consagração da vantagem de taes melhoramentos, pela acção do tempo como pelo espectaculo da satisfação e prosperidade de ambos os interessados, o fazendeiro e o colono.

Ficaram os espiritos preparados para novas tentativas, graças á lição da adversidade, que com tanta aspereza, logo em começo se déra aos iniciadores da grande empresa.

Alludindo ao incoercivel movimento de opinião que se desenhava nitidamente lembrava o presidente elevadamente:

"A declaração contida na fala do throno em 1867 a respeito da extincção da escravidão no Imperio, o trabalho latente mas poderoso, irresistivel, dos sentimentos de humanidade no seio da sociedade brasileira, a acção provindencial do tempo que, aniquilando instituições cuja razão de ser desapparecem, opéra, ás vezes lenta e gradualmente, mas sempre com segurança, a transformação politica ou social de um paiz; o facto da quasi unidade em que estava o Brasil no mundo civilisado, relativamente a uma instituição condemnada pelo direito, a moral e o proprio voto da sciencia economica, tudo actuava no sentido de se não adiar a solução do problema da emancipação servil, nos termos da libertação das gerações vindouras e da prudente e regular submissão dos escravos existentes, por meio de medidas que harmonisassem os sentimentos de humanidade com o bem entendido interesse dos senhores, ficando á previdencia e generosidade destes o complemento da obra com que se devia ao mesmo tempo firmar o nosso porvir e opulentar de gloria o já respeitado nome do Brasil."

Comprehendendo a situação, esclarecidos pela justa e exacta apreciação dos factos demonstradores das vantagens do trabalho livre, alguns fazendeiros continuavam a importar colonos, ainda que em menor escala dos que nos primeiros tempos.

Taes o Senador Souza Queiroz e seu irmão o Commendador Souza Barros, o Commendador Joaquim Bonifacio do Amaral, Desembargador Gavião Peixoto, obtendo os dois ultimos do Governo Imperial auxilios á razão de 30$000 por pessoa para despesas de transporte.

Agora reanimavam-se os fazendeiros e, pelo estimulo da previdencia natural do interesse, voltavam o pensamento para a obra que a acção dos acontecimentos e a expressão do pensamento official, relativamente á emancipação servil tão urgente tornava.

Para promover a introducção de colonos em larga escala na Provincia, convocara o presidente Costa Pinto, a 26 de março do anno proximo findo, uma reunião de importantes fazendeiros e capitalistas, de onde se seguira a fundação da Associação Promotora da Colonização.

Haviam os respectivos estatutos sido approvados pelo Governo Imperial a 16 de agosto do mesmo anno.

Fizera-se a primeira chamada de capitaes, e constava ao governo provincial que a associação já recebera pedidos de fazendeiros para acquisição de centenas de colonos.

O anno financeiro transacto correra mal em São Paulo, baixara notavelmente a arrecadação, occorrendo um deficit de 105:035$029.

Tambem verdadeira calamidade assolara o territorio paulista a tremenda geada de 1870, só comparavel á de 1842, devastadora dos cafezaes.

Dizia o presidente:

"A' geada que no anno de 1870 tanto prejudicou a lavoura, principal contribuinte dos cofres provinciaes; á menor importação de escravos de outras Provincias, e diminuição em transacções de que são objecto o que fez baixar o rendimento da meia siza de 200:608$847 que attingira no exercicio de 1869-1870 a 115:435$034, havendo, portanto, uma differença de 85:173$813; á diminuição do imposto sobre a exportação do algodão, de que resultou só no porto de Santos a differença de para menos 67:000$000, é devido o decrescimento na arrecadação. Em taes condições foi preciso observar a mais severa economia para occorrer, já á despezas extraordinarias, senão ás imprescindiveis, relativas a serviço organisados e a compromissos que a Provincia tinha de satisfazer."

O balanço financeiro provincial fôra no quatriennio ultimo:

Exercicios	*Rendas*
1867-1868	1.593:852$929
1868-1869	2.025:086$693
1869-1870	1.605:103$861
1870-1871	1.420:097$635

A despesa, no mesmo periodo de

1867-1868	1.622:193$313
1868-1869	1.577:675$360
1869-1870	1.462:546$306
1870-1871	2.225:132$664

A receita para 1872-1873 orçara-se em 1.679:958$000 prevendo-se um deficit de 165:012$789. Era preciso que a lavoura se refizesse da verdadeira catastrophe de 1870.

Esta havia sido a exportação da Provincia em 1870-1871 por "Estações".

Estações	*Café* *Arrobas*	*Libras*	*Algodão* *Arrobas*	*Libras*
Franca	5.234			
Itapeva	1.334			
Mogy-Mirim . . .				
Caraguatatuba . .	143.166	17	44.310	16
Iguape	102			
Santos	2.205.940	6	371.496	3
S. Sebastião . . .	34.391	21	68	
Ubatuba	365.582		12.720	
Ariró.	84.889			
Banco de Areia . .	162			
Ribeirão da Serra.	29.811		35	
Rio do Braço . .	23.519			
Salto	144.086			
Taboão de Cunha .	118.411	16	5.318	
	2.270.608	60	433.937	19

Cada vez mais accentuava o café a sua preponderancia. Assim ao passo que delle se exportavam 2.270.060 arrobas, de algodão haviam sahido 433.937.

O resto era representado por:

	Arrobas
Arroz	101.952
Fumo	4.380
Toucinho	17.875
Milho	15.521
Feijão	1.145

	Peças
Couros	65.845
	Cabeças
Animaes	3.538

O assucar baixara tanto que apenas concorrera com 992 arrobas! Tudo avassalava o café cuja exportação e a de algodão se haviam cifrado no quinquennio aos seguintes numeros:

	Café Arrobas	*Algodão Arrobas*
1866-1867	2.304.000	235.120
1867-1868	2.837.511	611.810
1868-1869	3.715.232	536.140
1869-1870	3.342.251	446.177
1870-1871	2.270.608	433.937

Observava o Dr. Costa Pereira:

"Luta a agricultura na Provincia com serios embaraços. Se não é dado á Assembléa Legislativa Provincial por si só removel-os pode ao menos, em parte, contribuir para este fim auxiliando a acção dos particulares.

Deficiencia de braços, principalmente de braços livres, que se consagrem com intelligencia, actividade ao trabalho agricola; falta de ensino profissional que habilite o lavrador a tirar o maior proveito do sólo empregando processos aperfeiçoados e instrumentos e machinismos nas mesmas condições; falta de instituição de credito territorial que, libertando da usura o agricultor, lhe dêm ao mesmo tempo meios de augmentar sua cultura, melhorar seus estabelecimentos e tornal-os mais productivos, taes são os principaes obstaculos que aqui, bem como nas demais Provincias do Imperio, se oppõem ao rapido desenvolvimento e prosperidade da lavoura, fonte quasi exclusiva de riqueza publica e privada no Brasil.

Verdade é que, se não está organizado o ensino profissional na Provincia, tem este ao menos, nos ultimos tempos, notavel progresso no que respeita ao emprego de instrumentos aratorios e machinismos destinados ao preparo do café e do algodão. Falta-lhe, porém, muito ainda, para que se possa julgar adiantada, quanto o permittia a notavel aptidão dos seus agricultores.

A colonisação, se não póde julgar — paralysada, tam-

bem por ora muito pouco augmenta a massa da população que se consagra ao trabalho agricola.

Completa é a deficiencia de instituição de credito territorial. O lavrador, ainda que laborioso seja, e vantajosamente conceituado, de ordinario não obtem capitaes senão pagando elevado juro.

Não obstante, e os factos o estatuem com seu irrecusavel testemunho, prospera a agricultura na Provincia de São Paulo, graças de um lado á uberdade do sólo, e do outro ao genio laborioso de sua população."

O movimento das entradas em Santos fôra em 1871:

Embarcações mercantes Nacionaes: 166 vapores e 66 veleiros com 55.954 toneladas; — 26 extrangeiros 37 vapores 166 veleiros com 59.780 toneladas.

O saldo da immigração apresentava-se muito pequeno.

Brasileiros livres	452
Brasileiros escravos	131
Extrangeiros	1.775
Total	2.358

Eleito deputado pelo Espirito Santo a 15ª legislatura (1872-1875) deixaria Costa Pereira o governo de S. Paulo para tomar posse da cadeira.

De 11 de julho a 1.º de dezembro de 1872 presidiu o Rio Grande do Sul de cujo governo a 28 de janeiro de 1873 seria chamado aos Conselhos da Corôa como ministro de agricultura commercio e Obras Publicas do glorioso gabinete libertador de 7 de março de 1871 presidido pelo immortal Rio Branco. Reeleito sempre pelo Espirito Santo á Camara Temporaria para as 16ª legislatura (1876-1878) a 19ª (1885) a 20ª (1886-1889) seria o Conselheiro Costa Pereira novamente ministro, agora do Imperio, do Gabinete de 10 de março de 1888 (João Alfredo) tendo ainda sido presidente de Pernambuco (1885-1886).

Falleceu no Rio de Janeiro a 10 de dezembro de 1889, poucos dias portanto após a queda do Imperio que tão dedicada, zelosa e probidosamente servira em já longa carreira publica.

Deixou bella reputação de espirito aberto ao progresso e ás instigações intellectuaes, propendendo sempre para as iniciativas que redundassem em beneficio do melhor apparelhamento civilizador do Brasil.

CAPITULO XXII

O reflexo da producção cafeeira nas rendas dos municipios paulistas — Surprezas interessantes — O avantajamento notavel de certos e grandes municipios cafeeiros — Tabellas de exportação de café e dos demais generos principaes paulistas de 1858 a 1872

Graças a um estudo sobremodo interessante, do infatigavel pesquisador e notavel conhecedor da historia territorial paulista Sr. João B. de Campos Aguirre, sobre os orçamentos das municipalidades de S. Paulo, no periodo imperial, temos um indice muito suggestivo de quanto a extensão da cultura cafeeira influiu sobre as condições do progresso das diversas circumscripções em que se dividia a antiga Provincia e onde medrou e alargou-se a lavoura da rubiacea.

A 18 de março de 1836 a Assembléa Provincial orçou a receita e a despesa da Provincia em 216:090$000. Neste exercicio o total dos orçamentos de quarenta municipios attingiu apenas a 38:228$300 ou seja uma media inferior a conto de réis por municipio.

Nella não computamos os seis municipios depois paranaenses de Paranaguá, Antonina, Curityba, Castro, Villa Nova do Principe (depois Lapa) e Guaratiba num total de 2:778$000.

São estes os dados deste primeiro arrolamento:

São Paulo	8:800$000
São Sebastião	3:024$000
Santos	2:200$000
Sorocaba	2:065$600
Itú	1:457$600
Jundiahy	1:447$000
Lorena	1:170$000
Areias	1:150$000

Bananal	1:100$000
Franca do Imperador . .	1:094$000
Pindamonhangaba. . . .	1:045$000
S. Carlos (Campinas). .	1:023$000
Taubaté	1:020$000
Ubatuba	1:000$400
Iguape	1:000$000
Atibaia	920$000
Guaratinguetá	912$000
Bragança	800$000
Mogy-Mirim	720$000
Jacarehy	660$000
São Roque	634$240
São Luiz do Parahytinga	500$000
Mogy das Cruzes . . .	490$000
Santo Amaro	403$350
Itapetininga	360$000
Constituição (Piracicaba).	330$000
Villa Bella da Princeza .	327$000
Porto Feliz	317$600
São José (dos Campos).	274$000
Capivary	264$000
Cunha	232$000
Itapeva (Faxina)	210$000
Cananéa	208$000
Araraquara	200$000
Santa Isabel	200$000
Parahybuna	195$600
Apiahy	180$000
Parnahyba	153$910
Conceição Itanhaem . . .	80$000
São Vicente	60$000

Examinemos o que succedeu de 1836 a 1871 com os municipios altamente cafeeiros do Norte do Oeste paulista e o reflexo de progresso de suas lavouras sobre os portos de sua exportação.

No quadro acima exposto notamos a grande predominancia dos municipios cafeeiros do Norte e seus portos de embarque Ubatuba, S. Sebastião sobre os do Oeste e seu porto de escoamento: Santos, Campinas (S. Carlos) era o unico municipio cafeeiro do Oeste que emparelhava com os do Norte. As rendas de Itú, Jundiahy e Sorocaba provinham da velha cultura da canna e do producto das feiras.

Um quinquennio mais tarde nota-se a ascensão notavel das rendas dos municipios cafeeiros nortistas e de Campinas e o formidavel reflexo operado sobre Ubatuba, embora Santos tambem revele notavel progresso recebendo, como recebia, cafés de Jacarehy e Mogy das Cruzes.

São Paulo	11:435$532
Santos	7:055$093
Ubatuba	6:718$790
Areias	5:479$031
Bananal	4:870$920
Pindamonhangaba. . . .	4:366$120
Mogy-Mirim	3:327$272
São Sebastião	2:968$901
São Luiz do Parahytinga .	2:292$524
Itú	2:152$208
São Carlos	2:063$271
Taubaté	2:044$845
Lorena	2:039$109
Mogy das Cruzes . . .	2:014$953
Franca do Impreador . .	1:922$442
Sorocaba	1:900$000
Iguape	1:872$837
Atibaia	1:780$608
Guaratinguetá	1:769$306
Villa Bella Princeza . . .	1:762$094
Itapetininga	1:712$968
Parahybuna	1:673$002
Porto Feliz	1:418$405
Jacarehy	1:306$737
Constituição	1:268$722
Parnahyba	1:010$370
Itapeva.	972$823
Capivary	960$826
Bragança	734$136
Araraquara	731$659
Jundiahy	642$765
Santa Isabel	633$700
Conceição de Itanhaem. .	615$750
Batataes	598$722
São Roque	505$520
Cunha	438$449
Cananéa	410$932
S. José	326$890

Santo Amaro	326$200
Apiahy	312$890
São Vicente	244$962

Em 1846 caminhava o Norte rapidamente para o apogeu de suas lavouras. As rendas da Camara Municipal de Ubatuba sobrepujavam as da capital da Provincia! Santos decahia e Campinas ainda não se avantajara.

Ubatuba	9:773$767
São Paulo	8:668$961
Bananal	5:447$600
Pindamonhangaba. . . .	3:864$900
São Sebastião	3:740$834
Lorena	2:935$221
Santos	2:923$000
Sorocaba	2:912$814
Campinas	2:652$430
Itú	2:427$730
Mogy-Mirim	2:305$226
Guaratinguetá	2:000$000
São Luiz Parahytinga . .	1:824$865
Jacarehy	1:408$900
Taubaté	1:312$597
Iguape	1:200$508
Atibaia	1:088$189
Porto Feliz	1:068$692
Areias	894$365
Jundiahy	773$782
Silveiras (Villa)	766$560
Itapetininga	737$070
Queliz	633$805
Araraquara	615$495
Mogy das Cruzes	609$156
Bragança	582$862
Constituição	581$601
Cunha	571$979
Limeira	550$000
Parahybuna	513$258
Casa Branca	499$387
Rio Claro	464$000
Franca	436$371
São Roque	431$026
Itapeva	393$820

Santo Amaro	370$932
Itanhaem	364$730
São José	360$000
Capivary	355$200
Parnahyba	355$033
Cananéa	348$050
Tatuhy	258$326
Santa Isabel	168$366
Batataes	146$920
Pirapora (Tietê)	127$000
São Vicente	67$724

No Oeste vemos despontar Limeira e Rio Claro.

Em 1847 e 1848 mantem-se a proeminencia de Ubatuba.

Em 1849 perdera o porto em favor da capital. Em Santos subira notavelmente a arrecadação.

Em 1851 apparece novo rival para S. Paulo: Bananal, segundo municipio da lista, tendo supplantado a Santos. O Oeste cafeeiro dá mostras de grande vitalidade com os progressos de Campinas, Limeira, Rio Claro.

São Paulo.	6:560$000
Bananal	5:892$643
Ubatuba	5:062$223
Santos	4:463$650
São Sebastião	3:646$512
Limeira	3:607$950
Campinas.	3:065$564
Sorocaba.	2:645$206
Pindamonhangaba	2:479$711
Constituição (Piracicaba).	2:330$220
Itú	2:271$785
Guaratuba.	2:172$637
Lorena	2:115$522
Rio Claro	1:716$000
Taubaté	1:663$012
Bragança	1:443$004
Mogy das Cruzes	1:416$229
Mogy-Mirim	1:352$866
Tatuhy	1:352$317
Villa Bella	1:281$292
Jacarehy	1:273$851
Iguape	1:209$001
Parnahyba	1:072$398

Jundiahy	1:071$895
Casa Branca.	849$515
Pirapora (Tieté)	840$502
Franca	836$110
Capivary	744$001
Areias	718$000
Xiririca	708$032
Cunha	694$129
Itapeva	679$004
Porto Feliz	661$875
Nazareth	591$400
Batataes	565$520
Santo Amaro	559$031
São Roque	558$597
Silveiras	552$000
São Luiz do Parahytinga	485$395
São José (Dos Campos).	479$432
Queluz	439$000
Itapetininga	400$000
Atibaia	384$210
Parahybuna	380$914
Itanhaem	308$566
Cananéa	272$143
Santa Isabel	233$238
Araraquara	186$220
Apiahy	174$000
São Vicente	51$846

Em 1856 Ubatuba retoma a frente batendo S. Paulo novamente com quem Bananal quase emparelha. Os quarenta municipios de 1836 desdobraram-se em 50.

De Lorena desmembrara-se Silveiras, de Areias, São José do Barreiros e Queluz, Limeira de Mogy-Mirim etc.

Ubatuba	14:500$000
São Paulo	12:950$000
Bananal	11:850$000
Santos	6:326$074
Mogy-Mirim	5:072$717
Campinas	4:539$999
Taubaté.	4:078$212
Pindamonhangaba.	3:511$000
Rio Claro	3:392$000
Lorena	3:278$043

Itú	3:202$482
Jacarehy	2:917$000
São Sebastião	2:884$622
Sorocaba	2:780$000
Mogy das Cruzes	2:713$668
Constituição	2:578$040
Areias	2:448$000
Nazareth	2:376$159
Bragança	2:288$627
Iguape	2:174$000
Guaratinguetá	2:130$000
Parahybuna	2:063$445
São Luiz do Paraytinga .	1:816$335
Villa Bella	1:764$646
Queluz	1:528$796
Silveiras	1:406$500
Limeira	1:342$000
Itapetininga	1:265$000
Casa Branca	1:123$030
Franca	1:036$570
Jundiahy	1:000$000
Porto Feliz	920$809
Pirapora	843$838
Atibaia	809$363
Capivary	766$957
Batataes	710$000
Tatuhy	663$960
Parnahyba	652$545
São Roque	559$970
São José Parahyba . . .	547$870
Xiririca	539$800
Itapeva.	375$760
Araraquara	368$866
Cunha	362$000
Cananéa	331$010
Santo Amaro	322$000
Santa Izabel	224$000
Itanhaem	191$310
São Vicente	130$924
Apiahy	115$640

Em 1860 nota-se que S. Paulo retomara a superioridade que lhe cabia como cabeça da Provincia. Ubatuba mantinha-se estacionaria mas Bananal tivera enorme augmento de ren-

das como aliás Campinas, e o Oeste proximo; dahi o reflexo sobre Santos que quase emparelhava com Ubatuba.

São Paulo	32:229$000
Bananal	28:254$361
Ubatuba	15:986$754
Campinas	15:008$780
Santos	14:762$000
Areias	7:184$229
Itú	6:603$971
Sorocaba	6:300$528
Mogy-Mirim	6:188$267
Rio Claro	5:780$000
Guaratinguetá	5:507$620
Taubaté	5:468$000
Constituição	4:770$980
Lorena	4:735$392
Limeira	4:721$223
Casa Branca	4:390$032
Pindamonhangaba . . .	4:210$000
Parahybuna	3:653$118
Iguape	3:319$208
Queluz	3:074$230
São Sebastião	3:017$015
Pirapora (Tietê). . . .	2:757$795
São José Parahyba . . .	2:738$860
Bragança	2:730$000
Nazareth	2:701$495
Franca	2:523$790
Itapetininga	2:493$626
Tatuhy	2:479$821
Capivary	2:466$970
Porto Feliz.	2:130$959
Silveiras	2:018$000
Jacarehy	1:958$000
São Luiz Parahytinga . .	1:824$000
Atibaia	1:802$737
Mogy das Cruzes	1:639$316
Araraquara	1:605$760
Bethlem (Itatiba) . . .	1:412$000
Caçapava	1:258$788
Jundiahy	1:000$000
Villa Bella	962$000
Itapeva	907$320

S. Bento Sapucahy	906$000
Xiririca	875$000
S. Amaro	825$960
Batataes	818$000
Cotia	731$120
Amparo	756$054
Santa Branca	682$129
Penha	658$000
Cananéa	630$662
Campo Largo (Sorocaba).	628$000
Parnahyba	598$488
Botucatú	590$680
São Roque	558$426
Una	517$020

No exercicio de 1864 a 1865 Bananal sobrepujara a capital da Provincia! Ubatuba declinava francamente e muito.

Bananal	36:485$951
São Paulo	26:804$000
Santos	21:355$000
Campinas	17:767$000
Sorocaba	8:994$392
Rio Claro	8:921$163
Taubaté	7:676$030
Bragança	7:225$750
Itú	7:146$800
Mogy das Cruzes	7:066$405
Casa Branca	6:595$620
Lorena	6:018$327
Ubatuba	5:579$402
Porto Feliz	5:496$684
Pindamonhangaba. . . .	5:286$433
S. Luiz Parahytinga. . .	5:169$221
Areias	5:051$534
Mogy-Mirim	4:642$821
Limeira	4:440$310
Iguape	4:429$808
Guaratinguetá	4:328$259
Parahybuna	4:318$779
Jacarehy	4:066$480
Atibaia	3:021$012
Itapetininga.	2:990$000
Jundiahy	2:916$121

Silveiras	2:840$000
Capivary	2:607$901
São Sebastião	2:528$270
S. José do Barreiro	2:367$652
S. José do Parahyba. . . .	2:348$138
Pirapora	2:218$890
Itapeva da Faxina	1:902$112
Franca	1:853$875
Botucatú	1:750$599
Una	1:568$181
Araraquara	1:533$680
Nazareth	1:524$625
Santa Branca	1:394$156
Parnahyba	1:354$577
Bethlem (Itatiba)	1:322$835
Indaiatuba	1:202$897
Cunha	1:150$800
Villa Bella	1:079$239
S. Bento do Sapucahy . .	1:064$000
S. Antonio da Cachoeira.	1:063$500
Campo Largo (Sorocaba).	914$565
S. Roque	846$074
Santo Amaro	708$000
Caraguatatuba.	692$000
Cananéa	665$637
Cabreuva	541$000
Serra Negra	526$400
S. José de Parahytinga .	524$480
São Vicente	129$451

Até 1866 Bananal deveria encabeçar a lista dos municipios da Provincia. Campinas avançava extraordinariamente e Santos quase se equiparava com S. Paulo.

Em 1870 Santos seria o primeiro da lista, quase emparelhando Campinas com S. Paulo, verificava-se o declinio de Bananal.

Santos	33:804$000
São Paulo	31:840$000
Campinas	29:725$281
Bananal	25:993$748
Mogy-Mirim	14:640$676
Itú	12:435$048
Guaratinguetá	10:534$359

Sorocaba	10:136$000
Jundiahy	10:000$000
Bragança	9:225$380
Constituição	8:902$165
Capivary	8:740$089
Pirassununga	8:425$165
Amparo.	8:075$010
São José do Parahyba. .	8:048$420
Limeira	7:685$583
Pindamonhangaba. . . .	7:126$340
Brotas	6:585$212
Itapetininga	6:582$417
Queluz	6:515$623
Parahybuna	6:337$945
S. Luiz do Parahytinga .	6:086$372
Iguape	5:980$300
Jacarehy	5:700$573
Lorena	5:699$219
Rio Claro	5:134$036
Mogy das Cruzes	5:028$412
Porto Feliz	5:007$669
Silveiras	3:821$510
Franca	3:788$043
Areias	3:648$455
Cunha	3:267$358
Villa Bella	2:972$000
Batataes	2:850$320
Bethlen (Itatiba)	2:497$061
Itapeva	2:448$400
Santa Branca	2:331$598
Tatuhy	2:128$000
Sap. Mirim (S. Bento) .	2:118$830
C. Bonito Paranapanema.	2:013$000
Natividade	1:917$016
Campo Largo (Sorocaba)	1:882$569
Santa Isabel	1:797$012
Atibaia.	1:780$170
Cananéa	1:659$520
São Roque	1:579$300
Santo Antonio Cachoeiral.	1:548$450
Bethlen Descalvado . . .	1:341$245
Indaiatuba	1:310$000
São Sebastião	1:240$983
Santo Amaro	1:216$000

Nazareth	1:024$002
Penha	1:020$000
Caraguatatuba.	900$000
Santa Barbara	900$000
Serra Negra	843$974
Parnahyba	841$660
Una	672$765
S. José do Parahytinga .	604$440
Cabreuva	497$700
Itanhaen	236$400
São Vicente	150$833

E' interessante o confronto das rendas dos portos como reflexo das exportações do Norte e de Oeste de S. Paulo se se deve levar em linha de conta que grande parte da producção do Norte de S. Paulo se encaminhava para os portos fluminenses de Paraty e Jurumirim. Este ultimo recebia as safras importantissimas de Bananal.

Ainda assim é interessante o confronto.

Portos	1836	1846	1856	1865	1872
Norte:					
Ubatuba e S. Sebastião	4:048$	13:513$	27:384$	8:107$	8:478$
Oeste					
Santos	2:200$	2:923$	6:326$	21:355$	46:620$

Convem lembrar que Santos tambem recebia bastante café do Norte. Na *Patria Paulista,* de Alberto Salles, ha uma série de quadros estatisticos sobre a exportação por Santos que este illustre autor, absolutamente probidoso como era, deve ter organizado a vista dos dados officiaes mais autorisados convertendo as antigas medidas portuguezas ao systema metrico decimal.

	Café	
	Saccas de 60 k.	*Valor*
1858-1859	182.793	3.750:590$000
1859-1860	291.696	7.535:796$000
1860-1861	256.356	6.453:574$000
1861-1862	287.245	8.615:462$000

1862-1863	283.778	8.561:784$000
1863-1864	212.853	6.242:741$000
1864-1865	328.126	9.822:530$000
1865-1866	255.146	7.706:301$000
1866-1867	222.732	5.973:662$000
1867-1868	423.819	11.047:450$000
1868-1869	507.348	14.106:336$000
1869-1870	502.640	13.483:019$000
1870-1871	437.580	10.974:418$000
1871-1872	404.605	13.004:567$000

Algodão

Kilog.	*Valor*
—	—
—	—
—	—
—	—
1.470	1:010$000
17.522	4:156$000
103.296	111:318$000
2.900.618	3.346:086$000
2.344.898	2.887:982$000
8.185.973	5.699:383$000
7.176.255	6.116:823$000
6.142.228	6.185:968$000
5.475.683	3.226:161$000
10.204.610	7.155:944$000

Fumo

Kilo	*Valor*
66.468	33:520$000
83.355	68:611$000
129.727	87:603$000
147.602	90:188$000
182.588	71:430$000
138.973	88:723$000
109:941	70:273$000
89.728	55:304$000
198.597	128:176$000
486.474	322:920$000

348.725	217:915$000
350.751	207:120$000
268.620.	247:906$000
559.543	372:598$000

Como vemos a esmagadora preponderancia do café sobre os dois outros generos agricolas exportados pela Provincia nestes quase tres lustros fôra subitamente atenuada de 1862 em deante pelo prodigioso e inopinado surto algodoeiro provocado pela fome universal de algodão, decorrente da Guerra de Seccessão.

Ainda no exercicio de 1871-1872 a exportação da malvacea attingira mais de metade do valor da rubiacea quando dez annos antes era 0,12 %!

O chá é que decahira de 1861-1862 em deante notavelmente como vemos da seguinte tabella:

Exercicios	*Kilog.*	*Valor*
1858-1859	26.758	43:516$000
1859-1860	42.720	80:232$000
1860-1861	28.077	52:640$000
1861-1862	51.435	90:160$000
1862-1863	28.268	54:300$000
1863-1864	57.491	62:312$000
1864-1865	24.607	50:210$000
1865-1866	25.695	52:230$000
1866-1867	18.495	30:750$000
1867-1868	18.060	30:400$000
1868-1869	27.360	41:200$000
1869-1870	22.260	36:760$000
1870-1871	18.123	36:266$000
1871-1872	14.361	28:722$000

Assim apesar de todos os esforços dos governos geral e provincial longos aturados, constantemente relembrados nas mensagens aos parlamentos provinciaes nada se alcançara no sentido de se avolumar a exportação da *thea sinensis* quer em S. Paulo quer em Minas Geraes.

E' que contra o imperativo inflexivel das leis economicas inutil se torna qualquer esforço. Verdadeira cultura de estufa no Brasil jamais poderia tomar o incremento que os observadores superficiaes dos phenomenos da producção e do commercio internacional lhe auguravam com uma insistencia

que o decorrer da série extensa de annos só difficilmente viria abalar.

Os productos de origem animal constituiam fontes fracas da exportação paulista conforme os quadros da resenha de Alberto Salles.

Exercicios	*Couros – Salgados* *kilos*		*Solas* *kilos*	
1858-1859 . . .	—	—	48.800	39:040$000
1859-1860 . . .	—	—	56:280	45:024$000
1860-1861 . . .	—	—	33:344	35:570$000
1861-1862 . . .	—	—	49.064	52:130$000
1862-1863 . . .	—	—	45.810	57:300$000
1863-1864 . . .	—	—	48.536	62:220$000
1864-1865 . . .	—	—	44.944	56:216$000
1865-1866 . . .	—	—	59.152	69:315$000
1866-1867 . . .	76.469	13:764$	48.152	63:340$000
1867-1868 . . .	90.631	18:126$	48.832	64:100$000
1868-1869 . . .	78.187	15:627$	50.792	66:215$000
1869-1870 . . .	81.987	16:395$	36.272	45:340$000
1870-1871 . . .	42.186	9:196$	73.297	72:160$000
1871-1872 . . .	24.786	5:403$	100.600	105:575$000

Toucinho

637.740	321:443$000
749.744	362:244$000
815.232	294:048$000
758.152	198:991$000
370.660	122:772$000
256.573	78:933$000
250.620	65:121$000
200.169	76:874$000
177.220	247:777$000
310.252	151:708$000
225.183	95:600$000
285.512	134:417$000
222.719	92:800$000
222.008	77:587$000

Ha um reparo a fazermos aos dados cafeeiros de Alberto Salles. Não sabemos se acaso não se terá equivocado no computo da exportação santista reduzindo-a a saccas de 60

kilos quando até 1871 as saccas de café eram de cinco arrobas ou sejam quase 73.5 kil. (73.340 grs.).

Neste equivoco tem laborado numerosos autores.

No mappa organizado pelo administrador da Mesa de Rendas de Santos, Francisco Martins dos Santos para o periodo de 1.º de julho de 1859 a 30 de junho de 1871 occorrem os seguintes dados:

	kilos
1859-1862	62.815.416
1862-1865	63.090.684
1865-1868	68.956.489
1868-1871	166.208.362
Total	263.070.781

Para estes quinze exercicios os dados de Alberto Salles attingiram a um total de 4.009.369 saccas. Se as computarmos a 60 kilos teremos 240.559.140 kilogrammas o que está em real contradicção com os dados de Martins dos Santos.

Assim os 263.070.781 kil. do Administrador das Rendas devem corresponder a 3.587.002 saccas de cinco arrobas.

Em relação aos valores o das quinze safras deccorentes dos exercicios de 1859-1860 a 1870-1871 segundo Alberto Salles attinge a um total de Rs. 110.523:078$934 e o do Administrador a 110.186:441$012 réis divergencia insignificante, donde se conclue que a tabella de Alberto Salles relativa ao numero de saccas de 60 kil. sahidos de Santos deve ser alterado na proporção de 60 para 73.840 para se ter a relação das saccas exportadas.

CAPITULO XXIII

O café e os relatorios dos presidentes da Provincia de Minas Geraes — Palavras do Visconde de Abaeté, de Costa Pinto e Dias de Toledo — Confronto estabelecido pelo Visconde de Uberaba ante as vantagens da cultura do chá e do café — Opiniões e informes de Bernardo Jacinto da Veiga — Relatorios pouco informativos — As mensagens de Soares de Andréa

Não conseguimos encontrar na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro os relatorios dos presidentes de Minas Geraes, aos respectivos conselhos e Assembléas Provinciaes, anteriores a 1835.

Provavelmente não se imprimiram os dos primeiros, desde o Visconde de Caeté (29 de fevereiro de 1824) até o Barão de Cocaes (1.º de junho de 1835) primeiro presidente empossado após a promulgação do Acto Adicional.

E' porém mais que provavel que nestes documentos não encontremos referencias á cultura cafeeira visto como, de 1835 em deante, e durante largo prazo, são muito escassas as informações presidenciaes relativas a tal assumpto.

O mais antigo dos relatorios mineiros existentes na Bibliotheca do Rio de Janeiro é o de 1835. Corresponde ao ultimo anno do periodo presidencial do illustre estadista Antonio Paulino Limpo de Abreu a quem, em 1854, galardoou Dom Pedro II com um dos mais justos e honrosos titulos nobiliarchicos do Imperio, o de visconde de Abaeté.

Conta-nos este documento que no anno anterior houvera pavorosa secca no Norte de Minas a que se seguira verdadeira e extensa fome, sobretudo na comarca do Serro.

A população da provincia calculava-se em 517.545 almas e em desaccordo pessimista com o Desembargador Velloso de Oliveira em 1820 (621.885), Eschwege em 1821 (514.108). A receita provincial produzira 184:400$000, deficitaria porque as despesas forçadas se calculavam em 235:585$000.

No anno seguinte era o distincto paulista Dr. Manuel Dias de Toledo (1797-1879) futuramente conselheiro, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, quem, a primeiro de fevereiro, chamava a attenção da assembléa para o mau estado das finanças provinciaes.

A receita orçada em 276:400$000 contrapunha-se a uma despesa de 362:270$000. A principal fonte, ou ramo, como no tempo se dizia, das rendas publicas residia no dizimo.

A Manuel Dias de Toledo succederia Antonio da Costa Pinto, presidente empossado a 2 de outubro de 1836. No dia de N. Senhora da Candelaria, do anno immediato, dirigia-se á Assembléa Provincial.

Avaliava a população da Provincia em 619.775 almas. Verberou vehementemente a prodigiosa derribada de mattas, no territorio mineiro, que então se operava "Dia virá de desgosto!" clamava propheticamente.

Curioso porém que nada diga sobre a causa desta devastação florestal. Era sobretudo o plantio do café que a determinava.

No emtanto não ha uma unica palavra sobre a rubiacea, em sua pequena mensagem, em que se aconselha a cultura do chá.

A pecuaria mostrava-se muito atrazada ainda e o presidente aconselhava vivamente a criação de muares. O capitão Francisco Leite Ribeiro, filho do sargento-mór José Leite Ribeiro e irmão do Barão de Ayuruoca, homem intelligente e energico, propunha-se a abrir uma estrada de Magé ao Parahyba deitando um ramal para o Mar d'Hespanha. Eram os novos cafezaes que a determinavam. Pensava-se em outra, de Ouro Preto ao Pomba para se entroncar com esta.

A 13 de novembro de 1837 tomava posse do governo o Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro (1792-1856) mais tarde Visconde de Uberaba, em 1842, conselheiro de Estado, e, em 1844, senador do Imperio pela provincia de S. Paulo.

Magistrado e parlamentar de elevados creditos tinha a reputação de administrador de vistas largas.

No seu relatorio de 1838 estabeleceu um confronto entre as vantagens da cultura do chá e do café.

E as ponderações por elle feitas são apreciaveis pois as suas preferencias pela recommendação da theicultura provinham do argumento de que o chá, sob pequeno volume e peso, era mercadoria muito mais valiosa como preço do que qualquer outra. E havia ainda a aggravante para o caso mineiro da distancia dos centros productores aos portos de em-

barque. E isto quando as vias de accesso ás terras mineiras eram as horriveis estradas de então.

Não se comprehende como, no relatorio de 1838, o Desembargador José Cesario de Miranda Ribeiro, quase se desinteressasse, completamente, de se referir á cafeicultura.

E no emtanto, no dizer do Dr. Aristoteles Alvim, a exportação de café mineiro, passara de 9.739 arrobas do exercicio de 1818-1819 a 163.000 do periodo de 1834-1835! Tornara-se dezeseis vezes maior em 17 annos!

Fallando do chá, dizia Miranda Ribeiro, "não perderei a occasião para convidar-vos a que animeis vigorosamente este ramo de industria e commercio, por meio do qual se poderão introduzir na Provincia consideraveis riquezas."

Expendia a seguir o presidente aos deputados provinciaes:

"Muitos calculos não serão necessarios para demonstral-o quando se reflectir que os nossos Fazendeiros cultivam hoje o café como ramo lucrativo, sendo o seu preço vinte vezes menos, que o d'aquelle outro, cuja cultura é tão facil, como productivo e que sendo tão custosos os transportes de Minas para qualquer parte de embarque até a praça commercial, acha-se conveniencia, em mandar uma besta carregada de café com o valor de vinte a trinta mil réis, quando ella podia produzir com chá de quinhentos a seiscentos mil réis. Não fallo, Srs. theoricamente; a experiencia já tem mostrado quanto prospera o chá nesta Provincia, e o seu fabrico é mui simples e na de S. Paulo já temos exemplos de algumas pessoas que dessa cultura tiram consideravel e constante rendimento."

Contava o futuro Visconde de Uberaba pois que a Assembléa, prestando a este objecto a attenção de que era digno, consignasse alguma quantia especialmente applicavel ao desenvolvimento da theicultura.

O engajamento de alguns Chinas proficientes os premios concedidos aos primeiros cultivadores, e fabricantes, e outros meios adequados eram os mais indicados, de prompto.

A propagação de tal lavoura se faria em toda a Provincia. E como não era possivel, que os fazendeiros de Minas resistissem á evidencia dos factos, nem por mais tempo desprezassem interesses reaes, nutria o presidente a lisongeira esperança de ver ainda florescentes muitas povoações, que rodeadas de terrenos excellentes, para o cultivo do chá, como por exemplo a cidade de Marianna, e outras, jaziam em certo estado de abatimento, e só dependentes de productos estranhos,

por falta de um ramo de Commercio, capaz de infundir a actividade e alento aos seus habitantes.

Prova mais cabal de que tal se daria, era a situação, do pequeno districto de S. Bartholomeu. Mantinha-se vantajosamente pela exportação de um só producto cultivado.

Ao futuro Visconde de Uberaba succedeu na presidencia de Minas o Dr. Bernardo Jacintho da Veiga, de tradicional e illustre familia campanhã.

Durante dois annos seria o governador da grande circumscripção central, até 22 de agosto de 1840.

Não se occupou directamente do café, mas tratou de questão *a latere* da maior importancia: a das estradas.

A do Parahybuna, tendendo a galgar o centro, estava sendo magnificamente dirigida pelo engenheiro Halfeld, sendo seu contractante Antonio José da Silva Pinto lavrador de grandes recursos da zona de Santo Antonio de Parahybuna e futuro Barão da Bertioga.

No registro do Parahybuna haviam passado 18.979 bestas carregadas e 2.732 bois não se incluindo ahi os animaes de montaria dos tropeiros e arrieiros.

Gabava muito o presidente Veiga a actuação de outro engenheiro germanico muito capaz: Julio Frederico Koeler, de immorredoura memoria para os petropolitanos.

Valiosas as considerações do presidente Veiga.

O parlamento Provincial conhecia, de sobra, os sacrificios exigidos para dar o primeiro passo na nova carreira de prosperidade, e riqueza, que se abria á "Provincia e lhe apresentava brilhante porvir."

A Assembléa Provincial bem convencida de que a mais urgente das necessidades de Minas era o melhoramento dos meios de communicação, mostrara, tanto na primeira como na segunda Legislatura, a consideração que lhe merecia este objecto.

Lançadas as bases de um systema fertil em grandes resultados haviam estes sido melhorados e mais condizentes ás circumstancias do Paiz. Já finalmente a Assembléa habilitara o Governo com os meios precisos para levar a effeito as sabias disposições da lei inicial de viação. E as diversas administrações, unanimes em satisfazer as vistas da Assembléa, tinham, para tal fim, empregado a mais activa e constante solicitude, fechando os olhos a todas as difficuldades, oppostas ao desenvolvimento e progresso das obras.

Já não era mais um problema, obter-se para a Provincia uma estrada capaz de dar passagem a carros e seges. Se o

Governo Imperial decidisse mandar continuar, como se esperava, a mesma Estrada, na parte em que cortava a Provincia do Rio de Janeiro, proxima estaria a epocha em que o viajante, em logar de gastar doze ou mesmo quinze dias de penosas marchas, ou grandes incommodos, e mesmo perigos, despesas e empate de capitaes, pudessem ir de Ouro Preto á Côrte, em muito mais curto prazo e com todas as commodidades desejaveis.

Os productos mais valiosos da Provincia, como o café, o assucar e tabaco, não haviam deixado de prosperar, porque a fertilidade do sólo remunerava exuberantemente os cultivadores, mas sua exportação não era tão consideravel como poderia ser, pela difficuldade, e carestia dos transportes, tornando muito desfavoravel a posição dos Fazendeiros de Minas comparativamente aos de outros productores, clientes da praça do Rio de Janeiro, principal mercado da região. Os mesmos embaraços haviam feito cahir a cultura do algodão e a extracção do salitre no desalento em que se encontravam, e assim aconteceria emquanto não pudessem estes productos sustentar a concurrencia naquelle mercado com generos iguaes de outras provincias.

O carreto de uma arroba de salitre, de uma das villas do Sertão ao Rio de Janeiro, regulava de 4 a 5 mil réis, quantia igual ou superior ao seu custo, e pouco inferior ao preço pelo qual ordinariamente se vendia o salitre extrangeiro naquella Praça. Embora o Governo Imperial tivesse querido animar a industria salitreira, comprando para as fabricas naciones todo o producto de Minas, não pudera fazel-o, porque isto exigiria grandes sacrificios da Fazenda Publica.

Passando a tratar da agricultura, industria e pecuaria contava Bernardo da Veiga, que mandara proceder a conveniente distribuição dos poucos exemplares do *Manual do Agricultor Brasileiro,* e do *Auxiliador da Industria Nacional,* enviados pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.

Bem empregada seria a despesa que se fizesse com a vulgarização desta interessante obra, e de outras semelhantes. Algumas Camaras Municipaes haviam feito requisições neste sentido. Sentia o Governo provincial não poder satisfazel-as pela maneira que desejaria. No numero destas achava-se a da nova Villa do Presidio (hoje Rio Preto), que se mostrava empenhada em promover os melhoramentos de que tanto carecia o Municipio, um dos mais florescentes centros cafeeiros de Minas Geraes.

"Sendo do meu dever, concluia o Presidente, não só in-

formar a camara do estado em que se acha a administração da Provincia, mas tambem indicar as providencias que ella mais precisa para seu melhoramento não terminarei sem lembrar-vos que a medida já decretada pela Assembléa de se mandarem á Europa alguns jovens capazes de habilitarem-se no melhor systema d'instrucção primaria para virem estabelecel-o entre nós teria effeitos não menos vantajosos quando se fizesse extensiva a aquelles ramos de Industria, que em vossa opinião merecessem a preferencia."

Em 1840, a 1.º de fevereiro era ainda Bernardo Jacintho da Veiga quem se dirigia á Assembléa Provincial. Communicava-lhe que se concluira a setima legua da estrada de Parahybuna; attingira ella a fazenda de Marcellino Dias Tostes.

A exportação mineira tivera como principaes valores em 1839:

	Arrobas
Café	103.251
Toucinho	805.995
Fumo	55.035
Queijos	218.654
	Varas
Pannos de algodão	439.639
	Arrobas
Marmelada	3.039
Assucar	2.938
Bois	21.025
Porcos	10.249
Carneiros	2.994

Eram então as principaes barreiras provinciaes Parahybuna, Mar d'Hespanha, Porto Velho e Porto Novo do Cunha, Soledade de Itajubá, Sapucahy Mirim, Campanha do Toledo, Jacuhy, Passa Quatro, Mantiqueira, Presidio e Caldas.

O successor de Bernardo J. da Veiga foi o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto cuja posse se deu a 22 de agosto de 1840.

No seu relatorio de 4 de fevereiro de 1841, assim expunha os valores da exportação mineira.

Augmentara immenso a producção do café. No exercicio anterior fôra 103.251 arrobas e agora de 243.473!

Nos demais productos se notava a mesma tendencia a maior em alguns até extraordinaria como se podia ver do confronto dos dados.

Arrobas:

	Em 1839-1840	Em 1840-1841
Fumo	55.035	163.271
Toucinho	80.599	181.116
Assucar.	2.938	5.604
Algodão	583	1.575
Queijos	218.654	599.006

Varas:

Panno de algodão . .	439.639	1.023.338
Bois	21.025	50.370
Porcos	10.249	21.747
Carneiros	2.974	6.608
Milho	8.501	alqueires
Lã	23	arrobas

Houvera pois, como acabamos de ver, enorme acrescimo na producção mineira. Tão notavel mesmo que nos induz a crer na evasão de rendas no exercicio anterior. O successor do Marechal P. Pinto, a 7 de junho de 1841, foi o Dr. Manuel Machado Nunes, mais tarde desembargador da relação maranhense. Já presidira S. Paulo, de 1839 a 1840. O seu governo em Minas foi absolutamente ephemero. Apenas o exerceu durante 39 dias!

Substituiu-o o Dr. João Lopes da Silva Vianna, nomeado a 16 de julho de 1841 e cujo periodo seria o mais exiguo pois a 15 de janeiro de 1842 empossava-se o Dr. Carlos Carneiro de Campos, futuro senador do Imperio e Visconde de Caravellas. Mas tambem por quatro mezes apenas! O relatorio de 1842 quem o apresentou foi o vice-presidente Herculano Ferreira Penna, a 3 de maio.

Neste documento o unico dado mais interessante é o que se refere á receita provincial: 394:846$000.

A' segunda presidencia de Bernardo Jacintho da Veiga perturbou o periodo convulsionado da revolução mineira, cujos chefes foram Theophilo Ottoni e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, já presidente de Minas em 1835, e futuro Barão de Cocaes.

Restabelecida a paz, depois da derrota dos liberaes, em Santa Luzia, pelo Barão de Caxias, assumiu a presidencia da

Provincia um especialista em restabelecimento e manutenção da ordem e do prestigio da autoridade o tão energico quanto intelligente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, futuro Barão de Caçapava, empossado a 23 de março de 1843.

Era elle quem, a 17 de maio deste anno, se dirigia á assembléa provincial.

Falando da agricultura e da industria mineiras expendia:

"São principios seguidos de muita gente que os Paizes agricolas não devem cuidar de nenhum outro objecto e eu sou de principio que todo o paiz deve aproveitar-se das suas vantagens, e por isto fallarei dos quatro ramos de riqueza, que fazem o titulo deste artigo. Os generos de Agricultura em um paiz central, carecido ainda de estradas de ferro para gozar das vantagens desse meio espantoso de transporte e de canaes de navegação, que protejam a sua exposição, não podem ser outros que os necessarios á vida, e consumo diario, e quando muito algum genero de mais valor, como é hoje o café, e o fumo, e seria o anil a coxonilha, as plantas medicinaes, e algum outro genero no mesmo caso, que tenha de pagar embora muito dinheiro pela sua conducção, mas que pelo seu valor no mercado torna insignificante esta despesa. Todos os outros generos não podem ser transportados em bruto, e devem ser enviados ou transportados inteiramente, como o milho reduzido a porcos em pé, ou toucinho, e o algodão em tecidos mais ou menos grossos, e os couros em solas, atanados, ou bezerros, e outros ramos de industria. Desta exposição se pode concluir, que uma das provincias que mais deve cuidar de sua industria é esta de Minas Geraes."

A industria mineira pouco desenvolvimento apresentava mas não tão pouco, que não bastasse para mostrar a tendencia, e a habilidade de seus habitantes.

O modo pelo qual o Governo podia mais beneficiar e directamente agir, era animar o consumo, protegendo por meio de premios em dinheiro as novas descobertas, ou o maior rendimento do trabalho. A Assembléa podia decretar annualmente uma quantia por exemplo de vinte contos de réis, a ser depositada no Banco Commercial, vencendo juros e accumulando-os, assim como novas quotas annuaes para sobre este capital, estabelecer premios, que ficasse habilitada a conceder, de uma só vez, ou repartidamente, áquelles que cumprissem certas condições estipuladas:

Assim por exemplo de vinte ou mais contos de réis á primeira fabrica que fiasse algodão até certo limite, e tivesse

pago direitos correspondentes a tantos quintaes de fio exportado ou vendido ás fabricas de tecidos.

Depois deste exordio indicava o futuro Barão de Caçapava á Assembléa Provincial um processo para acquisição de colonos livres cujo unico commentario é o classico e estafadamente usado: *spectatum admissi, risum teneatis amici?* horaciano.

Era simplesmente incrivel a boa fé do illustre presidente propondo aos representantes do eleitorado mineiro o processo de introducção de africanos livres, naquelles annos em que o trafico se exacerbara como nunca!

Havia um modo pratico de se adquirirem braços para a agricultura. Assim como a Nação Ingleza, e do modo mais philanthropico, lançara mão de todos os meios para abolir a escravatura no Brasil, como tambem entre outras Nações, assim como a Inglaterra adoptara o methodo de comprar colonos á Costa d'Africa, logo libertos, e transportados para cultivarem as colonias britannicas, assim tambem podia Minas Geraes pedir ao Governo faculdades para procurar alguma Companhia, que se propuzesse a trazer-lhe africanos livres afim de serem empregados, sob tutela, por certo numero de annos, vencendo, nos primeiros, ração e vestuario, e nos seguintes certo augmento de salarios, successivamente maiores, até attingirem preços correntes, ahi comprehendidos a comida e o vestuario.

Esta medida daria á Provincia braços para as suas obras publicas, restando a bem da Agricultura, e outras Industrias a população do paiz.

No anno seguinte 1844 novamente abria Soares de Andréa as sessões da Assembléa Provincial. Em seu relatorio faz grandes encomios a theicultura.

Fôra esta a exportação mineira no exercicio de 1842 a 1843.

Generos	*Quantidades Arrobas*	*Preços*
Café	263.980	De 2$000 a 2$500
Fumo	154.179	De 2$000 a 2$500
Toucinho . . .	220.301	2$400
Assucar . . .	2.007	
Algodão . . .	233	
Queijos . . .	377.239	

Varas:

Pannos de alg. 1.245.229

Bois	78.120	a	15$000
Bestas	45.421	a	40$000
Porcos	44.819	a	4$000
Cavallos . . .	1.173	a	50$000
Carneiros . . .	7.115	a	1$500

De chá nem uma libra! convem notal-o.

Tratando da agricultura e industria provinciaes expendia o famoso general pacificador uma série de conceitos curiosos que tambem diziam respeito á cultura cafeeira.

"Segundo o estado presente do mundo civilizado, ou que tem essa alcunha, já não basta saber-se quaes os generos que bem produz um paiz para que nos empreguemos em o cultivar e melhorar os methodos de obter com menor trabalho, mais perfeitos, e abundantes productos; e reservada a parte do consumo que o paiz exige, offerecer o excedente aos extrangiros em troco dos generos que tiverem de sobra. Hoje andamos aos baldões, sem acertarmos na escolha pelos desgraçados ajustes em que estamos com as outras nações, nas quaes é ostentada a lei da mais restricta reciprocidade; mas por desgraça nossa na proporção de um para mil, ou para dez mil; e recebemos como nos querem dar os objectos de que precisamos; vendo-nos ao mesmo tempo obrigados a abandonar inteiramente a cultura, já do assucar, já do café, já do algodão e de todos os outros ramos que nos vão dando interesse; porque por essa mesma muito justa reciprocidade ninguem recebe os nossos generos ou os carregam de taes tributos, que equivalem á exclusão.

Por isso nada pode o Governo recommendar, nem propor com segurança, a respeito desses chamados generos coloniaes, mas unicamente que tratemos das cousas uteis ao nosso uso, muito embora se tornem ainda generos de exportação."

Recommendação a mais salutar era a seguinte:

"Um dos primeiros cuidados que de haver nesta Provincia, porque a falta já se vae sentindo, e muito, é a conservação dos bosques, e mesmo a plantação e creação de novos."

Da sabedoria da Assembléa dependia regular que porção de terrenos, em relação ao total, devia cada proprietario conservar irremissivelmente, ordenando a extirpação de plantas

inuteis que vegetavam nas mattas e determinando as qualidades das madeiras a serem plantadas de novo nos terrenos em que a porção reservada para a conserva dos bosques estivesse despovoada; e isto segundo as mais precisas nos districtos respectivos, preferindo-se aquellas a que o terreno mais facilmente se prestasse.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXIV

Os informes do Vice-Presidente Quintiliano José da Silva sobre o progresso das lavouras cafeeiras em Minas Geraes — A miragem do chá — Decadencia da producção deste genero — Inquerito cafeeiro determinado pelo Presidente Francisco Diogo P. de Vasconcellos — Presidencia de Herculano Ferreira Penna — A questão dos impostos sobre o café — Escassez de dados dos relatorios de 1863 a 1870

Foi o futuro Barão de Caçapava substituido, a 1.º de julho de 1844, pelo brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, ministro da Guerra, e interino da marinha, da regencia trina em 1835. Curto seria o seu periodo presidencial em Minas. Eleito deputado pelo Rio de Janeiro á sexta legislatura (1845-1847) passou o governo ao vice-presidente Quintiliano José da Silva.

Foi este quem se dirigiu á assembléa provincial em 1845. Em seu relatorio persiste a insistencia da recommendação da lavoura do chá, obsidente de tantos administradores daquella época, a cerrarem os olhos á realidade das cousas, com a marcha ascencional, prodigiosa, do cultivo da rubiacea. Assim o vice-presidente Quintiliano endereçou grandes gabos aos dois theicultores de Nazareth, Antonio José Teixeira e Souza, irmão do Barão de Itambé, e sua parenta D. Maria Esmeria Teixeira, que possuiam uma lavoura com 20.000 arvores de chá.

Minimas referencias fazia o vice-presidente ao café. Limitou-se a dizer que em Queluz havia cafezaes de vulto. Os de Itabira eram muito menos importantes. Em Barbacena já se contavam alguns fazendeiros que cultivavam a planta ethiope em grande escala mas era sobretudo ao sudoeste da provincia, na Matta, que os cafezaes augmentavam. Infelizmente porém a lavoura da provincia vivia entregue á mais deploravel rotina.

Nomeado presidente de Minas Geraes, a 1.º de outubro

de 1845 teria Quintiliano José da Silva, um periodo assaz longo, de governo (até 14 de março de 1848).

Em seu relatorio de 1846, apresentado a 3 de fevereiro ha alguns dados summarios sobre o avanço da lavoura cafeeira. Em S. João Nepomuceno cultivavam-se o café e a canna mas notava-se grande falta de braços. No Serro, além dos mantimentos, occorriam mas em pequena escala, a canna e algum café. Em Dimantina, para os lados do Rio Vermelho, muitos mantimentos assim como um pouco de café. Em Pitanguy ensaiavam-se o café e o fumo.

Em Jacuhy, além do pouco café, canna e fumo. Em Montes Claros principiara pequena lavoura de trigo; havia algum café tambem, assim como em Rio Pardo. E só isto.

Nos relatorios de 1847, 1848, 1849, 1850 redigidos respectivamente pelos presidentes Quintiliano José da Silva, Bernardino José de Queiroga, José Ildefonso de Souza Ramos (posteriormente Senador e Visconde de Jaguary) Desembargador Alexandre Jorge de Siqueira nada lemos sobre a lavoura cafeeira.

No anno de 1851, no relatorio da lavra do presidente José Ricardo de Sá Rego ha alguma cousa mais interessante.

Prosseguiam as obras da estrada central da Parahybuna, de Porto da Estrella a Barbacena; o engenheiro Fernando Halfeld com 80 homens trabalhava na Mantiqueira. O coronel Custodio Ferreira Leite, dentro em breve Barão de Ayuruoca, mantinha em sua fazenda 120 africanos do Governo Imperial que iam cooperar na obra rodoviaria essencial ao progresso da Provincia.

As receitas arrecadadas haviam sido:

Em 1849-1850	303:003$170
Em 1850-1851	327:664$415

Continuavam os governantes com a obsessão das vantagens do chá sobre qualquer outra producção agricola. Assim lastimava Sá Rego que a cultura da ternstremiacea, cujo desenvolvimento em Minas Geraes chegara ao ponto de excluir em grande parte a concurrencia do chá extrangeiro, não encontrasse a mesma facilidade de consumo no grande mercado da Côrte apesar da baixa do preço a que cahira. Assim tendia naturalmente a afrouxar, o que seria para se lastimar á vista da perfeição que já apresentava o producto mineiro. Segundo se colhia do relatorio ultimamente apresentado ás Camaras

pelo Ministerio do Imperio, a preferencia que igualmente ia tendo o chá preto sobre todas as qualidades, poucas esperanças deviam deixar ácerca da exportação do genero para outros paizes, e em tal caso muito conviria que os lavradores mineiros desejosos de continuar com esse ramo de producção fizessem algumas experiencias sobre aquella quaiidade.

A respeito do café o vice-presidente Sá Rego não tugiu nem mugiu.

Os relatorios de 1852, 1853 e 1854 são tambem pobrissimos de informes agricolas. Redigiram-nos respectivamente o 1.º Vice-presidente João Lopes da Silva Vianna, o Presidente Luiz Antonio Barbosa, João Lopes da Silva Vianna novamente, e o Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Como facto mais saliente se relata, no de 1853(que em novembro do mesmo anno a estrada União e Industria attingiria Santo Antonio do Parahybuna (Juiz de Fóra).

O relatorio de 1855 apresentou-o Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Nelle ha a seguinte estimativa da população mineira:

Em 1776	319.796	almas
Em 1823	563.671	"
Em 1854	1.042.742	"

Este ultimo computo provinha de um calculo de Luiz A. da Silva Pinto, o intelligente goyano, autor do segundo diccionario brasileiro, hoje rarissimo, personagem que muito trabalhou em assumptos desta natureza e foi o patriarcha da estatistica em Minas Geraes.

Era Francisco Diogo dos mais destacados homens publicos de seu tempo. Mineiro, filho de Ouro Preto, pertencente a illustre familia, irmão do grande Bernardo de Vasconcellos, fôra magistrado, chefe de policia da Côrte e diversas vezes deputado á Assembléa Geral, pela sua provincia natal.

No seu relatorio de 1855 ha umas paginas com os summarios resultados de um inquerito que determinara dirigir ás Camaras municipaes. A que respondera mais largamente fôra a de Mar de Hespanha. Contava esta que os fazendeiros do municipio applicavam-se em geral á cultura do café que se achava bastante acrescida.

Muito maiores seriam alli os cafezaes não fôra a deficiencia das estradas; outro impecilho ao seu desenvolvimento residia na falta de braços que cada vez mais se acentuava.

Em Ubá e Piranga cresciam as lavouras de canna, café, fumo e algodão. E é tudo quanto occorre sobre a Matta.

Em Marianna estavam os cafezaes antigos, outróra lucrativos, abandonados porque as despesas de transporte não remuneravam os preços do genero. Em Sabará havia pequenina producção do genero. Em Paracatú a lavoura de canna era mais florescente. A de café progredia comtudo. Em Formiga importava-se o café e assucar, o municipio criava bastante, assim como o de Oliveira. Christina destacava-se pelas grandes malhadas. Exportava 35.000 arrobas de fumo em rolos.

A Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos transferido para a presidencia de S. Paulo succedeu a 2 de fevereiro de 1856 o Senador Herculano Ferreira Penna que largamente tratou do caso dos impostos sobre o café.

Esta taxa, que no exercicio de 1854 a 1855 produzira 140:557$223 réis, continuava a ser arrecadada na forma do convenio feito com a Provincia do Rio de Janeiro, a 2 de agosto de 1851, em virtude do qual tocava a Minas 90,3 por cento de toda a arrecadação.

Parecia justo porém, que se alterassem as bases do ajuste, a fim de que á Provincia fosse atribuida quota maior, attendendo-se ao grande augmento da cultura cafeeira. A falta de alguns dados que deviam necessariamente servir de base á reclamação mineira não permittira ainda tratar-se do caso.

Devia a Presidencia entretanto informar á Assembléa com toda a franqueza e lealdade que o Convenio fôra de utilidade para a Provincia. No entender do proprio Inspector da Mesa de Rendas, o imposto não seria melhor arrecadado, nem produziria maior quantia se o fosse como antigamente pelas proprias recebedorias mineiras.

A Herculano Ferreira Penna, succedeu, segunda vez presidente de Minas Geraes, o Dr. Carlos Carneiro de Campos, senador por S. Paulo, naquelle mesmo anno de 1857, ministro de estado em 1856, 1864 e 1871, e conselheiro de Estado em 1870. Era um dos vultos salientes da politica imperial e muito apreciado pelas qualidades de intelligencia e criterio.

Occuparia a presidencia de Minas mais de dois e meio annos até 13 de junho de 1860, e os documentos impressos deste periodo são sobretudo os relatorios do 1.º vice-presidente da Provincia, Dr. Joaquim Delphino Ribeiro da Luz, o tão prestigioso chefe conservador, mais tarde ministro de estado, senador do Imperio por Minas Geraes e conselheiro de Estado.

Pouco se fala em café nestes documentos. No de 1859,

aliás redigido pelo Visconde de Caravellas, conta-se que a lavoura cafeeira tomara enorme incremento em Leopoldina. O municipio nos ultimos tres annos exportara quatro milhões e cem mil arrobas. Mar d'Hespanha continuava tambem a produzir immenso.

Os relatorios dos presidentes mineiros da decada de 1860 ainda são geralmente muito parcos em informes sobre as condições da lavoura cafeeira. Nestas condições estão os do 1.º vice-presidente Ribeiro da Luz ao conselheiro Vicente Pires da Motta trigesimo presidente a 13 de junho de 1860. O do Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde do Ouro Preto, a 22 de julho de 1862, ao coronel Joaquim Carneiro Teixeira da Motta, vice-presidente traz um quadro das arrecadações da receita provincial durante um decennio.

Exercicios	*Receitas*
1850-1851	553:559$000
1851-1852	689:065$000
1852-1853	742:840$000
1853-1854	680:568$000
1854-1855	946:298$000
1855-1856	888:270$000
1856-1857	940:752$000
1857-1858	922:791$000
1858-1859	979:117$000
1859-1860	1.045:312$000

Achou o futuro Visconde do Ouro Preto má a situação do erario provincial. O deficit dos dez exercicios montava a ... 592:016$000. Esta opinião comprova mais uma vez o temor com que os homens do Imperio encaravam a possibilidade de saques imprudentes sobre um futuro a seu ver incerto.

Um dado interessante e valioso que se encontra no relatorio que estudamos é o seguinte: em 10 annos haviam entrado em territorio mineiro 150.526 bestas de carga cobrando-se de barreira, por animal, cinco mil réis. Esta cifra é um indice do desenvolvimento das lavouras de café pois estes animaes eram certamente, em geral, destinados ao transporte das safras cafeeiras.

Em 1861 viera D. Pedro II a Juiz de Fóra para as festas da inauguração da Estrada União e Industria. Nos relatorios desinteressantes deste periodo uma ou outra vez occorrem topicos referentes á antigo obsessão da lavoura do chá. Nem se comprehende bem porque no de 1861 se contaria como noticia

alviçareira que em 1860 a renda da vendagem da folha obtida no famoso Jardim Botanico de Ouro Preto, campo de cultura experimental, pouco dera acima de quinhentos mil réis!

A 14 de maio de 1870 o vice-presidente, senador Manuel Teixeira de Souza, primeiro Barão de Camargos, passava o poder ao novo presidente José Maria Correa de Sá e Benevides. De seu governo não encontramos relatorio na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

O que concerne á administração do novo delegado imperial pouco consigna sobre a agricultura.

"Por falta dos dados precisos não se podia formar juizo completo deste ramo do serviço publico. O estado da agricultura manifestava alguma prosperidade por causa da grande fertilidade do sólo mineiro, pois não estava ella ainda provida dos indispensaveis meios para seu regular desenvolvimento.

Com effeito, não recebia auxilios do mutualismo e da completa divisão do trabalho, as duas molas mais efficazes deste, em todas as suas manifestações. Não encontrava conveniente divisão da propriedade territorial e servida por braços escravos não possuia os processos e machinas perfeitas para seu desenvolvimento, não dispunha de instrucção apropriada, capital preciso e credito conveniente. Estava privada dos elementos vitaes, e em suas relações externas via-se destituida das vias de communicação indispensaveis para o transporte da producção, de outras industrias e commercio desenvolvido que dessem vida á circulação dos productos de moeda perfeita, e sufficiente. Sentia-se vexada por um systema defeituoso de impostos, que a abatera, em vez de animal-a, segundo devia esperar dos poderes do Estado, e do poder provincial, sendo como era a fonte primordial da riqueza publica.

Apesar de tantos embaraços, as rendas que proporcionava á Provincia haviam progressivamente augmentado. A principal exportação dos productos mineiros consistia no café e no fumo. Occupava-se a Provincia da criação do gado exportavel, tambem assim como da mineração sendo notavel a exportação do ouro e diamante, nos municipios de Ouro Preto, Marianna, Itabira e Santa Barbara, onde se fabricava o ferro em maior escala de que em outros lugares da Provincia, onde comtudo tambem existiam jazidas do metal essencial.

Era lamentavel que a estatistica fosse tão deficiente em Minas a ponto de não poder a administração affirmar com segurança qual a importancia anual da producção destas fontes capitaes da riqueza Provincial.

Projectava a presidencia solicitar da Assembléa Provin-

cial a revogação dos impostos de exportação assim como o de entrada de bestas novas, estudaram-se outros meios de renda substitutivos destas taxas que produziam seiscentos contos de réis anualmente.



CAPITULO XXV

Computo da exportação cafeeira de Minas Geraes — Quadro da autoria do Dr. Aristoteles Alvim — Sensiveis divergencias com os dados officiaes fluminenses

No quadro organizado pelo Dr. Aristoteles Alvim relativo á exportação cafeeira de Minas Geraes examinemos os dados referentes aos exercicios de 1837-1838 a 1858-1859.

Os sublinhados, adverte o autor mineiro, são de sua estimativa por ausencia de cifras officiaes.

Como notamos pelos numeros sublinhados muitos destes dados são estimativos. Representam valores approximados no dizer de seu distincto autor. Não occorreu ao Dr. Alvim valer-se de uma fonte que lhe prestaria excellentes subsidios: a documentação da provincia do Rio de Janeiro, através de cujo territorio se escoava a quase totalidade da producção cafeeira de Minas Geraes então.

No relatorio de 3 de maio de 1852 ao Presidente Couto Ferraz, futuro Visconde do Bom Retiro, remettido pelo vice-presidente em exercicio João Pereira Darrigue de Faro, futuro Visconde do Rio Bonito, ha uma serie de cifras sobre a exportação mineira de café, por vezes muito discordantes dos dados estimativos do Dr. Alvim. E dados mais autorisados do que os do distincto autor mineiro porque se referem a registros de impostos arrecadados.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

Exercicios	CAFE' EXPORTADO — Quantidade de arrobas	CAFE' EXPORTADO — Valor official real	CAFE' EXPORTADO — Imposto pago rs.	EXPORTAÇÃO GERAL DA PROVINCIA — Valor official	EXPORTAÇÃO GERAL DA PROVINCIA — Imposto pago
1837-1838	211.000	316:500$000			
1838-1839	227.000	310:500$000	10:215$000		
1839-1840	213.473	365:209$000	10:956$293	277:130$882	52:361$100
1840-1841	250.000	375:000$000	11:250$000	928:099$319	38:969$077
1841-1842	257.000	385:500$000	11:565$000	1.062:931$182	42:152$019
1842-1843	263.980	527:960$000	15:838$800	2.317:524$000	91:904$697
1843-1844	319.186	638:372$000	19:151$160	2.333:333$333	95:000$000
1844-1845	374.392	748:784$000	22:463$520	2.162:930$850	84:072$690
1845-1846	380.000	760:000$000	22:800$000	2.776:572$616	109:419$225
1846-1847	386.500	773:000$000	23:190$000	3.160:319$799	118:141$777
1847-1848	393.000	786:000$000	23:580$000	3.796:046$083	139:566$028
1848-1849	399.000	798:000$000	23:910$000	3.131:658$716	113:386$381
1849-1850	405.896	811:792$000	24:353$760	3.017:607$083	107:522$216
1850-1851	900.597	1.801:191$000	54:035$820	4.001:069$849	143:030$387
1851-1852	541.857	1.896:499$500	54:895$362	5.472:569$379	178:688$306
1852-1853	740.556	2.526:777$072	100:939$112	4.879:934$733	200:902$355
1853-1854	627.192	2.546:381$075	101:855$213	4.716:253$474	195:768$320
1854-1855	748.461	3.513:930$575	140:527$223	5.812:823$691	239:429$255
1855-1856	815.916	3.418:394$975	136:735$799	5.651:481$591	232:275$549
1856-1857	968.220	3.953:528$850	158:130$354	6.285:631$833	258:904$177
1857-1858	686.054	3.065:987$000	122:639$480	5.413:848$866	224:270$953
1858-1859	889.766	4.010:611$517	142:886$115	5.593:681$075	231:269$163



Comparemos porém um e outro quadro:

Exercicios	*Dr. Alvim*	*V. do Rio Bonito*
	Arrobas	*Arrobas*
1838-1839	227.000	189.497
1839-1840	243.473	234.193
1840-1841	250.000	301.231
1841-1842	259.000	264.211
1842-1843	263.980	348.391
1843-1844	349.186	348.407
1844-1845	374.392	370.597
1845-1846	380.000	487.544
1846-1847	386.500	746.901
1847-1848	393.000	664.808
1849-1850	405.896	964.899
1850-1851	900.597	518.122

Como vemos o Dr. Alvim avalia sempre a producção acima ou abaixo dos dados fluminenses.

No quadro acima são officiaes apenas os seguintes dados mineiros que pomos em confronto com os fluminenses:

	Dr. Alvim	*V. do Rio Bonito*
1839-1840	243.473	234.193
1842-1843	263.980	348.391
1844-1845	374.392	370.597
1849-1850	465.896	904.899
1850-1851	900.597	518.122

As disparidades enormes dos dois ultimos exercicios fazem-nos crer que possam provir de algum erro typographico de deslocamento de linhas.

Seja como fôr, englobadamente o calculo do total da exportação mineira nos quinze exercicios de 1838 a 1851 dão para a avaliação do Dr. Alvim 4.427.024 de arrobas e para os numeros officiaes do Visconde do Rio Bonito 5.438.801 ou sejam 1.011.777 de arrobas a mais.

Foi portanto baixa a estimativa do Dr. Alvim inspirada, em geral, numa razão de equidifferença moderada de 6 a 7.000 arobas annuaes.

Ora como quase todo o café de Minas vinha ter aos portos fluminenses, sobretudo á Guanabara são de muito maior confiança, á falta de dados positivos de origem mineira, os numeros da estatistica fluminense que versavam sobre a taxação do café em transito.

Em 1857 o presidente mineiro Herculano Penna encarecia á Assembléa Provincial, e largamente, a conducta das autoridades fluminenses quanto á arrecadação das taxas sobre o café de Minas.

No relatorio do presidente fluminense Silveira da Motta, apresentado a 1.º de agosto de 1859, occorre outra tabella de exportação de cafés mineiros, fiscalisados pela mesa do consulado provincial cujos dados tambem differem, ás vezes bastante, dos do Dr. Alvim como podemos verificar do confronto.

Exercicios	*Dr. Alvim*	*Presidente Motta*
1852-1853	740.556	748.033
1853-1854	627.192	648.698
1854-1855	748.461	792.971
1855-1856	815.916	930.009
1856-1857	968.220	853.879
1857-1858	686.054	803.822
1858-1859	889.766	753.733
Totaes	5.476.187	5.531.145

Como vemos a differença entre os dois totaes é pouco sensivel apenas de 54.980 arrobas, divergencia insignificante que corresponde a um por cento da media dos dois totaes.

Em todo o caso o facto das differenças é curioso. Não sabemos em que fontes se abeberou o Dr. Alvim, cujas cifras são agora as officiaes e não mais as estimativas dos annos anteriores.

Examinando os numeros em confronto, verificamos que os dados fluminenses de todos os exercicios, salvo quanto aos de 1856-1857 e 1858-1859, accusam maiores safras de Minas do que os elementos citados pelo Dr. Alvim. Representa isto mais um argumento a favor das continuas queixas dos governos da Provincia do Rio de Janeiro de que havia café de procedencia fluminense que atravessava a fronteira para evi-

tar as barreiras, fazendo-se acompanhado das guias mineiras acobertadoras de tal abuso.

E realmente se os dados do Dr. Alvim representam as estatisticas officiaes de Minas o governo mineiro documentaria o facto de sua provincia produzir menos café do que o volume de arrobas apresentado ás reportições fiscaes vizinhas.

E como taes dados nos apparecem numa publicação official, prestigiada pela affirmação de que foi realizada pela Secretaria da Agricultura de Minas Geraes, como testemunho do interesse governamental pelas commemorações do bicentenario do café no Brasil, é de crer que o erudito articulista se haja valido dos mais abundantes e autorisados elementos para a organização de seu quadro estatistico.

Continuam de 1860 em deante as divergencias entre os quadros do Dr. Alvim e os dos relatorios fluminenses relativos ao movimento da mesa provincial.

Exercicios	*Dr. Alvim*	*Relatorios flum.*
	Arrobas	*Arrobas*
1859-1860	688.946	802.342
1860-1861	1.539.808	1.349.365
1861-1862	1.092.616	1.427.014
1862-1863	617.707	893.977
1863-1864	994.615	1.145.486
1864-1865	1.476.017	1.144.536
1865-1866	1.303.748	1.297.724
1866-1867	2.150.304	1.422.777
1867-1868	2.130.292	2.149.354
1868-1869	2.793.555	2.155.182
1869-1870	1.489.359	2.515.116
1870-1871	3.034.384	2.393.922
1871-1872	1.233.816	1.783.461
Totaes	20.545.867	19.368.827

Ha portanto uma differença a mais de 1.177.040 arrobas a favor dos dados do Dr. Alvim agora mais explicavel se considerarmos que nem todo o café mineiro passava pela mesa provincial do Rio de Janeiro. Já algum se escoava pelos portos paulistas.

Não ha porém como justificar uma divergencia como a dos tres exercicios de 1861-1864 em que a mesa recebeu ..... 3.460.477 arrobas e no emtanto os dados officiaes mineiros declaram que a producção total da provincia foi de 2.704.938 apenas! ou sejam 755.539 a menos!

E como explicar que em 1866-1867 mais de setecentas mil arrobas de café mineiro deixaram de passar pelo Guanabara quando no anno seguinte a differença dos numeros é inferior a 200.000 arrobas?

Se os resultados em bloco não são tão discordantes em suas conclusões e em todo o caso ha taes divergencias entre as cifras de uma columna e de outra que nos deixam absolutamente perplexos. E mais ficariamos se não estivessemos habituados, de sobra, ás incongruencias das estatisticas nacionaes que constantemente se contradizem.

A tal proposito vejamos um caso curioso.

Em seu interessante estudo *Projecção economica e social da lavoura cafeeira em Minas Geraes,* integrado na publicação official *Minas e o bicentenario cafeeira no Brasil* escreve o Dr. Socrates Alvim:

"As plantações se desenvolviam principalmente na fronteira da Capitania do Rio de Janeiro. Os logares de maior producção eram Mar D'Hespanha (antigo Kagado), Mathias Barbosa, Rio Preto, Porto do Cunha (Alem Parahyba) e o baixo Rio Pomba. Em 1822 não se afastavam muito para dentro de uma faixa relativamente estreita, na vertente esquerda do Parahyba.

Em 1847-1848 apparecem nos mappas da exportação as primeiras contribuições do Sul e do Norte da Provincia.

Exportação de café em 1847-1848:

	Arrobas
Parahybuna	183.895
Ericeira	32.809
Mar d'Hespanha	95.753
Sapucaia..	246.086
Porto Novo do Cunha	79.622
Porto Velho do Cunha	9.941
Pomba	6.788
Flores do R. Preto	61.112
Presidio do R. Preto	22.837
Zacharias	863

Carrijo (Sul)	16
Monte Bello (Sul)	7
Ouro Fino (Sul)	948
Ponte Alta (Sul)	4
Rio Pardo (Norte)	247
Morrinhas (Rio S. Francisco)	92
Porto do Machado (Sul)	360
Totaes	745.381

Em 1850-1851 desenvolve-se a producção na Matta e no Sul, continuando estacionaria no Norte. Na Matta, sobretudo, tomam as plantações grande expansão, envolvendo os cafezaes os valles do Parahybuna, Rio Preto, Pomba, Rio Novo e Muriahé. A hegemonia da exportação continuava com Mar d'Hespanha, Juiz de Fóra e Além Parahyba, como mostra o quadro que se segue:

	Arrobas
Parahybuna..	222.742
Ericeira	47.316
Mar d'Hespanha	137.905
Sapucaia	257.032
Porto Novo do Cunha	125.475
Porto Velho do Cunha	2.006
Barra do Pomba	8.468
Flores do Rio Preto	73.473
Presidio do Rio Preto..	22.933
Ponte do Zacharias	459
Carrijo (zona sul)	50
Itajubá (Sul)	30
Sapucahy-Mirim (Sul)..	86
Ouro Fino (Sul)	60
Rio Pardo (Norte)	282
Morrinhos (Rio S. Francisco) . . .	1.554
Patrocinio Muriahé..	120
Totaes..	900.264

Ora estes totaes estão em grande contradição com os dados da exportação geral citados pelo Dr. Aristoteles Alvim e o relatorio do Visconde do Rio Bonito, senão vejamos:

Exercicios	*Dr. S. Alvim*	*Dr. A. Alvim*	*V. Rio Bonito*
1847-1848	745.381	393.000	864.808!
1850-1851	900.264	900.597	518.122!

Como explicar tamanha disparidade? qual dos tres documentos fará mais fé? pensamos que o do Visconde do Rio Bonito que representa uma estimativa sobre cafés exportados de accordo com os impostos arrecadados pela Provincia do Rio de Janeiro.

Nem é crivel que em 1850-1851 passassem de Minas para a Guanabara e outros portos fluminenses 382.475 arrobas de café sem que os registros fluminenses não as houvessem assignalado.

Estas disparidades admittem a nosso ver uma unica explicação: a de erros de imprensa no relatorio do Visconde do Rio Bonito.

Pode tambem ser que a cifra estatistica do Dr. A. Alvim para 1847-1848 (393.000) arrobas seja absolutamente inexacta correspondendo a muito menos do que a realidade.

E' possivel tambem que em 1847-1848 haja occorrido alguma grande colheita. embora menor do que a apanhada no exercicio anterior.

Explicando a grande expansão da cafeicultura em Minas escreve o Dr. Socrates Alvim uma boa pagina:

Anteriormente a 1847, a cultura do café no sul mineiro era de pequeno vulto. Em 1850, não tinha essa lavoura recebido grande impulso.

Em Jacutinga, o cafeeiro foi introduzido em terras deste municipio em 1859, por Joaquim Silverio Machado (filho de um dos fundadores daquella localidade), sob a influencia e conselhos de negociantes paulistas. Dominava na zona a lavoura assucareira. Tudo parece indicar que o café chegou ao Sul de Minas em virtude da expansão cafeeira do Oeste de São Paulo; isto é, depois de 1835, pensa o Sr. Macario de Almeida.

A exportação de 1818 era já consequencia do esgotamento das alluviões de ouro e da nova politica territorial da Capitania, observa o Dr. Alvim.

Com effeito, desde 1810 ressurgem as concessões de sesmarias nas zonas fronteiriças de Minas. Até então os retirantes da mineração encaminhavam-se, em regra, para o territorio fluminense do valle do Parahyba. Ficou celebre no pla-

nalto de Minas a expressão — "foi para a Matta do Rio" —, ainda hoje frequentemente empregada.

Toda a vasta zona dos municipios de Rezende, Barra Mansa, Barra do Pirahy, Vassouras, Valença, Parahyba do Sul, Carmo, Padua, Itaocára, Monte Verde, até São Fidelis. cobriu-se de mineiros mineradores que, entre o ultimo quartel do seculo XVIII e a primeira metade do seculo XIX, abandonaram a mineração.

Assim se deu por exemplo com os Leite Ribeiro e Teixeira Leite, com o Barão de Ayuruoca á testa, como um delles, Francisco Leite Ribeiro relatava em 1840 a Gardner, o illustre botanico inglez.

"Os appellidos Monteiro de Barros, Teixeira Leite, Bastos, Nogueira da Gama, Botelho, Valladares, Padilha, Tostes, Pitta de Castro, Barbosa de Castro, Vieira de Rezende, Dutra, Côrte Real, Moreira de Faria Junqueira, Campello, Lobato e tantos outros que ainda hoje figuram entre os fazendeiros dessa região, indicam a descendencia de familias mineiras da época da mineração."

Depois de 1810 a emigração diminuiu, localizando-se os retirantes quase sempre, nas mattas pertencentes á propria Capitania de Minas, em sesmarias concedidas abundantemente até 1835.

CAPITULO XXVI

Primordios da cultura cafeeira no Espirito Santo — Impressões de Saint Hilaire — Pobreza da capitania — Conselhos de Rubim — Desenvolvimento tardonho da cafeicultura — Informes dos primeiros relatorios dos presidentes da Provincia — Pormenores ministrados pelo Conselheiro Nascentes de Azambuja

Não se sabe, segundo nos parece, quem haja ensaiado a cultura do cafeeiro no Espirito Santo.

Em principios de 1811 já existia, mas em minuscula escala, segundo relata um officio de Francisco Manoel da Cunha ao Conde de Linhares. Nem podia ser consideravel naquella região semi-despovoada.

Em S. Matheus, então pertencente a Porto Seguro, occorriam tambem, uns ensaios timidos.

Saint Hilaire percorreu metade do actual Espirito Santo, de Sul a Norte, em 1818. Foi ao rio Doce e desta viagem deixou relato, como sempre interessante e valioso.

Seguindo pelo littoral attingiu Itapemirim em direcção a Victoria, encontrando os vestigios daquella colonização jesuitica que tão brilhantes resultados dera e providencial fôra longamente, para os pobres aborigenes. Eloquentemente frisa que a expulsão da Companhia de Jesus fôra fatal golpe desferido no progresso do Espirito Santo.

Por exemplo os doze mil indios aldeiados em torno de Benevente em 1758, haviam passado a ser 2.500 em 1818! Zonas outrora civilizadas tinham-se despovoado por completo e agora eram o theatro dos assaltos dos botocudos.

Sobre os ultimos capitães móres espirito-santenses dá o botanico algumas notas curiosas. Assim nos relata incriveis brutalidades do tyrannico Tovar, o despotismo ferrenho mas intelligente de Rubim, narrando ainda actos inacreditaveis praticados por um homem do valor scientifico de Silva Pontes Leme.

Em 1818 calculava-se a população espiritosantense em 24 mil almas apenas, excluida a do districto dentre Parahyba-Itabapoana, em breve fluminense com o recuo da fronteira para o Norte. Como impressão geral da terra escrevia Saint Hilaire, cujas paginas ultimamente traduziu o Sr. Carlos Madeira:

"E' isolada, pobre, e nada, por assim dizer, nella attrahe os extranjeiros. As duas raças que vivem confundidas na região, devem reciprocamente, fazer o intercambio de seus vicios. O calor do clima convida os habitantes á indolencia e os alimentos pouco substanciaes de que se nutrem, contribuem, ainda necessariamente para lhes augmentar a apathia. Os ricos, nella são os unicos a comer carne. Os demais vivem de farinha de mandioca, peixe fresco ou secco, mariscos, feijão, que juntam ao peixe, sem mesmo valer-se do toucinho, de que geralmente não fazem uso, porque a preguiça os impede de criar porcos."

Dizia o botanico que as más aguas do Espirito Santo, poderiam tambem concorrer para a magreza, a pallidez, o ar languido, observados na maioria desses brasileiros, e prival-os da energia necessaria á especie humana.

Em conjuncto seriam os espirtiosantenses inferiores aos mineiros. Sob certos aspectos, porém, nada lhes ficavam a dever como por exemplo em materia de hospitalidade. Pareceram-lhe mais sympathicos do que os fluminenses.

"Se os espiritosantenses não tinham todos os bons predicados dos mineiros, não eram menos hospitaleiros do que elles. Levavam vantagem, em actividade e industria aos agricultores da provincia do Rio de Janeiro ou pelo menos aos de grande parte desta provincia, alheios a esse tom de desdenhosa indifferença que elles demonstravam, frequentemente."

Em relação á communicatividade, indice positivo de civilização mostravam-se os filhos do Espriito Santo muito superiores aos seus embiocados vizinhos de oeste:

"No Espirito Santo as mulheres não se escondiam como em Minas. Recebiam o extranjeiro, com elle conversavam, esforçando-se por lhes fazerem as honras da casa. A' tecelagem do algodão estavam acostumadas; quasi todas, tambem faziam rendas. Tinham o habito de trabalhar acocoradas sobre pequenos estrados de um pé, mais ou menos, acima do soalho.

Ao exemplo dos indios, que não sequestravam as mulheres, as filhas do Espirito Santo deviam a liberdade desfructada. E este resultado não era o unico no Brasil, a influenciar os costumes dos portuguezes em contacto com os indigenas.

A lingua portugueza corria alterada no Espirito Santo, por estas influencias continuas. Muitas palavras correntes na região não seriam, certamente comprehendidas ás margens do Tejo ou do Minho, nem mesmo no Rio Grande do Sul, ou Minas Geraes.

Assim os luso-brasileiros, do Espirito Santo, serviam-se, para dizer uma roça da palavra indigena *capixaba,* (que mais tarde viria a ser a antonomasia dos espiritosantenses) de *manibo* por sobras da mandioca; de *quibando* por joeira; de *arupemba* por peneira, etc.

Teve o botanico difficuldade em comprehender os habitantes desta parte do Brasil, mais do que os de Minas Geraes. Achava que em geral falavam mais depressa, pronunciando menos claramente. E particularmente serviam-se de expressões menos correctas. Feria-lhe o ouvido, sobretudo a supressão, quase completa, do *r* final, habito talvez adquirido dos negros e vicio que deixava a pronuncia destes ultimos tão infantil e estupida.

E' aliás ingenua a observação da surpresa do botanico sobre os regionalismos espiritosantenses. Onde não os encontraria?

Pelo que se notava da pobreza da Capitania, ninguem estranharia o desleixo que os individuos da classe inferior revelavam, qualquer que fosse aliás, a raça a que pertenciam. Os homens tinham, por traje, uma calça de algodão e uma camisa do mesmo tecido, cujas fraldas deixavam fluctuar por cima da calça. As mulheres como em Minas, vestiam-se, com a camisa de algodão e uma simples saia.

Para chegar a Itapemirim atravessou Saint Hilaire uma zona infestada pelas correrias dos indios selvagens, desses ferozes botocudos, cujas chacinas se caracterizavam pela mutilação das victimas como demonstra a curiosa estampa inserta por Alberto Lamego em *A terra goytacá.*

Ao tempo dos jesuitas nunca houvera taes correrias. Nada lhe aconteceu porém. Attingiu a villa praiana sem a menor difficuldade. Deste logar relata:

"A pretensa villa não é senão logarejo composto, quando muito, de sessenta casas, das quaes a maior parte coberta de palha e em condições as mais deploraveis." Taes cabanas formavam uma unica rua muito curta e uma praça aliás inacabada. A igreja, um pouco distante da villa minuscula, nem possuia campanario. Do alto da collina em que estava construida descortinava-se panorama pittoresco, que já admirara, ao atravessar o Rio Itapemirim. Uma planicie alegre se esten-

dia de todos os lados offerecendo um conjunto encantador de pastarias, bosques e terrenos cultivados.

As terras marginaes do Itapemirim, sem terem a uberdade miraculosa das dos arredores de Campos, deviam, entretanto, ser consideradas muito ferteis, pois permaneciam 20 annos sem descançar jamais e sem receberem estercamento.

Produziam igualmente bem, arroz, feijão e mandioca.

Era a canna, porém, o que só interessava aos agricultores, e a quase totalidade dos habitantes da região.

Havia então nove engenhos de assucar nos arredores de Itapemirim.

Em outras povoações se plantava canna, embora os lavradores não tivessem moendas. Enviavam a colheita aos proprietarios de engenhos com quem repartiam o producto das safras

Os dos arredores de Itapemirim cultivavam o algodão, mas para uso proprio. Para o consumo regional plantavam o arroz e o feijão, não era raro comtudo que viessem a ter sobras de colheita enviadas ao Rio de Janeiro.

Na zona de Itapemirim fabricavam-se o melhor assucar branco, vendido a dois mil réis a arroba. Toda a safra da zona produzia o sufficiente para a carga de quatro ou cinco embarcações cujos arraes cobravam cem réis de frete por arroba.

De Itapemirim foi Saint Hilaire a Benevente que contava umas cem casas, de telha e palha, com alguns predios de sobrado. Impressionaram-no o convento e a igreja imponente de Anchieta.

Das terras da antiga Rerityba refere o botanico illustre:

"Não é estranhavel que as terras de Benevente sejam muito procuradas pelos luso-brasileiros. Em geral de muito boa qualidade prestam-se igualmente ao arroz, algodão, feijão, á canna e á mandioca. Esta, ao cabo de seis mezes apresenta raizes boas de se arrancar."

Os colonos não viviam apenas do assucar, enviado ao Rio de Janeiro, mas, tambem de outros productos da região, e com uma abundancia que dava para serem despachados á capital. A vizinhança do Oceano e a do rio favoreciam, singularmente, aos agricultores do logar.

Os pequenos navios, que transportavam habitualmente ao Rio de Janeiro os generos da zona eram apenas quatro ou cinco, e além destes outros vinham, de tempos a tempos, pelo rio, fretados por negociantes da Bahia e do Rio. Estes, ou seus commissarios, iam á casa dos lavradores adiantar-lhes

algum dinheiro e tratar a compra de certa quantidade de generos, que depois embarcavam.

Não era sempre em numerario que se faziam taes acquisições; nem nada raro que os negociantes fornecessem mercadorias em troca dos productos da região.

Vendia-se commumente por pataca e meia a duas (480 a 640 réis) o alqueire de arroz em casca, por duas patacas o alqueire de milho, por duas a tres o de farinha de mandioca. O algodão, que durante muito tempo valera duas patacas a arroba, ao tempo da viagem do botanico fôra elevado a tres, por compradores extrangeiros.

O que retardava o progresso da agricultura no districto era o medo aos botocudos que, havia 25 ou 30 annos, portanto dentre 1788 e 1793 vinham causando damnos, no territorio itapemirinense.

Guarapary um pouco mais ao norte, era logar muito pobre cujos agricultores tinham poucos escravos para as lavouras de cereaes, algodão e mandioca.

Victoria causou a Saint Hilaire excellente impressão:

"Não se viam, ali, casas abandonadas ou semi-abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Geraes. Entregue á agricultura, ou a um commercio regularmente estabelecido, os habitantes da villa não estavam sujeitos aos mesmos revezes dos cavadores de ouro e não tinham razão de abandonar a terra natal. Porfiavam por bem manter e embellezar suas casas. Um numero consideravel dentre ellas apresentavam sobrados e até mesmo dois andares. Algumas havia de janellas com vidraças, e lindas varandas trabalhadas na Europa."

Depois de lhe descrever os edificios principaes avança Saint Hilaire que "a população da capital espiritosantense, elevava-se, em 1818, a 4.245 habitantes, entre os quaes cerca de 1/3 de escravos e um pouco mais de ¼ de brancos."

Os commerciantes da villa iam sempre á Bahia ou ao Rio sortir as suas lojas:

"O ferro em barra e os instrumentos de agricultura eram os artigos de mais facil consumo. O que a região fornecia á Bahia vinha a ser milho, arroz e feijão. Os mesmos generos se remettiam ao Rio de Janeiro e além delles assucar, madeiras e algodão. Os lavradores ricos despachavam seus generos por conta propria para o Rio de Janeiro ou para a Bahia. Alguns até os carregavam em embarcações proprias; mas, os agricultores menos abastados vendiam o producto das colheitas aos mercadores locaes.

Taes vendas se faziam a dinheiro ou como em Campos:

o agricultor recebia a credito; do commerciante, as mercadorias de que necessitava, e, em seguida, cobria-se, com o liquido resultante de suas colheitas. Era muito raro virem á Victoria negociantes de fóra."

Pouco antes da chegada do naturalista, entrara na bahia da villa um navio de Lisbôa, facto considerado extraordinario. O proprietario de tal barco vendera no Rio de Janeiro uma partida de mercadorias, e, zarpando da Guanabara, rumara para o porto da capital espiritosantense, em cuja praça, depois de se haver desfeito do resto da carga que consistia, principalmente em enxadas, machadinhas e outras ferramentas, atestara o lastro, com assucar e algodão. Era facil dizer-se quanto a população do Espirito Santo vinha a ser diminuta attendendo-se ao facto de que taes operações se realizavam com extrema lentidão.

Do capitão mór Pinto ouviu Saint Hilaire, largas informações sobre as cousas da lavoura da capitania; fartas referencias ao algodão, á mandioca, aos cereaes, á canna mas nunca ao café.

O algodão muito inferior ao de Minas Novas vendia-se bruto a 1$120 por arroba.

Dá Saint Hilaire alguns preços de generos vigentes no seu tempo, nas terras do Norte do Espirito Santo.

Assim os alqueires (40 litros) de feijão e farinha valiam respectivamente 1$600 e $800 a arroba de algodão $960.

Achou as terras do Rio Doce assombrosamente ferteis para todas as lavouras. Ao café, em parte alguma de seu relato se refere. Apenas conta que Guido Thomaz Marlière, o famoso e abnegado pacificador e civilizador dos botocudos, fizera, na região do Doce, plantações de cereaes, mandioca, bananas e café, cujos resultados haviam, de muito, ido além de qualquer espectativa.

Assim, pelo relato da viagem de Saint Hilaire, em 1818, vemos que neste milesimo era, por assim dizer inexistente ainda a cultura cafeeira no Espirito Santo.

A informação do Sr. Bemvindo de Novaes em artigo do livro do Segundo Centenario d'o Café de que "já no primeiro decenio do seculo XIX figurava o café entre os productos da exportação espiritosantense" exige um complemento indispensavel, explicativo, de que essa exportação seria quando muito de alguns kilos e de longe em longe ainda.

Em nossos *Subsidios para a historia do café no Brasil colonial* tivemos o ensejo de referir quanto ainda, em 1817, de accordo com o depoimento de Francisco Alberto Rubim,

governador do Espirito Santo era na Capitania, por assim dizer inexistente a cultura cafeeira.

Paulo Porto Alegre em sua excellente obra affirma-nos que de 1839 a 1842 foi a exportação da pequena provincia absolutamente insignificante.

Em 1839	448 arrobas
Em 1840	312 "
Em 1841	308 "
Em 1842	368 "

A producção gasta pelo consumo interno devia aliás ser pequena tambem, visto como a população espiritosantense era absolutamente diminuta.

Em interessante collaboração para a edição especial d'*O Jornal,* em 1927, disse o Dr. Lopes Ribeiro:

"Braz Rubim, que deveria ter escripto as suas *Memorias* em 1825, dando noticia do estado da agricultura do Espirito Santo, mostra que a sua principal cultura, por aquella época, era a canna de assucar — como fazia prova a existencia de um numero regular de engenhos e engenhos situados em Itapemirim, Victoria, Serra Nova, Almeida e Santa Cruz, seguindo-se em valor, o cultivo de varios cereaes e tentando-se o do cacáu "plantado em alguns sitios e chacaras proximos do littoral."

Rubim, desencorajara esta cultura, hoje invasora das margens do Rio Doce, ao affirmar — que o cacau "nunca poderia competir com a producção das Provincias do Pará e do Amazonas", onde estava em seu paiz natal.

Referindo-se a outras culturas novas declarava Rubim: "ensaia-se a cultura do trigo em Vianna e recommenda-se a cultura do café para as villas do Norte; ambos promettem uma nova fonte de riqueza, e muitas occupações industriaes."

E intensificou-se, realmente, a propaganda para o plantio do café, accrescenta o Dr. Lopes Ribeiro.

"Desde logo o aço do machado desbravador, no afan pertinaz de vencer a resistencia feroz dos cernes seculares, entrou a entoar um cantico monosylabico e selvagem, que o éco monotona e intensamente repetia...

As clareiras se abriam, sob a acção tenaz das formigas humanas e pelas encostas das montanhas, das collinas e dos outeiros e o largo espraiamento dos vales, os pés de café, insolentes e pequenos começaram a vicejar sob a contemplação arrogante das arvores colossaes.

E por todos estes trechos, os cafezaes floriam em um encantamento garrido, para afinal, pompeando na victoria vermelha de seus fructos, desafiarem com galhardia, a flora brasileira, para a conquista do mundo aromatisando o labio no seu beijo e tonificando o coração do homem."

Segundo Hildebrando de Magalhães em sua bem lançada *Historia do café*: "No Espirito Santo, conforme um autor, o cultivo do cafeeiro começou por 1815, sendo os primeiros arbustos, que parece, plantados não longe do Penedo da Penha, nos arredores de Villa Velha, assim como nas colonias indigenas, cuja fundação se devera aos jesuitas chefiados pelo benemerito Anchieta."

Em 1839 a producção provincial era de 112 saccas actuaes; em 1847, attingiria 7.212, e em 1872 a 39.698.

Até o governo de Francisco Alberto Rubim, escreve o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, apenas o assucar merecia cuidado. De tal governo parte a colonização do Espirito Santo.

Os primeiros casaes foram situados a 15 de fevereiro de 1815 ao norte do Rio Santo Agostinho, em Vianna, provenientes dos Açores. Fôra então demarcada a area de 270.000 m,2 para a fundação de um nucleo, confirmada por Carta Regia.

Rubim exportou as primeiras arrobas de café do Rio Doce, alcançando o preço por unidade de 3$000, em 1812.

Animado pelo resultado em 1815 recommendava a José Luiz da Costa a substituição pelo café das mamonas dos quintaes de Victoria.

De 1840 em deante segundo Arthur Torres, ha parallelismo entre o decrescimo na exportação do assucar e accrescimo no do café.

Em 44 foi a exportação de 324.308 arrobas de assucar, em 1891 de 456. Em 1892 não houve exportação de assucar, ao passo que a do café que em 1847 fôra de 115.390 arrobas, em 1900 attingiu a 1.234.195.

Analysando o grande rush cafeeiro espiritosantense escreve o Dr. Lopes Ribeiro:

"O processo da evolução economica, social e politica do Espirito Santo não differe, em suas grandes linhas, do que alhures, em outras divisões administrativas do Brasil, se veio a realizar sob o impulso, a principio, da energica raça portugueza, que aqui se estabeleceu auxiliada pelo braço robusto dos affectivos africanos e, depois no decorrer dos tempos, pelos immediatos descendentes, puros ou mestiçados, de uma e outra raça.

Certamente que esse processo evolutivo se realizaria mui lentamente se sem o concurso de elementos extranhos, houvesse de contar sómente com o resultado do trabalho da pequena colmeia humana, que aqui se desenvolveu, e do augmento natural de sua população, por mais prolifica que fosse.

Já os bahianos, em época assaz afastada, haviam descido e se localizado com seus escravos no littoral Norte do Estado, na Barra, e ás margens do rio São Matheus, a pequena distancia de sua foz.

Vieram, em seguida, os fluminenses, porque em sua provincia, as melhores terras, a partir de certa época de sua historia, já se achavam no dominio particular dos grandes senhores e, depois, os mineiros fugitivos, alguns, da revolução de 1842, outros, descidos de seus chapadões semi-aridos, á busca de terras mais ferteis e ainda outros, procurando homisio, como ainda hoje acontece, de seus crimes, na vasta floresta que então cobria o interior de quase todo o Espirito Santo.

Invadiram-no pelo Sul e Oéste mais de uma vez, em levas successivas, com suas familias, aggregados e escravos, occupando, por occupação primaria, as terras devolutas de todo o vale de um riacho, ou mesmo de um ribeirão, de que se faziam posseiros.

Novos latifundios se estavam formando, por este processo, em todas as provincias do Imperio.

A lei de terras de 1850, procurando remediar este estado de coisas e extremar o dominio publico do particular, permittiu a legitimação dessas posses, cuja area não poderia, entretanto exceder de uma sesmaria.

São esses os verdadeiros desbravadores de terra espiritosantense."

Acompanhando os elementos estatisticos de que podemos lançar mão, de varias procedencias vamos sobretudo procurar valer-nos dos relatorios dos presidentes da provincia.

E' natural que os informes dos primeiros destes administradores nada ou quase nada tragam sobre o café visto como a provincia até depois de 1840 produzia insignificante quantidade do grão da rubiacea.

Assim deve dar-se com os que apresentaram Ignacio Accioli de Vasconcellos (1824-1829), o Visconde de Villa Real da Praia Grande (1829-1830) o Senador e Conselheiro Manuel Antonio Galvão (1830), Manuel Getulio Monteiro de Mendonça (1830-1831) o Senador Antonio Pinto Chichorro da Gama (1831-1831), Manuel José Pires da Silva

Pontes (1833-1835), Joaquim José de Oliveira (1835-1836), o Senador José Thomaz Nabuco de Araujo (1836-1838), João Lopes da Silva (1838-1840), Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira (1840-1841), José Manuel de Lima (1841 a 1842).

Os primeiros relatorios provinciaes que encontramos na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro são os de 1842 e 1843 correspondentes á segunda presidencia de João Lopes da Silva Couto (1842-1843) e do Dr. Wenceslau de Oliveira Bello (1843).

Nelles nada ha sobre café. Oliveira Bello lembrou á assembléa a necesidade do combate energico á sauva, arrazadora das lavouras.

O relatorio de 1844 subscreve-o o Vice-Presidente Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, em exercicio, na ausencia do presidente effectivo, D. Manuel de Assis Mascarenhas, mais tarde senador pelo Rio Grande do Norte.

Interessantes os dados demographicos que nelle se contem. Avaliava-se então a população provincial em 42.115 almas apenas.

Assim se distribuia por comarcas.

Victoria, 28.645 h. dos quaes . .	5.375	escravos
Itapemirim, 8.807 h. dos quaes .	3.117	"
S. Matheus, 4.653 h. dos quaes . .	1.834	"
Totaes, 42.115 h. dos quaes . . .	10.376	"

Os Municipios que maior escravatura possuiam eram os de:

Victoria	3.301
Serra	1.213
Itapemirim	2.109
S. Matheus	1.846

A 13 de dezembro de 1845, empossava-se da presidencia o Dr. Herculano Ferreira Penna substituto do Dr. Manuel de Assis Mascarenhas, a quem a 7 de Novembro de 1846, substituia o futuro Visconde do Bom Retiro, Conselheiro Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Mas os relatorios provinciaes tanto o de 1845, como o de 1846 quem os redigiu e apresentou á assembléa foi o vice-pre-

sidente em exercicio, Coronel Joaquim Marcellino da Silva Lima, já então, e desde 1841, Barão do Itapemerim.

Era um paulista estabelecido no Sul espiritosantense, e um dos vultos mais notaveis da provincia, como grande lavrador e proprietario de terras, e, sobretudo, influencia politica. Homem de grande capacidade e notavel intelligencia e espirito emprehendedor, delle teremos de falar mais detidamente.

Em seus relatorios tanto no de 1845, como no de 1846, não se trata da lavoura cafeeira. Apenas no ultimo se fala da necessidade urgente de repressão dos quilombos.

Dois relatorios apresentou o futuro Visconde do Bom Retiro ao legislativo provincial: em 1847 e 1848. No primeiro allude ás primeiras plantações cafeeiras no Municipio da Serra. A agricultura ainda era a mais rotineira em toda a provincia.

Em Itapemirim a cultura da canna diminuira. Havia na Comarca 14 engenhos bem montados dos quaes 4 se valiam de motores hydraulicos.

A par da canna, o café cuja plantação começara havia pouco; ia dando bem fundadas esperanças de tornar-se dos mais importantes ramos de exportação da Provincia."

No relatorio de 1848 não cogitou de café o grande amigo de D. Pedro II que deixou o governo provincial, eleito deputado pela circumscripção que administrara, chamado a governar a mais importante das provincias brasileiras: a do Rio de Janeiro.

Do seu successor Dr. Antonio Pereira Pinto (1848 -1849), não conhecemos relatorio. A Pereira Pinto succedeu o Desembargador Antonio Joaquim de Siqueira, por uns mezes de 1849.

No seu relatorio não se fala em café. Nem no do anno immediato apresentado pelo successor Dr. Felippe José Pereira Leal, a 25 de julho de 1850.

A 23 de maio de 1851 novo relatorio de Felippe Leal tambem desinteresantissimo sob o ponto de vista cafeeiro

Já no emtanto crescera bastante a producção da Provincia segundo os dados colligidos por Paulo Porto Alegre.

Exportara o Espirito Santo:

	Arrobas
Em 1847	28.848
Em 1848	23.537
Em 1849	22.985
Em 1850	14.346

Longe já iam os annos de 1842 em que a exportação fôra de 386 arrobas. O primeiro relatorio valioso sob o ponto de vista da lavoura cafeeira vem a ser o do Dr., depois Director Geral da Secretaria de Negocios Extrangeiros e Conselheiro, José Bonifacio Nascentes de Azambuja apresentado á assembléa provincial a 24 de maio de 1852.

Fóra o novo delegado imperial empossado da presidencia a 9 de junho de 1851.

Interessante o quadro da producção cafeeira neste mesmo anno.

	Arrobas
Victoria..	26.160
Barra de S. Matheus	24.050
Itapemirim	18.600
Cidade de S. Matheus . ..	7.900
Benevente	6.150
Serra	780
Linhares	1

Era este o numero de fazendas e fazendolas de café e respectivas escravaturas:

	Captivos
Victoria 197 com	1.257
Barra de S. Matheus 13 com	465
Benevente 20 com	160
Itapemirim 13 com	415
Serra 3 com	1.066
Linhares com	150

A inspecção deste numero nos mostra que as principaes fazendas eram as de Serra, apparentemente mais importantes que as demais. Os estabelecimentos de Victoria deviam ser pequenos sitios, dada a media de seis escravos, apenas, por gleba.

Havia no Espirito Santo 252 propriedades agricolas cafeeiras com 3.171 escravos e 222 trabalhadores livres.

Dezeseis tinham machinismos movidos por força hydraulica, 47 por animaes, e 175 pelo braço humano! Fôra a producção total de 83.790 arrobas no exercicio transacto.

Diz Porto Alegre que neste anno exportou o Espirito Santo 83.234 donde se vê que o consumo interno provincial absorvera 556 arrobas apenas, muito pequeno para uma população de 45.000 almas.

As receitas provinciaes haviam sido:

Em 1843	66:410$000
Em 1844	44:204$000
Em 1845	30:700$000
Em 1846	33:148$000
Em 1847	49:491$000
Em 1848	52:970$000
Em 1849	43:503$000
Em 1850	39:836$000
Em 1851	45:102$000

Assim o surto cafeeiro não se reflectira ainda de modo efficiente sobre as arrecadações provinciaes.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXVII

O desenvolvimento da lavoura cafeeira no Espirito Santo de 1852 a 1872 — Informes dos relatorios presidenciaes ás assembléas provinciaes — Decadencia progressiva da lavoura assucareira espiritosantense

Em seu relatorio de 1852 escrevia o presidente Nascentes de Azambuja observações judiciosas e interessantes sobre o estado da agricultura na provincia que administrava.

Bem poucos melhoramentos demonstrava essa primeira fonte da riqueza do Espirito Santo e do Brasil. Ainda agora decorridos tantos annos desde a emancipação politica do paiz, seguia-se o systema rotineiro introduzido pelos primeiros povoadores europeus que haviam pisado as nossas praias. Este atrazo era a causa de que os productos brasileiros alcançassem nos mercados extrangeiros preços baixos comparativamente aos gastos de producção donde resultava o pouco lucro percebido pelos lavradores dos grandes capitaes empenhados. Nascia principalmente do emprego de braços escravos, que aos brasileiros fazia despresar ou esquecer, os melhoramentos adoptados em quase todas as outras nações, e cujo trabalho sobre pouco productivo era imperfeito.

A seguir expendia o Conselheiro Nascentes o seu modo philanthropico de sentir:

"A cessação da importação de escravos (não cançarei de o repetir, as vantagens que deste facto havemos colher e praza a Deus que seja comprehendido) deve de necessidade operar uma salutar e benefica revolução na industria agricola pelo emprego do trabalho, livre, e dos aperfeiçoados instrumentos e machinas de lavoura."

Exaltava, em continuação o estimulo patriotico e civilizador decorrente da actuação da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.

"De ha muito que alguma coisa poderiamos ter feito neste sentido, si não tivessemos em pequena conta os conse-

lhos que mensalmente nos são dados pela patriotica e incançavel Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em seu periodico distribuido pelas Camaras Municipaes; nessa fonte poderão os nossos lavradores beber importante esclarecimentos, já não digo para reformarem a base do systema seguido, mas ao menos para saberem tirar melhor partido das forças de que dispõe.

Havia quem temesse que a extinção do trafico de africanos boçaes trouxesse o definhamento da lavoura pela falta de braços. Este temor, entre muitos panico, era porém infundado porque em quanto houvesse escravos em povoação o lavrador teria onde se prover dos que lhe fossem precisos; mesmo sem sahir de sua fazenda. Por muitos annos acharia recursos no melhor tratamento de seus escravos, e na sua reproducção enfim o emprego de novos instrumentos que substituissem os actuaes o compensaria com usura da diminuição que gradual e lentamente fosse havendo na escravatura.

Se, pela causa acima apontada, era grande o atrazo da lavoura no Brasil, mais sensivel se tornava no Espirito Santo pela indolencia da população em geral. Embora houvesse muitos homens trabalhadores sobretudo quanto mais para o interior onde maior se mostrava a actividade; quem corresse para as praias veria a população adormecer depois de empregar uma ou duas horas em recolher o marisco que lhe haveria de matar a fome do dia. Deixasse o observador o littoral e contemplasse os terrenos incultos no coração dos povoados entregues ás formigas porque o homem lhos havia abandonado. Que espectaculo entristecedor! Como remate havia ainda as matas, os sertões, ás portas do povoador. "Nelles tememos entrar porque exigem as nossas forças que preferimos gastar na ociosidade!" concluia o Presidente em sombria descrença.

O relatorio do anno de 1853 foi apresentado á assembléa pelo novo presidente Dr. Evaristo Ladislau da Silva (empossado a 16 de novembro de 1852) a 23 de maio de 1853.

Nelle ha o seguinte topico:

"A planta do café para a qual muitos se vão passando parece ir em augmento. Porém não o tratam bem na colheita e a maioria de arrobas que apanham não é compensada pelo preço que recebem por ellas."

Atrazadissimos os lavradores da provincia oppunham resistencia passiva ao emprego do arado nas lavouras.

Em 1854 era outro o presidente do Espirito Santo, agora o Dr. Sebastião Machado Nunes, empossado a 4 de fevereiro. A 25 de maio congratulava-se com a assembléa pela re-

pressão completa do trafico africano, sem o menor indicio de desembarque de negros clandestinos.

A agricultura espiritosantense continuava rotineirissima quer quanto ao café quer quanto á canna e aos cereaes. A producção do café datava de poucos annos mas já constituia a principal renda da provincia promettendo lisongeiro futuro.

Na mensagem do anno immediato o mesmo presidente Machado Nunes, a 25 de maio de 1855, relatava acontecimentos que muito haviam alvorotado a provincia, no anno transacto. Surgira á barra do Itapemirim um navio com todos os caracteristicos dos barcos negreiros. O Barão de Itapemirim mobilizara a Guarda Nacional, guarnecera as praias. Graças á sua attitude fizera-se o tumbeiro ao alto mar, sem ousar desembarcar a sinistra carga.

A tal proposito expendia o Dr. Machado Nunes:

"Todo o mundo comprehende hoje que para se não comprometter o futuro do paiz é indispensavel que a cessação do trafico de africanos seja uma realidade."

Mau grado os reclamos de braços, cada vez mais maiores, que a lavoura do café exprimia, em todos os tons, era indispensavel manter em seu maior rigor a prohibição do hediondo trafico humano e as autoridades imperiaes não diminuiriam a sua inflexivel vigilancia repressora dos audazes traficantes.

Mas o Espirito Santo, com o seu grande littoral quase deserto apresentava excellentes e numerosos pontos de desembarque de escravos clandestinamente introduzidos no Brasil. Ainda no anno seguinte o novo presidente, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, empossado a 8 de março de 1856 referia-se a novas tentativas de negreiros em seu discurso á assembléa provincial de 23 de maio.

Depois da aprehensão do palhabote *Mary Smith* feita em 20 de janeiro de 1855 pelo brigue escuna *Olinda* na barra de S. Matheus alvo de suas temerarias e criminosas tentativas, era de esperar, que a acção vigilante do cruzeiro e das autoridades e força de terra conseguissem frustrar esses planos immoraes.

E a presidencia por propria convicção, fiel observadora das ordens terminantes e altamente convenientes do Governo Imperial, em tão grave objecto, saberia rastrear os menores vestigios desse crime e promover sua repressão com todo o rigor da lei.

A mensagem de 1857 quem a apresentou, a 23 de maio, á Assembléa Legislativa Provincial, foi o vice-presidente

Barão de Itapemirim, mais uma vez em exercicio da presidencia.

No seu relatorio declarava avaliar a população da Provincia em 49.092 habitantes (34.823 livres e 12.269 escravos) e dava o quadro das principaes producções provinciaes do triennio de 1852-1855.

1853 . . .	86.729 arrobas de café e	73.870 de assucar
1854 . . .	117.179 arrobas de café e	97.297 de assucar
1856 . . .	117.178 arrobas de café e	20.896 de assucar

Estes dados collidem com os de Porto Alegre para quem a exportação principal a de café fôra em:

1853	117.632 arrobas
1854	126.348 "
1855	119.996 "

Em 1858, ausente o presidente Olympio Carneiro Viriato Catão, empossado a 18 de junho de 1857, foi o relatorio annual lido á assembléa provincial pelo vice-presidente, o antigo deputado geral, José Freire de Andrade Almeida Monjardim.

Assignalou este politico espiritosantense o augmento progressivo da cultura cafeeira e o retrocesso da assucareira.

Assim em 1857 produzira a provincia 153.883 arrobas de café e apenas 24.474 de assucar, menos da metade de que em 1855, quase um quarto da safra de 1854!

Haviam sido estas as principaes procedencias:

De Victoria.	89.459
De S. Matheus	28.081
De Itapemirim	23.287
De Barra	10.689
De Benevente.	1.652
De Santa Cruz	1.346

Diz Porto Alegre que para este anno a exportação espiritosantense foi de 144.804 arrobas.

Ha a notar ainda que quatro arrobas não são exactamente 60 kilogrammos, assim occorre ainda um pequeno desconto a se fazer na conversão do numero de saccas.

A 4 de fevereiro de 1859 entregava o vice-presidente

Monjardim o seu relatorio ao novo presidente Dr. Pedro Leão Velloso, empossado neste dia.

Já era este politico de grande evidencia no scenario nacional. Acabaria senador do Imperio pela Bahia (1878). Conselheiro de Estado (1889) Ministro de Estado (1882). Foi em toda a época Imperial quem maior numero de provincias presidiu, nada menos de sete sendo que a uma, o Ceará, governou duas vezes. Presidiu ainda Alagoas. Foi o Espirito Santo a primeira presidencia por elle exercida aliás por pouco tempo, menos de um anno.

No seu relatorio occorre a estatistica valiosa seguinte relativa á producção do café que segundo elle fôra em arrobas:

Em 1845	32.033
Em 1846	110.998
Em 1847	115.390
Em 1848	94.149
Em 1849	57.363
Em 1850	59.237
Em 1851	101.146
Em 1852	95.058
Em 1853	86.729
Em 1854	117.179
Em 1855	117.178
Em 1856	198.964
Em 1857	156.883
Em 1858	151.227

A colonia de Santa Isabel produzira então apenas 200 arrobas de café. Estas haviam sido as ultimas receitas provinciaes.

Em 1853	51.619$000
Em 1854	59:750$000
Em 1855	61:808$000
Em 1856	86:600$000
Em 1857	95:433$000
Em 1858	95:814$000

Ha no relatorio do presidente Leão Velloso algumas notas interessantes sobre o rendimento do trabalho. Em São Matheus se dizia que um escravo podia produzir annualmente 350 arrobas de café bruto ou fossem 70 de café limpo, equi-

valentes a um lucro liquido de 200 a 300$000. Em Santa Cruz o rendimento por escravo se computava em 250$000 na lavra da canna e 400$000 na do café.

Na comarca de Victoria calculava-se que um escravo podia preparar de 80 a 100 arrobas de café, promptas para a exportação.

Em Itapemirim avaliava-se tal resultado por cabeça em 200 arrobas de café e 150 de assucar.

Em Guarapary o rendimento do captivo era avaliado com exquisita precisão em 234$000 annuaes.

Em toda a provincia se dizia que a remuneração do capital invertido em escravos vinha a ser no maximo um por cento ao mez, tal a elevação dos preços dos captivos.

Passou o Conselheiro Leão Velloso o governo do Espirito Santo ao seu successor o pernambucano Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho mais tarde Visconde de Souza Carvalho, cuja posse se effectuou a 25 de maio de 1860. Era o novo presidente homem de bella reputação de intelligencia e mais tarde foi figura de destaque como deputado ao Parlamento Imperial pela provincia natal.

Ao fazer o retrospecto do seu governo disse Leão Velloso a proposito da agricultura de Espirito Santo.

Os grandes lucros da producção do café não só haviam dado lugar a deslocação da grande lavoura como tambem da pequena; surgira "verdadeira febre de plantar café", segundo a apropriada denominação de intelligente lavrador do municipio da Serra e deputado provincial; de modo que os pequenos lavradores, que se occupavam exclusivamente na cultura dos cereaes, haviam abandonado este plantio para se entregarem ao do café. Fôra erro cujas consequencias haviam redundado na carestia dos generos alimenticios. Segundo a presidencia estavam os agricultores emendando a mão fazendo grandes plantações de mandioca que como todos sabiam constituia a base da alimentação publica na Provincia.

Entendia o presidente que a deslocação do trabalho operado no Espirito Santo da cultura da canna para a do café, longe de ser um mal, consistia num bem. Abria nova época a sua riqueza com tanto que os lavradores não se esquecessem de que estava nos seus interesses cultivar os cereaes á proporção de suas necessidades.

Não só era o terreno em geral mais apropriado á lavoura do café como tambem com a crise porque estava passando a agricultura do paiz pela cessação do trafico de africanos, que a suppria de braços, a cultura que mais lhe convinha era

aquella favorecedora do desenvolvimento da pequena lavoura, como a do café, em relação a da canna. Esta reclamava num mesmo estabelecimento maior numero de braços e maior somma de capitaes pelo menos em quanto lhe não fosse applicado o fecundo principio da associação.

Concluindo dizia o presidente Leão Velloso:

"Não se infira daqui que dou preferencia á pequena sobre a grande lavoura; cada uma tem seu valor relativo; é após de uma que vem a outra pelo influxo da economia, permittindo a accumulação de capitaes."

O desenvolvimento rapido e grande que ia tendo a lavoura no alto Itapemirim, cujas mattas se transformavam em fazendas de importancia, reclamava a attenção da administração; não via o presidente que na Provincia pudesse realizar-se despesa mais productiva do que para a abertura e melhoramentos de estradas, naquellas paragens; razão pela qual nomeara uma commissão, a quem mandara dar 2:004$000 para melhoramento e factura de uma estrada que das Duas Barras fosse ter ao Rio Pardo nas divisas da provincia de Minas. Participara a commissão que estavam as obras começadas, tudo quanto fosse dotar o fertil municipio de Itapemirim tão procurado pela imigração de importantes fazendeiros, de largas arterias de communicação seria concorrer para o rapido augmento de riquezas da Provincia. Só os fazendeiros do Castello esperavam colher no anno seguinte para mais de vinte mil arrobas de café.

No *Ensaio sobre a historia e estatistica da Provincia do Espirito Santo* da lavra de José Marcelino Pereira de Vasconcellos advogado provisionado pela Relação da Côrte, natural da mesma Provincia nella deputado á Assembléa Legislativa e official maior da Secretaria da Presidencia, conforme declara a folha de rosto desta obrinha datada de 1858, bem pouco ha da estatistica a não ser quanto á demographica.

Assim nelle quase nada encontramos sobre a cultura do café que no entanto já neste millesimo tão importante estava na Provincia. Apenas uma ou outra referencia bem pouco valiosa.

Falando do canhamo e do trigo refere que em novembro de 1813 o governador espiritosantense Francisco Alberto Rubim remettera a D. João VI então ainda regente amostras de linho e trigo cultivados na Capitania.

E a tal proposito relata que de 6 de abril desse mesmo anno de 1813 foram expedidas para as villas do Norte as primeiras recommendações relativas ao plantio do café.

A 22 de março de 1861, empossava-se do governo espiritosantense o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior mais tarde Ministro de Estado.

Fluminense, nascido em Campos, a 20 de janeiro de 1833, encetava larga e brilhante carreira politica, Souza Carvalho deixando o Espirito Santo iria governar Alagoas e mais tarde, em 1866, o Maranhão.

No relatorio annual á Assembléa Provincial frisava Costa Pereira o continuo augmento da producção cafeeira e a decadencia da assucareira.

Assim haviam sido os dados de exportação:

Em 1859 . . . 136.102 arrobas de café e 39.822 de assucar
Em 1860 . . . 202.117 arrobas de café e 29.450 de assucar

E neste biennio a renda provincial fôra:

Em 1859 de	125:378$000
Em 1860 de	139:725$000

As culturas cresciam continuamente. No municipio da Serra já haviam colhido de 30 a 40.000 arrobas. Em São Matheus havia 55 fazendas produzindo 30.000 arrobas. Mas em Itapemirim é que se notava enorme movimento em seus magnificos sertões de terras uberrimas do Cachoeiro, Alegre, Veado. Para alli corriam numerossimos mineiros e fluminenses. Já aliás o presidente Souza Carvalho assignalara o facto no seu relatorio ao 1.º vice-presidente da Provincia, o Dr. João da Costa Lima e Castro.

Escrevia Costa Pereira a proposito da lavoura espiritosantense interessantes e intelligentes conceitos.

A agricultura no Espirito Santo, como no resto do Imperio, era a mais rotineira. E a enchada e os instrumentos mais grosseiros de trabalho os unicos nella empregados. Comtudo, em algumas fazendas, importantes, do municipio de Itapemirim, o progresso ia exercendo sua acção salutar. Os antigos e grosseiros engenhos ali estavam sendo substituidos por machinas a vapor e já o arado, em alguns pontos, abria na terra o seu sulco generoso. Como porém na maior parte da Provincia a lavoura era pequena pela subdivisão dos braços escravos e além disso não havia a educação profissional que ensinava a multiplicar os productos do serviço agricola pela observancia dos processos scientificos e o emprego de instru-

mentos aperfeiçoados, a tradição dominava e o trabalho se realizava como nos tempos coloniaes. Os principaes generos da cultura espiritosantense eram o café, a mandioca, a canna; a mandioca principalmente na comarca de São Matheus produzira não somente para o consumo da provincia mas tambem para abundante exportação. Quanto á lavoura do assucar, aqui como em outras provincias ia cedendo á crescente prosperidade da cultura do seu rival o café, cujos preços elevados e a menos custosa preparação desafiavam os cuidados tanto dos grandes como dos pequenos agricultores.

A plantação da canna e o fabrico do assucar exigiam o emprego de muitos braços e a provincia pelos motivos muito conhecidos da escassa população, lutava immenso contra a crise do trabalho. Além disto occorria outro factor, a subdivisão das fortunas de tal sorte que muitas vezes os filhos de um fazendeiro importante ficavam reduzidos á pobreza. Não era possivel pois que se levantassem novos engenhos ou se conservassem florescentes todos os antigos. Emquanto a exportação do café se elevava a mais de 200.000 arrobas a do assucar descera no exercicio de 1860 a 20.450 arrobas, o que comparado com a exportação nos tempos anteriores á extincção do trafico em que algumas vezes excedera a 300 mil arrobas, demonstrava, de modo muito expressivo, a decadencia rapida e consideravel da producção sacharina.

No seu relatorio sobre o anno de 1862 declarava Costa Pereira á Assembléa que as producções principaes do anno transacto haviam sido:

Café	223.807 arrobas
Assucar	21.843 arrobas
Farinha	85.591 alqueires

O que se tornava saliente quando se comparava a exportação desses annos era o augmento na exportação do café ao mesmo tempo que a do assucar ia diminuindo como se via do quadro:

Café (arrobas)

1857	1858	1859	1860	1861
156.888.	151.227	186.102	202.117	223.890

Assucar (arrobas)

1857	1858	1859	1860	1861
24.464.	48.222	39.882	29.550	21.843

Este facto se explicava não só pela maior vantagem que obtinha a agricultura com a lavoura do café, cujo preço se tinha conservado sempre animador como tambem pela imigração de lavradores mineiros e vassourenses dados a essa cultura de preferencia a qualquer outra.

Infelizmente um infortunio, ainda maior do que o que havia poucos annos accommettera a lavoura do assucar, ameaçava reduzir as colheitas daquelle procioso genero; vinha a ser a praga la lagarta cujos resultados funestos já iam sentindo os lavradores do Rio e de São Paulo e que não deixava de estender-se ao Espirito Santo, emboia parcialmente.

O valor da importação por meio de cabotagem, unica existente na provincia, attingira no anno findo 890:751$301.

Em 1863 o relatorio do Presidente Costa Pereira trouxe um quadro interessante sobre o declinio do assucar espiritosantense e o progresso do café.

	Assucar (*arr.*)	*Café* (*arr.*)
1844	324.308	
1845	226.032	32.033
1846	157.208	110.998
1847	147.063	115.390
1848	330.169	94.149
1849	184.232	57.363
1850	91.270	59.237
1851	89.840	101.140

Pela inspecção destes numeros vemos que se a grande queda do assucar, em 1846, correspondia a notavel avanço do café por outro lado, houvera em 1848, notavel reacção assucareira.

Mas esta não se sustentara e o declinio se accentuava nos dois annos seguintes.

Em 1852 em diante firmara-se a derrota do velho producto colonial como demonstra o quadro seguinte:

	Assucar (*arr.*)	*Café* (*arr.*)
1852	117.021	95.053
1853	75.270	86.729
1854	97.297	117.170
1855	49.895	117.178
1856	78.564	198.964

O anno seguinte assignalou enorme queda do assucar que até 1862 reagiu muito fracamente.

1857	24.475	156.888
1858	43.232	151.227
1859	39.822	186.102
1860	29.450	202.117
1861	21.843	223.809
1862	30.053	223.442

Concluindo as suas considerações sobre este computo dizia o presidente Costa Pereira:

"A lavoura de canna é de todos os ramos da industria agricola a que pertence especialmente o trabalho escravo."

A 15 de junho de 1863 era empossado do governo do Espirito Santo o Dr. André Augusto de Pauda Fleury, professor de direito em São Paulo, de cuja Faculdade deveria ser director, politico goyano de largo prestigio, deputado liberal pela provincia natal á 10ª e á 11ª legislaturas.

Como no anno seguinte fosse tomar assento na Camara quem apresentou o relatorio referente ao exercicio anterior veio a ser o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos, em cuja mensagem encontramos os seguintes dados sobre a producção cafeeira: Fôra a safra de 1862 de 229.447 arrobas das quaes cabiam:

A Victoria	120.523
A Itapemirim	59.621
A São Matheus	23.717
A Barra	15.226

O assucar é que continuava a se arrastar com uma safra de 30.006 arrobas.

Muito convidativo o preço do café (5$450) dahi a notavel expansão de sua cultura.

Nos annos immediatos poucos documentos cafeeiros nos apresentam as mensagens presidenciaes, como as dos Drs. José Joaquim do Carmo (cujo periodo foi de 8 de janeiro de 1865 a 28 de agosto seguinte). Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 1866, do 1.º vice-presidente Carlos Cerqueira Pinto em 1867. Assim tambem a do presidente Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio correspondente a 1868.

A 1 de setembro era este ultimo delegado imperial substituido pelo Dr. Antonio Dias Paes Leme, de illustre familia paulista e fluminense e filho do Marquez de S. João Marcos. Não apresentara mensagem ao parlamento provincial. Quem em seu logar o fizera havia sido o vice-presidente Dionysio Alvaro Rozendo de Rezende.

Alinhava os seguintes numeros relativos ás receitas provinciaes:

Em 1859	122:508$000
Em 1860	139:725$000
Em 1861	118:568$000
Em 1862	135:229$000
Em 1863	115:941$000
Em 1864	124:483$000
Em 1865	143:050$000
Em 1866	119:119$000
Em 1867	170:422$000
Em 1868	173:282$000

Em 1870 passava o presidente Paes Leme o poder ao vice-presidente Rezende e em seu relatorio calculava a população da Provincia em 70.597 habitantes, dos quaes 51.825 livres.

A receita provincial subira no exercicio de 1869 a ..... 189:963$767.

Preconizava o presidente a volta á lavoura da canna, aliás tradicional na sua familia, secularmente assucareira, em seus engenhos da baixada fluminense, como seu proprio pae, o Marquez de São João Marcos, aliás senhor de enormes terras á margem do Parahyba e tambem cafesista.

Convencido de que não seria em pura perda qualquer despesa em favor da lavoura, logo reembolsada, fizera a presi-

dencia vir do Rio de Janeiro e da fazenda do Muquy no Itapemirim, por conta da provincia, meia duzia de arados logo pedidos e comprados por alguns fazendeiros intelligentes. Delles começaram a usar reconhecendo as vantagens do seu emprego.

Bem certo estava o Dr. Paes Leme que os senhores Aureliano Martins de Azambuja Meirelles, José Claudio de Freitas, Francisco Rodrigues Bermudes, e Miguel Pereira do Nascimento Neves, pondo-se á frente do movimento no centro da provincia, como haviam feito, intelligentes, zelosos e amigos do progresso, illustrariam seus nomes, recommendando-se á Provincia agradecida. Felicitava-se o presidente pelo facto de que a data destes factos coincidira com a época de sua administração.

Por esta occasião não podia deixar de mencionar com elogios e recommendar ao mesmo tempo á attenção da Assembléa Provincial o que se passara em Itapemirim, municipio que tão brilhantemente iniciara a restauração das obras praticas de cultura e outros melhoramentos da actualidade. Já ali se ouvia o sibilar do vapor e o ruido das machinas nos estabelecimentos agricolas; já se via o arado nos campos, rasgando a terra para por ao lado do trabalhador as alinhadas leiras; cada fazendeiro porfiava em zelo, esforçava-se por ser mais activo e produzir melhor. Conhecendo a impropriedade dos terrenos para a cultura do café, não haviam alguns trepidado em substituil-a pela da canna, que melhor futuro lhes preparava. Já excellentes estabelecimentos se erguiam para a fabricação de seus productos.

O mesmo desenvolvimento se notava em São Matheus a respeito da plantação da mandioca alli com razão a preferida. Felizmente já os lavradores se iam convencendo de que nem todos os terrenos são para todas as plantas. Deviam aproveitar e apropriar aquelles mais adequados a determinado plantio.

Era porém de lastimar, que os fazendeiros intelligentes, activos, e abastados daquella importante comarca da Provincia não estivessem mais adiantados, tanto no modo de trabalhar a terra, como nos meios de preparar o seu principal e quase exclusivo producto. Aconselhara-lhes o Presidente a adopção de machinas proprias a raspar a mandioca e de fornos mecanicos para a torrefação da farinha assim como a introducção de certas plantas para a substituição dos pastos, já empobrecidos e a restauração pelo estercamento dos terrenos exhaustos.

Não tendo porém muita confiança nestes conselhos da-

dos de passagem, queria insistir ainda na necessidade da criação das escolas praticas agricolas que podiam ser criadas pela Assembléa Provincial.

A 18 de fevereiro de 1871 empossava-se do governo da Provincia o Dr. Francisco Ferreira Correa. Vinha transferido de Santa Catharina onde administrara apenas pouco mais de um semestre. O seu periodo espiritosantense seria um pouco maior indo até 19 de junho de 1872.

Em seu relatorio á Assembléa dizia que a receita provincial em 1870 subira a réis 183:050$740.

De café se haviam produzido 7.881.779 kilogrammos, de assucar 627.572 ou *grosso modo* 525.432 arrobas de café e 41.818 de assucar.

Collidem estes dados com os de Porto Alegre. Quer este que a exportação espiritosantense, haja sido em 1870 de 150.080 saccas de 60 kilos ou 9.004.800 kilos.

Assaz extensas considerações expendeu o Presidente Ferreira Correa sobre a agricultura provincial.

A agricultura da provincia persistia, com rarissimas excepções, na continuação dos antigos e velhos processos, já inteiramente despresados nos paizes mais civilizados.

Em geral o lavrador, depois de destroçar a matta virgem, e queimar a madeira derribada, e de assim por esse meio irracional e barbaro debilitar excellentes terras, absorvendo o fogo a seiva productora, que ellas continham e transmittiam ás plantas depois de haver removido, de modo a fazer espaço, os grossos troncos das arvores quando muito reduzidos a toras aguardava a occasião que lhe parecia mais azada para confiar a semente á terra não amanhada, quase inculta mesmo. Tudo esperava da acção atmospherica e da natureza pujante do sólo.

Eram no Espirito Santo quase desconhecidos os meios modernamente empregados para rotear e amanhar as terras. E a circumstancia de serem as madeiras no Brasil de muita duração e por muito tempo se conservarem no solo as raizes das arvores derrubadas constituia valioso argumento por quase todos invocados, contra a admissão e utilidade do arado.

A introducção das machinas a vapor, ou mesmo hydraulicas era coisa que raramente se via; notando-se em geral, pequenos estabelecimentos movidos por animaes!

Quase por execpção de regra na comarca de Itapemirim se ia generalisando o emprego de certos melhoramentos agricolas no sentido de se augmentar e aperfeiçoar o trabalho, poupando as forças do homem e economisando o tempo.

Poucos os lavradores que se dedicavam a uma especialidade de lavoura. Em geral se atiravam a diversas culturas, consumindo o tempo sem proveito algum, em comparação dos sacrificios feitos. Em uma mesma propriedade cultivavam-se ao mesmo tempo o café, o milho, a mandioca, o feijão, a canna, fabricavam-se o assucar, a aguardente, fazia-se a farinha, etc., etc. tudo, como era bem notorio, em pequena escala e sem resultados satisfatorios.

Nem sempre os terrenos eram os mais apropriados á lavoura a que se destinavam mas o lavrador affeito a uma cultura certa e determinada, não sabia aproveitar a sua propriedade utilizando as terras na plantação e cultivo de artigos ou generos a que melhor se prestavam.

O meio extremo em tal caso, era a venda de um sitio para effectuar-se a compra de outro com que se perdiam os serviços com difficuldade preparados. Supportavam-se os que sobrevinham com a fundação de novo estabelecimento, e os que acarretavam a mesma mudança que só quando bem pensada, podia algumas vezes trazer vantagens ao lavrador intelligente e pratico.

A rotina era a regra: e nem podia deixar de ser assim, desde que o lavrador não estivesse habilitado com os conhecimentos indispensaveis para fazer valer o sólo rico sobre o qual vivia.

Na *Historia da Provincia do Espirito Santo* da autoria do bacharel Misael Ferreira Penna, publicada em 1878, não se cogita de café senão incidentemente o que é realmente inexplicavel e demonstra a relativa valia de tal livro.

Em todo o caso ha um quadro das receitas provinciaes interessante.

Annos	*Receita*
1846	32:992$452
1847	44:130$558
1848	44:380$224
1849	36:325$939
1850	39:739$474
1851	42:086$517
1852	50:870$187
1853	51:619$109
1854	59:750$233
1855	61:808$997
1856	86:800$880

1857	95:432$664
1858	95:433$664
1859	120:000$000
1860	100:000$109
1861	114:000$215
1862	127:952$409
1863	138:358$820
1864	143:076$000
1865	142:000$000
1866	142:000$000
1867	140:000$000
1868	140:000$000
1869	160:000$000
1870	220:000$000
1871	220:000$000
1872	275:000$000
1873	275:900$000
1874	292:900$000
1875	300:000$000
1876	300:000$000
1877	320:000$000

CAPITULO XXVIII

Notas estatisticas de Ferreira Soares sobre o Espirito Santo — Informações de Marins sobre o desbravamento e povoamento do districto itapemirinense — Um grande fazendeiro o Barão de Itapemirim — As suas questões com os Areias — Lavradores de destaque no sulespiritosantense na época imperial

Falando do Espirito Santo em 1864, dizia Ferreira Soares, em suas *Notas de Estatistica*:

"Conforme a estatistica official do exercicio de 1854-55, continha a provincia do Espirito Santo 226 casas commerciaes e industriaes sendo nacionaes 149 e extrangeiras 77; mas segundo a estatistica de 1863-64 tem actualmente 449 casas commerciaes, fabris e industriaes sendo nacionaes 351 e extrangeiras 98, apresentando um augmento de 202 casas nacionaes, e de 21 extrangeiras, o que demonstra que o commercio tende a tomar maiores proporções nesta provincia, predominando o commercio nacional, o que é bem lisongeiro para o paiz."

Contava então a provincia duas cidades (Victoria e São Matheus) e sete villas (Itapemirim, Benevente, Espirito Santo, Serra, Almeida, Linhares e Barra).

Como principaes productos offerecia ao commercio: "algodão, assucar, café, farinha de mandioca, feijão, legumes diversos, polvilho, madeira e especialmente o pau brasil."

O Espirito Santo um dos mais velhos campos de povoamento do paiz, conservara-se longamente estacionario não acompanhando o progresso do Brasil livre da tutela colonial.

Assim por exemplo, até 1855, o seu commercio de longo curso ainda era praticamente nullo. Dez annos mais tarde apenas accusava dois contos de réis de importação directa e 87 de exportações tambem directas.

Vivia a provincia da cabotagem; as suas importações haviam subido de 432 contos em 1854-1855 a 694 em 1863-1864.

As cifras das exportações citadas por Ferreira Soares parecem-nos inadmissiveis, 7 contos em 1854-1855 e 431 em 1863-1864!

No primeiro destes dois exercicios a provincia produzira 30.000 saccas de café, que não poderiam ser consumidas por uma população tão exigua quanto a sua. Ora, pelos documentos fluminenses, sabemos que, em 1854, entraram no Rio de Janeiro 96.045 arrobas de café do Espirito Santo e em 1855 122.518. Só estas entradas valeriam centenas de contos de réis.

São falsos pois os dados de que pôde Ferreira Soares lançar mão em seus elementos, inaceitaveis as suas conclusões sobre o commercio espiritosantense inter-provincial.

Basta dizer que falando do commercio da exportação por cabotagem, no exercicio de 1863-1864, attribue-lhe os seguintes valores: remessas para a Bahia 346 contos de réis, para o Rio de Janeiro 85 contos. Ora o Rio de Janeiro, em 1863-64, recebeu 114.913 arrobas de café espiritosantense e isto pelos preços da pauta então corrente representava nada menos de 774 contos de réis!

Baseado portanto em maus fundamentos, como acabamos de o demonstrar, achou Ferreira Soares que a balança commercial da antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho era muito desfavoravel.

Se as exportações directas para o exterior haviam deixado um saldo positivo de 85 contos de réis o commercio de cabotagem accusava um saldo negativo de 263 contos, donde um *deficit* de 178 contos para a economia da provincia.

Da má impressão das cifras decorreram estes conceitos falsos e injustos que aliás não nos parece hajam sido rebatidos por qualquer dos interessados attingidos pela desagradavel censura e allusivos á indolencia excessiva de uma população inteira.

"Da descripção commercial e estatistica da provincia do Espriito Santo, que se acabou de ver, reconhece-se que esta provincia apresenta mui diminuto desenvolvimento na sua industria e commercio; e, como é sabido que as suas terras são uberrimas, pode-se conjecturar que existe um vicio organico na mesma provincia, que, cumpre remover, e o melhor meio de tal conseguir será fazer encaminhar para alli uma corrente de emigrantes agricolas laboriosos.

Com quanto o Espirito Santo seja uma provincia maritima situada entre as suas importantissimas irmãs, Bahia e Rio de Janeiro, nem assim as acompanha na marcha do seu

progresso! Não se deve attribuir á carencia de braços a falta de desenvolvimento nesta provincia mas sim á de estabelecimentos de credito que animem a organização de companhias industriaes que ponham em acção as fontes de riqueza que alli existem por explorar. Penso que a provincia do Espirito Santo poderia produzir muito café e algodão, se em grande escala fossem cultivadas estas especies, que fariam a fortuna dos seus agricultores em poucos annos."

No Espirito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro que tão notaveis proporções tomou na Provincia do Rio de Janeiro e apresentou-se tambem brilhante no Norte de S. Paulo, e em Campinas, assim como na Matta de Minas. Foi tudo alli muito mais modesto.

As cifras da producção esclarecem a nossa affirmativa.

Assim entre os exercicios de 1851-1852 e os de 1871-1872 temos os seguintes dados:

Rio de Janeiro:

	Arrobas
1851-1852	7.535.844
1856-1857	8.097.879
1861-1862	5.136.564
1866-1867	9.308.654
1871-1872	6.988.412

Minas Geraes:

	Arrobas
1851-1852	734.034
1856-1857	803.823
1861-1862	893.977
1866-1867	1.422.977
1871-1872	2.392.922

São Paulo:

	Arrobas
1851-1852	1.850.685
1856-1857	2.102.919

1861-1862	2.299.672
1866-1867	2.343.997
1871-1872	2.508.163

Espirito Santo:

	Arrobas
1851-1852	106.025
1856-1857	177.881
1861-1862	221.010
1866-1867	242.334
1871-1872	588.864

Ainda assim houve um districto espiritosantense onde a cultura cafeeira trouxe, graças á abertura de fazendas de grandes proporções, o aspecto de um dos bons municipios fluminenses o do Itapemirim e suas terras do Cachoeiro e adjacencias.

Num livro, rico de informações, embora desordenadamente redigido, *Minha terra e meu municipio,* reuniu o Sr. Antonio Marins copiosa massa de dados valiosos sobre o districto itapemirinense.

Entende o autor espiritosantense que os primeiros povoadores da sua zona natal devem ter sido Domingos de Freitas Bueno, alcunhado *Caxangá,* Pedro da Silveira e outros emigrados da Bahia, pelas vizinhanças de 1700, attrahidos pela propaganda que das terras da região faziam os successores do donatario Francisco Gil de Araujo, tão celebrado por sua opulencia no Brasil seiscentista.

Os descendentes de Bueno, chamados os Freitas Caxangá, afazendaram-se em canna, tiveram engenhos e latifundios, abrangendo enormes tratos de terras em ambas as margens do Itapemirim.

Longos annos alli viveram. Em principios do seculo XIX era senhor de vasta área um de seus parentes, Balthazar Carneiro, que transferiu a propriedade ao Sargento Mór José Tavares de Brum.

Ainda em principio do seculo o Espirito Santo só tinha habitadores civilizados á orla maritima e seus governantes empenhavam-se pelo desbravamento do hinterland.

A Carta Regia de 13 de março de 1797 prohibiu concessões de terras á margem dos rios e costas maritimas, determi-

nando que taes doações só seriam feitas a tres leguas do mar, e dos rios.

Por instancias das representações, porém, do governador Francisco Alberto Rubim foram essas ordens revogadas pela Carta Regia de 17 de janeiro de 1814. Ficou assentado que "se poderiam conceder sesmarias em toda a Capitania do Espirito Santo, fossem ou não á margem de rios e littoral, para cujo fim se concediam as impetradas anteriormente sob as clausulas do Alvará de 25 de janeiro de 1809."

Defluiram dessa paternal revogação as innumeras concessões expedidas nos annos subsequentes.

Commenta o autor a quem vimos acompanhando:

Não pretendemos estabelecer a data rigorosamente historica o que foge á nossa competencia, em que tomou pé em terras do Itapemirim, o primeiro homem civilizado, mas somos inclinados a recuar esse acontecimento para os primeiros dias do 18º seculo, senão alguma coisa antes, baseados nos elementos historicos que consultamos, vencendo algumas difficuldades.

E' mesmo para duvidar-se que, terras á margem de um grande rio, embora semeadas de palhoças de indios, só começassem a apparecer pouco antes de 1800, vizinhas de Benevente, que já vinha de 1665, e de Guarapary que data de 1585 e da qual já o Itapemirim era termo judiciario desde 1806.

A povoação do Itapemirim foi elevada a Villa por Alvará do Principe Regente de 27 de julho de 1815, mas sua criação só se effectivou em 9 de agosto de 1816.

Em 1802 appareceu na região o homem a cuja iniciativa ia dever notavel progresso, assim como aliás toda a provincia espiritosantense; o jovem paulista Joaquim Marcellino da Silva Lima, posteriormente barão, com grandeza, do Itapemirim.

Diz Marins:

"Antes de 1800 era o Itapemirim grande fazenda que pertencera primeiro ao Sargento-Mór Ignacio Pedro Cacunda. Este a vendeu ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro que por sua vez transmittiu por venda ao Capitão José Tavares de Brum (sogro do Sargento Mór Joaquim Marcellino da Silva Lima mais tarde barão do Itapemirim).

A séde da Fazenda que era de assucar, ficava no morro

contiguo á actual villa, no logar conhecido por "Fazendinha". Ahi existiu a Capella que foi a primeira da povoação."

Essa propriedade estendia-se por toda a Barra do Itapemirim de um e outro lado do rio e, apesar do Capitão José Tavares de Brum havel-a comprado por escriptura publica, para sua maior garantia requereu e obteve do governo de Portugal por sesmaria, as mesmas terras; sesmaria mais tarde medida judicialmente pelo juiz ordinario de Guarapary, Lourenço Marques Pereira, que a julgou por sentença em 18 de agosto de 1814.

Além desta fazenda possuia o Capitão Tavares de Brum mais outra, tambem de assucar, situada á margem sul do rio e denominada São José, hoje "Cutia."

Fallecendo esse capitão, sua viuva, D. Thomazia da Silva, ficou sendo um dos mais improtantes fazendeiros daquella época no municipio.

Biographando o futuro Barão de Itapemirim diz Antonio Marins:

"O Sargento Mór Joaquim Marcellino da Silva Lima, Barão do Itapemirim, era natural de São Paulo, filho do Alferes Joaquim José da Silva e D. Anna Fernandes."

Não sabemos como, com estes dados, filial-o, aos grandes titulos genealogicos paulistas. Os nomes dos paes do illustre titular são vulgares e não encontramos na obra de Silva Leme indicação alguma que permitta a identificação das suas filiações.

Continua A. Marins:

"Veio para a Capitania do Espirito Santo em 1802 e foi residir em Benevente onde possuiu grande fazenda de assucar denominada *Tres Barras* cujas terras obteve por sesmaria.

Era então casado com D. Francisca do Amaral e Silva, de cujo consorcio houve dois filhos. Claudina e Bellarmino, Casou-se a primeira com o Coronel de Milicias Ignacio Pereira Duarte Carneiro, proprietario da fazenda do *Borba* no municipio de Vianna e pelo Governador Rubim encarregado da abertura da estrada de S. Pedro de Alcantara, começando no "Quartel de Borba" e terminada no "Quartel do Principe" limite das capitanias do Espirito Santo e Minas Geraes.

Enviuvando, casou de novo o Sargento Mór, com D. Leocadia Tavares de Brum; filha do Capitão José Tavares de

Brum e de D. Thomazia da Silva Medella. Deixando Benevente passou então a residir no Itapemirim.

Deste segundo consorcio teve o Sargento Mór Silva Lima quatro filhos e quatro filhas que todos occuparam posições de alto destaque na sociedade espiritosantense.

Em dezembro de 1841 foi agraciado com o titulo de Barão. Era Commendador da Ordem de Christo, Official da Ordem da Rosa e tinha as honras de Brigadeiro, como Director Geral dos indios Purys, do Aldeamento Imperial Affonsino (mais tarde Conceição do Castello).

Falleceu a 18 de dezembro de 1860, contando 80 annos de idade. Era então o maior fazendeiro de canna e café em Itapemirim e Cachoeiro.

Possuia as fazendas denominadas *Fazendinha* e *Queimada* (annexas) na Barra do Itapemirim, *Muquy, Ouvidor, Morro Grande, Bananal, Fructeira do Norte*, nellas trabalhando com mais de 400 escravos.

A sua residencia era na fazenda do Muquy, a mais importante de todas, e onde possuia sumptuoso palacete e igreja (ainda existente, em 1920 e consagrada a Santo Antonio).

D. Leocadia, Baroneza de Itapemirim falleceu a 4 de março de 1882, em Cachoeiro do Itapemirim na idade de 74 annos. Pediu que a sepultassem junto ao tumulo do marido, na capella do seu castello e lá foi inhumada.

Analysando o feitio do Barão de Itapemirim escreve Marins:

"Não era o Barão de Itapemirim homem cuja psychologia se complicasse em modalidades de caracter.

O seu typo physico, embora denotasse a sombria austeridade do valido de outrora, guardava todavia uma alma não inteiramente limpa dos preconceitos do meio e do tempo, mas pendida sempre para as longanimidades e actos generosos.

Cioso das suas prerogativas (pois era grande do Imperio, Commendador da Ordem de Christo, Official da Imperial Ordem da Rosa, Brigadeiro Director Geral dos Indios) sabia guardar a sua linha fidalga sem que ella o isolasse do povo com que lhe aprazia tratar fazendo negocios, interessando-se pelo viver da gente humilde não raro para lhes prestar favores.

O forasteiro em busca de terras nelle achava sempre um protector. Com o forte auxilio da sua escravatura é que se animaram os primeiros posseiros a desbravar as invias mattas das fazendas do municipio do Alegre, *Bananal, São Bartholomeu, São Francisco, Jerusalem*. Dois grandes traços forma-

vam-lhe o fundo do caracter: a politica e a familia. O seu cuidado era ver crescer a prole, ao seu lado, promovendo a formação das novas familias entre a parentella numerosa.

Affeito a uma actividade que não esmoreceu na velhice, dobrava-se o fazendeiro opulento no politico prestigio e se deste a obra foi de valor, naquelle logrou ser o homem de maior fortuna do Itapemirim.

Não era um commodista em politica; frequentemente chamado á administração da provincia, esteve sempre á frente dos negocios que diziam com o seu progresso e melhoramentos. Os annaes espiritosantenses o comprovam sobejamente.

O Barão do Itapemirim embora não possuisse titulo scientifico, era homem intelligente e cultivado. Disto dão cabal testemunho as mensagens que como 1.º vice-presidente da Provincia (que o foi durante annos consecutivo) apresentou á Assembléa Legislativa Provincial.

Chefe do partido liberal via-se combatido tenazmente pelos irmãos Bittencourt, opulentos fazendeiros e conservadores ferrenhos. Eram estes Bittencourt de procedencia fluminense, aparentados de varias das mais notaveis familias, campistas. Affectavam tratar o Barão como se fora homem novo. Tinham relações estreitas de parentesco com grandes fazendeiros e senhores de engenho do Parahyba, como os viscondes de Carapebús, Araruama e Santa Rita e o Barão de Ururahy. E de tal tiravam grande prestigio.

Explica Antonio Marins:

"Como o Barão eram tambem nesse tempo grandes fazendeiros, no municipio do Itapemirim, os chamados "Moços da Areia", todos irmãos: Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, proprietario das Fazendas *Areia* e *Coroa da Onça,* Major Francisco Gomes Bittencourt proprietario das fazendas *Vermelho* e *Cerejeira,* Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietario do *Rumo,* Capitão José Gomes Pinheiro (genro do Barão) proprietario da fazenda *Ouvidor do Norte, Rachel* e *Izabel.*

Eram adversarios politicos do Barão (conservadores) e moviam-lhe toda a sorte de perseguição numa luta sem treguas, excepção feita do Capitão José Gomes Pinheiro que se mantinha neutro, entre os irmãos de um lado e o sogro do outro.

Faziam tambem parte dos "Areias" o Major Caetano Dias da Silva, proprietario da fazenda do "Limão" e cunhado dos moços fazendeiros.

O Commendador José Nepomuceno Gomes Bittencourt e

seus seis irmãos eram filhos do Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa e D. Maria Francisca Pinheiro, o primeiro natural da ilha Terceira e esta ultima de Campos, e pertencente alli a uma das mais distinctas estirpes, de que descendem as familias — Carneiro da Silva (do Conde de Araruama, Viscondes de Araruama, Ururahy, e Quisaman e Barão do Monte do Cedro) Ribeiro de Castro (Visconde de Santa Rita, Netto dos Reis (do Barão e do Conde de Carapebús). Conselheiro João de Almeida Pereira (Ministro do Imperio), Conselheiro João Baptista Pereira (parlamentar e presidente da provincia).

D. Maria Francisca Pinheiro era filha de Francisco de Almeida Pinheiro e Francisca Baptista Pereira, grandes fazendeiros em Campos (fazenda do *Queimado*) e neta paterna de Amaro Pinheiro Bittencourt, que foi, afinal, o tronco primitivo de todas essas importantes familias.

O Commendador João Nepomuceno, cabeça do partido dos "Areias" foi tambem o chefe politico de maior prestigio no municipio. Por diversas vezes deputado á Assembléa Legislativa Provincial, tomara parte na primeira Assembléa Legislativa da Provincia.

O Major Caetano Dias da Silva, que tambem fazia parte da familia por ser casado com uma das filhas do Capitão Francisco Coelho (D. Rachel Dias da Silva Pinheiro) foi dos homens que mais concorreram no seu tempo, para o progresso do municipio do Itapemirim.

Historiando as lutas encarniçadas entre estes potentados do café e da canna escreve o autor a quem acompanhamos:

"A despeito da guerra que lhe moviam os seus temiveis adversarios, os "Areias", que lhe não permittiam siquer, ganhar uma eleição no seu logar, o Itapemirim, ainda assim foi o Barão do Itapemirim quem maior notoriedade deu aos governos da provincia, quando sob a sua administração.

Differentes eram os processos postos em pratica pelas duas facções adversas quando se tratava de agitar os partidos para as lutas eleitoraes.

Os "Areas" alliciavam toda a gente que podiam, dissipando e prodigalizando os haveres, não olhando a meios para grangearem proselytos á sua causa, não vacillando mesmo ante a violencia a empregar e as vindictas sobre os contrarios.

Como sempre acontece, os dois politicos extremados da aldeia faziam com que as duas parcialidades em luta se cobrissem dos gravissimos baldões divulgando as mais negras e odientas accusações reciprocas. A ellas deu Mello Moraes

guarida na *Chronica Geral do Brasil,* aliás sem lhes documentar a procedencia.

Orgulhosos da sua origem e dos foros que no Itapemirim lhes davam o nome e o dominio mais remoto, pois, grandes proprietarios já alli haviam sido seus paes, quando chegara o seu adversario, alardeavam os conservadores esta circumstancia para maiores parecerem aos olhos do povo, recorda A. Marins:

"Differia um pouco o Barão. Embora lhe não faltasse gente assomada e disposta, agitava menos o eleitorado, comquanto esforçado nas lutas em que toda a familia trabalhava. Mas tinha o cuidado de não dissipar nessas pugnas a fortuna. Gozava de prestigio real. Todavia nunca pode triumphar dos elementos que lhe eram contrarios no Itapemirim, tal a obra implacavel dos famosos "moços da Area".

Esse estado de coisas, como tudo neste mundo, teve o seu termo pelos annos de 1860 a 1868, época em que se finaram os dois grandes chefes rivaes, o Barão e o Major João Nepomuceno Gomes Bittencourt.

Dentre os grandes fazendeiros contemporaneos do municipio do Itapemirim destaca Antonio Marins ainda Joaquim José Alves, que residiu sempre em Campos, em sua fazenda denominada *Boa Esperança,* assente á margem sul do rio Parahyba (entre Campos e São João da Barra).

Possuia no Espirito Santo muitas terras e fazendas que vieram a pertencer, por herança a seus filhos, taes como *Lancha, Barra Secca, Araçá, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Ribeira, Cancan, Laranjeiras* etc.

Por dilatados annos foram por assim dizer, os senhores feudaes de todo o Itapemirim, onde exerciam soberania absoluta, as tres grandes familias oriundas dos primeiros estabelecidos nas terras do littoral. Alves, Gomes Bittencourt (os Aréas) e os Silva Lima, cujo chefe era o Barão, todos opulentos e numerosos.

Os maiores das duas ultimas, grandes politicos, dispunham de notavel influencia nos conselhos da administração provincial.

Como viviam no Itapemirim, assim vinham se dilatando por estes mattagaes acima, isto é: — os Gomes Bittencourt dominando o lado norte do Itapemirim, o Barão todo o lado sul. Aquelles pararam pouco além das terras do Aquidaban, e este ficou pelas terras do Bananal que o Capitão Mór Manoel José Esteves de Lima conquistara aos indios e lhe dera em troca de outros favores como fossem o de respeitar as "pos-

ses" que ia abrindo em caminho do Alegre e prestar auxilio de escravatura para abrir as fazendas *Gurgel, Jerusalem, São Bartholomeu* e outras no municipio do mesmo nome.

Os terrenos de beira-rio, desde a Barra, até Cachoeiro, pertenciam originariamente pode-se assim dizer, aos tres grandes clans que povoaram o municipio em seus começos.

Os proprios terrenos em que está hoje situada a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pertenceram a essas familias; o lado sul ao Barão de Itapemirim, e o lado norte ao Tenente Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro (da familia da "Area") que o herdara de sua mãe, Dona Maria Francisca Pinheiro.

Escreve Antonio Marins a falar das encarniçadas pugnas politicas entre conservadores e liberaes, *saquaremas e luzias*, como então se alcunhavam.

Os dois partidos politicos que disputavam as eleições eram conhecidos pelos appellidos locaes de "Arraias" os da facção do Barão e "Macucos" os da banda dos "Areias". Do lado do Barão e com o concurso dos quaes elle muito contava nos pleitos havia os "Queixadas" do Castello como elle liberaes. Os "Areias" tinham por seu lado o poderoso concurso do chefe conservador fazendeiro e chefe de grande familia Coronel Antonio Vieira Machado da Cunha, que pelo nome parece-nos ter sido parente dos dois Barões do Rio das Flores (José e Misael Vieira Machado da Cunha) e do Barão da Alliança (Manoel Vieira Machado da Cunha).

Termina Marins relatando episodio a que attribue o encurtamente da vida do Barão de Itapemirim, magoado com certo e inesperado procedimento do monarcha, que lhe conferira o titulo nobiliarchico, a 15 de novembro de 1841 e o elevara á grandeza do Imperio a 31 de dezembro de 1849.

"O Imperador D. Pedro II, em excursão pela provincia, chegou ao Itapemirim, no dia 7 de fevereiro de 1860, hospedando-se numa casa de propriedade do Capitão José Tavares de Brum.

Acompanhou o monarcha, nessa visita o então Ministro do Imperio Conselheiro João de Almeida Pereira (de Campos) primo irmão dos celebres fazendeiros da Areia (os moços da Areia) o qual muito concorreu para o Imperador não visitasse a bella fazenda do Muquy nem procurasse o Barão de Itapemirim, que havia luxuosamente preparado o palacete de sua residencia para o receber fidalgamente, e fosse, de preferencia, hospedar-se na fazenda da Areia, não menos sumtuosa, do Commendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt.

Era a *vendetta* politica posta em acção contra o Barão pelos seus temiveis adversarios, e aquelle ferido no seu orgulho, não pôde resistir a tão duro golpe moral, baqueando para o tumulo poucos mezes depois; a 18 de setembro de 1860, segundo Mello Moraes, e a 18 de dezembro, segundo Smith de Vasconcellos.

Do Itapemirim seguiu o Imperador para a nascente colonia do Rio Novo, que obteve o titulo de "Imperial", visitando a sua séde no logar "Pau d'Alho".

Falando da opulencia do Barão do Itapemirim, homem a quem o grande Caxias dedicava amizade, assim se exprime o nosso autor, reiterando affirmações anteriores:

"A fazenda do Muquy adquiriu-a o Barão em 1827 por compra feita a D. Gerturdes Maria de Santo Antonio, viuva do Capitão Mór Miguel Antonio de Oliveira.

O Barão foi senhor de muitas fazendas no Itapemirim e no districto de Cachoeiro. Homem publico e politico de grande prestigio estava sempre em evidencia e muitas vezes dirigiu com muito criterio os negocios da Provincia na qualidade de vice-presidente, sem descurar da actividade necessaria á gestão dos seus vultosos bens. Nesse caracter, prestou, como nenhum outro, reaes serviços á provincia.

O palacete que habitava á margem do Itapemirim, era construido no feitio dos castellos medievaes, sobre o alto de uma collina, de onde se descortinava a vastidão do oceano. Escadarias de marmore, com leões á entrada, e torreões nos cantos. O interior era luxuoso e brunido, contendo bibliotheca, salões de bilhar, sala d'armas e alcovas primorosas com leitos marchetados. Os salões adornados de quadros e grandes retratos de antepassados. As baixellas de prata pesadas brilhavam na vasta capa, severamente decorada e sombria. Como nos castellos feudaes, tambem tinha os seus desvãos meio subterraneos e capella magnifica. Nella eram celebrados os casamentos dos seus filhos e parentes. Essa capella votada a S. Antonio, já a encontrara o Barão, quando comprara a fazenda a D. Gertrudes Maria de S. Antonio viuva do Capitão Mór Miguel Antonio de Oliveira.

A fazenda tinha pomar e alamedas de bambús. No mar contava a seu serviço dois navios veleiros.

Homem de notavel tino commercial apesar de não ser negociante, mantinha Joaquim Marcellino da Silva Lima no hoje porto "Bahia e Minas" armazem de fazendas grossas,

utensilios, material da lavoura e mais artigos para supprir as suas fazendas e ahi guardar os generos que vinham das mesmas.

Numa das dependencias desse armazem havia uma fabrica de "santos" de gesso, pertencente a dois portuguezes que os vendiam em mascateações e berganhas. O porto era nesse tempo conhecido por "Porto do Barão" e do Barão eram os terrenos.

Concluindo o seu trabalho e lamentando a grande decadencia em que a zona de Itapemirim cahira ainda escreve Antonio Marins quanto a sua cidade natal do Cachoeiro deveu no sentido de se encaminhar para a civilização e o progresso, ao exemplo do "homem superior que foi o Barão do Itapemirim cuja vida de trabalho correu em grande parte dedicada aos interesses da terra a cuja sorte ligara toda a sua fortuna e proveitosa existencia."

O desbravamento das terras cachoeiranas muito tambem deveu ao portuguez capitão mór Manoel José Esteves de Lima, nascido em 1778 e emigrado para o Brasil em 1801, para a região aurifera de Minas em Mariana, onde chegou a ser guarda mór das terras mineiras do termo.

Em 1820 passou-se para o Espirito Santo, deixando a sua fazenda de São Francisco da Anta, com 72 pessoas, brancos, escravos e libertos negros e indios maiores.

Diversos homens de recursos e certa posição o acompanhavam, Varando a espessa mattaria de Leste attingiu as cabeceiras do Itapemirim.

Ao chegarem em terras do Alegre o Capitão Mór, pois que já o era, e sua commitiva, detiveram-se em explorações parciaes e na busca do rio Itapemirim cujo curso teriam que acompanhar dahi por diante.

Lutando com as maiores difficuldades conseguiram acampar em Duas Barras descendo então elle, e os seus brancos, até o Itapemirim onde os acolheu generosamente o Commendador, e Capitão Geral dos indios,, Joaquim Marcellino da Silva Lima, mais tarde Barão do Itapemirim.

O Barão do Itapemirim, acolhia sempre bem a esses forasteiros, que vinham de Minas, abrindo communicações através das mattas. E a Manoel José e sua gente dispensou muita protecção. Os que o acompanhavam asseveravam que elle fôra portador de cartas do Governador de Minas para o Barão e tudo parece indicar que assim munido dessas credenciaes a este se apresentará o capitão mór explorador.

Quando a comitiva voltou do Itapemirim o Barão acom-

panhou-a. Chegados a Duas Barras procedeu-se á cerimonia do baptismo da india Cayana e dum pequeno pury que haviam sido aprisionados na luta travada nesse logar com os botocudos aos quaes derrotaram victimando tres e ferindo muitos facto, este occorrido quando alli chegaram.

Viveu Esteves de Lima longamente e foi sempre muito chegado ao Barão do Itapemirim, affirma Antonio Marins. Falleceu em 1855.

CAPITULO XXIX

Exame dos relatorios dos presidentes da Provincia da Bahia — A cultura cafeeira do sul bahiano — A escassez do braço na lavoura — Melhoria de situação em 1844 — Progresso da lavoura cafeeira

Dos onze primeiros presidentes da Bahia desde o Barão do Rio de Contas, empossado a 24 de janeiro de 1824, ao Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida não se nos tornou possivel encontrar os documentos relativos ás suas administrações.

Não sabemos se foram impressos. A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro não os possue, nem as maiores livrarias publicas fluminenses.

O mais antigo relatorio existente na Bibliotheca Nacional é o de Paulo José de Mello Azeredo e Britto, empossado a 15 de outubro de 1840.

Não se refere á producção cafeeira esta mensagem endereçada á Assembléa Provincial a 2 de fevereiro de 1841.

Apenas consigna que a safra de canna, em 1840, fôra pequena mas que a industria assucareira ia em augmento.

A 26 de junho de 1841 empossava-se, pela segunda vez, da presidencia da Provincia, o Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, mais tarde Barão e Visconde de Montserrate, senador pela Bahia. Era magistrado da mais elevada reputação e chegaria a presidir a Suprema Côrte Brasileira em 1857.

A 2 de fevereiro de 1842 apresentava a sua falla á Assembléa Provincial.

Recordou aos legisladores a abundancia, que reinara no Reconcavo durante a Guerra da Independencia; abundancia não espontanea. O governo de 10 de fevereiro a preparara mandando criar uma junta de agricultura, que promovera, por meios suasorios a maior plantação de mandioca, e outros comestiveis. Fôra isto posto em pratica com tamanho suc-

cesso, que, sobreviera depois a guerra, e o bloqueio do general Madeira, e não faltara a farinha, nem sequer subira ella de preço: Provava isto que o Reconcavo não devia limitar-se a tão escassó plantio sobretudo da mandioca, que não chegasse para seu sustento. Os proprios senhores de engenhos, possuidores de terrenos proprios para este genero de cultura, deviam ser convidados a plantar pelo menos para abastecer grande parte de sua escravatura.

A este convite poder-se-ia objectar a diminuição de braços occasionada pela prohibição do commercio de africanos; mas era necessario insistir, e animal-o o engajamento de colonos na Europa, que suprissem a falta dos braços escravos, a cuja introducção vedavam os tratados, as proprias leis brasileiras, as razões de humanidade, e a propria segurança branca da Provincia.

Esta questão de colonização era de summa importancia. Della dependia a prosperidade futura da Provincia, seria portanto conveniente promover, e auxiliar por todos os meios, a entrada de colonos, e favorecer a sua conservação, mediante algumas vantagens, que a tanto os convidasse, como por exemplo, a diminuição dos impostos para os productos, agricultados pelo braço livre, o que tambem aproveitaria aos nacionaes, sem que isto affectasse as rendas publicas, visto como tal diminuição ficaria bem compensada com o augmento dos productos.

Só as duas comarcas de Caravellas e Porto Seguro offereciam proporções, para mais de seiscentos mil colonos! Como exemplo do que podia fazer a colonização livre na primeira, quase toda despovoada, e inculta, já a colonia Leopoldina, unica existente, composta pela maior parte de suissos, e allemães, exportara em 1836 vinte sete mil arrobas de café e agora em 1842 para mais de 35 mil, conforme informação dos respectivos juizes de direito. E mais exportaria, si fosse toda a agricultura entregue ao braço livre...

Tres annos exerceria o Conselheiro Pinheiro de Vasconcellos a presidencia de sua provincia natal (de 26 de junho de 1841 a 22 de novembro de 1844).

A' abertura da Assembléa Legislativa, provincial, e em 2 de fevereiro de 1843 apresentava as suas idéas sobre o estado da agricultura, colonização, commercio e industria da provincia.

A agricultura base principal da riqueza bahiana e nacional estava ameaçada de grande revez, não tanto pela baixa do preço do assucar e outros productos de exportação, como pela

falta que já se sentia de braços escravos, e nenhuma substituição por parte dos trabalhadores livres.

Os proprietarios conheciam que já não lhes era possivel tirar lucros de suas terras, quando trabalhadas por escravos, que além da presumpção de serem importados contra a Lei, custavam para cima de 500$000. Eram obrigados a sustental-os, vestil-os e cural-os correndo-lhes ainda o risco da vida, e pagando ao vendedor um premio exhorbitante, até que lhes fosse possivel amortizar o capital, o que nem sempre podiam fazer, sinão por outro empenho, igualmente gravoso, para com a Caixa Economica. Estes embaraços, os vinha desenganando.

Se assim continuasse, um futuro desastroso, e muito proximo, os reduziria á miseria.

Por esta razão o governo ouvia falar com menos repugnancia na hypothese de se introduzirem colonos, como o unico meio de remediar o mal. Mas ninguem se animava a tratar de sua introducção, por falta de capitaes para as despesas do transporte, e muitas outras decorrentes da installação dos emigrantes. Para se remover este mal, e dar-se vida á moribunda agricultura, era preciso que a Fazenda Provincial coadjuvasse os agricultores, fizesse mesmo um sacrificio a bem da lavoura, donde tirava proxima, ou remotamente, a totalidade de suas rendas.

A necessidade reclamava a criação de uma Caixa de Colonização, e Agricultura, donde os proprietarios de terras lavradias pudessem tirar, a juro de seis por cento, as quantias que lhes fossem indispensaveis a taes despesas, para tanto hypothecando parte de suas terras, sufficiente para afiançar o pagamento, sem maior obrigação de fiadores, ou letras.

Em 1844, o mesmo Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, por occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, a 2 de fevereiro de 1844, pela terceira vez, no seu segundo periodo presidencial tratava das condições que regiam a agricultura, a colonização, o commercio, e a industria bahianos.

A agricultura da Provincia continuava a ser mais dependente do favor das estações, e muita força de braços, do que dos soccorros bem combinados da arte.

No entanto a posição da Provincia já a incitava a praticar experiencia de melhoramentos ruraes, que libertassem os agricultores dessa dependencia precaria, ajudando a desenvolver a fecundidade que a natureza dera ás suas terras.

Felizmente a excessiva carestia que houvera nos annos

anteriores da farinha de mandioca, e o clamor geral contra os proprietarios de terras, que não haviam plantado ao menos o indispensavel ao sustento da propria familia, fizera apparecer tal abundancia do genero, que havia muitos annos se não vendera por tão baixo preço.

Se fosse sempre animada a plantação dessa especie de alimento, indispensavel a mais de nove decimos da população de toda a Provincia, era de esperar, que raras vezes deixasse de haver fartura.

Por parte da presidencia, além da persuasão a todos os que tinham terras, a que plantassem se havia constantemente respeitado, e isento do recrutamento para o Exercito, e a Marinha, a todos os que haviam plantado mandioca, e aos que vendiam a farinha, ou faziam parte da tripulação das Embarcações que a conduziam, salvo quanto a algum abuso dos recrutadores, ou ommissão do recrutado em allegar direitos.

A lavoura do tabaco, outr'ora consideravel na Provincia, pelo consumo, que delle se fazia na Costa d'Africa, região sempre menos exigente da boa qualidade do producto do que desejosa de seu grande fornecimento, devia agora tomar nova direcção, para poder manter a concurrencia com o genero que apparecia nos mercados da Europa, onde só se recebia o bom fumo.

Este importante ramo da agricultura bahiana tambem reclamava da Assembléa algum favor, não só em attenção aos direitos que pagava, como pela subsistencia, que dava a grande numero de proprietarios de terras, e ao incremento do commercio, mormente das cidades da Cachoeira, e S. Amaro, sempre dispostas a propugnar a favor da ordem, quando se alterava na Capital, além do grande quinhão de sacrificios, que lhes coubera para a Independencia Nacional.

Parecia portanto de justiça, que se consignasse a somma de dez contos de réis, para se engajar na Europa um bom cultivador de Tabaco, profissional perito não só no preparo da folha para acautelar a corrupção dos fardos, e dos rollos, e conservar-lhe o aroma, como no fabrico dos charutos, conforme propuzera o Encarregado de Negocios do Brasil em Hamburgo ao Ministro dos Extrangeiros. Consultara este a presidencia bahiana se queria fazer as despesas do engajamento de tal technico por conta da provincia.

De café não tratou o presidente Pinheiro de Vasconcellos.

A 22 de novembro de 1844 empossava-se do governo da Bahia o famoso marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava personalidade do mais notavel

relevo nos nossos fastos imperiaes, como o comprova o vasto anecdotario que se prende á sua memoria.

Coberto de serviços de guerra, vieira, cheio do maior prestigio, nascido dos actos de intelligencia e energia, praticados no Pará, de 1836 a 1839, em Santa Catharina de 1839 a 1840, onde batera os cabanos e contivera a invasão farroupilha, em Minas Geraes, que administrara de 1843 a 1844 depois de subjugada a revolução liberal.

A sua passagem pelo governo da Bahia não foi accidentada como os seus periodos anteriores de governo provincial.

No relatorio de 1845 recommendava á Camara a fundação de uma fazenda normal para a melhoria das condições de cultura da canna, do tabaco, algodão e café.

Na mensagem seguinte não ha uma unica allusão ao café. Apenas se refere ligeiramente ao fumo. A 27 de agosto de 1846, empossava-se da presidencia o Conselheiro Dr. Antonio Ignacio de Azevedo que fazia notar á Camara provincial quanto a producção assucareira ia melhorando embora fosse seu producto muito mal trabalhado.

Inconveniente grave era o das enormes caixas onde se transportava o genero, reminiscencia das eras coloniaes.

São interessantes as considerações do presidente sobre a agricultura na sua falla de 2 de fevereiro de 1847.

Tratando da necessidade urgente de colonização observava:

Os males moraes e materiaes que pezavam sobre o Brasil por ter admittido a escravatura, a Lei, que prohibira a introducção de escravos novos, e a necessidade imperiosa que tão vasto paiz tinha de braços livres para a agricultura, bradavam por sistema de colonisação apropriado ao continente sul americano.

A administração brasileira pagava o tributo da inexperiencia. Os extrangeiros alliciados pela fertilidade do nosso sólo haviam sido illudidos em suas esperanças lisongeiras e assim se fôra desacreditando a colonisação no paiz, principalmente na Provincia da Bahia.

Historiava o conselheiro Azevedo:

"Antes de 1822 viera de Francfort para a villa de Ilhéos uma colonia de allemães, convidada por certo fazendeiro da sua Nação. Haviam dentro em pouco sido abandonados; a maior parte sucumbira á fome e á miseria, apezar da Imperatriz D. Leopoldina mandal-os soccorrer com dinheiro ao saber do triste estado a que ficaram reduzidos aquelles desgraçados.

Em 1829 ou 1830 outra colonia tentara estabelecer-se no

termo da nova Boipeba; alguma despeza fizera o governo, nada porém se obtendo e os Irlandezes que a compunham haviam se dispersado, acabando na miseria.

Só uma colonia (a Leopoldina) prosperara na Provincia da Bahia. Estabelecida em 1818, no termo de Caravellas, chegara a formar 30 fazendas de café montadas em grande escala, que já haviam exportado até para a cidade d'O Salvador e para o Rio de Janeiro 80.000 arrobas de café, e 10.000 alqueires de farinha.

Fazia pena que tudo isso não fosse unicamente produzido por braços livres, e que os Suissos alli estabelecidos tivessem ultimamente feito amarguradas queixas da Justiça territorial com ella desgostando-se a ponto de dizerem que a colonia haveria de ser pouco a pouco abandonada. Tal o máo fado que acompanhava a Bahia no estabelecimento de colonias que animassem a emigração de agricultores extrangeiros!

A Companhia de Colonização Belga-Brasileira desanimada na empreza de enviar colonos ao Brasil, segundo o contracto celebrado com o Governo Imperial, tratava agora da immigração para o Texas, como se a Terra de Santa Cruz fosse menos fertil e hospitaleira, que as mais do continente Americano, e estivesse condemnada a não receber emigrados que se dedicassem á lavoura.

Depois destas considerações passou o Conselheiro Azevedo a tratar de assumpto, a seu ver importante. Dizia respeito á industria dos transportes agricolas.

A experiencia mostrava que em parte concorria para desacreditar o assucar bahiano o uso das grandes caixas coloniaes de capacidade tal, que facilmente se humedecia o producto chegando a corromper-se, além de difficultar o transporte, no qual consistia o maior lucro ou damno do Commercio. Parecia meio indirecto de se animar o transporte, mais facil e mais conservador da pureza do assucar, o emprego de barricas, saccos ou feixes de 10 a 12 arrobas. Houvesse uma diminuição de 1 % nos direitos de exportação que a caixa provincial percebia actualmente, do assucar exportado nestes pequenos volumes, emquanto não permittissem as onerosas despezas da Provincia que ficassem pela sua parte extinctos os direitos de exportação sobre os productos da agricultura.

A plantação do fumo era do maior interesse, attenta a bôa qualidade deste artigo tão favorecido pelas condições do sólo bahiano e o progresso do fabrico dos charutos, o qual cumpria por todos os meios animar para que rivalisassem com os de Havana.

Depois do Rio de Janeiro, que dava um terço do café produzido no Brasil, era a Bahia a provincia que tinha o maior quinhão nesta producção, na qual se empregavam parte dos lavradores de Caravellas, Ilhéos, Camamú, Nova Boipeba e Valença, e, no termo de Cachoeira, o fazendeiro Gibaut.

Usava este de maquinas que interessaria generalisar pelas comarcas de Valença e Ilhéos, sugeitas ainda a processos rotineiros que traziam acanhada sua lavoura. Nos Estados Unidos da America duplicara de anno para anno o consumo do café do Brasil Esta consideração era sufficiente para fazer ver quanto seria util animar a plantação e facilitar o preparo do café, que tinha consumidor cujas relações commerciaes eram sob todos os respeitos, da maior vantagem para o Brasil. Calculava-se a exportação do café de todo o Imperio em quatro milhões de saccas de cinco arrobas, pouco mais ou menos cifra dobrada, aliás, pelo presidente bahiano por falta de documentação.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXX

Ausencia de dados officiaes sobre a producção cafeeira — Relatorio do Barão de S. Lourenço — Progresso da lavoura de café do Sul da Bahia — Grande depressão da lavoura assucareira — Fecunda presidencia de João Mauricio Wanderley — Muito maior copia de dados sobre a producção cafeeira — A exportação de escravos para as lavouras cafeeiras do Sul do Brasil

Apenas um anno durou a presidencia do Conselheiro Antonio Ignacio de Azevedo que, a 24 de setembro de 1847, era substituido pelo Dr. João de Moura Magalhães, magistrado, que já presidira a Parahyba, de 1838 a 1840, e o Maranhão, de 1844 a 1846, fôra deputado pela Bahia em 1838 e pelo Maranhão em 1845. O relatorio deste presidente é muito melhor do que os de seus antecedentes; mostra-se cheio de mappas e quadros, relativos ao commercio de assucar, fumo, madeiras, cereaes. As referencias ao café são porém insignificantes, senão nullas.

O de 1849 foi apresentado pelo Conselheiro Desembargador Francisco Gonçalves Martins mais tarde barão (1860), e Visconde com grandeza, (1871) de S. Lourenço.

Era uma das maiores forças politicas da provincia, que representara, quase sempre, desde 1838.

Entre as presidencias de Moura Magalhães e S. Lourenço houvera os periodos ephemeros de Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, depois Barão e Visconde de Montserrat, (presidente pela terceira vez de sua provincia natal) e João Duarte Lisboa Serra.

Quase quatro annos permaneceu. S. Lourenço no governo da Provincia natal, de 12 de outubro de 1848 a 20 de setembro de 1852. Nos seus relatorios muito pouco se fala de café. No de 1849 nada. Apenas se conta que de assucar haviam sido exportadas 48.322 caixas; no de 1850 se observa que a pro-

ducção algodoeira provincial baixara muito. O de 1851 é muito desinteressante.

No de 1852 dizia o presidente Martins que no exercicio de 1850-1851 a exportação provincial fôra:

De assucar	4.170.690 arrobas
De café	146.221 arrobas
De fumo	354.206 arrobas

Os suissos da colonia de Viçosa começavam a applicar-se muito á cultura cafeeira de que já haviam exportado certo volume.

As rendas provinciaes haviam sido:

Em 1850	782:023$000
Em 1851	808:147$000

"No decurso desta minha exposição, dizia o presidente, na falla á Assembléa, a 1.º de março de 1852, pretendo servir-me muitas vezes das proprias expressões de generoso extrangeiro que veio a esta provincia escolher nova Patria. — "A decadencia da nossa lavoura da canna e do seu producto, a preponderancia que parece tomar actualmente nos mercados d'Europa o assucar das colonias extranjeiras, e o proprio da beterraba, devem merecer séria e urgente attenção da Assembléa, do Governo e dos proprietarios que encontrarão infallivel ruina na deste primeiro genero da producção bahiana."

Segundo as recentes indagações a que procedera o Coronel Carson, a pedido da Presidencia, estudando as praticas bahianas e o que achara escripto em relação a outros lugares onde se cultivava o mesmo producto, se conhecia — 1.º que por cada cem arrobas de cannas da Bahia não se apurava, no mercado Europeu mais de tres de assucar de qualidade não superior, sendo poucos os Engenhos em que se verificava alguma insignificante differença a mais; — 2.º que a mesma quantidade de cannas produzia nos melhores engenhos dos Estados Unidos e das Antilhas, não superiores aos bons da Bahia, de 7 a 8 arrobas; — 3.º que a propria beterraba em porção igual dava cinco a cinco e meia arrobas de bom assucar!

Não era sómente no fabrico que occorria espantoso atrazo

da producção da Bahia. Elle começava no campo onde o systema de trabalho apresentava maior desvantagem.

Na Bahia uma enxada ou um escravo activo e trabalhador produzia annualmente, em termo medio, de 100 a 120 arrobas de assucar quando sujeito a diligente Senhor, e lavrava em bôa terra. Nos Estados Unidos, e em Cuba, os bons engenhos, não superiores aos nossos, de igual classificação, produziam em uma série de annos, conservando sempre a mesma fertilidade, de 350 a 400 arrobas por enxada!

Maior ainda a differença na cultura da beterraba, que dava para mais de 600 arrobas por individuo occupado no cultivo da chenopodiacea. Tão espantosa differença procedia não sómente da superioridade dos methodos empregados nos diversos trabalhos do campo, onde o homem apenas auxiliava os animaes e machinas, fazendo ali um, o que faziam no Brasil 20 como tambem da perfeição do fabrico em que se perdia actualmente, na Bahia, só na quantidade mais de 50 por cento, além da desvantagem enorme da qualidade.

A' vista de semelhante exposição não podia ser incerta a futura sorte do assucar bahiano ou antes brasileiro. Devia retirar-se da competição commercial. Não só os melhoramentos adoptados nos Paizes onde se cultivava a canna fariam sucumbir o Brasil com a sua velha rotina, como tambem a industria Européa venceria completamente apesar de cultivar um producto assucareiro muito inferior ao da canna, tanto na porcentagem da saccharina como na qualidade.

Deixando a presidencia da Bahia della seria S. Lourenço novamente investido por um triennio, de 1868 a 1871. Em maio de 1851, nomeado senador do Imperio, e, logo depois, ministro do Imperio, no gabinete de 11 de maio de 1852, presidido pelo Visconde de Itaborahy, entregou o governo bahiano ao Dr. João Mauricio Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, por decreto de 14 de março de 1860.

Desde diversos annos que este illustre homem de estado, um dos mais notaveis do melhor periodo imperial, como é inutil lembral-o, vinha figurando sempre com enorme destaque no scenario da politica geral.

Deputado Provincial, fôra, depois de 1843, deputado ao parlamento nacional e sempre reeleito.

O seu relatorio de 1853 é incomparavelmente mais interessante e valioso do que o de seus antecessores, pelo volume e valia dos informes.

Recordou que no littoral da Provincia cessara por completo o desembarque de africanos introduzidos por contra-

bando e a sua mensagem mostra-se cheia de topicos demonstradores da grande e lucida intelligencia de quem a redigiu.

Traz um quadro da exportação da Bahia, de 1851 a 1853.

Generos	1851-1852 *arrobas*	*Valor*
Assucar	2.881.736	5.649:403$000
Café	110.489	360:933$000
Fumo	464.347	1.229:648$000
Algodão	59.775	299:986$000
	(oitavas)	
Diamantes	3.116	934:800$000
	arrobas	
Couros	72.015	265:208$000
Total		8.660:997$000

Em 1852-1853 haviam sido estes os resultados:

Generos	1852-1853 *arrobas*	*Valor*
Assucar.	1.322.343	2.148:722$000
Algodão	58.836	322:196$000
Café	56.707	187:431$000
Fumo	186.237	491:029$000
	(oitavas)	
Diamantes	1.059	587:850$000
	arrobas	
Couros	48.034	269:225$000

A producção total fôra:

	Assucar arrobas	*Café arrobas*
1851-1852	2.990.860	136.106
1852-1853	1.886.988	134.410

No relatorio de 1854 lembrou Cotegipe que no exercicio subira a producção:

Do assucar a	2.983.219 arrobas
Do café a	93.252 arrobas
Do algodão a	8.776 arrobas

Attingira a receita provincial a 928:016$000.

Em 1855 ainda era J. M. Wanderley presidente da Bahia. Em seu relatorio nos conta que a cafeicultura augmentava sempre em Viçosa onde já havia para tal fim 43 fazendas com 65 pessoas, da familia dos proprietarios, 25 aggregados livres e 1.243 escravos. Estavam plantados 2.358.000 cafeeiros que davam cerca de setenta mil arrobas annualmente.

Os resultados do exercicio anterior cifravam-se nos seguintes dados:

Assucar	1.681.641 arrobas
Café	147.557 arrobas
Algodão	9.077 arrobas

A receita provincial subira a 1.047:615$000. Dizia o presidente que a exportação do café bahiano para o Rio de Janeiro fôra de cerca de 100.000 arrobas e que nos parece provir de falsa informação inteiramente em desaccordo com os dados officiaes fluminenses. Affirmava o presidente que não houvera desembarque mais algum de escravos africanos no littoral bahiano.

Falando da grande corrente immigratoria de escravos bahianos para terras cafeeiras do sul dizia o illustre Wanderley á Assembléa Provincial e a 1.º de março de 1855 que tal sahida de captivos era um commercio barbaro, reproduzindo os horrores do antigo trafego da Costa d'Africa, e empobrecendo a provincia. O imposto de 100$000 por cabeça á sahida dos escravos não era sufficiente para diminuir tal commercio.

Durante o anno de 1854 haviam deixado a provincia 1.835 escravos a saber: 583 da lavoura, e 836 da capital e seu termo, cidades villas e povoações, e 416 sem declaração de procedencia. Só para o Rio haviam sido despachados 1.692.

Dentro em mui poucos annos onde a lavoura bahiana acharia o supprimento aos braços que lhe faltavam?

Era mister não descuidar o governo da Provincia de olhar para o futuro, não entregando ás gerações vindouras, empo-

brecida e atrazada a terra que os maiores haviam deixado rica e em vias de progresso regular.

Esforçara-se o presidente por apresentar uma estatistica da importancia da cultura da canna, mas fôra impossivel obter todos os esclarecimentos desejaveis.

Podia porém declarar que aproximadamente o numero de engenhos em toda a provincia subia a 1651, incluidas ahi as chamadas engenhocas fabricantes de rapadura e aguardente, apenas sufficientes ao consumo interno dos logares em que estavam situadas. Destes engenhos 253 trabalhavam com motor hydraulico, 144 a vapor e 1.274 com animaes (bois e cavallos). Os braços effectivamente empregados regulavam de 48 a 50 mil, sendo perto de 40 mil escravos, e o restante livres: animaes empregados 44 mil bois (mais ou menos) e 17 a 18 mil cavallos.

Produzia a industria assucareira bahiana uns annos pelos outros 4 milhões de arrobas de assucar, 200 a 300 mil arrobas de rapadura e 5.000.000 de canadas de mel.

Ao illustre Wanderley succedeu o Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo Lima que iria governar um anno menos alguns dias, de 23 de agosto de 1855 a 19 de agosto de 1856.

No seu relatorio de 1856, e tratando da exportação, declarava vir muito a proposito observar, que si por falta de braços a producção do principal artigo da exportação bahiana, o assucar, parecia estacionaria, era isto devido a alguns melhoramentos, que obviando a tal falta, se iam vagarosamente introduzindo na lavoura da canna. Assim não correspondia a diminuição da producção á mortalidade dos escravos e á venda delles para as provincias cafeeiras, que os estavam pagando por extraordinarios preços. Outros productos, que outr'ora representavam na exportação bahiana bem pouca importancia, iam tendo desenvolvimento animador promettendo dentro de alguns annos equiparar, e talvez exceder o valor da exportação do assucar.

Eram elles, o fumo e o café, e figurando este ultimo no quadro respectivo da exportação de 1854 a 1855 com mais do duplo da quantidade e valor da sua maior exportação, que fôra a do anno anterior, isto é, de 110.940 arrobas valendo 493:296$148 réis. Passara de 1854 a 1855 a 266.634 arrobas, importando em 1.006:886$782 réis além da remessa que se realizara para as Provincias do Imperio de 23.895 arrobas no valor de 84:256$722 réis.

E se era certo como geralmente se pensava que não podia a Provincia esperar grande prosperidade da lavoura de canna,

acaso entregue a immigrantes brancos, porque os Europeus não podiam supportar os ardores do clima tropical, o progresso provavel quer da lavoura do fumo, quer da do café seria um chamariz para a Colonização; pois o especulador, ou antes os proprios colonos poderiam contar com vantagem muito sufficientes e faceis, se por ventura, trazendo-os ao Paiz, a intenção de serem lavradores, não fossem desviados para outros misteres. Isto até então frequentemente acontecera, graças aos receios que logo se incutia aos immigrantes dos rigores da lavoura da canna, onde teriam de hombrear com escravos, que infelizmente podia-se dizel-o, eram os braços nella empregados, exclusivamente. Tal convivencia afugentava os trabalhadores livres.

Além de tudo a lavoura da canna assim como estava estabelecida não facilitava a concurrencia aos europeus por depender de grandes meios pecuniarios. No emtanto o plantio do fumo e do café proporcionava bons resultados ao colono individualmente, ou a familias pobres, nelle empregadas. Bastava apenas que tivessem vontade de trabalhar.

Montara á importancia de 11.782:833$791 rs. o total dos generos da industria bahiana, correspondente a exportação da Provincia para os portos extrangeiros, no anno financeiro de 1854 a 1855, nella comprehendidos os generos que de ordinario vinham de Alagoas e Sergipe. Eram estes os generos que mais avultavam:

1.º — Assucar, 3.362.750 ar. ou Rs. . .	6.319:813$000
2.º — Fumo, 575.772 ar. ou Rs.	1.663:872$000
3.º — Café, 266.634 ar. ou Rs.	1.006:986$000
4.º — Diamantes, 3.188 oitavas ou Rs. .	950:400$000
5.º — Aguardente, 2.592.839 med. em Rs.	720:633$000
6.º — Couros, 107.710 ar. ou Rs.	622:744$000
7.º — Madeiras, 1.753 duzias ou Rs. . . .	143:529$000
8.º — Algodão, 23.791 ar. ou Rs.	131:280$000

Podiam os observadores comparar os progressos relativos de tal producção nos tres ultimos annos, pelo quadro, da exportação para as provincias do Imperio. Dahi decorria uma prova bem authentica do commercio interno provincial, que ia ganhando, de anno a anno, maior desenvolvimento. Assim era animadora a esperança do crescimento da riqueza da Provincia, que com a continuação da paz, e da união do Imperio haveria de muito prosperar, logo com a melhoria de suas communicações com o hinterland por meio de estradas de

ferro. A construcção destas que em breve se encetaria, faria affluir a colonização de braços livres. A facilidade das communicações sempre animaria tal affluxo.

CAPITULO XXXI

Presidencia de Sinimbú — Abundantes dados estatisticos — Sensivel augmento da producção cafeeira — Cessação completa do trafico africano

Ao Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo Lima succedeu na presidencia da Bahia um dos mais prestigiosos homens de estado do Brasil Imperial, o desembargador, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú.

Nascido em Alagôas em 1810, fallecido no Rio de Janeiro quase centenario, em 1906, bacharel em direito pela Faculdade de Olinda e doutor pela Universidade de Iena, magistrado da maior respeitabilidade, deputado pela provincia natal em 1843, já presidira Alagôas em 1840, Sergipe em 1841 e o Rio Grande do Sul em 1855 sendo depois incumbido de delicada e celebrada missão diplomatica no Uruguay.

Já pertencia ao numero dos politicos em evidencia pelo criterio, moderação e o zelo pela causa publica.

Seria presidente da Bahia de 29 de agosto de 1856 a 28 de setembro de 1858.

A 1.º de setembro de 1857 abria a sessão da Assembléa Provincial e tratando de assumpto de maior relevancia para a lavoura, o da escassez de braços fallava dos ultimos écos do trafico africano.

Depois do brigue escuna americano "Mary E. Smith", que em janeiro de 1856 fôra capturado pelo brigue-escuna nacional "Olinda", nas aguas de S. Matheus, nenhuma tentativa mais houvera no sentido de se praticar o crime do desembarque de escravos.

A população comprehendera, que era chegado o tempo de acabar com o mais triste dos legados, dos primeiros povoadores do continente, e de lavar a mancha, que degradava o Brasil aos olhos da Civilização.

Honra pois ao paiz, que quando conhecera seus deveres, como Nação e povo christão, dera um exemplo de abnegação, não ainda devidamente apreciado por governo europeu algum.

O trafico no Brasil era facto, que passara a pertencer á historia. Não reappareceria, porque a necessidade de sua perpetua extincção estava gravada na consciencia dos brasileiros com caracteres, que lhes traziam continuamente á lembrança os horrores, de que sempre fôra acompanhado, e as injurias feitas aos brios nacionaes.

Não obstante a certeza, que o presidente mantinha de que tal era a crença geral da população de uma Provincia, que mais que todas sentira os effeitos desse abominavel commercio, não sómente porque era do seu dever, como pelas repetidas recommendações do Governo Imperial, não cessaria de reiterar ordens a todas as autoridades do littoral, para que estivessem attentas e vigilantes contra as tentativas insidiosas de algum especulador, que, á semelhança dos negreiros da "Mary E. Smith" viesse provocar a fraqueza de incautos lavradores.

Oito réos desse crime, capturados a bordo daquelle navio, cumpriam nas prisões a sentença, a que haviam, pela auditoria da marinha, sido condemnados.

Depois destes informes sobre o estancamento da introducção de africanos tratou o presidente das condições que regiam a agricultura bahiana.

Dos productos da Provincia o mais importante era e seria ainda por muito tempo o assucar.

Sua colheita de 1.º de outubro de 1853 a 30 de setembro de 1854, fôra de 1.681.641 arrobas e 31 libras; no anno seguinte 2.885.192 arrobas e 8 libras; e de 1.º de outubro de 1855 a 30 de setembro de 1856 de 1.958.327 arrobas e 10 libras. A safra do anno ultimo, a contar de 1.º de outubro de 1856 a 30 de julho de 1857 orçava por 2.002.177 arrobas e 25 libras.

Ao assucar seguia-se o fumo, cuja producção no 1.º desses annos fôra de 575.722 arrobas e 29 libras, e no 3.º de 538.892 arrobas e 21 libras.

A producção do café de 1854 a 1855 fôra de 266.634 arrobas e 21 libras; de 1855-1856, de 246.601 arrobas e 11 libras, e no de 1856 a 1857 de 273.781 arrobas.

Do algodão a producção fôra no 1.º desses tres annos de 9.077 arrobas, no 2.º de 11.729 arrobas e 1 libra, no 3.º de 1855-1856, de 23.279 arrobas e 9 libras, isto é, quase o duplo da do anno antecedente.

Depois destes productos seguia-se o Cacáo, cuja producção de 1854-1855 fôra de 26.485 arrobas e 26 libras, em

1855-1856 de 34.232 arrobas e 12 libras e de 1856 a 30 de junho de 1857, de 29.682 arrobas e meia.

Os lugares de maior producção destes generos eram — da canna, em primeiro lugar os Termos de S. Amaro e São Francisco, o valle de Iguape e margens do Paraguassú, o Termo da Capital em torno de sua vasta bahia, o da Matta de S. João, no seguimento dos valles do Igapojuca e Jacuipe, e o de Nazareth.

Tratando do café dizia o presidente Sinimbú que a maior producção pertencia á comarca de Caravellas, especialmente á Colonia Leopoldina, a Nazareth e a Maragogipe. Do fumo cabia a primazia aos Termos de Inhambupe, Alagoinhas, Cachoeira e Purificação; do algodão, a Rio de Contas, Maracás e Victoria, do cacáo, ás comarcas do sul, Valença, Ilhéos Porto Seguro e Caravellas.

Tinha a Provincia todas as proporções desejaveis para um extraordinario engrandecimento, por que poucas offereciam tão favoraveis condições ao desenvolvimento da agricultura.

Sem fallar dos terrenos já ocupados e mais ou menos povoados, littoraneos da grande bahia de Todos os Santos e acompanhando os rios, que nella desembocam, sem falar do seguimento desses terrenos em suas diversas direcções, alguns dos quaes quase desconhecidos, como as immensas florestas do Orobó, começando pouco além da Cachoeira e morrendo nas Serras do Sincora e da Jacobina, bastava lançar os olhos sobre as comarcas do Sul para ver como alli jaziam desaproveitadas as vastas e riquissimas terras interpostas entre o mar e o sertão, banhadas pelos Rios Jequiriçá, Contas, Itahype, Cachoeira, Salsa, Jequitinhonha, Prado e Mucury e caroaveis a todas as producções agricolas e intertropicaes.

Que campos mais vastos para uma grande colonização! Alguns desses rios já eram navegaveis, outros o podiam ser sem fortes difficuldades. A' sua margem estavam devolutas florestas de trinta e mais leguas de espessura, e no termo dellas as terras de catinga, onde o algodão crescia prodigiosamente! Qual o producto, que de todas ellas presentemente se colhia? Apenas a madeira, que o braço ignorante, destruindo pela metade preparava para alimentar a construcção, naval e predial da Côrte, Cidade d'O Salvador e até já de outras provincias.

Diagrammas commerciaes assim pormenorisados illustram os relatorios do Visconde de Sinimbú.

Aqui transcrevemos os principaes informes destes trabalhos referentes a um triennio de 1854 a 1857.

ANNO DE 1854 a 1855

Assucar:

3.362.750	arr. para o extrangeiro no valor de .	6.319:000$000
305.439	arr. para o Imperio no valor de . . .	614:000$000
3.668.189		6.933:000$000

Diamantes:

3.188	oit. para o extrangeiro no valor de .	956:000$000

Fumo:

575.772	arr. para o extrangeiro no valor de .	1.663:000$000
87.517	arr. para o Imperio no valor de . .	215:000$000
665.289		1.878:000$000

Aguardente:

2.592.289	med. para o extrangeiro no valor de	720:000$000
1.250.856	med. para o Imperio no valor de . .	371:000$000
3.843.795		1.091:000$000

Café:

266.634	arr. para o extrangeiro no valor de.	1.006:000$000
23.895	arr. para o Imperio no valor de . .	84:000$000
290.529		1.090:000$000

Couros:

110.710	arr. para o extrangeiro no valor de.	622:000$000
924	arr. para o Imperio no valor de. .	6:000$000
119.634		628:000$000

Charutos:

785.730	arr. para o extrangeiro no valor de.	8:000$000
27.708.345	arr. para o Imperio no valor de . .	221:000$000
28.494.075		229:000$000

Madeiras:

1.753	duz. para o extrangeiro no valor de.	143:000$000
528	duz. para o Imperio no valor de .	19:000$000
2.281		162:000$000

Algodão:

23.791	arr. para o extrangeiro no valor de.	131:000$000
552	arr. para o Imperio no valor de . .	3:000$000
24.343		134:000$000

Cacáo:

26.485	arr. para o extrangeiro no valor de.	57:000$000
893	arr. para o Imperio no valor de . .	2:000$000
27.378		59:000$000
		13.160:000$000

ANNO DE 1855 a 1856

Assucar:

2.492.871	arr. para o extrangeiro no valor de.	6.356:000$000
1.192.509	arr. para o Imperio no valor de . .	187:000$000
3.685.380		6.543:000$000

Diamantes:

6.529	oit. para o extrangeiro no valor de.	1.958:000$000

Fumo:

465.064	arr. para o extrangeiro no valor de.	1.630:000$000
22.063	arr. para o Imperio no valor de . .	232:000$000
487.127		1.862:000$000

Aguardente:

1.740.112	med. para o extrangeiro no valor de	522:000$000
1.104.582	med. para o Imperio no valor de . .	355:000$000
2.884.794		877:000$000

Café:

264.569	arr. para o extrangeiro no valor de.	1.028:000$000
28.888	arr. para o Imperio no valor de . .	100:000$000
293.477		1.128:000$000

Couros:

106.263	arr. para o extrangeiro no valor de.	717:000$000
862	arr. para o Imperio no valor de . .	5:000$000
107.125		722:000$000

Charutos:

854.025	arr. para o extrangeiro no valor de.	12:000$000
30.351.275	arr. para o Imperio no valor de . .	352:000$000
31.351.275		364:000$000

Madeiras:

862	duz. para o extrangeiro no valor de.	91:000$000
84	duz. para o Imperio no valor de . .	19:000$000
946		110:000$000

Algodão:

46.041	arr. para o extrangeiro no valor de.	256:000$000
4.175	arr. para o Imperio no valor de . .	38:000$000
50.216		294:000$000

Cacáo:

34.232	arr. para o extrangeiro no valor de.	113:000$000
532	arr. para o Imperio no valor de . .	1:000$000
34.764		114:000$000
		13.972:000$000

ANNO DE 1856 a 1857

Assucar:

2.510.905	arr. para o extrangeiro no valor de.	8.984:000$000
164.975	arr. para o Imperio no valor de . .	329:000$000
2.675.905		9.313:000$000

Diamantes:

7.714	oit. para o extrangeiro no valor de.	2.314:000$000

Fumo:

538.892	arr. para o extrangeiro no valor de.	2.944:000$000
89.629	arr. para o Imperio no valor de.	338:000$000
628.521		3.282:000$000

Aguardente:

1.205.659	med. para o extrangeiro no valor de.	527:000$000
601.015	med. para o Imperio no valor de . .	243:000$000
1.806.674		770:000$000

Café:

273.781	arr. para o extrangeiro no valor de.	1.217:000$000
22.044	arr. para o Imperio no valor de . .	88:000$000
295.925		1.305:000$000

Couros:

110.126	arr. para o extrangeiro no valor de.	983:000$000
815	arr. para o Imperio no valor de . .	10:000$000
110.941		993:000$000

Charutos:

1.776.240	arr. para o extrangeiro no valor de.	30:000$000
43.837.340	arr. para o Imperio no valor de . .	516:000$000
44.837.340		546:000$000

Madeiras:

325	duz. para o extrangeiro no valor de.	151:000$000
1.340	duz. para o Imperio no valor de . .	38:000$000
1.340		189:000$000

Algodão:

62.844	arr. para o extrangeiro no valor de.	169:000$000
195	arr. para o Imperio no valor de. .	1:000$000
62.844		370:000$000

Cacáo

29.682	arr. para o extrangeiro no valor de.	144:000$000
1.900	arr. para o Imperio no valor de . .	9:000$000
31.582		153:000$000
		19.235:000$000

Um ultimo quadro constitue a tabella demonstrativa dos preços medios dos generos nos tres ultimos annos financeiros.

Generos	1854 a 1855	1855 a 1856	1856 a 1857
	Preços	*Preços*	*Preços*
Assucar branco bom . . .	2$181	2$831	4$054
Assucar branco ordinario .	1$981	2$668	3$908
Assucar mascarado . . .	1$706	2$272	3$181
Algodão em rama. . . .	5$765	5$500	6$630
Aguardente.	$774	$892	1$123
Cacáo	2$184	3$325	5$159
Café pilado	3$869	4$140	4$569
Couros seccos.	$215	$253	$374
Couros salgados	$167	$205	$328
Fumo em rôlo	3$066	2$700	5$573
Fumo em folha.	3$282	3$769	5$335
Mangotes de Gilbraltar. .	11$829	12$123	22$753
Mangotes de Minas . . .	5$603	6$010	11$540

Observações:

O preço dos mangotes de Gilbraltar é por cada um; os couros por libras; aguardente por canadas; e todos os mais generos por arroba.

Como vemos a alta constante dos preços do café determinara a extensão das lavouras da rubiacea.

Deixando a presidencia da Bahia escolhido senador por Alagôas em 1857 prosseguiria Sinimbú a sua grande carreira politica, ministro de Extrangeiros em 1859, da Agricultura em 1862, acabaria presidente do Conselho de Ministros do Gabinete de 5 de Janeiro de 1878, conselheiro de Estado em 1882 e agraciado com o viscondado de Sinimbú e a grandeza do Imperio em 1888.

CAPITULO XXXII

Presidencias diversas (1858-1862) — Progressiva escassez de trabalhadores ruraes — Dados do Presidente Sá e Albuquerque em 1862 — Informes sobre a lavoura cafeeira — Presidencia do Conselheiro Souza Dantas — O incremento da lavoura cafeeira na Bahia

A 28 de setembro de 1858 foi empossado do governo bahiano o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, magistrado, parlamentar, pernambucano, transferido da presidencia do Maranhão. Tambem presidira a Parahyba de 1854 a 1855 e o Ceará de 1855 a 1857. E viria a ser, em 1864, anno de seu fallecimento, senador do Imperio depois de ministro de Extrangeiros em 1859.

No seu relatorio de 1859 nada encontramos que interesse ao nosso escopo. Declara que a receita provincial fôra:

Em 1858	1.565:853$000
Em 1859	1.290:705$000

No anno seguinte o presidente da Bahia era o Dr. Herculano Ferreira Penna antigo deputado geral e desde 1853 senador pelo Amazonas. Já presidira o Espirito Santo de 1845 a 1846, o Pará de 1846 a 1848, Pernambuco em 1848, o Maranhão em 1849, o Amazonas de 1853 a 1856, Minas Geraes de 1856 a 1857.

No seu relatorio de 1860 ha um quadro estatistico sobre a producção de café na Bahia.

Fôra em:

1854-1855	de 249.910	arrobas
1855-1856	de 203.510	”
1856-1857	de 289.994	”
1857-1858	de 252.174	”
1858-1859	de 242.597	”

Neste quinquiennio a producção do assucar attingira 15. 384.033 arrobas e do algodão 311.348 arrobas.

A 21 de abril de 1860 era Penna substituido pelo Dr. Antonio da Costa Pinto. Mais uma vez iria presidir nova provincia a de Matto Grosso, de 1862 a 1863. Seria entre todos os presidentes da era imperial aquelle que maior numero de provincias governaria, nada menos de oito.

Teria Leão Velloso oito presidencias igualmente, mas em sete provincias.

O Dr. Antonio da Costa Pinto antigo magistrado presidira Minas Geraes, de 1836 a 1837, e depois, em 1848, mas por mezes apenas, Pernambuco. Tambem representara Minas Geraes na Camara dos Deputados em mais de uma legislatura. O seu relatorio de primeiro de março de 1861 nos conta que a safra de café, em 1859 e 1860, dera 192.357 arrobas, a de assucar 1.138.908, a do algodão 30.519.

Fôra a receita provincial de 1.271:485$000, no exercicio anterior.

O vice-presidente José Augusto Chaves a 1.° de setembro de 1861 assignalava quanto, e cada vez mais assustadoramente, escasseavam os trabalhadores agricolas na Bahia. E' que se despejavam para as lavouras cafeeiras do Sul.

A arrecadação do Thesouro Provincial fôra:

Em 1856	1.299:198$000
Em 1857	1.290:705$000
Em 1858	1.565:953$000
Em 1859	1.470:728$000
Em 1860	1.390:832$000

No anno seguinte era o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes de Leão, empossado da presidencia a 24 de dezembro de 1861, quem se dirigia á Assembléa Provincial, a 1.° de março de 1862. Acabava de presidir o Rio Grande do Sul e fôra, em 1848, ministro da marinha no gabinete de 31 de maio (Paula e Souza).

Na sua mensagem occorrem interessantes quadros estatisticos sobre a producção bahiana, como sejam os seguintes:

Annos	*Café arrobas*	*Assucar arrobas*	*Fumo arrobas*
1857-1858	245.855	1.776.513	245.940
1858-1859	233.917	3.337.337	493.791

1859-1860	195.648	991.914	617.554
1860-1861	198.303	1.201.363	249.179
1861-1862	198.316	3.609.963	709.514

Pela primeira vez encontramos na bibliographia das mensagens provinciaes um quadro referente a producto que dentro em pouco teria enorme importancia na producção bahiana: o cacáo.

1857-1858	42.946 arrobas
1858-1859	32.740 "
1859-1860	38.628 "
1860-1861	42.675 "
1861-1862	35.724 "

As receitas da provincia haviam sido:

Em 1857	1.244:518$000
Em 1858	1.200:346$000
Em 1859	1.217:689$000
Em 1860	1.320:487$000

E os dados da exportação e importação em contos de réis:

Annos	*Exportação*	*Importação*
1854-1855	11.728	13.400
1855-1856	12.860	14.264
1856-1857	17.863	21.700
1857-1858	13.419	20.780
1858-1859	15.405	20.484
1859-1860	10.822	17.140
1860-1861	6.422	14.347

Era grave a crise que assoberbava a provincia dizia o presidente.

Menos de um anno governou a Bahia o Conselheiro Fernandes de Leão. A 30 de setembro de 1862 empossava-se o seu substituto o Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque politico pernambucano de nomeada. Teria o Conselheiro Antão o coroamento de sua carreira com a senatoria imperial por Minas Geraes em 1870 depois de ter sido novamente ministro em 1868 no Gabinete de 16 de julho (Visconde de Itaborahy) primeiro da nova situação conservadora.

Ao novo presidente prestigiava o passado de parlamentar e ministro de estado tendo ainda recentemente occupado as pastas de extrangeiros e agricultura nos gabinetes de 2 de março de 1861 (Caxias) e 24 de maio de 1862 (Zacharias de Góes).

Presidira a Parahyba (1851-1853) Alagoas (1854-1857) e o Pará (1859-1860) e fôra deputado pela provincia natal á 9.ª legislatura.

Em sua mensagem de primeiro de março de 1863 ha notas economicas valiosas. As ultimas receitas provinciaes haviam sido:

Em 1861	1.434:781$000
Em 1862	1.481:270$000

Fôra esta a exportação bahiana do quinquennio:

Annos	*Assucar*	*Fumo*
1857-1858	5.878:157$000	1.899:294$000
1858-1859	8.785:634$000	2.420:917$000
1859-1860	2.880:802$000	3.345:189$000
1860-1861	2.697:102$000	1.538:986$000
1861-1862	7.712:187$000	4.398:895$000

O café e os diamantes vinham abaixo destes dois principaes productos.

Annos	*Café*	*Diamantes*
1857-1858	1.191:480$000	1.339:900$000
1858-1859	933:289$000	1.536:600$000
1859-1860	1.001:894$000	1.596:300$000
1860-1861	1.011:074$000	1.265:700$000
1861-1862	1.126:176$000	1.356:900$000

O cacáo e o pau brasil representavam muito menos.

Annos	*Cacáu*	*Pau Brasil*	
1857-1858 . . .	308:517$000		
1858-1859 . . .	127:517$000		
1859-1860 . . .	168:029$000	8:888$000	(5.068 ar.)
1860-1861 . . .	204:158$000	106:022$000	(7.104 ar.)
1861-1862 . . .	176:027$000	17:337$000	(29.654 ar.)

No exercicio de 1862-1863 as quantidades produzidas eram de café 286.167 arrobas correspondentes a .... 1.762:940$000 e 49.461 de cacáu equivalente a 209:009$000.

A 15 de dezembro de 1863 ao passar a administração interina da Provincia ao Conselheiro Manuel Maria do Amaral apresentava o Conselheiro Sá e Albuquerque relatorio em que ha alguns dados aproveitaveis. Fora a safra cafeeira a maior até então observada.

A exportação da aguardente augmentara de 1861 a 1862 em cerca de trezentas mil canadas.

A do algodão, que praticamente estava reduzida a zero, elevara-se a tres quartos da que houvera de 56 a 57, depois da qual occorrera declinio constante. Ou antes esta producção apenas se consumia nas fabricas de tecidos grossos estabelecidas na Provincia, depois daquella época.

A do assucar fôra sem duvida a maior, depois do anno de 1852 a 1853, em que attingira 4.368:958 arrobas.

A de café fôra tambem a maior, absolutamente fallando; porque até o anno de 1854 a 1855 não chegara além da desse anno, que correspondera a 266.634 arrobas.

A dos diamantes, com excepção dos annos de 1855 a 1856, em que chegara a 6.529 oitavas, e de 1856 a 1857, que correspondera a 7.714 oitavas, em nenhum exercicio quer anterior, quer posteriormente excedera de 5.321 oitavas do anno de 1859 a 1860.

A do fumo nunca fôra maior, quer em quantidade, quer em valor.

Reassumindo o governo apresentou Sá e Albuquerque, a 1.º de março de 1863, á Assembléa Legislativa da Bahia, o relatorio anual de lei.

Estações infelizes e a baixa consideravel no preço do assucar eram, a seu ver, a causa principal da decadencia do ramo importante da cultura saccharina.

Não seria tanto talvez a falta de braços, como a de capitaes que fazia definhar os fazendeiros de assucar.

As instituições de credito da provincia, embora numerosas e possuidoras de avultados fundos, quase nenhuma utilidade prestavam á lavoura.

Para ellas o credito territorial não existia, e, graças a deploravel aberração do senso mercantil o credito pessoal ainda vinha a ser o unico sobre o qual as instituições bancarias depositavam confiança como se o primeiro fosse incompativel com o segundo.

Nestas circumstancias, a lavoura servia apenas para au-

gmentar o credito pessoal não da classe dos plantadores, mas da dos capitalistas que emprestavam áquelles, a alto juro e a breves prazos, dinheiros, retirados das casas bancarias, muitas vezes sómente com o credito que lhes davam os productos agricolas recebidos dos seus devedores.

Ephemero foi o governo do desembargador Antonio Joaquim da Silva Gomes, vigesimo presidente bahiano, e successor do Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Durou de 2 de março a 30 de novembro de 1864. Seu relatorio em nada nos interessa. Assim tambem o de seu successor o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa de Almeida, cujo prazo governamental foi tambem curtissimo pois só attingiu 24 de julho de 1856, data da posse do Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas.

Este tão prestigioso magistrado e politico bahiano, desde muito figurava nas mais altas rodas dos homens de governo. De 1859 a 1860 presidente de Alagôas, fôra eleito deputado pela provincia natal nas tres ultimas legislaturas.

No seu relatorio apresentado a 1.º de março de 1866 ha bastantes dados estatisticos.

Assim avaliou as receitas provinciaes do ultimo decennio:

1854	1.140:408$000
1855	1.172:198$000
1856	1.299:198$000
1857	1.290:705$000
1858	1.265:953$000
1859	1.270:728$000
1860	1.390:832$000
1861	1.436:781$000
1862	1.688:505$000
1863	1.988:543$000

Tratando da producção cafeeira dizia o futuro Conselheiro Dantas que em Ilheus ella se incrementara. Exportara aquella zona em 1865, 2.159 arrobas além de 6.306 de assucar e 18.744 da cacáu. No anno anterior a exportação de café e de assucar, na mesma comarca, fôra respectivamente de 1578 e 17.398 vendidas pelos mesmos preços. Os sitios de café e cacáu locaes eram 220 dos quaes 100 "bem estabelecidos" e o resto "regulares".

Destacava-se entre todas a fazenda *Victoria,* uma das melhores da Provincia, muito bem montada, com grande ma-

chinismo, movido por força hydraulica e uma "roda tangente" para todo o preparo do café, cacáu e algodão, relatava o juiz de direito da comarca Dr. Antonio Gomes Villaça.

Trezentos aggregados pobres trabalhavam nas lavouras de Ilheus. Apresenta o relatorio do Presidente Dantas um quadro da exportação bahiana para o extrangeiro no ultimo triennio.

Exercicios	*Café*	*Assucar*
1862-1863	1.762:983$000	6.934:368$000
1863-1864	1.196:158$000	5.378:542$000
1864-1865	1.614:063$000	6.316:627$000

O fumo superava o café mas o cacáu ainda lhe estava bem abaixo.

Exercicios	*Fumo*	*Cacáu*
1862-1863	5.372:666$000	209:009$000
1863-1864	2.778:931$000	175:865$000
1864-1865	2.060:833$000	173:225$000

Passou o Conselheiro Dantas a presidencia da provincia natal ao Desembargador Ambrosio Leitão da Cunha, futuro barão de Mamoré, a 25 de novembro de 1866. E dahi em deante tomou posição cada vez mais destacada na politica nacional.

Ministro da agricultura do gabinete de 3 de agosto de 1866 (acharias de Goes) Senador do Imperio pela Bahia, em 1870, Conselheiro de Estado em 1879, ministro da justiça do gabinete de 28 de março de 1880 (Saraiva) seria o presidente do Conselho do Gabinete de 6 de junho de 1854 e ministro da fazenda. Attingiria, como vemos, as mais altas posições do paiz, cabendo-lhe philantropica reputação o empenho com que se bateu em prol do abolicionismo, ligando o nome á humanitaria lei de 1885 que estabelecia a libertação dos sexagenarios.

CAPITULO XXXIII

A presidencia de Leitão da Cunha. O mal dos cannaviaes, e o relatorio do Dr. Silva Coutinho — A longa presidencia do Barão de São Lourenço — Novos dados estatisticos Producção cafeeira — Presidencia de Freitas Henriques — Valiosos e extensos dados estatisticos

No relatorio do presidente Ambrosio Leitão da Cunha se refere que no exercicio de 1865-1866 fôra esta a exportação.

Café	1.727:966$000
Assucar	7.030:598$000
Fumo	3.933:293$000
Cacáu	209:607$000

A receita do biennio ultimo havia sido:

1864-1865	1.837:855$000
1865-1866	1.953:938$000

Sobre questões agricolas expendeu o novo presidente interessantes considerações.

Discorreu sobretudo acerca do flagello que ameaçava arruinar a mais velha e a mais importante das industrias bahianas.

A agricultura, uma das mais solidas bases da prosperidade publica, devia merecer em todos os paizes, mormente nos agricultores, como o Brasil, os mais serios cuidados da administração publica.

Seria ocioso tomar a attenção da Assembléa com as largas considerações a que tal assumpto dava margem, e com as que se deduziam do estado, se não decadente, pelo menos estacionario, em que jazia a agricultura no paiz, já por falta de

braços, e instrucção profissional, já pela de machinas que os supprissem.

A praga dos cannaviaes alarmava seriamente a opinião publica.

Era a cultura da canna a fonte principal da renda provincial, d'ahi a solicitude com que o governo Imperial, não obstante o que procedera a commissão nomeada pelo seu antecessor, o Dr. Pedro Leão Velloso, para estudar o mal na comarca de Nazareth, incumbira ao distincto engenheiro Dr. João Martins da Silva Coutinho de estudal-o em sua viagem á Europa.

Da resposta do Dr. Coutinho constava o seguinte:

"Era a velhice a causa da degeneração da canna Cayenna, tanto na Bahia, como em Campos, na provincia do Rio de Janeiro, e outros logares. Nem a imperfeição da cultura ou a irregularidade das estações como pensavam alguns; porque, se assim fosse, elle, observador, não teria encontrado specimens das variedades Salangor e Rôxa perfeitos em meio de cannaviaes da Cayenna definhada.

Taes causas apenas podiam concorrer para que o mal se manifestasse mais cedo e com mais intensidade.

Não era tambem a pobreza da terra, como entendiam outros, a causa do mal; porque, se assim fosse, não se teria encontrado um cannavial completamente morto em capoeira de mais de 60 annos.

Não eram, finalmente os vermes, como suppunham ainda alguns, a causa da molestia, porque o verme apparecia quando a planta se prestava a seu alimento ou decompunha-se, não sendo assim causa, e sim effeito da putrefação."

Ao ver do Dr. Silva Coutinho sendo a velhice, como sustentatava a causa do mal, tornava-se urgentissima a substituição de sementes, porque se no fim de cinco mezes não se fizesse a plantação de novas variedades, perder-se-iam mais de duas safras, podendo bem avaliar-se, á vista do estado lastimoso em que se achavam as lavouras praguejadas, quaes seriam as consequencias de tão grande calamidade.

Já de 1860 a 1861 governara Leitão da Cunha, Pernambuco, assim como de 1863 a 1865 o Maranhão provincia que regera novamente deste anno a meiados de 1869.

Deputado pelo Pará, sua provincia natal, de 1861 a 1864, seria Senador do Imperio em 1870, ministro do Imperio no Gabinete de 20 de agosto de 1885 (Cotegipe), e anteriormente feito Barão de Mamoré, em 1883.

Seu successor, na presidencia da Bahia, foi o Dr. João

Ferreira de Moura, vice-presidente, que, a 21 de junho de 1867, empossava o novo presidente, Dr. José Bonifacio Nascentes de Azambuja, o antigo presidente de Espirito Santo. O relatorio deste não trata da producção cafeeira.

Estende-se de modo interessante sobre a praga dos cannaviaes. Para estudar este flagello o governo provincial contractara o chimico allemão A. Krauss além do especialista brasileiro Dr. Coutinho.

A receita provincial fôra de 1.866:389$000.

A 6 de agosto de 1868 voltava ao governo da provincia natal o conselheiro Francisco Gonçalves Martins já agora Barão de São Lourenço.

A 1.º de abril de 1869 apresentava relatorio á Assembléa Provincial, onde occorre o seguinte quadro da exportação bahiana, relativa ao anno de 1867-1868.

	Arrobas	
Assucar	3.327.102	8.632:282$000
Café	439.600	2.158:638$000
Fumo	761.218	3.392:046$000
Algodão	444.263	4.581:576$000
Cacáu	56.078	273:860$000
	oitavas	
Diamantes	5.064.5	1.519:350$000
	Arrobas	
Pau Brasil. . . .	163.947	144:985$000

No anno seguinte ainda era o mesmo Barão de São Lourenço quem abria a sessão da Assembléa provincial a 6 de março.

Passava a lavoura bahiana por muito grave crise. Os cannaviaes estavam sendo aniquilados pelo flagello phytopathologico. Assolava ao interior pavorosa secca que immenso prejudicara as malhadas, as roças de cereaes, os cafezaes e algodoaes. O cacáu tambem se apresentava em crise e verdadeira fome reinava no interior bahiano.

A receita do exercicio de 1868-1869 fôra de .... 2.033:573$000 e este o quadro da exportação bahiana.

Assucar	9.937:161$000
Fumo	3.381:050$000
Algodão	2.576:504$000
Café	1.694:103$000
Diamantes	1.063:500$000
Pau Brasil	226:314$000

Dizia o Barão de São Lourenço a falar da agricultura da provincia:

"A principal fonte de nossa riqueza não tem tido desenvolvimento progressivo: em alguns logares e acerca de certos ramos de lavoura se tem mesmo retrogradado. A grande questão de braços, a proximidade da cessação do serviço obrigado sem a esperança da substituição, e sem a regeneração deste trabalho por systema de maior perfeição, que requerem estudos theoricos e uma pratica intelligente que convençam os rotineiros, ameaçam ainda mais graves consequencias.

A lavoura do assucar que foi a principal industria da Provincia tem soffrido, e soffre mais ainda pela molestia que atacou as plantações e continua a fazer estragos. O governo imperial procurou fornecer-nos de semente nova, e grande despesa fez com este auxilio que nada porém produziu, ou porque a semente vinha com o germen da molestia, ou porque a adquirisse nos logares de plantação; já emfim porque todo o trabalho se perdeu com a secca que destruiu todo o plantio."

Este flagello climatologico cruelmente assolava a Provincia.

Em muitos engenhos do littoral a safra reduzira-se pela secca a menos de um terço, e a todos causava mais ou menos prejuizo, que se estendera tambem ás outras lavouras. Tornara-se muito sensivel á do fumo, que tendo tomado grande desenvolvimento a ponto de ter alguma vez excedido em valor ao assucar, vira-se depois muito diminuida.

A perda do gado fôra tambem extraordinaria, no interior principalmente. Só no municipio de Monte Santo, sem duvida não o mais consideravel da provincia se avaliava a perda de cabeças de gado vaccum a mais de trinta mil!

Desta população assolada muitos se dispunham depois de graves soffrimentos, a abandonar casas e procurar o littoral, preparando-se o governo para os receber e auxiliar.

Felizmente haviam reapparecido as chuvas.

O Instituto Agricola, notavel criação imperial que marcara perpetuamente, e de maneira digna da gratidão bahiana;

a viagem de Dom Pedro II á Provincia, continuava a debater-se com muitas difficuldades devido aos minguados recursos de que dispunha, comparados com a grande despesa para a edificação da séde, que se preparava para o ensino agricola theorico e pratico da mocidade bahiana.

Na opinião do presidente aliás apoiada por todos os seus antecessores não havia assumpto nacional mais importante nem mais urgente.

Sem a instrucção agricola o Brasil não poderia atravessar a crise de transformação de seus instrumentos de trabalho, e a Bahia com a criação projectada da escola agricola reconquistaria o antigo lugar de superioridade occupada entre as provincias irmãs desde eras bem remotas.

Ao relatorio do Barão de S. Lourenço acompanha o quadro do commercio geral da Bahia no decennio de 1858 a 1868.

Annos	*Importação*	*Exportação*
1858-1859	19.464:440$262	15.465:597$444
1859-1860	16.226:744$549	10.822:944$409
1860-1861	14.107:549$436	8.422:986$439
1861-1862	17.385:000$004	16.791:100$726
1862-1863	17.137:541$742	18.029:367$114
1863-1864	16.102:871$368	13.058:661$148
1864-1865	16.893:237$719	14.083:921$806
1865-1866	17.598:940$637	19.247:940$900
1866-1867	17.878:202$637	16.247:940$900
1867-1868	18.160:149$492	22.264:582$507

A 1.º de março de 1871 reabria o Barão de São Lourenço o parlamento provincial a quem apresentava o quadro da exportação bahiana relativa ao exercicio transacto.

	kgms.	
Assucar	30.934.485	6.020:776$000
Fumo	12.847:686	5.564:700$000
Algodão	2.678:545	2.524:062$000
Café	5.842:326	1.999:257$000
Cacáu	1.196:600	399:397$000

Existiam na provincia 179.561 escravos dos quaes cem mil empregados na lavoura e pecuaria.

A receita provincial fôra de 2.303:111$000 arrecadados.

Largas considerações sobre o estado economico da Bahia expendeu o presidente Gonçalves Martins, sobretudo, como era de presumir, sobre o da agricultura.

Este importante ramo de industria, o principal do Brasil, não soffrera ultimamente modificação sensivel.

A producção saccharina que muito promettera não tinha correspondido á expectativa e muitos proprietarios d'engenhos nem mesmo haviam conseguido fazer assucar; era a safra portanto menor do que a promettida, ainda que maior que a de 1869.

Este excesso porém desapparecia com o diminuto preço do genero em consequencia da guerra franco-prussiana.

A escassez de producção affectara tambem o fumo que se tornara o primeiro genero da exportação provincial, a quantidade diminuira e o preço se conservara muito baixo, existindo grandes stocks accumulados nos trapiches á espera da paz européa.

Esta podia tardar e mesmo desvanecer-se de um momento para o outro, segundo prenunciavam certas apparencias.

Os cereaes haviam tambem, dizia o presidente pessimista "escasseado", e de alguns lavradores ouvira que a mesma molestia da canna ou qualquer outra ameaçava outros generos de producção.

Não pudera a presidencia ainda fazer juizo seguro sobre a causa da molestia dos canaviaes, cujos effeitos marchavam contradictoriamente e tambem com o mesmo capricho observado nas epidemias humanas. Terras de grandes fertilidades viam suas lavouras atacadas; a molestia tinha uma marcha, seguindo de uma zona a outra e diminuido de intensidade nos primeiros destrictos atacados.

Nos mesmos terrenos e com as mesmas sementes se observavam cannaviaes perdidos e aproveitaveis. Comtudo mostrava-se menos atacavel a canna denominada — Salangó —. A ella se devia especialmente no littoral, boa parte da colheita realizada; os lavradores a procuravam; a sua cultura se estendia consideravelmente. Notava-se que a cayanna fôra de todas as especies a mais atacada. Os cannaviaes assolados durante annos estavam agora menos infestados.

Os lavradores sobretudo os da canna que conheciam os principios da sciencia agricola esforçavam-se para remediar tão grandes males, com maior ou menor successo, e era provavel que algumas vezes acertassem em uma ou outra experiencia; mas o presidente não esperava de taes esforços a cessa-

ção dos males, que haveriam de desapparecer opportunamente, como na Europa succedera á doença dos olivaes, dos vinhedos, dos batataes e tantos outros productos agricolas; como tambem passara ou ia passando no Brasil a molestia dos cafezaes e tantas outras calamidades, de que o paiz já fôra victima.

Estes esforços contra o mal eram sempre louvaveis, porque o homem não devia cruzar os braços em face do infortunio, e mesmo delles até podiam decorrer descobertas uteis á agricultura que no Brasil se achava na infancia.

Indispensavel indubitavelmente era cuidar-se com seriedade da educação dos agricultores entregues a continuadas decepções e ignorancia dos processos, nada colhendo quando as estações lhes eram contrarias, ou muito pouco em relação ao que poderiam esperar da fertilidade das terras e da bondade do clima.

Muito esperava o governo da Provincia da actuação Imperial Instituto Bahiano cujas obras estão quase concluidas, podendo-se realizar dentro em breve a abertura dos cursos theorico e pratico.

A 8 de novembro de 1871, decorridos mais de tres annos da sua posse passava o Visconde de S. Lourenço, a presidencia da Bahia ao desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, bahiano, que de 1869 a 1871 governara o Ceará.

No seu relatorio de 1.º de março de 1872 ha interessantes quadros estatisticos.

Generos	1868-1869	1869-1870	1870-1871
	kilos	*kilos*	*kilos*
Café	5.063.869	5.991.104	3.524.657
Algodão	2.664.444	2.681.129	3.155.685
Assucar.	48.029.343	31.688.760	13.067.749
Cacáu	1.303.507	1.215.684	1.435.415
Fumo	20.693.184	13.566.537	13.067.749

Correspondiam estas quantidades aos seguintes valores.

Generos	1868-1869	1869-1870	1870-1871
Café . .	1.746:556$000	2.054:809$000	1.124:238$000
Algodão .	2.557:126$000	2.526:371$000	1.166:553$000
Assucar .	10.067:384$000	6.129:701$000	7.207:866$000

Cacáu . .	436:758$000	405:924$000	355:471$000
Fumo . .	5.777:309$000	6.049:134$000	4.554:456$000

Haviam sido estas as proporções do café exportado e consumido internamente:

	Exportado	*Consumo local*
	kilos	*kilos*
Em 1868-1869 . . .	4.930.169	133.640
Em 1869-1870 . . .	5.842.326	148.778
Em 1870-1871 . . .	3.177.533	396.124

As receitas provinciaes arrecadadas no ultimo decennio representavam os seguintes valores:

Em 1861-1862 . . .	1.436:781$000
Em 1862-1863 . . .	1.688:505$000
Em 1863-1864 . . .	1.798:543$000
Em 1864-1865 . . .	1.835:766$000
Em 1865-1866 . . .	1.935:938$000
Em 1866-1867 . . .	1.736:348$000
Em 1867-1868 . . .	1.884:372$000
Em 1868-1869 . . .	2.079:333$000
Em 1869-1870 . . .	2.232:060$000
Em 1870-1871 . . .	2.229:280$000

Os dados do presidente Freitas Henriques que assignalava o facto de não ter escasseado jamais a producção do café concordam muito com os de Paulo Porto Alegre como se deprehende do confronto:

Annos	*Porto Alegre*	*F. Henriques*
	kilos	*kilos*
1868-1869	5.063.760	5.063.869
1869-1870	5.991.480	5.991.104
1870-1871	3.523.620	3.523.657

Como vemos são as discordancias insignificantes.

Na falla com que o "excellentissimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques" abriu a 1.ª

sessão da 19.ª legislatura da Assembléa Provincial da Bahia, a 1.º de março de 1872 occorre um quadro digno de interesse, relativo ao commercio provincial do ultimo decennio de 1861 a 1862 a 1870-1871.

Exercicios	*Importação*	*Exportação*
1861-1862	17.385:000$004	16.791:100$726
1862-1863	17.137:541$742	18.029:367$114
1863-1864	16.102:861$368	13.058:661$148
1864-1865	16.893:237$719	14.083:921$806
1865-1866	17.598:940$637	19.247:940$900
1866-1867	17.878:202$637	16.202:327$873
1867-1868	18.160:149$492	22.264:582$507
1868-1869	23.556:460$772	21.547:032$048
1869-1870	19.787:212$749	19.762:785$840
1870-1871	17.866:694$811	18.181:762$401
	182.366:311$931	179.169:482$363


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXXIV

Declinio constante da exportação cafeeira no Pará — Sua annullação — Insignificancia de producção maranhense — A lavoura do café no Ceará

Em sua *Antiga producção e exportação do Pará* commenta Manuel Barata, amargamente, o declinio de certas producções de sua terra natal.

A lavoura do arroz, em 1862, ainda alimentava o mercado de consumo interno, paraense, com exclusão da importação do producto similar, e fornecia pequenas quantidades ao commercio de exportação. O termo médio da quantidade e valor da exportação, nos annos de 1836-1852, regulava por 105.586 arrobas e 22 libras de arroz pilado, no valor de .... 113:256$756; e, de arroz em casca, 23.716 alqueires (de 64 libras), no valor de 14:262$984. Nos annos de 1852-1862, a exportação do arroz pilado regulara por 328.448 arrobas e 28 libras, no valor de 498:675$632; em casca, 881.103 alqueires, no valor de 533:832$975.

De café já em 1862 o Pará não produzia o necessario para o seu consumo, importava annualmente mais de 20.000 arrobas do Ceará e da Bahia. Em 1870 estava completamente extincta a sua cultura.

Quanto ao algodão, o termo médio da quantidade e valor da sua exportação, nos annos de 1836-1852, fôra de 5.123 arrobas e 25 libras, no valor de 22:349$466. Nos annos que decorreram de 1852-1862 a exportação regulara por 26.168 arrobas e 24 libras, no valor de 160:429$314.

Relativamente a este producto, dizia com eloquente verdade o presidente Araujo Brusque:

"Convem, pois, realisarmos esforços para restabelecer a cultura do algodão na provincia. Aqui elle produz perfeitamente; os terrenos são os mais ferteis que a natureza pode conter; terrenos ricos, frescos, incultos, cuja vegetação, assoberbando as nuvens, maravilha aquelles que os contemplam.

Aqui, o braço do cultivador mais depressa cança em colher os fructos, do que em plantar a semente e cuidar do seu desenvolvimento.

Este genero de lavoura requer apenas algum cuidado contenta e satisfaz as suas necessidades; nella pode ser aproveitado o emprego de braços fracos, o serviço de mulheres e crianças, quer no plantio, quer na colheita. Demais, esta cultura não está aqui sujeita, como nos Estados Unidos, aos estragos que occasionam as geadas, nem á necessidade da reforma annual da sua plantação.

O nosso algodão, em geral, é de *seda longa,* de fibra forte, e, pela maior parte de grande apreço e estimação. Conforme o Sr. Müller, é empregado de preferencia no fabrico dos pannos destinados á estamparia e nos estofos entrefinos, madapolões, velludos, e nos tecidos grossos e encorpados, que têm grande procura. O algodão desta provincia tem sido qualificado *trigueiro em geral sujo, fio muito fino, porém forte.* Seja como fôr, é porém, certo que pode este producto ser muito melhorado e constituir uma importante fonte de riqueza."

No tocante ao assucar, o termo médio e valor da sua exportação nos annos de 1836-1852, fôra de 13.753 arrobas e 8 libras, no valor de 21:695$187. Nos annos de 1852-1862, a exportação regulara por 105.032 arrobas e 23 libras, no valor de 208:361$438.

Depois desta exposição retrospectiva commenta Barata: é triste lembrar que o Pará passou a comprar a outros Estados e ao extrangeiro os generos que outrora produzia em abundancia: o café, o arroz, o assucar, o algodão, o milho, a aguardente, e até mesmo a farinha de mandioca! O café viu-se inteiramente abandonado o mesmo succedendo ao arroz, ao assucar e ao algodão, de que ninguem mais se occupou. A maior parte dos cultivadores destes generos de producção foi distrahida pela empolgante industria do fabrico da borracha. A agricultura succumbiu debaixo da influencia nociva dessa deslumbrante e aurea miragem do lucro rapido e facil, mas ephemero.

Essa influencia, absorvente e aniquilladora, começou a manifestar-se em 18531854, por effeito do preço extraordinario a que subiu aquelle producto, e attingiu o seu maximo grau de recrudescencia nos quarenta annos do periodo de 1875-1915 reduzindo por fim o Estado á situação de abatimento e de angustia, em que se viu a definhar a desolar-se empobrecido e endividado.

Cumpria reconhecer comtudo que a culpa de tal situação não cabia só á borracha. Concorrera deslumbrantemente para os funeraes da agricultura e da lavoura, dando tudo que della exigiram; e tudo que della foi desbaratado, sem proveito real da riqueza publica e da prosperidade geral do Estado.

Já na sua *Falla,* de 15 de agosto de 1854, á Assembléa Legislativa, o presidente da Provincia, Sebastião do Rego Barros, condemnava "o emprego quasi exclusivo dos braços na extracção e fabrico da borracha, a ponto de ser preciso actualmente receber de outras Provincias generos de primeira necessidade, e que dantes o Pará produzia até para lhes fornecer. Isto accrescentava — é certamente um mal; tanto mais quanto os lucros avultadissimos dessa industria, que absorve e aniquilla todas as outras, longe de tenderem á criação da pequena propriedade, com a sua permanencia e as suas vantagens, e a divisão da riqueza, só dão em ultimo resultado accumularem esta em poucas mãos, e pela maior parte extrangeiras, acarretando a miseria á grande massa daquelles que atraz della abandonam os seus lares, os seus pequenos estabelecimentos e, talvez, as suas familias, para se entregarem a uma vida de incerteza e privações, e na qual os ganhos da vespera evaporam-se no dia seguinte."

Em 1855 subiu a exportação da borracha a 178.840 arrobas, tendo chegado a valer o preço de 36$000 por arroba. Nunca vira o Pará tanta moeda de ouro em circulação; o dollar americano andava em todas as mãos. O povo chamava-lhe *pichlinga.*

Em 1856-1857 diminuiu de valor, e voltou a 11$000 e 12$000, ressentindo-se o commercio dessa baixa do preço da borracha, que lhe dera proporções tanto mais avultadas, quanto precarias. Os dollares foram-se, como as andorinhas, no inverno. Foi a primeira crise da borracha no Pará.

De 1858-1860 o seu preço teve alta, subindo até 25$000 por arroba. Desceu, porém, logo depois a 15$000; e, em 1861, valia 18$000 e 20$000.

Em 1858 estava praticamente extincta a exportação cafeeira cuja producção assim se computava:

	Valor
Cacáu	330:134$500
Arroz	90:644$239
Café	270$250!
Algodão	13:764$170
Assucar	24:147$228

Ia, porém, em progressão crescente o exodo dos campos de lavoura para os seringaes; e, em 1862, o judicioso presidente Araujo Brusque, procurando atalhal-o, ponderava: "Não sei se o exercicio da industria da borracha não é antes fatal aos verdadeiros interesses da provincia. Por amor dos seus avantajados lucros, que só aproveitam aquelles que recebem os productos já preparados, e ao thesouro, que sobre elle levanta grossas sommas, pelo imposto que cobra, soffre a população, e as outras industrias da provincia sentem a falta de braços. Compare-se a estatistica de alguns ramos de producção paraense, em tempos que floresciam com a época de desenvolvimento da industria da gomma elastica, e não se poderá deixar de reconhecer que a lavoura do algodão, do arroz, do café, da canna foi supplantada pelos fabulosos lucros que aquella outra offerecia; e ainda mesmo agora outras não se desenvolvem por falta desses braços, que outro emprego não procuram."

Em 1862 lembremol-o novamente, segundo Barata, estava de tal modo aniquillada a cultura cafeeira no Pará que precisava importar para o seu consummo o grão do Ceará e da Bahia.

Em 1864 sobre a provincia paraense escrevia Sebastião Ferreira Soares lembrando que o Grão Pará era a cabeça altiva do "Gigante dos Tropicos". O Supremo Criador do Universo dotara com mão profusa o sólo paraense de riquezas e productos naturaes de incalculavel valor; era a sexta provincia entre as suas irmãs em relação ao movimento commercial e industrial.

Progredia bastante seu commercio maritimo que assim se cifrara:

De 1854 a 1855 — 9.325 contos de réis
De 1863 a 1864 — 13.513 contos de réis

Importara do Exterior (em 1854-1855) 4.299 contos de réis, e em 1863-1864, 5.244:000$000.

Do Brasil em 1854-1855 997 contos e em 1863-1864 Rs. 1.478:000$000. Exportara para o Exterior e o Brasil, 3.855 e 174 contos de réis respectivamente em 1854-1855 e em 1863 a 1864 respectivamente 5.830 e 961 contos de réis.

Enumerando nada menos de trinta productos paraenses entre elles colloca o estatista o café mas frisa quanto o seu valor commercial já era nullo no quadro das principaes exportações de 1863-1864 onde avultavam:

a borracha com 3.696 contos
o cacáu com 1.132 contos
os couros com 231 contos
as castanhas com 197 contos
o algodão com 107 contos.

Em 1870 desappareceu o nome do Pará do rol das provincias cafeeiras do Imperio.

O Maranhão nunca se distinguiu com cafeicultor sabemol-o e já frisamos esta circumstancia em nossos *Subsidios para a historia do café no Brasil colonial.*

No emtanto em 1864 colloca-o Ferreira Soares como ainda produzindo grão da rubiacea.

Depois de gabar o commercio maranhense, "um dos mais illustrados e methodicos do Brasil" refere que "na praça de S. Luiz já antes da promulgação do codigo commercial em 1850 os commerciantes arrumavam os seus livros em boa e regular forma commercial e faziam todos os seus contractos na melhor ordem."

Enumera o estatista riograndense o nome de quarenta e dois productos principaes e salientes da exportação maranhense collocando entre elles o café.

A sua tabella de exportação assignala no emtanto a insignificancia de tal producto no conjuncto da producção provincial onde nem apparece!

Algodão — 6.395 contos de réis
Assucar — 336 contos de réis
Couros — 320 contos de réis
Oleo de copahyba — 63 contos de réis
Arroz — 45 contos de réis
Sola — 45 contos de réis
Cacáu — 500$000.

No Piauhy nunca se cogitou de café ao que nos consta. Pelo menos em escala apreciavel. O Ceará graças ás suas terras altas é que se tornou um centro de suprimento do extremo norte.

Diz o inspector agricola agronomo Humberto de Andrade em sua *Cultura cafeeira no Ceará* que a entrada da rubiacea no territorio cearense se deu por importação do Maranhão aos 1747-1748 ou por Pernambuco (via Cariry). Em 1822 já constava haver plantio da rubiacea.

Mas ouçamos a palavra de Studart revestida da maxima autoridade como é obvio observal-o:

"Em 1824 entrou o café em Baturité por mão de Antonio Pereira de Queiroz que o plantou no sitio Mucaipe ou Mungaipe. Provinha de cafeeiros do Cariri, os quaes por sua vez eram originarios de Pernambuco. No mesmo anno, 1824, Felippe Castello Branco trouxe mudas ou sementes do Pará e plantou-as no sitio Bagaço, hoje Correntes, de Pedro Pires da Rocha. Das informações que colhi, julgo era café da variedade "Bourbon". Aos nomes de Queiroz e Castello Branco manda a justiça juntar os de José Hollanda. Temos os Ferreira Lima, Manoel Figueiredo e as familias Queiroz Hollanda, Linhares e Caracas, como os pioneiros da lavoura cafeeira em Baturité.

De Baturité foram conduzidas as primeiras sementes para as serras da Aratanha e Pacatuba, cabendo a Domingos da Costa sua introducção alli. Os canteiros por elle plantados na Serrinha passaram para o irmão João da Costa, que os mudou em 1826 para o seu sitio Imboassú.

Deve-se, assim, á familia Albano e mormente a um dos seus membros, José Antonio da Costa e Silva, pai de Juvenal Galeno, o mui conhecido bardo cearense, o desenvolvimento da cultura do café nesta parte do Estado. O citado José Antonio da Costa e Silva foi a primeira pessoa no Ceará a explorar o commercio do café.

Aos artigos de Studart se annexa valiosa tabella sobre a exportação cafeeira pelo porto da Fortaleza (em kilos).

1846-1847	9.795	2:404$000
1847-1848	8.796	1:938$000
1848-1849	113.625	1:938$000
1849-1850	23.306	3:174$000
1850-1851	207.909	44:739$280
1851-1852	218.938	41:742$400
1852-1853	442.192	92:552$760
1853-1854	366.621	98:611$750
1854-1855	101.083	33:823$350
1855-1856	128.810	115:993$280
1856-1857	83.930	31:391$250
1857-1858	510.924	186:587$700
1858-1859	575.926	284:848$500
1859-1860	828.730	580:689$000
1860-1861	1.293.300	506:091$000
1861-1862	2.810.940	1.678:054$000

1862-1863	2.157.546	1.031:005$140
1863-1864	1.605.651	670:261$620
1864-1865	454.280	192:638$480
1865-1866	1.092.344	466:849$000
1866-1867	778.604	365:671$000
1867-1868	1.812.687	701:620$000
1868-1869	50.800	24:457$000
1869-1870	877.523	387:223$000
1870-1871	560.283	226:761$000
1871-1872	313.888	132:206$000

Tratando do Ceará em 1864 escrevia Sebastião Ferreira Soares que os cearenses eram agricultores e creadores laboriosos e intelligentes. Dispunham de grande rebanho bovino.

Progredia a provincia assaz notavelmente como se deduzia do quadro:

Classfiicação.	1854 — 1855	1863 — 1864
Exterior:		
Importações directas . . .	844:000$000	1.496:000$000
Exportações idem. . . .	565:000$000	2.676:000$000
Cabotagem:		
Importações de cabotagem	414:000$000	796:000$000
Exportações idem. . . .	409:000$000	1.432:000$000
	2.232:000$000	6.400:000$000

Os seus principaes productos vinham ser:

Algodão
Arroz
Assucar
Balsamos
Cabello e crinas
Café
Cascas medicinaes
Cêra de carnaúba
Couros seccos e preparados
Carnes salgadas
Gomma elastica
Madeiras e taboas
Resinas

Commerciava sobretudo com a Grã Bretanha, de modo notavel, em sua disparidade com as demais nações.

Em 1854-1855 num total de importação equivalente a 844 contos comprava dos inglezes 678; em 1863-1864 haviam estas cifras passado a 1496 e 1060. Assim tambem quanto as exportações.

Em 1854-1855 haviam sido 565 contos dos quaes 512 vendidos á Inglaterra em 1863 e em 1864 2.676 contos dos quaes 2.145! recebidos do commercio britannico!

Fôra o algodão quem trouxera esta porcentagem alta. No conjuncto da producção cearense de 1863-1864 avultavam os seguintes generos:

Algodão, 67.591 arrobas valendo 1.415 contos
Café, 109.976 arrobas valendo 670 contos
Couros, 64.389 arrobas valendo 297 contos
Assucar, 67.591 arrobas valendo 237 contos.

O Pará e o Maranhão, Pernambuco compravam muito café cearense. A estas provincias vendera o Ceará em 1863 respectivamente 159, 245 e 920 contos de réis avultando nestas cifras a porcentagem relativa á rubiacea.

Segundo o notavel chronista cearense coronel João Brigido dos Santos, já em 1799 o governador Bernardo Manuel de Vasconcellos dáva como existente no Ceará a cultura do café.

No seu *Ensaio Estatistico* (pag. 357) da *Provincia do Ceará* affirma o senador Pompeu:

"A primeira semente de café veio de Pernambuco para o Cariri em 1822. Mandaram-n'a dalli ao capitão Antonio Pereira de Queiroz, em Baturité, que plantou em roda da casa alguns pés, e desses em 1824 Domingos da Costa e Silva levou alguns para a Aratanha. Em 1826 o principal lavrador daquella serra, João da Costa, plantou alguns pés e em 1829 colheu as primeiras sementes. Dahi espalhou-se para Maranguape e voltou para Baturité, onde a semente já tinha desapparecido, e por toda a provincia."

Aires do Casal (*Corographia Brasilica,* vol. 2.º pag. 200) dá a entender que fôra iniciada a cultura do café no Ceará de 1810 a 1812.

Póde-se dizer que só de 1845 para cá teve ella desenvolvimento cultural, extendendo-se a diversos outros pontos, so-

bretudo nas serras, onde a falta das chuvas durante oito e nove mezes menos damnifica:

"Em 1848 dizia o doutor Fausto de Aguiar que a producção do café, até então muito acanhada, já contava algumas lavouras importantes, sendo de esperar que progressivamente se augmentasse, não só pelo bom preço que alcançou, sinão tambem pela poderosa circumstancia de que, produzindo elle nas serras, lograva ser menos attingido pelas seccas; accrescendo que o café carrega muito no Ceará."

O Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, presidente do Ceará em 1852, no relatorio com que abriu a Assembléa Provincial assim se exprimia:

"A cultura do café, não datando de longo tempo, tem todavia augmentado tão consideravelmente, que o seu producto não só chega para o consummo da provincia, como para exportação, pois no anno financeiro de 51-52, foram exportadas 12.530 arrobas e 10 libras, sendo 543 e quatro libras para longe da provincia, quase todo da freguezia de Maranguape. Para o anno financeiro que corre, muito maior será a exportação, porque muito abundante deve ser a colheita. Podeis facilmente avaliar quanto ganharia a provincia, si, em vez de se limitar a plantação do café a serra do Maranguape, se extendesse á de Baturité, Serra Grande etc. convem pois que animeis a cultura desta planta, que forma a riqueza de outras,

Além das serras de Baturité, Maranguape e Aratanha, encontra-se cultura de café, na Ibiapaba, na Meruoca, no Araripe no Crato, Jardim, Pereira etc.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXXV

Informes officiaes do Governo Imperial sobre as condições agricolas do paiz — Escassez de dados dos relatorios do Ministerio do Imperio — Insignificancia dos pormenores sobre o desenvolvimento da lavoura cafeeira

Em 1835 era ministro do Imperio, do quarto gabinete da segunda regencia trina, o de 17 de janeiro, o deputado pelo Maranhão Joaquim Vieira da Silva e Souza magistrado, mais tarde, em 1859, senador pela mesma provincia.

Fallando no Parlamento dizia que já por vezes fôra acenada ás camaras a necessidade de uma lei que incrementasse a agricultura e promovesse a emigração européa.

Sobretudo agora, accrescentava insinceramente o ministro, quando se sabia "que se dera a extincção do barbaro trafico africano" (sic.)!

O governo tinha em vista promover a vinda ao Imperio de individuos de recursos e laboriosos que a troco da concessão gratuita de terras e certos favores viessem trazer ao Brasil o concurso de seus esforços.

Neste sentido elaborava-se um projecto que brevemente seria offerecido á consideração das camaras.

De café nada falava e no emtanto a lavoura da rubiacea tomava extraordinario desenvolvimento.

No anno seguinte era o illustre Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté quem, como titular da pasta do Imperio do primeiro gabinete de Feijó (o de 14 de outubro) expunha ao Parlamento considerações sobre a agricultura nacional.

O governo não se descurava de prestar attenção a este fecundo manancial da riqueza brasileira, e de promover-lhe o adiantamento quanto cabia na orbita de suas attribuições e das possibilidades nacionaes. Com este fim mandara o coronel João Florencio Peréa viajar nos Estados Unidos e de lá passar a algumas das grandes Antilhas para instruir-se nos pro-

cessos alli seguidos na agricultura e na criação do gado, e prover-se de modelos das machinas empregadas na lavoura, assucareira e cafeeira recommendando-se-lhe toda a actividade ao desempenho desta importante commissão para a qual partira, logo o nomeado fornecendo-lhe o Thesouro os precisos recursos para tal fim.

O extrangeiro Alcides Gardon propuzera ao governo um methodo de cultivo da canna muito mais vantajoso, segundo affirmava, do que o praticado actualmente no Brasil. A proposta fôra remettida ao presidente da Provincia do Rio de Janeiro para que sobre ella se ouvissem alguns dos principaes lavradores de Campos, cuja informação se esperava para final resolução.

A rapidez com que nas Provincias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo se ia extendendo o plantio, o fabrico do chá era indicio manifesto da acceitação que vinha tendo o producto no mercado e razão sufficiente para se conceberem esperanças muito lisongeiras sobre o progresso desta industria nascente. Porção não pequena de sementes fôra remettida ao presidente da Provincia do Rio de Janeiro para a mandar distribuir pelos lavradores do Municipio de Angra dos Reis cuja Camara as solicitara. E outra amostra do genero já manipulado entregue ao inglez João Diogo Sturz para o fazer ver e apreciar em seu paiz.

Em 1834 o governo havia mandado distribuir nas Provincias de S. Paulo, S. Pedro e Santa Catharina uma memoria sobre a cultura e fabrico da herva matte. Segundo as informações proximamente recebidas de alguns lugares desta ultima Provincia, os methodos alli em pratica, não differiam essencialmente do que os da referida memoria ensinavam.

Sobre o café nem uma linha!

Em 1838 era ministro do Imperio do primeiro gabinete do regente Pedro de Araujo Lima (o de 19 de setembro) o illustre Bernardo de Vasconcellos.

Do seu relatorio colhamos alguns topicos interessantes e caracteristicos.

A miragem tenaz do chá; as idéas erroneas da plantação do pinho de Riga no clima tropical do Espirito Santo, a mania da concurrencia do chá brasileiro ao indiano no proprio mercado londrino eram outros tantos devaneios que nos fazem sorrir e revelam a inopia de conhecimentos economicos do tempo entre os mais lucidos administradores do Brasil.

Emquanto isto, não se fazia a menor referencia a grande

industria nacional que ia surgindo para o enriquecimento rapido do Brasil: a do café!

Inhibido o governo de conceder terrenos aos muitos que os haviam solicitado a agricultura brasileira não podia ter extendido a sua esphera nem melhorado os processos pela acquisição de cultivadores intelligentes e na presença de esforços praticados em outros paizes para possuirem, ampliarem e melhorarem as producções agricolas que constituiam a principal riqueza do nosso. Era de certo mal de funestas consequencias este estado estacionario, em que jazia a agricultura.

O Brasil ver-se-ia dentro de poucos annos a braços com um numero consideravel de concurrentes que conseguiram excluir os seus productos dos principaes mercados da Europa, se medidas legislativas sabiamente calculadas o não habilitassem desde já para poder arrostar nesta luta estes formidaveis adversarios. De nada valia a immensa extensão de terras do Imperio, de nada servia a prodigiosa e variada fecundidade, se lhe faltassem braços capazes de fazer aproveitar e tornar productivas tão felizes circumstancias.

Embora o grande impulso nesta materia dependesse do Poder Legislativo, comtudo o Governo não se esquecera de dar a este respeito as providencias que lhe cabiam na orbita de suas atribuições. Ainda havia pouco tempo mandara cultivar no Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas a herva mate com sementes mandadas de S. Paulo e Minas Geraes (!) remettera para o Espirito Santo sementes de pinheiros da Russia, e de chá; fizera distribuir pela Provincia de S. Paulo, em Baependy e no Jardim Botanico da Lagoa sementes de tabaco de Cuba, da primeira qualidade, acompanhadas das precisas instrucções para a sua cultura; e finalmente subscrevera avultado numero de exemplares de *Auxiliador da Industria Nacional* a serem repartidos por todas as Provincias.

"Conheço, senhores, terminava o grande Bernardo, que tudo isto é muito pouco; porém quaes as outras providencias ao alcance destas possibilidades do Governo? Se em algum ramo da administração publica convem pôr á sua disposição amplos meios e deixar-lhe illimitada liberdade é de certo neste; porque desse meio e dessa liberdade nunca poderão resultar senão beneficio para o paiz.

O Governo continua no empenho de fazer apreciar na Europa o chá de nossa producção. Para esse fim enviou avultada porção de libras daquelle genero, fabricado no Jardim da Lagoa, ao nosso Enviado extraordinario e Ministro Plenipo-

tenciario em Londres, para alli repartil-o pelos negociantes da Casa da India."

Em 1839 quem superintendia os negocios da agricultura era Francisco de Paulo Almeida e Albuquerque, magistrado e politico pernambucano, senador do Imperio desde o anno anterior e fallecido em 1868.

Ha no seu relatorio da pasta do Imperio referencias ao café em S. Catharina como se fosse desnecessario lembrar o que era a cultura cafeeira nas grandes provincias. E conta se que no Espirito Santo cameçara o *fervet opus* cafeeiro.

Apesar de tudo neste documento ministerial ha dados mais interessantes do que nos relatorios anteriores. E não se fala em chá!

"A cultura do café tem crescido na Provincia de S. Catharina, e promette maior desenvolvimento, tanto por ter sido maior a sua demanda, como por irem os cultivadores conhecendo as vantagens daquelle precioso producto.

Em 1836 já se colheu naquella Provincia algum trigo, o que desde muito tempo se não fazia; decresceu porém a cultura do algodão que outróra formava um dos ramos da riqueza territorial." A criação do gado augmentara com rapidez e principalmente no Municipio de Lages; facto este que com fundamentos se podia attribuir ao crescido numero de fazendeiros; que por causa dos acontecimentos politicos da Provincia de S. Pedro haviam emigrado desta e ido estabelecer-se nâquelle municipio.

No Espirito Santo a agricultura tinha feito rapido progressos, sendo um dos seus principaes a canna de assucar.

Os lavradores iam se dando tambem alli com tanta actividade á plantação do café, que elle se tornaria, em breve tempo, o mais importante objecto do commercio da Provincia.

Parecia estacionaria a agricultura na Provincia da Bahia; se alguns progressos fazia eram por tal forma lentos que se não poderiam perceber.

Em 1840 o ministro do Imperio que endereçou ao Parlamento relatorio sobre os negocios deste Departamento de Estado foi Francisco de Assis Coelho aliás ministro interino da regencia de Araujo Lima. São insignificantes os informes uteis que consagra á agricultura.

Constava pelo relatorio do Presidente do Espirito Santo, apresentado á respectiva Assembléa Legislativa na ultima sessão, que um extrangeiro projectava estabelecer naquella Provincia uma fazenda normal agricola e industrial, em que se

cultivassem não só as plantas já no Brasil conhecidas, mas tambem as da India.

O presidente de Minas Geraes dera as providencias, compativeis com os recursos da mesma Provincia, para augmentar o seu Jardim Botanico e promover entre os particulares a plantação do chá! Para este ultimo fim o director do referido Jardim compuzera uma memoria sobre a plantação, cultura, e fabrico daquelle genero que o presidente mandara publicar e della remettera ao Governo alguns exemplares, acompanhados de uma amostra de chá Ysen, fabricado pelo referido director. Por isso e pelo que nos antecedentes relatorios já se trouxera ao conhecimento das Camaras devia se acreditar que não estava muito remota a época em que neste particular as necessidades do paiz pudessem ser suppridas pelos seus proprios recursos.

Assim o Governo Imperial era o primeiro a acoroçoar a concurrencia ao café, o novo esteio da riqueza nacional, por meio do alargamento do consummo interno do chá!

Em 1841 geria a pasta do Imperio um dos politicos mais em evidencia do scenario brasileiro Candido José de Araujo Vianna futuro Visconde e Marquez de Sapucahy (1793-1875) já deputado por Minas Geraes, sua terra natal, desde 1823, á Constituinte e sempre reeleito até 1839, data de sua entrada no Senado do Imperio, presidente de Alagoas em 1828 e do Maranhão (1829-1831) ministro da Regencia Trina Permanente em 1832 mestre de D. Pedro II e de suas Irmãs, futuramente conselheiro de Estado, etc.

Voltava-se o futuro marquez de Sapucahy para a balda do chá.

"Pelos relatorios da Sociedade Medico-Botanica, e de outras corporações da cidade de Londres, estava o Governo informado de que o chá produzido no Jardim Botanico da Lagoa Rodrigo de Freitas, e na Provincia de S. Paulo era geralmente de boa qualidade; precisava porém de algum aperfeiçoamento na manipulação, e abatimento de preço, para poder concorrer com o da China (!) Aquelles relatorios haviam sido communicados não só ao director do mencionado Jardim, e ao presidente de S. Paulo, mas tambem ao de Minas Geraes para fazerem o conveniente uso das observações nelles contidas. Era de esperar se que a industria brasileira dellas se aproveitasse e que tendo já vencido as maiores difficuldades chegasse em poucos annos a possuir mais esta fonte perenne de riqueza. Na provincia do Espirito Santo e na das Alagoas, começava-se a tentar a cultura daquella e de outras plantações,

asiaticas; e no intuito de favorecer taes disposições tinha o Governo remettido aos respectivos presidentes algumas sementes.

Queixava-se Araujo Vianna da inopia das informações que para o seu relatorio solicitara das presidencias das Provincias. E assim se referia a este caso de desidia.

"Faltaram absolutamente informações a respeito do estado da nossa agricultura nas diversas Provincias: apenas se conhece que a de Minas vae deixando as arriscadas emprezas da mineração do ouro, para se dedicar a ella; e que na do Ceará começa a desenvolver-se a cultura do café do qual existem já valiosas plantações em Baturité Aratanha e Maranguape. Araujo Vianna ministro do Imperio do gabinete da reacção anti-andradina de 23 de março de 1841 com Sepetiba, Uruguay, Abrantes, José Clemente Pereira e Paranaguá superintendeu a pasta até janeiro de 1843.

No seu segundo relatorio nada vemos que se relacione com a cultura do café.

Em 1848 além de ministro do Imperio presidente do Conselho era Almeida Torres visconde de Macahé quem vinha de novo chamar a attenção do Parlamento para a theicultura!

Folgava em poder annunciar-lhe que o presidente da Sociedade Real de Agricultura de Paris, examinando, a pedido do novo ministro Plenipotenciario, uma porção de chá de S. Paulo julgara-o de primeira qualidade, tanto pela suavidade do perfume, como pela excellencia do gosto, felicitando os brasileiros pelo bom exito da cultura e sua preparação. Fizera o Governo dar toda a publicidade a esta noticia que tanto interessava aos lavradores paulistas e de Minas onde se começava a fazer abundante colheita do producto. Estava o ministro convencido de que dentro em pouco tempo poderia o chá brasileiro tornar-se importantissimo ramo de commercio e não se descuidava de promover os meios de melhorar a sua preparação, aguardando para tal fim ulteriores informações do ministro brasileiro em Paris.

Em 29 de setembro de 1848 organizava novo gabinete o Visconde de Olinda. Nelle era o titular da pasta do Imperio o visconde, depois marquez de Monte Alegre, senador por São Paulo, conselheiro de Estado. No anno seguinte seria José da Costa Carvalho o presidente do gabinete (6 de outubro de 1849).

Grande fazendeiro em Piracicaba embora de canna era de esperar que testemunha presencial de enorme surto cafeeiro de S. Paulo dedicasse parte de seu relatorio a descrever

ao Parlamento este *crescit eundo*. Não o fez; ao envez disto continuou a falar de chá! E voltou a tratar do futuro do anil e da urumbeva!

Muito de relance dedicou algumas palavras, ao tão notavel incremento da cafeicultura em S. Paulo, em relatorio de 1850.

Segundo participara o presidente desta Provincia nella havia fazendeiros que dedicando-se á cultura do chá colhiam já, annualmente, de 200 a 300 arrobas; acrescentara porém que ultimamente surgira alguma frieza e desgosto por causa da depreciação em que parecia ter cahido o artigo. Com o fim de verificar se era verdadeira a supposta depreciação e conhecer as causas que para tanto haviam concorrido, aguardava o governo as informações da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Além desta Provincia e da de Minas em cujo Jardim Botanico se haviam fabricado no anno de 1848 trinta e quatro arrobas (!) de chá e se avaliava em quarenta o que teria de fabricar-se em 1849, em outras provincias começava a propagar-se a theicultura como fosse a de Goyaz onde o tenente-coronel Antonio Felix de Souza já dispunha de uma plantação de seis mil pés, e as do Espirito Santo e Santa Catharina para onde ultimamente se haviam enviado sementes a pedido dos respectivos presidentes.

Bem quizera o ministro poder dar ás camaras exacta noticia do estado da agricultura em todas as Provincias com designação das causas de sua prosperidade ou decadencia; mas na deficiencia de dados para poder realizar este desejo limitara-se a expor muito em geral e em bem poucas palavras que á excepção de algumas novas culturas, ainda que de subido valor, quase por toda a parte se apresentava a industria agricola brasileira estacionaria ou decadente!

Nas Provincias de S. Paulo de Minas, crescia como já dissera a cultura do chá, e nesta ultima ainda que lentamente, iam tambem prosperando a urumbeba e o anil. Em S. Paulo porém realizava extraordinaria progressos a plantação do café; na da Bahia mostrava-se tambem notavel o augmento da producção do fumo e do café; na do Ceará prosperava o algodão e começavam a desenvolver-se o café e a canna de assucar; no Maranhão grande exportador de algodão e arroz, principiava a avultar a canna a ponto de se terem já fundado alguns engenhos; na Parahyba do Norte prosperavam a canna e o algodão; e finalmente em Sergipe que quase exclusivamente se dedicava á canna, produzia bem a baunilha.

Em 1851 era ainda Monte Alegre quem relatava as occurrencias da pasta do Imperio.

Voltavam á baila as coisas do chá!

Queria o Governo que o chá brasileiro fizesse nos Estados Unidos concurrencia ao café brasileiro!

Dizia o ministro que continuava a medrar a cultura do chá e sua preparação especialmente em S. Paulo e Minas; fizera o Governo nova remessa de amostras para os Estados Unidos de cada uma das especies fabricadas naquellas Provincias com o fim de divulgar o nosso producto pois em nehuma parte poderia achar mais vasto e melhor mercado. Não era alli o chá, e o mesmo acontecia ao café, sujeito a direito algum de consumo, e este augmentava não só com a população como tambem a medida que diminuia o uso das bebidas espirituosas, cada vez mais limitado. Já aquellas amostras alli haviam chegado e sido distribuidas; informava porém, a Legação do Brasil que era quase nullo nos Estados Unidos o consumo de chá verde, podendo-se sem exagero acreditar que por cada libra delle se consumiam 50 das de chá preto. Devia este de preferencia pois, ser entre nós fabricado para abastecer os mercados yankees. Identicas informações acabava de enviar a Legação Imperial nas cidades Hanseaticas onde tinham sido examinada por dois acreditados corretores da cidade de Hamburgo uma partida de chá brasileiro.

Declarara um delles que o preço do verde baixara tanto alli como no interior da Allemanha, porque não se consumia geralmente senão o preto; e o mesmo acontecia em quase toda a Europa, onde ultimamente se havia extraordinariamente generalisado o uso.

Do café não se cogitava de fazer a minima propaganda! Não havia necessidade...

No relatorio de 1851 referia-se Monte Alegre a uma sábia decisão dos poderes publicos brasileiros a que decorria da lei de 18 de setembro de 1850 prohibindo a acquisição de terras devolutas por outro titulo que não fosse o de compra; extremando as do dominio publico do particular, autorisando a venda das terras publicas em lotes previamente medidos e demarcados; e consignando amplos meios para promover a Colonização. Assim se levantara a barreira que até então se oppuzera ao progresso e desenvolvimento desse poderosissimo elemento de força civilisação e riqueza.

Dependendo porém os beneficios que de tão importante Lei deviam provir do modo pelo qual seria executada, cumpria que os regulamentos para isto necessarios não fossem

despedidos senão depois de muito profundo e meditado exame; assim ouvido o Conselho d'Estado e a opinião de muitas pessoas illustradas sobre a importantissima materia fôra ainda o objectivo meditado em pleno Conselho d'Estado; e brevemente contava o governo estivesse aquella Lei em plena e effectiva execução, sendo para tal fim expedidos os Regulamentos. Ordens e Instrucções necessarias.

Assim se derrogava o antigo systema de concessão das sesmarias a que tantos abusos haviam assignalado e tantos conflictos tinha trazido sobretudo nas terras cafeeiras fluminenses e da matta mineira.

Assignalava ainda o ministro de Estado a presença de um flagello que á lavoura asucareira fluminense immenso prejudicava.

A cultura da canna cayana tão preferivel á vulgarmente denominada crioula fôra accommettida na Provincia do Rio de Janeiro e especialmente no Municipio de Campos por enfermidade que si se não pudesse extirpar, faria de todo alli abandonar a sua cultura. E como nenhum meio parecesse mais efficaz do que a renovação da semente tinha o governo mandado vir do Pará novas mudas, pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional afim de serem distribuidas pelos cultivadores fluminenses.

Terminando a sua exposição recordava o titular da pasta do Imperio que em geral ressentia-se a agricultura nacional da falta de braços, e ainda mais da de instrumentos e machinas que os supprissem. Todavia em um ou outro lugar alguns melhoramentos se iam introduzindo sobretudo na cultura e processos de beneficiamento do café e no fabrico do assucar os dois mais importantes artigos da producção do Paiz. Não havia braços para o café e insistia-se no plantio do chá!

Tal obstinação provinha talvez bastante do acatamento ás opiniões de personalidades tidas como verdadeiros pilares da sciencia contemporanea.

Em 1852 pela terceira vez expunha o visconde de Monte Alegre como ministro do Imperio commentarios generalisados sobre as condições da agricultura no Brasil. Coubera ao seu governo estancar de vez o supprimento do braço escravo ás lavouras brasileiras por meio da suppressão radical do trafico levado a cabo com tanto brilho quanto com firmeza pelo titular da pasta da justiça o illustre Eusebio de Queiroz signatario do philantropico decreto 731 de 14 de novembro de 1850.

A agricultura dizia Monte Alegre, continuava em geral a lutar com a difficuldade dos meios de transporte a falta de

braços e a de instrumentos e machinas que os supprissem. Conservava-se pois estacionaria ou pelo menos era-lhe tão lento o progresso que mal se percebia. Desta regra só se exceptuavam algumas antigas producções do paiz, aliás muito importantes, como por exemplo o café que visivelmente prosperava e a canna de assucar, se bem que ainda em alguns municipios ao Norte da Provincia do Rio de Janeiro continuasse a grassar o mal que atacava a especie denominada Cayanna. Pelo que respeitava á cultura dos productos novos, á excepção do chá, e do algodão herbaceo que entretanto prosperava na provincia de S. Pedro e mediamente em outras eram os demais apenas cultivados por um ou outro individuo antes como objecto de curiosidade de que de interesse.

Curiosa esta obstinação em pretender uma diversidade de productos de duvidosa procura quando os de uma industria agricola brilhante, solida, próspera, como a do café, vivia a lutar com a penuria de trabalhadores!

Tem-se até a impressão de que estas palavras ministeriaes repetidas, repisadas anualmente não eram sinceras e se proferiam para effeitos de galeria.

Ao gabinete do visconde de Olinda substituiu o de 11 de maio de 1852 presidido pelo illustre Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaborahy, que deu a pasta do Imperio a um grande fazendeiro bahiano, chefe politico de largo prestigio, o senador Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço. Era natural que este ministro que recem-presidira sua provincia natal se preoccupasse com as condições da industria assucareira mais do que com qualquer outra.

No seu relatorio de 1853 lembrava ao Parlamento que infelizmente continuava a lavoura da canna a definhar na Provincia do Rio de Janeiro. Com o fim de renovar a semente e ver se por este meio se extirpava o mal, não se descuidara o governo de fazer vir a miudo do Pará mudas da especie denominada de Cayenna, distribuidas tanto pelos lavradores fluminenses como pelos das provincias do Espirito Santo e São Paulo.

Na ultima sessão do Corpo Legislativo discutira-se com algum interesse, sem comtudo por falta de tempo, ter se decretado qualquer providencia, a necessidade de attender-se especialmente á cultura da canna, e fabrico do assucar. Ameaçado estava este genero da producção brasileira de completa ruina, não só pelos "espantosos" melhoramentos realizados em igual ramo de agricultura em outros paizes, como tambem pelo desenvolvimento progressivo do fabrico do assucar de be-

terraba na Europa e com especialidade na França e Allemanha. Se semelhante marcha ascencional continuasse a ter o assucar europeu bastaria o producto para satisfazer ao consumo da maior parte dos povos daquelle continente, servindo-lhe apenas como de supplemento a producção do assucar da canna de algumas colonias, para suas respectivas nações.

Ao café não se referia o Barão de S. Lourenço. Como continuasse a prosperar não dava motivos a especiaes cogitações.

A 6 de setembro de 1853 constituia-se o famoso *Ministerio das Aguias* sob a presidencia do Marquez de Paraná e a pasta do Imperio caberia ao Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz o tão prestigioso politico fluminense.

No seu relatorio referente ao anno de 1856, quando já Paraná fallecera e o Conde de Caxias assumira a presidencia do Conselho ha varias referencias á questão, continuamente insoluvel, da falta de braços nas lavouras do paiz.

Com o auxilio que o governo se propuzera a prestar aos fazendeiros, facilitando-lhes por meio da Sociedade Central de Colonização, e das que se criassem nas provincias, a acquisição de colonos industriosos era de esperar que a agricultura fosse melhorando.

Comquanto alguns senhores de engenhos de assucar e fazendeiros de café tivessem já introduzido em seus estabelecimentos importantissimas machinas das mais modernas, as quaes iam apresentando excellentes resultados esses exemplos entretanto não haviam sido por ora seguidos em larga escala, já porque era muito difficil extinguir em uns o espirito da rotina, já porque outros lutavam com difficuldades pecuniarias.

O governo continuava a promover, pelos meios a seu alcance, e coadjuvado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a introducção e uso de machinas e a cultura de plantas de manifesta utilidade, de algumas das quaes mandara vir sementes de paizes extrangeiros.

Voltava a baila a sempre renovada e até então malograda intenção de tornar o Brasil tambem productor de trigo.

Distribuira-se grande quantidade de sementes de diversas procedencias e esperava-se o resultado dos ensaios feitos em S. Pulo e Paraná, para em mais larga escala se tratar de novamente introduzir e naturalizar a cultura deste cereal que tanto devia como outrora, fazer avultar a producção agricola nacional.

Apesar de todos os esforços empregados, diversos obstaculos e difficuldades tinham entorpecido o embaraço e re-

gular andamento da empreza, que tomara a si a companhia denominada — Pharol Agricola, de estabelecer uma fazenda normal na proximidade da Côrte, onde, praticamente, se expuzessem os melhores methodos de cultura, os instrumentos e utensilios agrarios mais aperfeiçoados, em uso noutros paizes e onde ainda se pudesse melhorar a raça dos animaes da lavoura."

Em 1858 era ministro do Imperio o presidente do Conselho do Gabinete de 4 de maio, o marquez de Olinda, successor do Gabinete Paraná — Caxias.

Falando ao Parlamento acerca da industria agricola repetia, por assim dizer, o que vinha exarado nos relatorios anteriores.

Sempre os mesmos devaneios acerca do trigo produzido economicamente, e em larga escala, num paiz de escassissima população, para um producto de tão baixo preço.

Ainda não fôra possivel dar cumprimento a uma disposição da lei de 26 de setembro de 1857 organizando um plano, sobre o ensino da industria agricola, adaptado a cada uma das provincias do Imperio, por depender semelhante trabalho, para ser verdadeiramente util, de conhecimentos praticos e positivos, cuja acquisição completa demandava tempo.

Este objecto havia entretanto, occupado, como merecia, a attenção do governo, compenetrado como se achava da necessidade urgente de dar-se impulso ao desenvolvimento da industria agricola no paiz fazendo-se conhecer toda a vantagem de applicação do poder mecanico, e dos preceitos da sciencia para auxiliarem a força productiva do sólo.

Cumpria sobretudo vulgarizar o conhecimento das regras da arte, e do uso das machinas, e dos processos aperfeiçoados, vencendo-se com o argumento irresistivel dos factos, ao alcance de todos, a rotina em que se conservava a nossa agricultura, em estado de deploravel atrazo. O ensinamento puramente theorico, cujos resultados não eram immediatos, e que a poucos podia aproveitar, devia ser precedido por aquelle. Ou, quando muito, organizado, por ora, em um estabelecimento unico, a titulo de ensaio — Neste sentido tratava o Ministerio de preparar um plano que sujeitava á sabedoria da Assembléa Geral.

Sobre o estado da agricultura nas diversas provincias nada podia o ministro adiantar ao que se dissera nos relatorios anteriores. Obedecendo a determinações da lei anteriormente citada tinha o governo mandado distribuir em São Paulo, Paraná e outras provincias, sementes de trigo, espe-

rando para fazel-o em maior escala, novas porções provenientes de França. Hespanha, e Argelia. Encarregara a pessoa habilitada e que lhe merecia confiança, da commissão de ir ao Cabo da Boa Esperança e á ilha da Reunião, obter mudas de canna de assucar das especies que mais vantagens offereciam pelo desenvolvimento e teor saccharino afim de serem aproveitados nas provincias que se dedicavam a esta cultura, devendo ao mesmo tempo colher informações e estudar o melhor systema alli empregado para sua plantação etc. e os processos mais aperfeiçoados do fabrico do assucar.

O mesmo emissario tivera além disto, a incumbencia de conseguir sementes e mudas de quaesquer outros vegetaes proprios á alimentação, ou com applicação ás industrias do Brasil.

No relatorio do ministerio do Imperio apresentado pelo Visconde de Monte Alegre, em 1850, ha dois mappas do movimento da importação, segundo as diversas provincias do Imperio para os exercicios de 1847-1848. E' o seguinte:

Provincias Importadoras e Exportadoras	*Valor da Importação*	*Valor da Exportação*
Pará	1.535:192$150	1.125:319$495
Maranhão	3.611:244$358	2.094:040$978
Piauhy	—	234$620
Parahyba do Norte .	532:945$714	745:609$314
Rio G. do Norte . .	—	—
Sergipe	721$776	12:589$874
Ceará	179:395$537	166:620$070
Alagoas	16:242$608	1.118:848$853
Pernambuco	6.808:212$899	7.344:009$697
Bahia	—	7.891:237$745
Espirito Santo . . .	4:099$579	—
Rio de Janeiro . . .	24.025:747$128	31.029:528$172
S. Paulo	—	590:723$583
S. Catharina	144:405$298	128:054$422
Rio G. do Sul . . .	7.033:258$992	3.169:133$350
	41.101:466$243	55.415:950$173

Assim o saldo da exportação fôra de 14.314 contos de réis e fracção. A importação superava a exportação em 4.807 nas Provincias do Pará (409), Sergipe (12) ,Espirito Santo

(4), Santa Catharina (16) Rio Grande do Sul (3.169), e Maranhão (1.517).

A exportação dera como resultado total a seu favor 19.121 contos de réis dos quaes cabiam ao Rio de Janeiro (7.004), Pernambuco (636), Bahia e S. Paulo.

Estes dados estão aliás em desaccordo com outros tambem de procedencia official que indicam para 1847-1848 os seguintes totaes.

Importação 47.349 contos ou sejam mais 6.248
Exportação 57.925 contos ou sejam mais 1.510!

E' este o quadro para 1848-1849:

Provincias Importadoras e Exportadoras	*Valor da Importação*	*Valor da Exportação*
Pará	1.040:646$218	1.311:732$367
Maranhão	1.963:876$933	1.644:094$366
Piauhy	—	796$000
Parahyba do Norte .	134:727$039	1.225:523$486
R. Grande do Norte	—	56:172$710
Sergipe	223:166$405	3:112$197
Ceará.	174:595$537	166:620$070
Alagoas	9:086$929	170:858$849
Pernambuco	7.635:633$549	9.549:974$297
Bahia.	—	10.315:372$094
Espirito Santo . . .	129:853$569	—
Rio de Janeiro . . .	27.328:757$229	35.215:490$938
S. Paulo	118:912$623	1.852:335$888
S. Catharina	85:455$313	92:137$508
Rio G. do Sul . . .	2.537:995$519	3.054:684$110
	41.382:793$863	64.558:904$160

Estes totaes estão em completa contradicção com os dados do Ministerio da Fazenda diminuindo muito o valor da importação e majorando o da exportação.

Segundo estes as cifras exactas foram:

Importação 50.569 contos de réis.
Exportação 56.289 contos de réis.

Convem em todo o caso lembrar que o quadro não menciona o valor da importação bahiana que era avultado.

Mas nada explica a majoração notavel da columna exportadora.

Em 1859 o ministro Sergio Teixeira de Macedo, ministro do Imperio do Gabinete de 12 de dezembro de 1858 (Visconde de Abaeté) observava á Camara que nenhuma alteração notavel apresentava o estado da lavoura.

Subsistia a causa que desde alguns annos fazia receiar a sua gradual decadencia, a saber a falta de abundante supprimento de braços.

A grande cultura dos generos de exportação, como sobretudo o café, a exportação desses generos, continuava a guardar, com as dos annos passados, a proporção que permittia a maior regularidade das estações, como se deprehendia dos mappas.

A acquisição de braços, o melhoramento das vias de communicação, instituições tendentes a facilitar ao agricultor o uso do credito, para obter os capitaes de que precisava, o uso e applicação de machinas, e processos aperfeiçoados, eram os grandes meios a que cumpria recorrer.

Delles não se descuidara o governo que pretendia apresentar, dentre em breve, ao Parlamento, um plano geral de combate efficaz ás causas depressoras da lavoura nacional.

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, em 1858, chamara a attenção dos poderes publicos para o estado quase de ruina a que chegara a industria do fabrico do assucar. Assustava a todos os espiritos pensantes.

O erudito Conselheiro Burlamaque propuzera mandar vir, das Ilhas Mauricia e Bourbon, mudas de novas especies de canna para substituir as existentes no Brasil em sua maior parte, praguejadas.

O conselho da Sociedade convencendo-se do alcance da proposta, conseguira que o Governo Imperial mandasse um agente, Herman Herbst, ir áquellas ilhas buscar as referidas mudas, e mais outras de algumas plantas uteis que por ventura interessassem a agricultura brasileira. Chegara ao Rio um navio especialmente fretado, trazendo uns 20.000 pés de canna das especies *Penang, Rouxa, Diard.*

Aproveitara-se a opportunidade para a obtenção de sementes e mudas das especies de café africano *Moka Bourbon Edem,* (Aden?) *Murtha,* e *Leroy* além de mais sessenta especies de outras plantas, algumas fructiferas, entre as quaes o

mangustan, a *noz moscada* e a *baunilha*, do Mexico, que tão bem se podia cultivar em Santa Catharina.

Attendendo ao estado em que haviam chegado as mudas de canna, e as precauções que exigiam as sementes e mudas de café ordenara o Governo que se as depositasse no Jardim Botanico, e numa chacara da rua da Lapa e nestes dois logares se conservassem até se poder fazer sua distribuição.

Felizmente se aproveitara da canna, um numero sufficiente para os fins em vista. E a distribuição já começara pelas do café.

Entrementes a Sociedade Auxiliadora tambem pedira vivamente a attenção dos poderes publicos para a degenerescencia em que se encontravam os equinos do paiz além de solicitar, em altos brados, a fundação de uma escola com internato, onde se ensinasse praticamente a cultura dos cereaes, dos legumes, do café, da canna, do algodão, a horticultura, a arboricultura, e em geral, a agricultura, relativa aos productos da nossa lavoura: a fabricação especialisada dos adubos para cada uma das culturas, os processos modernos da veterinaria, e finalmente o emprego pratico de mecanismos destinados ao reparo e construcção de machinas agricolas.

Para esta escola poderiam os fazendeiros mandar as pessoas que quizessem habilitar-se na profissão de agricultor e os seus escravos mais intelligentes, como serventes, ou trabalhadores, durante certo tempo. Receberia pensionistas e os filhos de gente pobre, além dos engeitados como aprendizes.

O combate á sauva preoccupava muito todos os espiritos voltados ás coisas da lavoura. Appareciam noticias por vezes mirabolantes como a de um sacerdote o Padre Mattos, morador em Cabo Frio, sobre a descoberta de uma planta destruindo formigueiros em quatro noites. Sceptica puzera a Sociedade em prova tal asserção verificando-se a inanidade dos effeitos da maravilhosa planta, como reconhecesse urgencia em auxiliar a agricultura com um meio de debelar inimigo causador de tantos estragos, apresentara "um processo capaz de extinguir o maior formigueiro em uma hora ou duas: por meio do chloro hydracido sulphydrico em apparelho para isso conveniente."

Os annos passavam e tantos bellos projectos ficavam adiados *sine die*. Eram os recursos do paiz restrictos e os governantes pouco propensos a determinar movimentos accelerados.

As mesmas queixas levavam os ministros ao conhecimento do Parlamento, anualmente.

O conselheiho João de Almeida Pereira Filho, ultimo ministro do Imperio que geriu os negocios da agricultura, no gabinete de 10 de agosto de 1859 (Barão de Uruguayana) dizia ás camaras, a proposito da extraordinaria falta de trabalhadores ruraes que a situação da agricultura brasileira reclamava séria attenção do Estado. Presentemente já não offerecia lisongeira perspectiva e era de se receiar que, em futuro não muito remoto suas condições viessem a ser muito mais penosas, continuando a actuar as mesmas causas a que era devido o declinio que ia soffrendo.

A falta de braços, cada vez mais premente, desde que se estancara a fonte onde o Brasil ia supprir-se annualmente, a Africa, e a repugnancia que os lavradores tinham pelo engajamento de trabalhadores livres os obrigava para conservarem os estabelecimentos existentes, se não a contrahirem dividas, imprevidentemente, tornando-se victimas da usura, pelo menos a empregar a mor parte das economias na compra dos braços escravos que se deslocavam de umas para outras provincias. Embora não augmentasse, com esta operação, a somma geral dos trabalhadores do paiz, á vista do preço elevado que custavam estes braços, e da necessidade do emprego de maior capital para a sua acquisição.

O que resultava desse estado penoso já se via acentuado em todo o paiz, e todos os espiritos observadores o sentiam a cada momento.

A grande lavoura dispondo de maiores meios, e impellida, pelo instincto de conservação, começara a absorver a pequena cultura, tirando-lhe os braços de que se servia.

Esta absorpção já produzira, além de outros effeitos, sensivel elevação no preço dos generos de primeira necessidade, trazendo, ás classes menos favorecidas da fortuna, gravames avultados, que podiam originar lamentaveis desastres. Se acaso o mal se estendesse, se os lavradores não se fossem convencendo de quanto era urgente irem substituindo por braços livres os escravos, para que, estanque, por seu turno, a fonte onde actualmente se abasteciam, não viessem arruinar-se os seus estabelecimentos, verdadeira situação catastrophica affligiria o paiz.

Continuasse a diminuição dos braços empregados na lavoura, por não apresentar a colonização, como até agora não apresentava meios de supprir a falta de cultivadores, e não procurassem os lavradores fazer esforços para a substituição do trabalho escravo, que lhes escasseava era de crer que sérios embaraços tivessem de abater-se sôbre o Brasil futuro.

Tudo pois quanto tendesse a afastar tão contristadora situação devia ser acceito com afan.

Felizmente era o Brasil um paiz onde as terras incultas abundavam, onde a Providencia, com profusa mão, semeara riquezas e ainda muito podia fazer para arredar os tristes resultados da decadencia agricola.

Só facilitando a acquisição de braços á lavoura, offerecendo transporte mais barato a seus productos, animando a introducção de machinas e dos processos aperfeiçoados, fornecendo-lhe meios de obter o melhor mercado e, sob a garantia de sua propriedade, capitaes que se destinassem ao desenvolvimento da cultura e do preparo dos productos, se poderia obviar á inevitavel decadencia. Em regra os fazendeiros recorriam aos paizes mais adiantados para supprir a falta de braços já no amanho das terras, já na colheita e preparo dos productos.

Mas por outro lado tambem grande parte delles ignorava por completo os meios de restituir ás terras, que abandonavam por cansadas, os agentes fertilisadores de que as haviam exhaurido colheitas successivas, tornando-as aptas a produzirem tanto, se não mais, do que quando pela primeira vez haviam sido lançadas as sementes ao sólo virgem.

A necessidade pois de se organizar o ensino agricola resaltava a todas as vistas.

Tanto o theorico quanto o pratico, em estabelecimentos modelares habilitariam os agricultores a se instruir nos meios efficazes de melhorar a lavoura. Já pelo emprego de machinas apropriadas, já pelo conhecimento dos methodos de restituição aos terrenos da força productiva que lhes ia faltando, e das épocas mais proprias á renovação das plantações.

O desenvolvimento, apoiado em longa experiencia, que o ensino agricola adquirira na Allemanha, na França e na Belgica, tornaria facil adaptar-se ao Brasil aquillo que lhe fosse applicavel.

Procedesse o Imperio como em relação á Allemanha fizera a Belgica, fundasse escolas agricolas que trouxessem beneficios reaes. A simples fundação de taes aprendizados seria providencia tendendo a fornecer aos lavradores, de modo vantajoso, os fundos de que careciam para melhorar suas propriedades.

A criação de instituições de credito organizadas de maneira que pudessem adiantar capitaes aos agricultores, a juro modico, e longas amortisações, constituia outra necessidade que não devia ser por muito tempo diferida.

O credito territorial não existia no Brasil nem mesmo em embrião.

Os bancos exclusivamente destinados a auxiliar o commercio, e conseguintemente adstrictos a operações de curto prazo, não podiam prestar recursos á agricultura. E a usura aproveitando-se das difficuldades que encontravam os lavradores em obter os adiantamentos de que careciam, afim de alargarem suas plantações e simplificar o processo do plantio e colheita, os vexava e opprimia, visto como chamava a si as sobras, que, se as possuissem as instituições de credito agricola poderiam servir para a amortização dos emprestimos contrahidos.

Assim esperava o Governo que o Parlamento examinasse, com toda a attenção, estes dois problemas essenciaes o da instrucção e o do credito agricola.

"Continuava o Governo a mandar vir de paizes extrangeiros para as distribuir pelas provincias, sementes e plantas, principalmente de café e canna, de qualidades superiores ás das especies já existentes e tambem de trigo, cuja cultura promettia prosperar em algumas partes do Imperio."

Sobre a grave crise da carestia de generos alimenticios que se abatera sobre o Imperio, em 1860, e em grande parte consequencia da competição de preços e vantagens auferidas com a producção dos artigos de exportação assim se exprimia o Conselheiro Almeida Pereira:

"Continuavam ainda os tristes effeitos da elevação dos preços; e se bem que em geral não se chegara a luctar com os horrores da fome, não era menos verdade que a alta cotação dos objectos mais necessarios á vida tornava dia a dia mais penosa a subsistencia sobretudo das classes menos abastadas, as quaes, como era obvio dizel-o, constituiam a maioria da população.

Em algumas provincias, e com especialidade nos sertões da Bahia assumira o mal grande intensidade. Cumprira o Governo o dever remettendo generos de primeira necessidade a serem distribuidos pela população, unico remedio a ser em tal conjunctura applicado; mas sem remover o mal para o futuro.

A carestia de generos haveria de continuar, por depender de causas transitorias e permanentes, cujos effeitos só a longa acção do tempo poderia attenuar.

Tornara-se indispensavel que o Parlamento coadjuvasse os esforços do Executivo, para a attenuação de grave mal que provinha de um conjuncto de circumstancias ligadas e entrelaçadas de maneira tal, que difficil se não impossivel, fôra

discriminal-as, destacando umas das outras, para avaliar-se qual, por actuar com mais força, devesse ser principalmente combatida.

Já numerosos documentos tinham chegado ao conhecimento das camaras e por vezes sido o objecto de interessantes discussões em ambas as casas do Parlamento além de já examinados pela commissão especial nomeada pela Camara dos Deputados. Dados estatisticos colhidos em varias provincias memorias e trabalhos importantes haviam sido depois disto enviados á mesma camara, e era de esperar que a referida commissão, examinando-os com o seu reconhecido zelo, continuasse a applicar desvelada attenção ao assumpto.

Promovendo-se o progresso das importantes vias de communicação agora em construcção diminuindo-se as tarifas e difficuldades dos transportes seriam approximadas cidades e villas do littoral dos centros productores. Continuasse o Brasil a empregar todos os esforços no intuito de attrahir braços uteis e industriosos especialmente para os differentes misteres da lavoura.

Procurando animar e desenvolver a agricultura já por meio de associações agricolas, como as ultimamente criadas, e de incentivos á introducção de machinas e processos mais expeditos, já por meio de auxilios outorgados á pequena lavoura (particularmente a que se destinava á cultura dos generos alimenticios) já concedendo facilidades á importação destes generos por tarifa mais liberal; finalmente pondo em pratica outros meios, tinham o Governo e a Assembléa Geral significado a importancia que a este problema ligavam.

Não bastava porém o que se fizera. Tornava-se mistér ainda que por medidas adequadas se extremassem os verdadeiros limites da liberdade do commercio de modo que, se mantivessem e desenvolvessem especulações que, produzindo o monopolio, zombassem impunemente do soffrimento do publico, tornando infructiferas as providencias do poder legislativo tendentes a diminuir ou até a supprimir os impostos sobre os generos de primeira necessidade. Era mistér tambem que se decretassem premios animadores da cultura de taes generos.

Não houvesse porém demasiado optimismo.

Todas estas medidas reunidas, e outras que occorressem ao Parlamento não seriam entretanto, força era confessal-o, sufficientes, para em todas as quadras e occasiões extirpar completamente o mal, como nunca o haviam feito desde a mais remota antiguidade, em todos os paizes, embora os mais opulentos e civilizados. Serviriam comtudo para attenuar a sua

intensidade e duração dando um testemunho bem patente do zelo que animava os representantes da Nação em assumpto tão de perto relacionado com a felicidade publica.




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXXVI

Os relatorios das primeiras decadas do Imperio e o cultivo do chá — Palavras dos Ministro de Estado e dos Presidentes de Provincia — Verdadeira e absurda obsessão pela theicultura — Propaganda do producto em detrimento do café — Informes de Frei Leandro do Sacramento e do Marechal José Arouche de Toledo Rendon — Depoimento de diversos viajantes

Um dos documentos mais flagrantes de incomprehensão das condições economicas do Brasil se estampa na longa e pertinaz campanha de propaganda por parte de diversos dos nossos ministros de estado, presidentes de provincias, autoridades menores, homens emfim de responsabilidade perante a opinião publica e pretenções ao conhecimento da agronomia e dos problemas do paiz, campanha destinada a contrapor as excellencias hypotheticas do cultivo do chá ás realidades positivas da lavoura do café triumphante, naturalmente, por ser rendosa por excellencia. Como que a inercia estimulava aquelles homens a repisar anualmente os seus canticos de enthusiasmo no futuro do chá e as suas lamentações por vezes jeremiacas ante o descaso dos brasileiros pelo eldorado theifero a criar-se.

Quando Dom João VI mandara fazer a primeira plantação do *thea sinensis* quase não havia ainda cafezaes no Brasil Trinta annos mais tarde era esplendoroso o surto cafeeiro e os nossos estadistas viviam a recommendar o plantio do chá quando não havia braços que chegassem para as exigencias da lavoura cafeeira!

Dezenas de annos durou esta inoffensiva mania repellida pelo senso publico da realidade das coisas deixando-nos paginas de loas ao cultivo do chá, em relatorios de onde estão ausentes referencias ao café quando no emtanto vivia a opinião geral do exterior a reclamar a melhoria dos nossos typos de producção, considerados muito baixos e portanto desvalorisados perante os mercados.

Conselhos aos lavradores para que beneficiassem melhor o seu café quando muito apparecem de longe em longe.

E abundam as vozes de apregoamento das vantagens da *thea sinensis*.

Em sua *Memoria economica sobre a plantação, cultura e preparação do chá* publicada na Typographia Nacional em 1825 dizia o illustre carmelita Frei Leandro do Sacramento: "A planta (o chá) floresce em todo o tempo do anno sem exceptuar os mezes do Inverno (no clima do Rio de Janeiro) porém o tempo mais propicio para a producção das sementes he o verão".

E a lançar arrojado vaticinio dizia o sábio director dos Imperios Jardins do Passeio Publico e Jardim Botanico da Côrte, apaixonado pela botanica e a divulgação da sciencia. "He indigenada China e do Japão e se cultiva em quasi todos os Jardins Botanicos da Europa, como hum objecto de muito particular curiosidade e no Brasil, como huma planta que em breve tempo estará a par do caffé e canna de assucar"!

Observemos que já em 1825 o Rio de Janeiro exportava perto de quinze milhões de kilos de café!

Cento e dez annos já decorreram desde que o nosso celebre erudito pernambucano fez tal prophecia e nada de suas palavras se verificou. Houve pequeno surto de cultura theifera que ficou circumscripta a pequeninas manchas de São Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. De todas as antigas subsiste apenas talvez a de Ouro Preto. Novas ha algumas como as do valle da Ribeira de Iguape.

"A cultura do chá he mais prospera no clima do Rio de Janeiro do que na China" avançava o douto lente de nossa Academia Medica Cirurgica e agronomo. Mil vantagens tinha a sua cultura sobre a do Imperio do Meio. Em São Paulo os arbustos ainda eram mais vigorosos do que os do Jardim Botanico carioca, o que talvez se devesse á variação do clima, contava-lhe o Marechal Arouche, cujos exemplos iam fructificando na provincia paulista.

"Espero que dentro em breve o chá seja tão trivial no Brasil como he presentemente o caffé e tabaco mas de certo não se realisará emquanto este objecto estiver limitado a amostras.

He pois necessario que os nossos agricultores emprehendam a cultura do chá na mesma extensão em que cultivam a mandioca, a canna de assucar, o café (sic!)"

Em primeiro de janeiro de 1829 fallecia no Rio de Janeiro, com pouco mais de cincoenta annos, Frei Leandro do

Sacramento. Ia-se do mundo coberto de prestigio. Apesar de sobremodo enfermiço, o que lhe impedira poder dedicar-se á vida de botanico herborisador, deixava assaz extensa obra de naturalista, attendendo-se as condições da época em que viveu. Da sua actividade scientifica e de seu renome falavam alto os attestados da aggremiação de diversos das mais prestigiosas sociedades eruditas suas contemporaneas como a Academia Real das Sciencias de Munich, da Russia, da Sociedade de Botanica de Gand etc.

Seu *fidus achates* em materia de theiphilia era um paulista de nome não menos prestigioso nos nossos velhos fastos, o Marechal José Arouche de Toledo Rendon, procedente dos mais velhos troncos vicentinos (1756-1834) primeiro director da Faculdade de Direito paulopolitana, homem coberto de serviços a sua terra. Procurador Geral da Corôa, deputado á Assembléa Nacional Constituinte, jurista de renome em seu tempo etc.

Era grande plantador de chá pois se diz que em sua chacara de S. Paulo no Morro do Chá chegou a ter 54.000 arbustos produzindo 200 arrobas annuaes.

Em 1833, no Rio de Janeiro, publicou *Pequena memoria da plantação e cultura do chá e sua preparação até ficar em estado de entrar no commercio. Offerecido á Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional da Villa de Vallença.*

O interessante é que este paulista escrevendo em 1833 parecia ignorar as lavouras que se iam formando de café, já consideraveis pois a rubiacea continuava sua marcha avassaladora, de Areas e Bananal a Jacarehy e Mogy, marchando em direcção ás terras feracissimas de Campinas onde não tardaria a occupar grandes áreas. E procurava desviar os braços de tal cultura tão rendosa para a do chá!

"Por calculos aproximados posso dizer a meus Patricios, que pretenderem formar huma Fabrica de *Chá,* que mil pés produzem huma arroba e meia de *Chá* e por conseguinte o Lavrador, que tiver 50.000 arbustos obterá annualmente 75 arrobas, entrando neste numero as 3 qualidades, que eu faço; bem entendido que nesta somma geral sempre mais da metade da safra he de *Chá* de primeira qualidade. Mil pés poderiam produzir pelo menos duas arrobas, se nós fizessemos as colheitas, como os Indios; elles para augmentar o seu producto deixam erguer as brotas com muitas folhas, e colher todas com separação; as ultimas folhas já são tão duras, que se não enrolam, e este he o *Chá,* que bebe o Povo: aqui apenas

se póde colher o grelo, e mais 3 folhas immediatas; o resto já não serve: porisso, como já disse, colho todos os dias no mez de outubro e nos mais mezes, conforme o estado da vegetação. Entre nós o *Chá* que bebe o Povo Asiatico; ninguem o compraria, porque o uso desta bebida só tem logar nas classes de luxo e não no Povo.

He hum facto attestado por todos os viajantes da Asia, que os viajantes da Asia, que os Chinas, e os Japonezes não bebem agoa pura. He costume geral em todas as cazas ricas, e pobres ser o primeiro vazo, que vae a lume, huma caldeira estanhada que se enche d'agua, e nella se deita a porção sufficiente de Chá; depois de ferver conserva-se ao pé do fogo para não esfriar; ao lado está hum vazo de louça com sua aza, o qual serve para quem quizer beber *Chá,* sem assucar, tirar a porção, que lhe baste. Para dizer tudo sobre este uso, basta acrescentar, que os Indios athé costumam cosinhar a sua principal comida, que he o arroz em agoa de *Chá*. Attendendo pois a este uso geral, e á immensa população da China, póde o Leitor conhecer a necessidade de tambem ser geral a cultura desta planta nesta parte do Globo, e igualmente a necessidade de se aproveitarem as folhas que nós desprezamos."

Terminava o Marechal por uma incitação assaz calorosa para um homem de sua posição e já quase octogenario.

"Esta lavoura he a menos dispendiosa, e laboriosa: ella não depende de braços robustos, e nem de tantos generos, como assucar, e o café: rapazes, e raparigas dão hum bom jornal na colheita, e na escolha, e mesmo na esfregação e enrolamento desde que cheguem á puberdade; dispensam grandes terrenos; he a mais propria para as Chacaras perto das Cidades. O seu processo aprende-se em hum dia, assistindo á huma tarefa desde manhã athe á noute. Façam meus Patricios seus calculos por qualquer modo, que seja, e sempre acharão, que lhes fará conta cultivar esta nova e benefica planta que parece accommodar-se melhor entre nós do que no seu Paiz Natal. E esta circumstancia com a posição Geographica do Brasil, vão fazer sugerir a idéa de que hum dia a Europa se dispensará de dobrar o Cabo da Boa Esperança em procura do Mercado de Cantão?

Brasileiros, abramos os olhos, e estendamos hum pouco as nossas vistas sobre nossos interesses.

Tão apologista era da *thea* que até concitava os seus patricios a experimentar a "fabricação do oleo das suas sementes de preferencia ás do amendoim."

A propaganda feita em favor do chá por homens do pres-

tigio de Fr. Leandro e o Marechal Arouche determinaram diversos agricultores paulistas a plantar a theacea chegando alguns delles a possuir assaz avultadas lavouras, os relatorios dos presidentes de S. Paulo ás Assembléas Provinciaes estão cheios de allusões a tal industria e de lamentos pelo tardonho desenvolvimento que era o seu. Um depoimento de viajante norteamericano o de Kidder datado de 1839, é assaz interessante.

Escreveu a tal respeito o Rev. Daniel P. Kidder:

"De volta do Jaraguá, detivemo-nos á margem do rio Tietê, afim de visitar uma fazenda de chá de um coronel Anastacio (de Freitas Trancoso) official veterano, que em sua mocidade servira no exercito portuguez, e agora, na avançada edade de 86 annos, possuia vigorosa saúde e gozava do *otium cum dignitate* em sua exploração agricola.

O especial objectivo da viagem do Dr. Guillemin (naturalista francez acompanhador de Kidder) ao Brasil, era a observação das lavouras do chá. Devia ao mesmo tempo arranjar mudas dessa planta, destinadas a serem plantadas no sul da França, onde a cultura do chá estava sendo vigorosamente emprehendida, sob o patrocinio do governo.

A producção do artigo no Brasil, tornara-se pois objecto de pesquisas de um governo europeu! admira-se o nosso pastor americano.

As primeiras mudas dessa planta haviam sido introduzidas no Rio de Janeiro, ahi pelos annos de 1810.

Tentara o governo cultival-a especialmente no Jardim Botanico, perto da capital e na fazenda real de Santa Cruz, a cerca de 60 milhas para sudoeste.

Com o fim de garantir ao chá o melhor beneficiamento possivel, que tal como se antecipava, breve deveria produzir, até mesmo para abastecer os mercados europeus, o conde de Linhares, primeiro ministro portuguez, promovera a immigração de varias centenas de colonos, que não pertenciam á população misturada da costa chineza. Provinham do interior do Celeste Imperio, sendo bons conhecedores do processo do plantio e do fabrico do chá.

Fora esta talvez a primeira e ultima colonia asiatica jamais estabelecida no Novo Mundo, pelo menos desde a sua descoberta pelos europeus.

Taes colonos porém, descontentes com a expatriação, não prosperaram e quasi que haviam desapparecidos.

Em parte, sem duvida devido ás differenças caracteristicas entre o sólo brasileiro e o chinez e talvez tambem por causa do processo imperfeito do preparo da folha, depois de crescida, os proprios chinezes não conseguiram produzir as melhores qualidades de chá."

O enthusiasmo da antecipação sem o apoio da experiencia, em breve arrefecera, e no Rio de Janeiro a cultura do chá, até mesmo nos jardins imperiaes, decahira a ponto de se tornar pouco mais do que mero motivo de curiosidade.

"Cresce o chá como bello arbusto escreve Kidder e para se incrementar o interesse publico pela expansão da cultura, fornece o Jardim Botanico gratuitamente aos interessados, sementes e mudas.

Varios paulistas entretanto, emprehenderam tal cultura, e por iniciativa particular, conseguiram dar-lhe consideravel expansão.

O producto não é por emquanto considerado igual ás melhores especies do chá chinez e apparece nos mercados tambem em quantidade insufficiente para o consumo interno, sendo que o custo de producção é ainda superior ao da importação do chá de Cantão.

Todavia os capitalistas empenhados nesta empresa, nutrem ardente esperança de conseguir a reducção dos preços, bem como o aperfeiçoamento do producto a ponto de poder competir com a China, até mesmo nos mercados extrangeiros.

A fazenda do velho coronel foi uma das mais interessantes que visitei. Estava em perfeita ordem, e possia arvores de chá de todas as edades, de um a 10 annos. As filas ou sebes têm um afastamento de 5 pés. As folhas podem ser colhidas duas vezes por anno. A altura media do arbusto adulto é de dois e meio pés. Nota-se grande differença entre a qualidade das folhas, mesmo nas especies semelhantes quando crescem em terreno secco e elevado ou em outro qualquer baixo e humido. Têm no ultimo destes sólos desenvolvimento mais rapido e abundante, porém succulento, e é de aroma menos delicado que no primeiro.

O coronel e seu filho, que é o principal encarregado da fazenda, haviam apenas disposto da quantidade de chá necessaria ao gasto de sua propriedade, possuindo por isso, á mão, a maior parte do que ella produzira desde o inicio da cultura. O principal motivo de tal costume resaltava da idéa de que o chá melhora com o envelhecimento.

Conservavam-no em latas, marcadas segundo os annos successivos de sua producção.

O apparelhamento usado na fazenda para o preparo do producto era muito simples e consistia em:

1.º — Cestos, dentro dos quaes se depositavam as folhas depois de colhidas.
2.º — N'uma armação entalhada onde se enrolavam as folhas.
3.º — Fornos abertos, ou grandes caldeiras de metal, onde se seccava o chá, por meio de fogo por baixo de taes vasos.

Depois de perambular pela parte da fazenda contigua á casa, onde existiam bellas plantações de mandioca, canna de assucar, bananas, café e algodão, sentamo-nos para uma breve conversa cordeal na sala de recepção do coronel e ouvimos o ancião rememorar, novamente, uma de suas antigas batalhas. Correu a roda o vinho Paulistano, puro succo de uvas, producto da fazenda e tido pelos conhecedores como de qualidade superior."

De S. Paulo foi Kidder a Campinas. Falla-nos de diversos assumptos alli observados mas nem uma unica palavra consagra á producção cafeeira local que no emtanto já ia apparecendo pois em 1836 o municipio colhera, segundo Daniel P. Müller 8.081 arrobas.

De Itú que na mesma época produzira 1.032 arrobas diz Kidder apenas que a cidade passava por ser séde de um dos mais ferteis districtos paulistas.

Impressionou-o o contacto que alli teve com um medico allemão o Dr. E. (Engler) cuja clinica era immensa, recebendo clientes innumeros vindos alguns de enormes distancias. Era notavel polyglota possuindo nada menos de sete idiomas, inclusive o russo. Tinha notavel cultura medica e geral e dispunha de riquissima bibliotheca.

Falando da plantação do chá do Jardim Botanico em 1836 noticiava Gardner:

"A avenida que conduz á entrada é emoldurada dos dois lados com casuarinas. Num pedaço de terra de mais ou menos uma geira, do lado esquerdo da avenida, fica a plantação de chá, cujas plantas foram importadas da China pelo avô do actual imperador. Julgava-se que o sólo e o clima do Brasil fossem proprios a tal cultura, mas os resultados da experiencia não corresponderam á expectativa, não obstante o tratamento das plantas e a preparação das folhas serem feitos por chins, acostumados a tal serviço — Na provincia de

São Paulo fizeram-se diversas grandes plantações de chá, isso no tempo do ex-regente Feijó, contando aproximadamente 20.000 arvores. O producto é vendido nas lojas do Rio; pela apparencia, difficilmente se distingue do de manufactura chinesa, mas o gosto é inferior tendo mais o sabor de herva. E' vendido mais ou menos pelo mesmo preço para compensar o plantador, sendo comtudo a mão de obra muito mais cara no Brasil do que na China. Para que remunere, diz-se que o chá do Brasil precisa ser vendido a cinco shillings por libra."

Escrevendo, em 1845, as suas *Notas agricolas,* capitulo de seus *Estudos sobre o Brasil,* relatava o Dr. A. Rendu, aos seus leitores francezes, que a provincia de S. Paulo vira-se assolada, durante tres annos successivos, por terriveis geadas, as de 1841, 1842, e 1843.

Quase haviam arrazado a lavoura de canna e prejudicado immenso a do café, no Oeste paulista ainda incipiente.

Fôra então que desesperados ante a inclemencia meteorologica muitissimos agricultores se haviam voltado para a cultura do chá.

Nos arredores de Campinas, Itú e sobretudo nas de São Paulo, onde era sensivel o esgotamento das terras, haviam sido levadas a effeito largas lavouras da *thea sinensis* que o Marechal Arouche queria ver prosperar no Brasil e sobretudo em S. Paulo.

Em 1843, haviam começado a apparecer os productos desta nova lavoura, exportados sobretudo para o Rio de Janeiro. Notava-se que o sólo dos antigos cannaviaes era summamente propicio á cultura do chá, além de tudo. O producto era muito bom, valia muito sob pequeno peso, qualidade da maior importancia para um paiz de pessimas estradas. As arvores além de tudo resistiam á congelação funesta aos cafeeiros.

Os campineiros haviam sido duramente experimentados pela geada de 1841. Assim a grande fazendeira de café Dona Maria (?), da Ponte Alta, abandonara o cafezal pela lavoura da ternstremiacea. A mesma coisa succedera ao senhor Dandrade (?) de São Paulo. Os proprietarios do grande engenho de assucar da Boa Vista, perto de Campinas, haviam substituido os cannaviaes pela plantação do chá.

Nas terras baixas plantar canna, ou café, era arriscar-se ao perigo da destruição pela geada. O chá resistia admiravelmente ao phenomeno podendo aproveitar-se da fertilidade desses sólos geralmente muito ricos.

Os arbustos produziam bem, em geral, durante sete ou mesmo dez annos. Mil arvores podiam dar vinte kilos de chá.

O producto paulista alcançava no Rio de Janeiro de 1.500 a 1.700 réis por meio kilo e quando de qualidade inferior de 1.200 a 1.300 réis.

Em S. Paulo só se fabricava chá verde, o preto era desconhecido á provincia.

Longamente descreve o autor francez os diversos typos paulistas o chá de Uxim (?) o *das familias, o chá macaque* (?) o *imperial* e o *perola.*

Além do chá occupou-se o Dr. Rendu da cultura do arroz em S. Paulo. Havia tres variedades da oryza: a de Santos, a de Iguape e a do interior da provincia ou arroz vermelho. Era o primeiro o melhor, muito melhor do que os seus congeneres. A gente de Iguape fazia o possivel para collocar o seu producto como se fosse de Santos.

Descrevendo uma cultura extensa de chá paulista, em 1847, escreve Fletcher:

"Entre Santos e São Paulo, perto de São Bernardo vi grande e productiva fazenda de chá. Os processos de cultura pouco differem dos adoptados na China. O chá plantado de semente e conservado no assucar mascavo pode ser transportado para qualquer parte do paiz.

As mudinhas são plantadas em canteiro e depois á moda de repolhos transportadas para o campo e collocadas distantes umas das outras de cinco pés.

Os arbustos são mantidos muito limpos pela enxada ou arado, que, embora recentemente introduzido em algumas fazendas, tem sido muito bem acolhido graças á sua utilidade.

Informaram-me que diversos milhares de libras de chá são annualmente preparadas nas provincias de São Paulo e Minas Geraes e sua cultura está em progresso.

Ha alguns annos os lavradores de chá ficaram muito desencorajados; porque o producto, mal preparado, era vendido cedo de mais e sua procura não augmentava. Mas com maior experiencia no cultivo e preparação, houve melhor resultado nesta bebida favorita de que resultou incitamento correspondente. Primeiro affirmaram os cultivadores que se obtivessem dezesseis vintens por libra (320 rs. ou 10$240 por arroba) preço de atacado, seria a lavoura tão remuneradora quanto a do café. Em 1855 alcançava vinte cents. (400 rs.) para o producto peior e para o de qualidade superior que constituia a maior parte da colheita quarenta centavos .... (800 rs.) por libra, vendendo-se por atacado. Sua procura

augmenta constantemente. Quando bem preparado não é inferior ao da China. Em verdade, muito chá exportado da provincia de São Paulo como procedente da India apenas viaja por mar de Santos ao Rio de Janeiro onde depois de empacotado em caixas chinezas é reexpedido para os paulistas como se fosse a herva genuina do Imperio Celeste. Vi extrangeiros no Brasil que se consideram conhecedores de chá enganados pelo melhor chá nacional.

Poucos numeros de annuarios nos bastam para demonstrar, pelas paginas do "Commercio e Navegação da Grã Bretanha e Estados Unidos" quanto é o café largamente importado do Brasil. Ha apenas cincoenta annos que o primeiro carregamento foi embarcado do Rio de Janeiro e agora o Brasil fornece dois terços do supprimento cafeeiro universal. A revolta do Haiti constituiu o começo de uma nova era para o café do Brasil.

De uma extremidade a outra do mundo o uso do chá torna-se tão universal quanto o do café e qualquer convulsão na China póde tornar proeminente a nova cultura do chá no Brasil. A colheita é agora quasi inteiramente consumida pelo proprio Imperio; mas a adaptação da cultura á maioria de seu immenso territorio e seu beneficiamento melhorado constituirá sem duvida alguma dentro em pouco, em progressão e nova fonte de riqueza nacional.

Predições que até hoje se não realisaram, de longe sequer...

Foi Theresopolis tambem um centro theicultor de renome no segundo quartel do seculo XIX. De tal cultura dão-nos noticias diversos viajantes extrangeiros, mais e menos pormenorisadas. Mas alli como em S. Paulo não prosperou.

CAPITULO XXXVII

Creação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — Os primeiros ministros da nova pasta — Occurrencia da praga dos cafezaes — Providencias do Governo Imperial — A missão de Freire Allemão

Com a lei n. 1607, de 28 de julho de 1860, creou-se o novo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, abrangendo uma série de serviços até então affectos ao Ministerio do Imperio. O regulamento do novo Departamento de Estado expediu-se com o decreto de 2749 de 16 de fevereiro de 1861 installando-se a respectiva secretaria de estado a 11 de março immediato.

Assim os ministros de estado passavam de seis a sete. Ao se installar o Ministerio era presidente do conselho (pela segunda vez, aliás) o grande Caxias, organizador do gabinete de 2 de março de 1861.

O primeiro titular da nova pasta foi, então, illustre guerreiro, o almirante futuro Visconde de Inhauma. Teve gestão ephemera. A 21 de abril era substituido pelo Conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Mello, senador do Imperio e homem do mais solido prestigio de intelligencia e capacidade.

Coube a Manuel Felizardo pois apresentar ao Parlamento o primeiro relatorio da nova pasta, cuja creação fôra exigida pela differenciação imposta ás questões administrativas pelo notavel progresso do paiz.

"Desgraçadamente a nossa principal industria — dizia o ministro, continua a soffrer, como por vezes vos tem sido descripto nos relatorios do Ministerio do Imperio."

Além de outras causas que haviam concorrido para os seus prejuizos accrescera durante o anno findo a irregularidade das estações. Causara gravissimos damnos, tanto á grande, como á pequena lavoura. Dahi resultara que a cultura dos cereaes fôra quase totalmente perdida em muitas re-

giões do paiz, principalmente nos municipios centraes da Bahia, para onde a fome, produzida pela secca a mais pertinaz de que se conservava memoria naquellas paragens, levara todos os seus funestissimos effeitos.

Os cafezaes fonte da principal riqueza das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, e em muitas outras já plantados em grande escala, e com os lucros do costume, haviam sido accommettidos por molestia que ameaçava seriamente a importantissima cultura.

O governo imperial, avaliando a extensão do mal, se elle progredisse nomeara uma commissão de profissionaes para estudal-a, e indicar com urgencia os meios mais proficuos de combater a praga.

Eram elles os Drs. Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque, Francisco Bonifacio de Abreu, Ezechiel Correia dos Santos e Francisco Gabriel da Rocha Freire.

Melhor não poderia ter sido a escolha dentro do quadro dos homens de intelligencia e de saber de que podia o Brasil dispor então.

O Conselheiro General Frederico Burlamaque piauhyense (1803-1866) engenheiro militar doutor em sciencias naturaes lente na Escola Militar, director do Museu Nacional era autor de avultada obra em que sobresahiam as monographias sobre assumptos de historia natural sobretudo de zoologia e mineralogia, zootechnia, agricultura, emigração, e colonização etc. Distinguira-se muito tambem como fervente abolicionista e passava por um dos brasileiros mais instruidos de seu tempo.

O Dr. Ezechiel Correa dos Santos, fluminense (1801-1864) era tido como um dos melhores conhecedores, no Brasil, das sciencias chimico-pharmaceuticas. Quanto a Francisco Bonifacio de Abreu, bahiano (1819-1887) barão da Villa da Barra, professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro gozava igualmente de justo conceito geral, sobretudo como grande sabedor da chimica, especialmente organica.

Dos quatro o menos em evidencia era o Dr. Francisco Gabriel da Rocha Freire, mineiro, diamantinense (1818-1867) medico, professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lente das cadeiras de botanica e zoologia.

Mais tarde designou Manuel Felizardo de Souza e Mello para acompanhar os trabalhos desta commissão, e como que para os presidir um dos homens de sciencia mais notaveis, do Brasil, o grande botanico Francisco Freire Allemão (1797-1874) fluminense, doutor em medicina, professor na Facul-

dade do Rio de Janeiro onde leccionava botanica e zoologia, e na Escola Central onde tambem professava sciencias naturaes.

Numerosas eram as suas determinações scientificas de plantas e havia quem o considerasse o *primus inter pares* dos botanicos do antigo Brasil, superior talvez mesmo a Fr. Velloso.

Fôra, em 1858, nomeado, por escolha de Dom Pedro II, presidente da commissão scientifica que se creara para proceder a estudos no Norte do Imperio, tendo nella servido até 1861. Assim o seu trabalho sobre o flagello dos cafezaes foi precedido pelo da commissão dos quatro scientistas acima citados.

São interessantes as considerações que Manuel Felizardo de Souza e Mello traçou acerca das condições geraes da agricultura no Brasil.

Quem, levado pelo proprio interesse, ou circumstancias peculiares em que se achasse collocado, quizesse estudar a situação da lavoura do paiz sómente em relação a uma de suas diversas aplicações ou a um ramo especial de cultura, apreciaria por certo, mal esta industria, e atribuiria ao todo o que sómente podia competir á parte.

Na verdade, ao passo que ao norte do Imperio o lavrador exultava vendo seus esforços, e sacrificios amplamente compensados por abundantes colheitas, tanto de cereaes, como de productos de exportação, ou de commercio; no sul os que se dedicavam á cultura do café, esmorecidos por duas colheitas desgraçadas, desanimados pelos effeitos do mal que ultimamente atacara as lavouras, desesperados pelos prejuizos que actualmente soffriam, chegavam a julgar impossivel a cessação de taes calamidades, sem se lembrarem de que, em regra geral as colheitas abundantes succediam-se a outras menos felizes, e de que o mal do café, que apparecera havia cerca de dois annos, não devia provavelmente prolongar-se por muito tempo.

As alternativas de colheitas más eram communs não só no Brasil, onde infelizmente ainda não se empregavam os esforços necessarios ao minoramento dos effeitos das irregularidades das estações, e das molestias do reino vegetal; como tambem nos paizes onde a lavoura, dirigida pela sciencia conseguia combater, com bastante proveito, as causas naturaes, impecilho do desenvolvimento das plantas.

"Assim, pois, creio, dizia o ministro, que, se o estado de nossa lavoura não é satisfatorio quanto fôra a desejar, não tem, sem duvida, peiorado do anno passado para cá; visto que não se devem considerar como prova de sua decadencia,

atrazo nas pequenas colheitas obtidas em uma ou outra cultura, em um ou outro districto agricola ou provincia.

Taes resultados não só tem constantemente sido periodicos, mas principalmente são devidos a causas transitorias."

Sobre os meios de auxiliar a lavoura acreditava que, na actualidade, excepto quanto ao estabelecimento de boas vias de communicação, que facilitassem e barateassem os transportes dos seus productos, cumpria deixar ao interesse, e ao esforço individual, o emprego de quaesquer meios tendentes a collocal-a em circumstancias mais favoraveis. Conviria, comtudo, coadjuvar taes esforços, animar taes interesses.

Neste pensamento insinuara o governo aos presidentes das provincias procurassem esclarecer os lavradores sobre as conveniencias de cultivarem mais de uma especie de productos agricolas, e principalmente o algodão, o trigo e o fumo.

Haviam sido encommendadas sementes destes vegetaes, das melhores qualidades, e governo, á medida que as ia obtendo as distribuia ou directamente, por aquelles que as solicitavam, ou, ainda, pelas provincias, por intermedio das respectivas presidencias.

Se a lei do orçamento o houvesse permittido teria o governo procurado introduzir machinas, que, poupando braços, melhorassem os productos agricolas; e as cederia pelo custo aos lavradores, que dellas se quizessem utilisar.

Os institutos agricolas, pelas noticias que deviam publicar, e sobretudo pela pratica, haviam tornado successivamente populares os melhoramentos introduzidos na agricultura, a esta tornando mais productiva.

O mal que accommettera o mais importante ramo da industria agricola brasileira, a do café, e do qual já o governo dera sciencia ao Parlamento em relatorio, do anno anterior estendera-se a novas localidades, sem desapparecer completamente naquellas em que a principio se manifestara.

Os factos ou caracteres principaes e genericos, ainda sem interpretação, colhidos pela commissão de estudos no decurso da sua viagem e concernentes á molestia dos cafezaes, haviam sido transmittidos ao governo passando depois os scientistas a estudal-a attenta e reflectidamente sob todos os pontos de vista da nosologia vegetal, a saber: causa ou causas das manchas, sua natureza, simplicidade, ou complicação, a organização da larva, seus habitos, metamorphoses, classificação e influencia na producção da molestia.

Quanto, finalmente, aos meios de debellar, a molestia reinante nos cafeeiros era sempre difficil achar para as grandes

epidemias remedio completamente efficaz e pratico. Podia a commissão propor muitos, porém quase todos sem aplicação ás extensas lavouras cafeeiras e preenchendo as condições essenciaes de exequibilidade e innocuidade.

Os unicos remedios proveitosos e exequiveis, que julgara efficazes, por satisfazerem as duas condições acima e contribuia ao mesmo tempo para a fertilidade da terra vinham a ser:

1.º — A limpa ou capina completa dos cafezaes.

2.º — A queima das materias capinadas juntamente com as folhas cahidas dos cafezeiros.

3.º — O arrancamento das folhas muito atacadas e sua queima. A proximidade da colheita do café facilitava muito esta operação, que podia ser feita simultaneamente.

4.º — A repetição destas operações muito amiudadas vezes até o desapparecimento do mal.

A extirpação das hervas más era ninguem o ignorava operação sempre util nas condições ordinarias, e por mais forte razão no actual. Comprehendia-se perfeitamente a conveniencia de queimar os residuos inuteis e as folhas cahidas ou arrancadas, pois nellas residia a causa do mal.

Feita com cuidado, longe de nociva ao cafeeiro tal operação seria util não sómente pelos gazes da combustão, como pelas cinzas alcalinas que fertilizavam o terreno. A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional no louvavel intento de servir ao Estado movimentava-se no sentido de fazer vir mudas de diversos typos de café de varias procedencias.

Talvez que os arbustos das especies importadas fossem até menos sujeitos ao mal que atacara os cafezaes brasileiros. E se assim fosse dupla seria a vantagem resultante da iniciativa daquella sociedade se a levasse a effeito.

A molestia dos cafeeiros, o baixo preço do assucar, e a elevação do algodão, devida a causas bem conhecidas haviam desenvolvido nos lavradores do sul, centro e norte do Imperio ardentes desejos de cultivar a preciosa planta textil.

"Pelas noticias chegadas ao meu conhecimento continuava o ministro, tanto officialmente como pelas gazetas da capital, ao norte do imperio as colheitas foram abundantes; e ao sul, no centro conseguiram os lavradores, os mesmos resultados, á excepção do que respeita á colheita do café.

Portanto parece que as consequencias que pódem provir da falha de duas colheitas do nosso principal genero de cultura commercial, serão de alguma sorte contrabalançadas pela

maior producção dos outros artigos agricolas; e principalmente pelos altos preços que nos mercados extrangeiros obtem, quer o café, quer o algodão, que, em consequencia da guerra civil dos Estados Unidos, tem alcançado, nos paizes manufactureiros, grandes preços, que tendem a elevar-se ainda, principalmente se continuarem as dissenções intestinas daquella republica."

Muitos queriam attribuir as falhas na producção do café ao recente flagello que atacara esta planta dando-lhe uma influencia mais duradoura, do que razoavelmente era permittido suppor, enxergando na perduração do mal o desapparecimento desta cultura, e todas as funestas consequencias que o deviam acompanhar.

Cumpria que ninguem se illudisse com tão falsas apprehensões. O mal não era novo; existia havia muitos annos; e, si, dadas certas circumstancias elle se desenvolvera, tomando grande extensão, e o caracter epidemico, nenhuma razão plausivel induzia a crer que jamais cessasse.

Todos os viventes estavam sujeitos ás enfermidades, os vegetaes como os outros. A ferrugem do trigo, a molestia da batata, e da vinha e a lagarta da canna do assucar, depois de mais ou menos estragos causados á lavoura, desappareciam, total ou parcialmente, nesta ou naquella localidade.

No Brasil já existira, em grande escala, a cultura do trigo, mas a graminea atacada do mal que lhe era proprio, fôra desprezada, e só agora recomeçava a apparecer. A canna do assucar tambem soffrera os insultos do bicho, o que levara o desanimo a todos os lavradores que a ella se dedicavam e obrigava a muitos a mudarem sua lavoura para a do café.

"Estou convencido de que, qualquer que seja o genero de cultura que se adoptar, mais tarde ou mais cedo, elle terá de luctar com iguaes ou peiores inimigos. Convem, pois não esmorecer por causa tão passageira, e pelo contrario combatel-a por todos os modos, na convicção de que o desequilibrio que a mudança da cultura deve produzir na producção agricola, será muito mais funesto, e prejudicial do que o mal actual, quaesquer que forem as cautelas que se tomarem."

As causas permanentes do atrazo da agricultura mereciam os mais sérios cuidados tanto dos altos poderes do Estado, como dos proprios lavradores.

A organização do trabalho e da lavoura nacional, a propria fertilidade do sólo brasileiro e principalmente a ignorancia dos que se empregavam nos trabalhos do campo, lhes não permittia tirar todas as vantagens desse concurso de circums-

tancias felizes com que a natureza dotara o paiz. Taes as causas principaes que, se não fossem removidas, deviam produzir o atrazo, e a decadencia da lavoura.

Nada havia esperar do trabalho livre, assalariado, em favor da grande lavoura. A experiencia já o provara assaz e nem os esforços do governo, nem os sacrificios dos particulares haviam conseguido prender o colono, ou o emigrante, ao trabalho agricola.

Chegados ao Imperio os industriosos e laboriosos encontravam todas as facilidades para ganhar a vida, e fazer fortuna, sem dependencia de salario.

Entretanto a força da lavoura nacional consistia nos grandes estabelecimentos agricolas, florescentes, emquanto lhes era facil obter esses instrumentos de trabalho que infelizmente se chamavam escravos; e cuja decadencia datava do momento em que, de facto, cessara o trafico africano, e em que o Norte, exhausto, deixara de supprir os mercados do Sul.

Ao gabinete Caxias succedeu, em 1862, o de Zacharias de Góes e Vasconcellos (20 de maio) em que era titular da pasta da Agricultura o Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministerio aliás ephemero (de menos de uma semana!) substituido a 30 de maio pelo gabinete a que presidia o Marquez de Olinda.

O novo ministro da Agricultura, futuro visconde de Sinimbú, foi, a 9 de fevereiro de 1863, substituido pelo general Pedro de Alcantara Bellegarde.

Consagrou este umas tantas paginas de seu relatorio ao flagello do cafezeiro que em 1861 parecera na imminencia de destruir de vez o mais solido esteio da riqueza nacional.

Falando da cultura do café dizia o ministro que se não lhe era permittida a satisfação de communicar a extincção completa da praga dos cafezeiros podia porém asseverar que seus insultos nas localidades onde ainda subsistia, em pequena escala, não prejudicavam a formação do tão precioso fructo.

Não perdia o governo de vista a conveniencia de se renovar a sua planta por meio de sementes ou mudas importadas dos paizes, donde era oriunda, no intuito de se revigorarem as plantações brasileiras.

Achava-se no Brasil o Dr. Glasl, contractado pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, para fundar e dirigir sua escola pratica de agricultura; entendera o ministro conveniente sobretudo qualquer deliberação a tal respeito, aguardando o resultado dos trabalhos e ensaios, a que o illus-

trado professor tinha de proceder, tanto sobre o café como acerca de outras plantas de incontestavel vantagem á lavoura.

Novo paragrapho mais pormenorisado tratava especialmente da molestia dos cafeeiros.

Ainda não se achava completamente extincto o mal que accommettera, em 1860, o mais importante ramo da lavoura brasileira, segundo porém as informações officiaes recebidas a tal respeito, tendia a diminuir, e mesmo em algumas localidades desapparecera de todo.

Com quanto alguns estragos houvesse produzido, não se lhe podia attribuir todos os males que actualmente supportava a cultura cafeeira sendo incontestavel que eram elles devidos a um concurso de circumstancias e não simplesmente a larva desenvolvida nos ultimos tempos.

Entretanto não havia razão fundada para se desprezar tal flagello, por quanto era fóra de duvida que os seus multiplicados insultos acabavam matando o precioso arbusto, que, esgotada a sua seiva não tinha tempo para reparar as perdas soffridas.

Nesta convicção, já um dos titulares da pasta da Agricultura julgara conveniente nomear uma commissão composta de profissionaes para estudar a molestia, e propor as medidas, que esse estudo indicasse como capazes de minorar, senão de suffocar o germen do mal.

Os resultados desta commissão, como todos sabiam de sobra haviam sido apresentados no relatorio do anno anterior.

Na esperança de obter mais alguma cousa fôra pelo mesmo ministro commissionado para proceder a novos estudos e experiencias o conselheiro Francisco Freire Allemão, cuja proficiencia na materia era assaz conhecida.

Do officio em que este naturalista dava conta da commissão de que fôra incumbido se colligia, com toda a clareza, qual o juizo que tão competente autoridade formava acerca da molestia dos cafezaes e dos meios propostos para se a debellar.

Julgava que attentas as condições organicas da lavoura nacional era impraticavel tudo quanto se lembrara; convindo a seu ver, aconselhar aos lavradores que sacrificassem os cafezaes velhos afim de com mais esmero e attenção poderem tratar as lavouras novas e vigorosas segundo as regras de uma agronomia racional. Assim tambem se não deviam adstringir a um só genero de cultura não havendo nenhum inconveniente e, antes, até vantagens incontestaveis, na combinação systematica do cultivo de generos diversos.

Abundava o ministro nestas idéas. Era esta sua convicção. Além dos cuidados que, mais do que nunca, devia o lavrador empregar conviria introduzir no paiz mudas de café, das melhores especies, capazes de robustecer as lavouras existentes. O governo occupava-se com empenho deste proposito.

Noticiara a presidencia do Ceará que os cafezaes achavam-se alli, tambem, a braços com um mal que não sendo o mesmo das provincias do Sul, não se pudera até então identificar.

Ordenara o Ministerio que se prestassem as mais minuciosas informações a este respeito e se as aguardassem para reconhecer o gráo de importancia que devia merecer este novo inimigo.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO XXXVIII

Os relatorios dos Ministros Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e Antonio Francisco de Paula Souza — Extensão do flagello dos cafezaes — Os notaveis progressos da cultura cafeeira no Oeste de S. Paulo — Considerações e dados dos relatorios de Paula Souza e M. P. de Souza Dantas

A 15 de janeiro de 1864 formou-se o gabinete de Zacharias de Ges óe Vasconcellos cuja existencia apenas foi de pouco mais de um semestre, e cujo ministro da agricultura era o conselheiro Domiciano Leite Ribeiro futuro Visconde de Araxá.

Apresentando ao Parlamento o seu programma dizia o eminente politico que o governo timbraria em auxiliar a lavoura, o commercio, "a luctar com tão graves embaraços, por todos os meios que lhe parecessem mais adequados, distinguindo entre elles a reforma da legislação hypothecaria e o desenvolvimento das vias de communicações."

Em 1865 quem dirigia ao Parlamento um relatorio referente aos negocios da pasta da Agricultura era o prestigioso politico paranaense conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

Uma das maiores difficuldades com que lutava a lavoura no Brasil provinha da falta de capitaes que emprestados, a juros modicos e amortizaveis em longos prazos, permittissem ao lavrador a introducção dos melhoramentos pela Sciencia aconselhados mas cujos beneficios e resultados não podiam ser colhidos, o mais das vezes, senão muito tempo mais tarde.

Naquelle momento a agricultura só encontrava dinheiro dos recursos de seus clientes. Estes só a satisfaziam mediante condições onerosas que lhes compensassem os cuidados e as difficuldades provaveis do reembolso. Este inconveniente crescia á medida que diminuia, o valor da propriedade servindo de penhor ás sommas emprestadas, embora guardassem estas a mesma relação com aquella, resultando dahi que a pe-

quena lavoura a mais desprovida de meios era justamente a que tinha de vencer os maiores embaraços para obtel-os.

Cumpria remediar a tal estado de cousas, promovendo o estabelecimento de instituições de credito territorial, que transformassem as dividas a prazos fixos, e de juro elevado, em outras pagaveis por via de amortização mediante condições mais compativeis com a natureza da industria agricola; isto é, creando-se, entre o lavrador e o capitalista, mediante seguro, que facultasse a este a realização prompta de seu dinheiro em qualquer tempo, e permittisse áquelle satisfazer sem vexame os seus compromissos.

Outra vantagem se auferia destas instituições. offereciam ao agricultor previdente e seguro meio de accumular as economias annuaes, e transformal-as. no fim de certo tempo, em capital disponivel.

A reforma do systema hypothecario do paiz effectuada pela lei de 24 de setembro de 1864 era o primeiro passo dado para a introducção do credito territorial. Convinha apressar a realização desta medida de vital interesse para o paiz, favorecendo a formação de companhias que, sob a immediata fiscalização e protecção do Estado, se encarregassem do estabelecimento de bancos ruraes.

A par destas instituições deviam necessariamente caminhar o desenvolvimento, da instituição primaria e a propagação dos principios scientificos cuja applicação interessava essencialmente á agricultura, afim de que o lavrador abandonando o systema em que actualmente persistia pudesse tirar dos agentes naturaes o maior proveito possivel e augmentar a producção sem alargar a área de trabalho.

Com os conhecimentos especiaes mais indispensaveis, poderia reconhecer, por si mesmo, que não era buscando constantemente terras virgens mais remotas para cultivar, que conseguiria satisfazer os compromissos contrahidos.

Veria, pelo contrario, que só alcançaria independencia e prosperidade adoptando o genero de cultura que mais lhe conviesse. restituindo ás terras a fertilidade perdida, para o que indicavam meios a chimica e a hydraulica applicadas á agricultura, e finalmente introduzindo machinas e instrumentos que supprissem com vantagem a deficiencia de braços.

Adubar terra brasileira e em 1865 seria obra da ingenuidade! observemos de relance.

Esta nova direcção da cultura faria augmentar a producção, proscrevia para sempre o preconceito das *terras cansadas* e daria ao mesmo tempo mais estabilidade á propriedade rural

— condição indispensavel ao desenvolvimento do credito territorial.

Para a diffusão desses conhecimentos concorreriam efficazmente as companhias agricolas que, auxiliadas por subvenções ou garantias de juros, era de esperar, se formassem facilmente.

Dispondo de recursos sufficientes e pessoal habilitado, e por conseguinte dos meios necessarios para introduzir na agricultura todos os melhoramentos de que eram susceptiveis, taes empresas fundariam fazendas-modelo, onde cada qual poderia ir beber as noções indispensaveis para fazer prosperar a sua lavoura.

Além dessas vantagens, haveria tambem a da utilisação de tantos braços livres que jaziam na inacção, ou por falta de impulso, ou porque a pequena cultura, unica em que actualmente podiam em geral ser empregados, não offerecia ainda lucros em consequencia da carestia dos meios de transporte, e da falta de consumo, por ser a agricultura a industria exclusiva do Brasil.

Concedidas sob taes condições, as subvenções do estado se converteriam em meios seguros de favorecer o progresso na industria rural, e multiplicar os recursos do paiz.

Grande utilidade igualmente resultaria da creação de novos institutos agricolas, que se encarregassem tanto de animar a lavoura por meio de premios convenientemente distribuidos, como de instruil-a sobre os melhores methodos de cultura e indicar as especies vegetaes e animaes que mais conviessem ao paiz; e de promover finalmente as exposições que fornecendo variados elementos de comparação, excitassem ao mesmo tempo a emulação entre os diversos productores tornando por outro lado mais conhecidos certos productos.

Qualquer protecção concedida a associações desta natureza, redundando em beneficio geral para o paiz, compensaria largamente os sacrificios que se fizessem.

A escassez de boas vias de communicação offerecendo transporte commodo e barato aos productos do sólo e aos instrumentos e machinas destinados á lavoura, éra tambem dos maiores embaraços com que luctava a agricultura no Brasil. Para removel-o conviria applicar desde já os recursos de que dispunha o paiz em melhorar as condições de navegabilidade de alguns rios, e construir estradas economicas.

Da facilidade dos meios de communicação resultaria igualmente para a lavoura a importante vantagem de poder cuidar

unicamente da industria propriamente agricola, deixando a cargo de outros a preparação e o transporte dos productos.

A organização da estatistica rural era outra necessidade sobre a qual devia o governo chamar a attenção das Camaras. Sem os elementos indispensaveis para se avaliar o estado actual da lavoura no Brasil, comparal-o ao de outros paizes collocados em circumstancias mais ou menos analogas ás nossas, não poderiam os poderes e a opinião publicos apreciar devidamente quaes os melhoramentos que mais convinha realizar e os erros a serem evitados. Este trabalho vinha ainda a ser elemento indispensavel á segurança dos calculos do commercio e regularização do consummo.

Presentemente grandes eram as difficuldades que se oppunham á execução de um trabalho de tal ordem: não obstante devia ser iniciado, mesmo com os poucos recursos disponiveis.

Quantos bellos projectos e de tão dfificil realização! Passando a tratar do café dizia o ministro que elle conservava ainda o primeiro lugar entre os productos brasileiros chamados coloniaes na Europa.

O mal que havia alguns annos atacara com intensidade o cafeeiro não desapparecera completamente, mas diminuira muito: as arvores cobriam-se de nova folhagem, e mesmo de flores, como nas épocas mais brilhantes desta cultura. Outras causas, infelizmente, haviam vindo influir na fructificação e desvanecer a esperança de uma daquellas colheitas que dantes vinham dar folga, e mesmo abastança, ao fazendeiro.

As de 1863 e 1864, apesar de muito melhores do que as anteriores, não tinham attingido entretanto a producção dos annos ordinarios antes da invasão da molestia.

Na persuação de que a degeneração da planta primitiva devia tambem concorrer para a irregularidade das colheitas e a baixa da qualidade do producto, lembrara-se a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional de pedir aos lavradores de café os meios de mandar vir da Arabia novas mudas e sementes.

Os resultados dos esforços da patriotica associação não tinham correspondido neste particular, ao zelo e actividade que a animavam em tudo quanto respeitava as industrias nacionaes, principalmente á lavoura.

Apenas 2:305$000 reunira aquella sociedade, quantia entregue ao Ministerio, para semelhante fim.

O ministro antecessor do conselheiro Jesuino Marcondes sem embargo de sobrar-lhe o melhor desejo de coadjuvar a Sociedade Auxiliadora neste util empenho, não pudera obrar

na escala que seria conveniente, limitando-se a contribuir com a somma necessaria para perfazer a quantia de 5:000$000 posta á disposição da nossa legação em Paris, encarregada de realizar a remessa das plantas e sementes.

Segundo officio do Conde Debbané, consul honorario do Brasil em Alexandria, deduzia-se que, depois de algumas difficuldades desvanecidas ante a boa vontade do Vice Rei do Egypto, esta commissão ia ter satisfatorio desempenho.

Alguns melhoramentos applicados aos processos da preparação do café poderiam augmentar o valor do genero.

Diversos fazendeiros já alguma coisa haviam feito a tal respeito com grande interesse, e era de esperar que os bons methodos se propagassem.

Tratando de uma tentativa no sentido de se obterem essas boas sementes e mudas de cafeeiros arabes divulgou o conselheiro Marcondes o relatorio de nosso representante consular.

Dizia o consul Debbané que recebera do ministro plenipotenciario do Brasil em Paris communicação das instrucções remettidas pelo Ministerio da Agricultura para a acquisição de mudas e sementes de fumo, algodão e café.

Regressando ao Egypto, reconhecera que á acquisição do fumo e algodão não opporia o governo Khedival obstaculos.

Não acontecia porém o mesmo em relação ao café.

Explicava o agente diplomatico:

"Effectivamente, á difficuldade de encontrar um Agente intelligente e de confiança para mandar aos districtos productores do café, situados em geral a mais de vinte e cinco leguas das costas, accrescia a má vontade dos Cheiks; dessas localidades, que, com o fito de conservar o monopolio dessa cultura, impedem por todos os meios a exportação de mudas, e só expõem a mercado as sementes depois de sujeital-as á acção do fogo até tornal-as infecundas."

Não hesitara o consul em dirigir-se ao Cairo, e apresentar-se ao Vice Rei solicitando o seu concurso, meio unico de conseguir solução prompta e efficaz.

Tratara-o o Khediva com a mais lisongeira consideração, e acolhendo benignamente o pedido incumbira immediatamente o Emir de Djeddat, então de passagem pelo Cairo, de mandar buscar na época da colheita, que estava proxima, mudas e sementes da melhor qualidade de café do Yemen e lhas enviar incontinente.

Expedira igualmente ordens aos seus agronomos para ministrarem ao representante do Brasil os esclarecimentos e observações colligidas acerca da plantação de cafeeiros, que

no Cairo possuia o governo Egypcio, acerca da influencia do clima sobre o arbusto.

Finalmente approuvera a S. A. pedir-lhe que deixasse, de todo, a seu cargo a conclusão desse negocio, o que lhe fôra agradecido com o mais vivo reconhecimento em nome do governo Imperial.

Julgava-se o consul feliz por haver podido alcançar resultados de tão subida importancia transmittindo succinta nota que continha varios esclarecimentos especiaes concernentes á cultura do cafeeiro.

Assim se redigia tal nota:

"Na Arabia as maiores plantações de café estão situadas no reino de Yemen nos districtos de Aden e Moka, quasi sempre a meia encosta das montanhas, entre a região fria do cimo e a nimiamente calida na planicie. Quando as plantações são feitas na planicie resguardam-as do ardor do sól que lhes crestaria os fructos, plantando uma arvore, commumente um *Sunt*, que as abriga com a sua folhagem.

Os cafeeiros procuram a agua, e os arabes levam-na aos fossos, que cavam para plantal-os, derivando-a das nascentes mais proximas, cuja circulação acha-se facilitada pela natureza pedregosa do sólo.

Na Arabia Feliz a principal colheita effectua-se em maio, sacodem-se os cafeeiros em cima de pedaços de panno; os fructos maduros cahem, transportam-nos em esteiras de junco e os expõe ao Sol para fazel-os passar por uma deseccação completa.

Então tira-se-lhes a casca que se quebra, sujeitando-os á acção de um cylindro muito pesado, de madeira ou de pedra. As duas amendoas separam-se agitam-se em grandes pás para limpal-as e depois são de novo postas a seccar.

O verdadeiro café da Arabia póde-se dizer que não se encontra no commercio.

O que se vende sob a denominação de café de Moka não é mais do que o colhido no interior da Abyssinia, levado para a Arabia, ahi misturado em diminuta proporção com o café Moka, puro, e depois entregue ás caravanas que o transportam aos portos maritimos como procedente do interior.

A mudança de clima e de sólo tem sempre exercido sensivel influencia sobre a qualidade do café."

Em 1866 era ministro da Agricultura o conselheiro Antonio Francisco de Paula Souza, filho do illustre estadista, procer da Independencia Francisco de Paula Souza e Mello. Serviu no gabinete de 12 de maio de 1865 sob a presidencia do

Marquez de Olinda. E' seu relatorio incomparavelmente mais interessante do que os de seus antecessores. Pertencente a uma familia de lavradores de grandes fazendeiros de café, era um especialista que se fazia ouvir.

Se se examinasse a situação dos productos e seu consumo interno e só valendo a totalidade de sua producção para a exportação como o algodão, os couros, o cacáu e a borracha seria verificada a sua progressão constante: O assucar, o fumo, o café e a aguardente apresentavam alterações devidas a causas differentes, e extranhas á acção da lavoura.

Assim o café offerecia periodicidade ou intermittencia, que a pratica predizia e podia resumir-se no seguinte: de quatro em quatro annos havia uma colheita grande, outra pequena, e duas normaes, que marchavam em progressão ascendente para attingir á mais abundante producção.

O consummo quase total da seiva pelos productos de uma magnifica producção impossibilitava o desenvolvimento dos ramos e folhas em cujas axillas se devia effectuar a florescencia, no segundo anno de seu nascimento. Da diminuição das axillas resultava menor florescencia e producção, que achava compensação no facto opposto, isto é, no maior desenvolvimento dos ramos e folhas nesse anno, e depois maior espaço e numero de axillas para a florescencia no anno seguinte.

Estava o ministro persuadido de que a sciencia do amanho e melhoria do sólo conseguiria mais tarde, corrigir, senão fazer desapparecer, completamente, a intermitencia de producção que de tal phenomeno resultava.

A esta causa, peculiar ao cafeeiro, ajuntava-se outra que lhe era commum, e ao assucar, fumo e aguardente; o commercio para o consumo do paiz. O quadro da exportação para o extrangeiro, nada revelava em relação a exportação interprovincial, e ainda quanto ao commercio interno e consumo de uma só provincia.

Por mais que fizesse o Ministerio, e apesar dos esforços do prestimoso Sebastião Ferreira Soares, não fôra possivel conseguir dados estatisticos de tal especie. Não desacoroçoava porém, o ministro e ia empregando meios capazes de os conseguir. Contava que graças a elles poderia na sessão seguinte documentar seu relatorio. Tinha todavia razão para crer que pelo menos quanto á aguardente e ao fumo não havia diminuido a producção antes pelo contrario augmentado.

O grande numero de armazens, tavernas, vendas e casas de bebidas que annualmente se multiplicavam no paiz, assim como o notavel augmento das fabricas de charutos e cigar-

ros, autorisavam e explicavam esta diminuição apparente. Hélas! era o caso de se commentar a margem do documento official.

As provincias do Rio Grande do Sul, Paraná, Matto Grosso e Goyaz, os sertões de Minas Geraes e Bahia eram grandes consumidores de assucar, aguardente e café; absorviam, gradual e annualmente, parte da producção. D'ahi provinha a lacuna do quadro, que podia portanto induzir em erros aos mal orientados.

Não desconhecia o ministro que o assucar, pelo menos quanto ao Sul, diminuira realmente ao passo que ia apparecendo a cultura do algodão e augmentava a do café. Mas a diminuição real por ventura menor do que aquella que o quadro indicava era largamente compensada pela producção de outros generos.

Se o estudo de tal quadro não pudesse destruir a duvida em se admittir a opinião que profunda e conscientemente sustentava o governo o exame seguinte, tiraria estava certo, toda e qualquer hesitação a tal respeito.

	1862 — 1863	1863 — 1864	1864 — 1865
Aguardente	775:000$	632:000$	788:000$
Algodão	16.818:000$	28.336:000$	30.781:000$
Assucar	18.808:000$	19.467:000$	15.979:000$
Cabello e crina . . .	319:000$	432:000$	306:000$
Cacáu	1.370:000$	1.133:000$	1.352:000$
Café	56.575:000$	54.131:000$	64.136:000$
Couros	7.046:000$	7.064:000$	7.481:000$
Fumo	6.064:000$	3.476:000$	2.912:000$
Gomma elastica . . .	3.233:000$	3.695:000$	3.667:000$
Matte	1.294:000$	1.273:000$	1.236:000$
	112.299:000$	120.179:000$	128.638:000$
Diversos objectos de outras industrias. .	10.181:000$	10.386:000$	12.430:000$
Somma . . .	122.480:000$	130.565:000$	141.068:000$

Defendendo a sua classe expendia o secretario de Estado em tom vehemente:

"Sendo lavrador, gloriando-me de pertencer a essa classe, que somma talvez dois terços da população, conhecendo-a de perto, e podendo apreciar seu valor intellectual e moral, seja-me licito protestar aqui contra a falsa opinião de sua ignorancia.

A somma de seus conhecimentos praticos é tão grande

como a que possue e as theorias scientificas não lhes são tão extranhas como alguns se comprasem em propalar.

Seu acanhamento natural, igual a sua altivez e virtudes, fal-a furtar-se á apreciação superficial.

A mais facil extracção do producto, o consummo mais rapido e seguro do seu trabalho, estimula mais o lavrador europeu, e convida-o por isso a produzir tambem mais. Entre nós, porém quantas vezes se não derranca no celeiro, a maior parte da laboriosa producção de um anno por falta de consumidores? Vi, nos confins de Araraquara, em S. Paulo, mais de 3.000 alqueires de milho perdidos porque não havia quem os quizesse nem a $240 réis ao alqueire! Em Piracicaba alguem vendeu já 25 arrobas de assucar por $088 réis tal a falta de consumo e extracção do genero. O transporte era tão difficil, e caro, que matou todo o espirito de especulação mercantil, fazendo chegar ao mercado, por tal preço, que a concurrencia era impossivel."

Defendendo os seus pontos de vista adduzia o conselheiro Paula Souza:

"Sei quanto são infalliveis as comparações, quanto falazes as approximações, mas se me fosse licito, na deficiencia de dados apoiar-se nelles novas razões poderia adduzir em prol da minha opinião. Com effeito em outras nações computa-se sempre como muito maior a producção agricola consumida pelo proprio paiz, e servindo de alimento e materia prima do pequeno commercio, ou do commercio a retalho; é ella, que forma os pequenos nucleos de população que prosperam e se desenvolvem segundo as condições peculiares topographicas."

Assim nos Estados Unidos appareciam como brotados da terra, como cogumelos por assim dizer, aquelles bairros que ao cabo de poucos annos ostentavam os esplendores das grandes cidades. Mas tambem no Brasil se podia observar o mesmo, se bem que menos rapidamente.

Havia trinta ou quarenta annos era Araraquara em São Paulo, um sertão inhospito, aonde o homem ainda não assentara sua morada definitiva. Agora alli havia além da rica cidade de S. João do Rio Claro, cujo municipio já contava talvez de quinze a vinte mil almas, as populosas villas de Belém, Itaquirí, Brotas, Jahú, S. Bento de Araraquara, Pirassununga, e S. Carlos do Pinhal.

O local em que esta ultima se fundara havia 11 annos ainda, era completamente deshabitado; em 1857 por alli passando, vira o ministro apenas duas ou tres casas de sapé, ao lado de uma capellinha que se construia.

Agora era villa importante, com casas commerciaes e occupava-se em satisfazer as exigencias da lavoura das cercanias, especulando mercantilmente com seus productos.

Araraquara havia meio seculo não possuia um unico pé de café; plantava, para viver, algum milho e feijão; sendo seu unico recurso para a permuta a creação insignificante de algum gado em suas esplendidas e bellas campinas. Agora o seu sólo, em sua maxima parte, estava retalhado em quatro ou seis municipios e já alli havia cerca de seis a oito milhões de cafeeiros cuja exportação elavar-se-ia, antes de dez annos, a mais de 2.000.000 de arrobas, além do assucar, aguardente, milho, arroz, feijão e gado de diversas especies.

O que se acabava de referir em relação a S. Paulo dava-se igualmente em outras provincias. Em algumas dellas verificava-se até mais notavel celeridade, como em pontos do Rio Grande do Sul, Minas e Rio de Janeiro, Uruguayana era disto frisante prova.

"Tenho pois alguns fundamentos — concluia Paula Souza — para admittir que em nosso paiz verificam-se os mesmos factos economicos, que outros apresentam, creio portanto que nossa producção agricola absoluta não póde elevar-se a menos de trezentos mil contos de réis."

A agricultura não definhava, a agricultura não retrogradava e menos ameaçava desmoronar-se esmagando o paiz. Apenas se ressentia da pressão da época, soffria desse máo estar geral, que commovia o paiz todo; lutava, debatia-se nos apuros de uma situação difficil, mas não invencivel. Sentia a approximação da revolução profunda, porque ia passar, estremecia ao bafejo das primeiras lufadas do tufão. Não desanimava mas arquejava na espectativa.

Um ou outro facto, alguns, muitos mesmo, que fossem, de sossobro de fortunas agricolas, haviam apenas provado que se não violavam impunemente as regras da economia politica. Ninguem podia levar vida de nababo, quando devia viver do suor do rosto. Alguem, alguns, e talvez bastantes haviam perdido; mas o paiz não perdera, houvera apenas deslocação de valores, transmissão de dominio; era lamentavel para o individuo, mas não para a nação.

"Nosso systema, nosso processo, ou melhor, nossa forma de cultivar a industria agricola é baseado sobre o trabalho servil, commentava o ministro. A antiga facilidade de obtel-o montava os grandes estabelecimentos ruraes, e multiplicava-os: a actual difficuldade produz esse marasmo que aterra alguns timoratos.

Seria certamente passageiro e vencido pelas virtudes a energia de um povo tão arrojado nos ardores das batalhas, quanto paciente nos labores da agricultura.

Acceitar o paiz a cessação do trafico movido por altas considerações moraes e politicas. A força fôra impotente para conseguir tal resultado. A maior nação maritima do mundo cobrira o Oceano de seus vasos, bloqueara as costas d'Africa, coalhara os mares territoriaes brasileiros de seus cruzadores, atacara nossas costas e fortalezas, praticara actos de jurisdicção em nosso territorio sem nada conseguir.

Por seu lado, o governo brasileiro, tudo envidara, tudo praticara para, cumprindo lealmente a palavra, extirpar este cancro do paiz mas vira burlados seus esforços. Era porque não se combatiam idéas com os canhões, não se vencia a opinião pela força. O cancro corroia e contaminava as entranhas da Nação. Esta emfim sentira horrorisara-se e quizera! E o cancro fôra extirpado em 1850.

Restavam os seus effeitos, cumpria cicatrizar a ferida que deixara. A luta, a anciedade, os apertos, as difficuldades, o máo estar geral que agora se observavam eram por assim dizer os trabalhos dessa cicatrização moral. Não recuassem os brasileiros encarando o abysmo com coragem. Sondassem-lhe o fundo com calma e o veriam não tão medonho quanto se lhes antolhara.

O decrescimo da população escrava era incontestavel; julgava-se o governo dispensado de adduzir provas, quando aquelles que sustentavam a opinião do definhamento da agricultura o attribuiam a elle, e nelle fundamentavam a descrença da regeneração.

Se, de 1850 em deante, a diminuição dos unicos braços, que se empregavam na lavoura, não se havia feito sentir na producção; e se, pelo contrario, os dados estatisticos provavam progressão constantemente ascendente de seus valores, parecia inegavel não só que se melhoravam e aperfeiçoavam os processos agricolas como a lavoura ia por si dando solução ao grande problema social que aterrava o Brasil.

Talvez houvesse quem affirmasse que a deslocação dos braços servis dos trabalhos domesticos para os ruraes, e a remessa de escravos do Norte para o Sul, trouxera, para os grandes centros de producção cafeeira o supprimento preciso de pessoal, ficando compensado com o augmento de um valioso genero de exportação a diminuição ou o abandono de outros artigos de cultura. Sem contestar a realidade do facto, negava o ministro que tal supprimento estivesse na razão da necessi-

dade sentida, e a elevação consideravel do valor do escravo, proviesse de tal.

Mas então, como haviam ficado os lugares das Provincias do Norte, que remettendo escravos para o sul, produziam esse singular phenomeno, que se traduzia por emigração escrava?

Ás causas do decrescimo de braços servis ajuntava-se, para ellas, outra fonte de diminuição; e por ventura sua lavoura definhava, desenhando-se por lá com traços mais carregados a ruina da agricultura.

Ponderasse o Parlamento nos quadros appensos ao relatorio ministerial concernentes ás provincias do norte. Viria que nellas assim como em todo o Imperio progresso sensivel se verificava.

O Ceará era talvez a que maior numero de escravos exportara para o Sul. Agora era insignificante sua população servil. Podia-se mesmo dizer que não possuia mais escravos, tão diminuto o seu numero. Pois bem, o quadro estatistico da sua producção fazia verificar notavel desenvolvimento. O Ceará já resolvera pacificamente podia-se dizer, o grande problema, e como elle todo o paiz o resolveria calma e tranquillamente, com igual vantagem.

Era natural que se alterassem os methodos de cultura no Brasil, e os habitos agricolas, prestando-se então mais obediencia ao grande principio economico da divisão do trabalho.

Já em Matto Grosso onde os escravos escasseavam a cultura da canna e o fabrico do assucar constituiam dois ramos de industria separados, ao passo que em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo eram dirigidos pelo senhor de engenho ou o fazendeiro. Em S. Paulo ensaiava-se a cultura do café daquelle modo, sendo incumbidos do preparo e amanho da terra da plantação do cafeeiro e seu tratamento até quatro ou seis annos de idade outros individuos que não o dono das terras, o qual tinha de colher e beneficiar mais tarde o fructo.

O governo estudava e meditava seriamente sobre todos estes factos e em occasião opportuna sujeitaria á apreciação das Camaras o fructo de suas lucubrações.

A criação de bancos agricolas que fornecessem capitaes á lavoura era uma das mais urgentes necessidades. Promover o apparecimento de taes estabelecimentos seria auxiliar efficazmente este ramo da industria.

Fôra, par tal fim, que o Ministerio julgara conveniente formular, para submetter á approvação das camaras o pro-

jecto sobre as sociedades de responsabilidade limitada, que talvez mais curialmente se devesse chamar de — anonymato livre.

Não era só indirectamente que esta providencia aproveitaria á agricultura, pelo contrario nella fundava o ministro esperanças do apparecimento de bancos agricolas pela coligação dos lavradores cujas terras poderiam entrar por assim dizer em circulação, imitando ou modelando-se pelos bancos mutuos da Allemanha.

Para tal fim tornava-se indispensavel discriminar-se a propriedade publica da privada, constituindo em bases seguras e inabalaveis o direito de propriedade. Neste intuito procedera o governo, leal e energicamente. Mantendo-se severamente dentro do circulo traçado pela lei, cumpria seu dever para com a agricultura e o paiz. Aquella devia convencer-se que errava, procedia contra os proprios interesses solicitando e provocando a intervenção, a acção directa do governo em seus negocios...

Infelizmente no Brasil tudo se esperava do governo, nada se confiava da propria actividade e recursos; o governo era um *Deus ex-machina* que tudo devia prever e providenciar; o cidadão apenas um pupilo um tutelado, a dormir descançado sob a vigilante protecção de tão patriarchal tutor. O tutor que com facilidade podia arvorar-se em senhor, e como Luiz XIV, fazer baixar ordenanças regulando o modo de amanhar a terra, escolher a semente, preferir o ramo agricola, proceder a colheita e o beneficio do fructo etc. etc. ...

Como governo nunca acquiesceria o ministro a semelhante desejo de alguns agricultores, e para melhor servil-os, circumscrever-se-ia ao que estava extrictamente preceituado na lei. Em sua opinião desvirtuava-se a missão social do governo procedendo-se de modo diverso.

Ao relatorio de Paula Souza se annexam numerosos documentos estatisticos dos quaes transcrevemos os que mais de perto se prendem ao nosso escopo.

Café exportado pelo Brasil em trinta annos:

Exercicios	*Arrobas*	*Exercicios*	*Arrobas*
1834-1835	3.237.190	1849-1850	5.935.770
1835-1836	3.579.465	1850-1851	10.148.268
1836-1837	3.985.025	1851-1852	9.544.858
1837-1838	3.833.480	1852-1853	9.923.983
1838-1839	4.446.620	1853-1854	8.698.036
1839-1840	5.648.801	1854-1855	13.027.524
1840-1841	5.059.223	1855-1856	11.651.806
1841-1842	5.565.325	1856-1857	13.026.299
1842-1843	5.897.555	1857-1858	9.719.054
1843-1844	6.294.282	1858-1859	11.168.110
1844-1845	6.229.277	1859-1860	10.227.293
1845-1846	7.034.582	1860-1861	14.585.258
1846-1847	9.747.730	1861-1862	9.880.824
1847--1848	9.558.141	1862-1863	8.686.836
1848-1849	8.600.032	1863-1864	8.172.233

Comparações estatisticas:

Termos medios quinquennaes	*Arrobas*
1834-35 a 1838-39	3.676.356
1839-40 a 1843-44	5.693.037
1844-45 a 1848-49	8.233.952
1849-50 a 1853-54	8.850.183
1854-55 a 1858-59	11.718.558
1859-60 a 1863-64	10.310.488

Comparações dos termos medios	*Augmento ou diminuição*
O 2.º com o 1.º	2.016.681
O 3.º com o 2.º	2.540.915
O 4.º com o 3.º	616.231
O 5.º com o 4.º	2.868.375
O 6.º com o 5.º	1.408.070
O 6.º com o 1.º	6.634.132

Razão por cento do augmento por anno ou diminuição:

O 2.º mais que o 1.º 28,38
O 3.º mais que o 2.º 11,24
O 4.º mais que o 3.º 2,47
O 5.º mais que o 4.º 12,08
O 6.º menos q/ o 5.º 2,70
O 6.º mais que o 1.º 280,72

Exportação brasileira do triennio de 1862 a 1865:

		QUANTIDADES		
Productos	*Unidades*	1862 - 1863	1863 - 1864	1864 - 1865
Aguardente . . .	Canadas	2.847.782	1.686.950	2.176.471
Algodão	Arrobas	1.085.626	1.338.200	1.683.725
Assucar	”	9.545.371	7.919.976	7.298.485
Cabello e crina .	”	29.830	42.395	38.342
Cacáu	”	263.690	234.633	292.844
Café	”	8.686.836	8.176.233	10.807.137
Couros em cabello	”	1.302.144	1.464.486	1.419.413
Fumo	”	1.127.912	987.313	645.925
Gomma elastica .	”	204.046	232.288	286.630
Matte	”	516.144	614.602	673.988
Somma		22.761.569	20.420.126	23.146.389

Em 1866 a 3 de agosto constituia-se o gabinete presidido por Zacharias de Góes e Vasconcellos de que fazia parte, como ministro da Agricultura, o conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas cujo relatorio ao Parlamento traz interessantes considerações.

A situação da agricultura brasileira não soffrera alteração sensivel no ultimo anno.

Continuava a ressentir-se das mesmas faltas já expostas ao Parlamento com alguma minuciosidade, chamando o governo a attenção das Camaras sobre os meios que lhe pareciam mais adequados para promover, em larga escala, sua prosperidade.

As questões agricolas estavam no Brasil tão ligadas ás da colonização e immigração que não era possivel estudar uma e ao mesmo tempo examinar o estado e as condições de existencia e desenvolvimento da outra.

E com razão; por quanto a mais urgente necessidade da lavoura do paiz, a que exigia mais prompta satisfação era a do augmento da população laboriosa, destinada aos trabalhos

ruraes, que viesse explorar e cultivar as fertilissimas terras brasileiras.

Quando o trabalho servil ainda havia bem pouco quase exclusivamente empregado no roteamento de terra ia desapparecendo do paiz, a questão da immigração não podia deixar de impor-se á consideração do Parlamento com a autoridade de um remedio salvador.

Com a cessação do trafico africano haviam todos acreditado que a lavoura soffreria grandemente e não poucos se convencido de que ella não sustentaria seu nivel por muito tempo. Pois bem! Havia cerca de vinte annos que esse commercio nefando cessara de todo, graças ás medidas energicas e acertadas do Governo Imperial; a escravidão diminuira sensivelmente tanto pelas numerosas manumissões como pela morte e entretanto a exportação brasileira augmentara progressivamente.

Este facto de grande alcance economico devia provar aos mais incredulos que o trabalho escravo excluia por assim dizer o trabalho livre e que á medida que elle desapparecera o outro apreciado e remunerado encontrara condições favoraveis para se desenvolver.

E assim era. O norte do Imperio despovoava-se dos escravos que a grande lavoura do sul exigia e pagava por preços exorbitantes; e de então em diante a cultura do algodão tomara alli proporções extraordinarias.

Era verdade que para este facto concorrera efficazmente a crise do algodão que elevando tanto o preço deste producto de exportação despertara a ambição, fizera nascer o amor ao trabalho e recrutara para esta industria grande numero de braços. Antes quase inactivos limitavam-se a plantar tanto quanto fosse estrictamente necessario para assegurar a parca e miseravel subsistencia.

No relatorio do anno anterior tratara o ministro, convinha lembrar, com algum desenvolvimento, do credito agricola geral.

Era na sua opinião, assumpto de maxima importancia e digno da meditação dos legisladores.

A grande divida que onerava a lavoura, e os altos juros pagos explicavam os embaraços e o atrazo com que lutava o tributario do capitalista. Estava o lavrador reduzido a trabalhar toda a vida para fazer fructificar capitaes alheios sem descortinar no futuro um meio de libertar-se; dahi o desanimo e com elle o abandono das lavouras que não podiam ser melho-

radas de maneira que, com o emprego de pequenos meios, se conseguissem resultados mais vantajosos.

O estabelecimento de um banco de credito real, baseado nas condições já apontadas tinha todas as presumpções de existencia, e de existencia proveitosa, em relação não só aos capitaes que devia congregar mas tambem á lavoura que nelle encontraria o mais efficaz auxiliar de sua prosperidade e engrandecimento.

Chamava o titular da pasta da Agricultura, de novo, a attenção do Parlamento para este importante assumpto e pedia-lhe o concurso das luzes, pois estava convencido de que daria isto em resultado a adopção de medidas habilitando o Governo Imperial a criar opportunamente um estabelecimento de credito real.

Felicitava o lavrador proporcionando-lhe os meios de pagar suas dividas actuaes, convertendo-as em outras menos onerosas, tanto pela modicidade do juro, como pelo largo prazo de vencimento e applicação do principio da amortisação, entregava ao commercio e á industria grande somma de capitaes, de facil emprego em muitas emprezas de reconhecida utilidade, as quaes só aguardavam tal momento para apparecerem e florescer. Taes seriam, em breve palavras, os beneficios do credito real.

A instrucção profissional era outra grande necessidade da lavoura. Sua organização actual, porém, não comportava, por ora, a instrucção theorica, que entretanto cumpria não desprezar, se não organizando estabelecimentos para a grande instrucção agricola onde se reunisse o ensino de todas as materias comprehendidas na sciencia complexa da agricultura ou pelo menos instituindo com mais profusão cursos superiores de sciencias applicadas á agricultura.

A instrucção da lavoura devia ficar a cargo dos institutos agricolas aos quaes cumpriria subvencionar na proporção dos beneficios que delles se esperavam desde que, deixando a inercia em que se achavam em sua generalidade, comprehendessem a alta missão que lhes fôra confiada.

Convencido de que um dos mais fecundos serviços que ao desenvolvimento da agricultura podia o governo prestar, consistia na vulgarização das idéas mais adiantadas sobre diversos ramos de cultura, que constituem os mananciaes da riqueza nacional, mandara o Ministerio traduzir para o portuguez e imprimir recente e estimado escripto do distincto agronomo D. Alvaro Reynoso — *Tratado da cultura da canna de assucar.*

Emquanto se não estabelecesse no paiz o ensino profissional em proporções que satisfizessem a todas as necessidades de sua principal industria, em quanto especialmente se não organizassem á pratica os processos perfeitos a demonstração de suas doutrinas, o conhecimento dos bons livros de agronomia, concorreriam grandemente para difundir entre os agricultores as luzes de que haviam mister afim de se libertarem da rotina e progredirem na senda dos melhoramentos.

Por isso estava no proposito do governo distribuir ao paiz elementos de instrucção industrial, mediante essa e outras obras de igual merecimento.

Dos auxilios indirectos, isto é, da facilidade de communicação e transporte dos generos commerciaes entre os centros productores e os grandes mercados tambem se não haviam esquecido os altos poderes do estado, como provavam os sacrificios feitos constantemente pelo Thesouro Nacional com a construcção e manutenção das estradas de ferro e de rodagem com o estabelecimento e conservação das linhas de navegação fluvial que subvencionava ou auxiliava.

Desassombrada dos receios inspirados pela epidemia (sic) que havia annos accommettera os cafezaes, a lavoura cafeeira continuava florescente e era progressivo o augmento de sua producção.

Melhor preparado, graças ás machinas que os lavradores tinham introduzido em seus estabelecimentos, e melhor acondicionado para que pudesse resistir ás differentes causas que o costumavam deteriorar durante o longo trajecto desde o logar da producção até os respectivos mercados, o café nacional ia sendo bem acolhido na Europa e conquistando o logar que lhe competia entre os cafés alli mais apreciados.

Tratando deste "importante ramo de nossa agricultura" não podia o ministro deixar de citar a autorizada opinião do antigo hospede do Brasil o sábio professor Agassiz.

Fôra por muito tempo a cultura da canna de assucar a principal do Brasil, e sua producção continuava a ser importante; mas havia muitos annos cedera o passo á do café.

"Dei-me ao trabalho de inquirir dos factos relativos a esta cultura nos cincoenta annos ultimos, declarava o conselheiro Souza Dantas. E' um dos mais notaveis phenomenos economicos do seculo presente o desmedido desenvolvimento realizado neste ramo de industria e a rapidez do seu incremento, especialmente neste paiz, onde tanto escasseia o trabalho. Os brasileiros por sua perseverança e ajudados pelas

condições favoraveis de seu territorio alcançaram por assim dizer o monopolio do café.

E' de origem brasileira mais de metade do café consumido no mundo; e não obstante o genero do Brasil ve-se pouco apreciado sendo cotado o preço por muito menos que outro. Porque? Unicamente porque grande somma de producção brasileira é vendida com o nome de Java ou Moka — ou apresentado como café da Martinica e Bourbon.

A Martinica dá por anno apenas umas 600 saccas de café; a cujo café se vende como producto das ilhas vizinhas, exporta seis mil saccas, menos do que é preciso para abastecer o mercado do Rio de Janeiro por 24 horas; e a ilha de Bourbon alguns tanto mais."

A maior parte do café offerecido sob taes nomes ou intitulado de Java era legitimamente brasileiro; e igualmente o decantado — Moka — consistia simplesmente em grãos redondos desses que nasciam nas ramas superiores dos cafezaes, brasileiros, cuidadosamente escolhidos e apartados! Se os fazendeiros a exemplo dos de Java vendessem a safra com a sua marca especial, os grandes negociantes de café saberiam que mercadoria compravam e a agricultura do Brasil muito lucraria. Mas entre o fazendeiro e o exportador existia a classe dos commissarios, os quaes misturando colheitas differentes faziam baixar-lhes o valor, desta arte tirando ao producto seu verdadeiro caracter e ao productor toda a responsabilidade.

Se as provincias circumvizinhas ao Rio de Janeiro offereciam naturalmente sólo mais propicio á cultura do café, cumpria não esquecer que elle muito prosperava á sombra das matas do Amazonas, a ponto de dar duas colheitas anuaes quando algum cuidado se applicava ás plantações.

No Ceará, onde café era primoroso não se plantava em terras planas ou baixas ou á sombra como no valle do Amazonas, senão nas fraldas dos outeiros e montes á altura de 500 a 2.000 pés acima do nivel do mar, como, por exemplo, nas serras da Aratanha e Baturité e na Serra Grande, A sahida de seus productos accrescentava-lhes a importancia e devia dar origem a numerosos estabelecimentos no valle do Amazonas.

A exportação do café, no exercicio de 1866-1867 elevara-se a 13.062.319 arrobas, no valor official de 69.810:100$000 mais 4.089.260 arrobas no valor official de 8.445:000$000, do que no exercicio anterior cuja exportação fôra de ...... 9.973.059 arobas no valor de 61.365:600$000.


DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

Indice



PRIMEIRA PARTE

A propagação da cultura cafeeira de 1822 a 1872 á luz dos Relatorios dos presidentes das Provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Bahia, etc., ás respectivas Assembléias Provinciaes e dos Relatorios dos Ministerios do Imperio e da Agricultura, da Fazenda e de Extrangeiros ao Parlamento Nacional.

CAPITULO I

PAGS.

CAPITULO II

CAPITULO III

CAPITULO IX

CAPITULO X

CAPITULO XI

CAPITULO XII

CAPITULO XIII

CAPITULO XIV

CAPITULO XV

CAPITULO XVI

CAPITULO XVII

CAPITULO XVIII

CAPITULO XIX

CAPITULO XX

CAPITULO XXI

CAPITULO XXII

CAPITULO XXIII

CAPITULO XXIV

CAPITULO XXV

CAPITULO XXVI

CAPITULO XXVII

CAPITULO XXVIII

CAPITULO XXIX

CAPITULO XXX

CAPITULO XXXI

CAPITULO XXXII

CAPITULO XXXIII

CAPITULO XXXIV

CAPITULO XXXV

CAPITULO XXXVI

CAPITULO XXXVII

CAPITULO XXXVIII

Impresso nas Officinas
Graphicas dos IRMÃOS
PONGETTI — Rio de
Janeiro

